

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	14
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	15
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	19
Balanço Patrimonial Passivo	21
Demonstração do Resultado	22
Demonstração do Resultado Abrangente	24
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	25

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	28
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	29
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	30
Demonstração de Valor Adicionado	31

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	33
Notas Explicativas	59
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	363
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	367

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	369

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	377
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	378
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	379

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.865.417.020
Preferenciais	0
Total	2.865.417.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	80.666.497
Preferenciais	0
Total	80.666.497

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião de Diretoria	22/02/2016	Juros sobre Capital Próprio	11/03/2016	Ordinária		0,08831
Reunião de Diretoria	01/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2016	Ordinária		0,09828
Reunião de Diretoria	10/05/2016	Juros sobre Capital Próprio	31/05/2016	Ordinária		0,13330
Reunião de Diretoria	24/05/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2016	Ordinária		0,13776
Reunião de Diretoria	08/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	31/08/2016	Ordinária		0,13677
Reunião de Diretoria	30/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2016	Ordinária		0,12665
Reunião de Diretoria	01/11/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/11/2016	Ordinária		0,10987
Reunião de Diretoria	22/11/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/12/2016	Ordinária		0,07693
Reunião de Diretoria	14/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	10/03/2017	Ordinária		0,02532

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.506.277.684	1.514.682.955	1.381.154.731
1.01	Ativo Circulante	795.973.628	777.895.021	720.435.904
1.01.01	Disponibilidades	11.836.019	16.502.703	12.200.359
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	414.656.085	367.796.225	313.830.594
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	371.436.572	302.531.823	263.004.352
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	43.219.513	65.264.402	50.826.242
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	11.330.533	19.680.488	27.266.256
1.01.03.01	Carteira Própria	8.537.289	16.754.540	22.212.082
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	1.455.502	439.617	2.543.542
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	309.539	113.407	1.436.575
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.028.203	2.372.924	1.074.057
1.01.04	Relações Interfinanceiras	68.026.103	65.050.180	66.885.998
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.513	7.252	10.428
1.01.04.02	Créd. Vin. Depósitos no Banco Central	63.451.094	60.810.918	63.224.237
1.01.04.03	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	54.959	54.205	78.861
1.01.04.04	Créd. Vin. Sistema Financeiro de Habitação	2.557.791	2.496.198	2.303.481
1.01.04.05	Repasse Interfinanceiros	0	0	1.069
1.01.04.06	Correspondentes	1.958.746	1.681.607	1.267.922
1.01.05	Relações Interdependências	376.530	597.676	592.943
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	376.530	597.676	592.943
1.01.06	Operações de Crédito	166.075.940	189.471.387	180.383.769
1.01.06.01	Setor Público	631.760	2.145.377	2.217.867
1.01.06.02	Setor Privado	177.724.547	197.797.402	186.104.639
1.01.06.03	Provisão para Operações de Crédito	-12.280.741	-10.471.823	-7.939.206
1.01.06.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	374	431	469
1.01.08	Outros Créditos	123.304.236	118.437.877	118.928.415
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	494.543	397.550	235.369
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	17.188.751	19.827.456	17.411.520

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.01.08.03	Rendas a Receber	4.155.635	4.073.928	4.093.920
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	62.526	39.722	462.885
1.01.08.06	Diversos	103.330.671	95.551.755	98.221.116
1.01.08.08	Provisão para Outros Créditos	-1.927.890	-1.452.534	-1.496.395
1.01.09	Outros Valores e Bens	368.182	358.485	347.570
1.01.09.01	Bens Não de Uso Próprio e Materiais em Estoque	278.263	241.444	256.974
1.01.09.02	Provisão para Desvalorizações	-127.701	-113.141	-121.944
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	217.620	230.182	212.540
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	668.656.421	695.416.225	623.741.818
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	57.290.568	71.712.903	50.618.352
1.02.01.01	Aplicações no Mercado Aberto	149.393	217.125	285.666
1.02.01.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	57.141.175	71.495.778	50.332.686
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	159.489.761	139.144.005	119.772.113
1.02.02.01	Carteira Própria	92.799.389	61.475.706	54.413.849
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	63.466.289	72.710.285	53.263.726
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	2.824.737	3.964.146	11.672.620
1.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	399.346	993.868	421.918
1.02.03	Relações Interfinanceiras	497.227	358.235	325.356
1.02.03.01	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	1.909	99	50.649
1.02.03.02	Repasse Interfinanceiros	495.306	358.136	274.707
1.02.03.03	Correspondentes	12	0	0
1.02.05	Operações de Crédito	385.328.907	421.782.038	402.392.854
1.02.05.01	Setor Público	73.166.461	76.373.635	57.562.918
1.02.05.02	Setor Privado	333.760.096	366.860.227	360.819.717
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito	-22.209.363	-21.784.684	-16.310.563
1.02.05.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	611.713	332.860	320.782
1.02.07	Outros Créditos	66.037.086	62.406.857	50.531.451
1.02.07.01	Rendas a Receber	29.922	35.044	33.068

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.07.02	Créditos Específicos	377.698	333.908	1.549.300
1.02.07.03	Provisão para Outros Créditos	-660.253	-715.226	-223.528
1.02.07.04	Carteira de Câmbio	282.794	1.573.065	0
1.02.07.05	Negociação e Intermediação de Valores	835.615	1.268.770	397.159
1.02.07.06	Diversos	65.171.310	59.911.296	48.775.452
1.02.08	Outros Valores e Bens	12.872	12.187	101.692
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	12.872	12.187	101.692
1.03	Ativo Permanente	41.647.635	41.371.709	36.977.009
1.03.01	Investimentos	25.775.248	25.121.880	19.304.061
1.03.01.02	Participações em Controladas	25.612.081	24.939.619	19.157.170
1.03.01.02.01	No País	21.774.189	20.098.902	15.390.518
1.03.01.02.02	No Exterior	3.837.892	4.840.717	3.766.652
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	39.152	40.819	47.401
1.03.01.04	Outros Investimentos	135.416	190.186	148.203
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-11.401	-48.744	-48.713
1.03.02	Imobilizado de Uso	7.313.029	7.108.125	6.934.420
1.03.02.01	Imóveis de Uso	7.598.208	6.669.630	6.184.847
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	9.654.903	9.073.317	8.625.435
1.03.02.03	Depreciação Acumulada	-9.940.082	-8.634.822	-7.875.862
1.03.04	Intangível	8.559.358	9.125.350	10.708.814
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	19.394.101	17.249.595	17.493.664
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-10.834.743	-8.124.245	-6.784.850
1.03.05	Diferido	0	16.354	29.714
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	0	1.584.613	1.647.042
1.03.05.02	Amortização Acumulada	0	-1.568.259	-1.617.328

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.506.277.684	1.514.682.955	1.381.154.731
2.01	Passivo Circulante	1.057.475.953	969.563.894	931.500.709
2.01.01	Depósitos	383.813.276	399.739.647	401.776.941
2.01.01.01	Depósitos à Vista	65.809.429	63.125.959	71.382.508
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	151.763.344	151.845.281	148.698.890
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	19.416.185	43.855.046	34.574.344
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	146.771.207	140.913.361	147.121.199
2.01.01.05	Outros Depósitos	53.111	0	0
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	366.493.039	298.848.240	288.017.924
2.01.02.01	Carteira Própria	45.949.587	29.640.664	52.906.261
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	320.543.452	269.207.576	235.111.663
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	67.816.640	43.452.844	50.163.240
2.01.03.01	Recursos Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Créd. e Sim.	62.623.394	31.127.215	38.239.208
2.01.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	5.193.246	12.325.629	11.921.648
2.01.03.03	Certificados de operações estruturadas	0	0	2.384
2.01.04	Relações Interfinanceiras	1.075	30.621	31.463
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.075	34	16
2.01.04.02	Correspondentes	0	30.587	31.447
2.01.05	Relações Interdependências	2.450.012	5.438.786	5.272.762
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.446.807	5.438.146	5.272.699
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	3.205	640	63
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	19.694.260	27.328.763	17.128.042
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	19.694.260	27.328.763	17.128.042
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	39.463.212	39.015.202	33.760.190
2.01.07.02	BNDES	8.227.439	11.394.421	14.705.219
2.01.07.03	Caixa Econômica Federal	23.758.043	19.690.627	12.359.686
2.01.07.04	Finame	5.155.044	5.696.267	5.831.396
2.01.07.05	Outras Instituições	2.322.686	2.233.887	863.889

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	1.953.014	12.836.877	261.067
2.01.09	Outras Obrigações	175.791.425	142.872.914	135.089.080
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	59.687.362	53.056.875	47.373.790
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	406.752	379.843	334.885
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	17.826.391	13.656.286	17.378.967
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	557.800	1.026.913	1.042.030
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	22.500.574	17.230.712	16.830.606
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	163.646	154.778	173.465
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	9.055.620	10.021.062	6.629.365
2.01.09.08	Dívidas Subordinadas	4.160.250	1.852.172	4.110.613
2.01.09.09	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	279.308	121.373	368.814
2.01.09.10	Diversas	61.153.722	45.372.900	40.846.545
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	372.142.112	473.993.432	379.417.891
2.02.01	Depósitos	50.583.513	56.883.428	66.540.548
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.430.412	4.467.477	5.475.665
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	48.153.101	52.415.951	61.064.883
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	18.268.504	42.937.333	12.650.394
2.02.02.01	Carteira Própria	18.264.388	42.894.386	2.180.192
2.02.02.02	Carteira de Terceiros	4.116	42.947	10.470.202
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	94.392.020	141.475.076	96.131.212
2.02.03.01	Recursos de Letras Imob, Hip, de Crédito e Similares	82.047.387	123.923.197	80.788.842
2.02.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	12.242.321	17.540.555	15.342.370
2.02.03.03	Certificados de operações estruturadas	102.312	11.324	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	32.315.094	44.381.683	31.950.339
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	32.315.094	44.381.683	31.950.339
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	43.618.771	51.049.214	55.395.287
2.02.07.01	Tesouro Nacional	149.248	178.145	284.612
2.02.07.02	BNDES	23.859.417	26.586.982	28.545.425

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.07.04	Finame	19.610.106	24.284.087	26.565.250
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	26.063.986	19.375.778	19.336.277
2.02.09	Outras Obrigações	106.900.224	117.890.920	97.413.834
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	781.790	1.321.609	621.908
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	5.322.077	1.862.406	3.715.002
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	392.985	269.794	458.609
2.02.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	706.390	1.192.050	242.655
2.02.09.05	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.734.905	4.981.462	4.211.033
2.02.09.06	Operações Especiais	2.203	2.187	2.153
2.02.09.07	Dívidas Subordinadas	50.971.499	52.181.647	45.313.130
2.02.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	5.247.283	7.750.033	4.505.247
2.02.09.09	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	32.814.492	35.393.303	29.350.525
2.02.09.10	Diversas	4.926.600	12.936.429	8.993.572
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	441.450	452.259	415.919
2.05	Patrimônio Líquido	76.218.169	70.673.370	69.820.212
2.05.01	Capital Social Realizado	67.000.000	60.000.000	54.000.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	53.209.529	47.321.901	42.957.421
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	13.790.471	12.678.099	11.042.579
2.05.02	Reservas de Capital	14.405	13.308	10.051
2.05.03	Reservas de Reavaliação	2.660	2.730	2.805
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	2.660	2.730	2.805
2.05.04	Reservas de Lucro	26.130.309	27.700.003	25.405.196
2.05.04.01	Legal	6.570.147	6.173.642	5.468.217
2.05.04.02	Estatutária	21.413.807	23.222.723	21.557.764
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-1.853.645	-1.696.362	-1.620.785
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-1.853.645	-1.696.362	-1.620.785
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-16.929.205	-17.042.671	-9.597.840
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-16.929.205	-17.042.671	-9.597.840

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	165.342.608	180.836.676	133.845.081
3.01.01	Operações de Crédito	97.381.766	105.809.573	82.080.542
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	0	0	548
3.01.03	Resultado de Operações com TVM	67.818.522	70.057.422	47.740.183
3.01.04	Resultado de IFD	-9.217.944	-4.831.277	-3.798.174
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	1.680.832	2.690.991	389.206
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	5.608.445	5.097.498	5.668.507
3.01.07	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	2.070.987	2.012.469	1.764.269
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-133.749.827	-165.567.457	-109.968.954
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-111.393.851	-98.584.640	-76.639.862
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	6.055.455	-41.359.760	-15.492.281
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	0	0	-534
3.02.05	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-28.335.869	-25.589.419	-17.814.624
3.02.06	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	-75.562	-33.638	-21.653
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	31.592.781	15.269.219	23.876.127
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-21.644.131	-9.183.510	-11.312.437
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	17.617.028	16.475.271	16.850.135
3.04.02	Despesas de Pessoal	-21.600.959	-19.469.202	-17.166.497
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-15.547.361	-15.318.082	-15.643.368
3.04.04	Despesas Tributárias	-4.546.925	-3.631.271	-3.362.084
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	8.497.478	9.685.966	10.576.176
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-10.228.165	-10.691.101	-9.022.929
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	4.164.773	13.764.909	6.456.130
3.05	Resultado Operacional	9.948.650	6.085.709	12.563.690
3.06	Resultado Não Operacional	11.643	-19.232	114.602
3.06.01	Receitas	172.656	103.342	176.465
3.06.02	Despesas	-161.013	-122.574	-61.863
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	9.960.293	6.066.477	12.678.292

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-4.086.418	-1.166.580	-2.539.347
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-2.182.541	-623.597	-1.542.997
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-1.903.877	-542.983	-996.350
3.09	IR Diferido	3.067.406	11.032.117	2.554.121
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.011.167	-1.823.527	-1.460.594
3.10.01	Participações	-1.011.167	-1.823.527	-1.460.594
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	7.930.114	14.108.487	11.232.472
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,84	5,05	4,01

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	7.930.114	14.108.487	11.232.472
4.02	Outros Resultados Abrangentes	113.466	-7.444.831	-6.465.791
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-512.763	-11.244.490	-11.258.686
4.02.02	Efeitos Tributários dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	626.229	3.799.659	4.792.895
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.043.580	6.663.656	4.766.681

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.499.032	34.515.283	15.175.173
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.960.293	6.066.477	12.678.292
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24.236.122	12.062.568	-8.575.272
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-32.023.919	-47.561.079	-98.947.243
6.01.02.02	TVM para Negociação e IFD	8.543.865	10.180.180	31.624.658
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras e Interdependências	-3.271.913	-449.931	-98.994
6.01.02.04	Operações de Crédito	32.714.559	-53.349.136	-73.867.146
6.01.02.05	Operações de Arrendamento Mercantil	0	0	534
6.01.02.06	Outros Créditos Líquidos dos Impostos Diferidos	-6.073.067	739.658	-804.357
6.01.02.07	Outros Valores e Bens	-50.604	98.811	869.280
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-4.904.242	-449.407	-1.665.413
6.01.02.09	Depósitos	-22.226.286	-11.694.414	-15.317.756
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	42.975.970	41.117.255	70.888.042
6.01.02.11	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-22.719.260	38.633.468	36.304.720
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-29.389.149	36.156.315	25.578.428
6.01.02.13	Outras Obrigações	14.838.909	-3.808.811	-10.595.701
6.01.02.14	Resultados de Exercícios Futuros	-10.809	36.340	-2.296
6.01.02.15	Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	-2.640.176	2.413.319	27.457.972
6.01.03	Outros	37.774.861	16.386.238	11.072.153
6.01.03.01	Provisão p/ Crédito, Arrend. Mercantil e Outros Créditos	28.335.869	25.589.419	17.814.624
6.01.03.02	Depreciações e Amortizações	4.200.226	4.131.586	4.239.361
6.01.03.03	Result. na Avaliação do Valor Recuperável de Ativos	12.866	-1.538	3.123
6.01.03.04	Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	-4.164.773	-13.764.909	-6.456.130
6.01.03.05	Lucro/Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	25.302	-16.294	-42.312
6.01.03.06	Lucro na Alienação de Invest./Participação Societária	-52.870	0	-94
6.01.03.07	Ganho/Perda de Capital	73.438	71.885	12.024
6.01.03.08	Resultado da Conversão de Moeda Estrangeira	-1.490.031	2.556.056	562.744
6.01.03.09	Provisão p/ Desvalorização de Valores e Bens	14.920	-3.927	-16.990

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.03.10	Amortização de Ágios em Investimentos	88.516	99.173	92.029
6.01.03.11	Provisão p/ Demandas Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.872.340	4.039.003	1.957.080
6.01.03.12	Atualização de Ativos e Passivos Atuariais	-67.600	-1.487.004	-1.904.258
6.01.03.13	Ef. das Mud. das Taxas de Câmbio em Caixa e Equiv.	7.926.557	-4.830.473	-5.192.776
6.01.03.14	Outros Ajustes	101	3.261	3.728
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.311.844	-15.368.546	-28.752.730
6.02.01	TVM Disponíveis para Venda	-1.034.559	-9.949.277	-3.371.310
6.02.02	TVM Mantidos até o Vencimento	-11.995.442	-6.022.381	-23.697.687
6.02.03	Aquisição/Alienação de Imobilizado	-1.314.059	-1.246.691	-1.655.355
6.02.04	Aquisição/Alienação de Investimentos	-1.516.884	-1.707.607	-1.116.544
6.02.05	Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	5.070.691	5.017.649	3.849.173
6.02.06	Aquisição de Intangíveis/Diferidos	-2.521.591	-1.460.239	-2.761.007
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.513.709	7.824.237	10.462.410
6.03.01	Dívidas Subordinadas	2.054.327	5.410.130	7.171.798
6.03.03	Aquisição/Alienação de Ações em Tesouraria	-157.283	-75.577	-296.717
6.03.04	Dividendos pagos	0	-1.551.766	-965.026
6.03.05	Juros sobre o capital próprio pagos	-2.530.730	-4.198.619	-3.674.036
6.03.06	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-5.880.023	8.240.069	8.226.391
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-7.926.557	4.830.473	5.192.776
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.253.078	31.801.447	2.077.629
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	106.535.047	74.733.600	72.655.971
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	102.281.969	106.535.047	74.733.600

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	60.000.000	13.308	2.730	27.700.003	0	-17.042.671	70.673.370
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	60.000.000	13.308	2.730	27.700.003	0	-17.042.671	70.673.370
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	7.930.114	0	7.930.114
5.05	Destinações	0	0	0	5.587.589	-7.942.196	0	-2.354.607
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.354.607	0	-2.354.607
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	5.587.589	-5.587.589	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	113.466	113.466
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.686.531	1.686.531
5.07.04	Ajustes de Planos de Benefícios	0	0	0	0	0	-1.573.065	-1.573.065
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	7.000.000	0	0	-7.000.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-163.526	0	0	-163.526
5.11	Outras Transações de Capital	0	1.097	0	6.243	0	0	7.340
5.11.01	Transações com pagamento baseado em ações	0	1.097	0	6.243	0	0	7.340
5.12	Outros	0	0	-70	0	12.082	0	12.012
5.12.01	Realização de Reserva de Reavaliação em colig./Contr.	0	0	-70	0	70	0	0
5.12.02	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	12.012	0	12.012
5.13	Saldo Final	67.000.000	14.405	2.660	26.130.309	0	-16.929.205	76.218.169

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	54.000.000	10.051	2.805	25.405.196	0	-9.597.840	69.820.212
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	54.000.000	10.051	2.805	25.405.196	0	-9.597.840	69.820.212
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	14.108.487	0	14.108.487
5.05	Destinações	0	0	0	8.370.384	-14.116.130	0	-5.745.746
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-1.261.461	-39.046	0	-1.300.507
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-4.445.239	0	-4.445.239
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	9.631.845	-9.631.845	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-7.444.831	-7.444.831
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-2.206.736	-2.206.736
5.07.04	Ajustes de Planos de Benefícios	0	0	0	0	0	-5.238.095	-5.238.095
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	6.000.000	0	0	-6.000.000	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	3.257	0	-75.577	0	0	-72.320
5.11.01	Transações com pagamento baseado em ações	0	7.672	0	5.036	0	0	12.708
5.11.02	Programa de recompra de ações	0	-4.415	0	-80.613	0	0	-85.028
5.12	Outros	0	0	-75	0	7.643	0	7.568
5.12.01	Realização de Reserva de Reavaliação em colig./Contr.	0	0	-75	0	75	0	0
5.12.02	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	7.568	0	7.568
5.13	Saldo Final	60.000.000	13.308	2.730	27.700.003	0	-17.042.671	70.673.370

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	54.000.000	5.684	4.564	18.981.530	0	-3.132.049	69.859.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	54.000.000	5.684	4.564	18.981.530	0	-3.132.049	69.859.729
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	11.232.472	0	11.232.472
5.05	Destinações	0	0	0	6.720.383	-11.245.523	0	-4.525.140
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-383.427	-467.677	0	-851.104
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.674.036	0	-3.674.036
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	7.103.810	-7.103.810	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-6.465.791	-6.465.791
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-456.296	-456.296
5.07.04	Ajustes de Plano de Benefícios	0	0	0	0	0	-6.009.495	-6.009.495
5.11	Outras Transações de Capital	0	4.367	0	-296.717	0	0	-292.350
5.11.01	Transações com pagamento baseado em ações	0	4.367	0	3.419	0	0	7.786
5.11.02	Programa de recompra de ações	0	0	0	-300.136	0	0	-300.136
5.12	Outros	0	0	-1.759	0	13.051	0	11.292
5.12.01	Realização de reserva de reavaliação em colig./contr.	0	0	-1.759	0	1.091	0	-668
5.12.02	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	11.960	0	11.960
5.13	Saldo Final	54.000.000	10.051	2.805	25.405.196	0	-9.597.840	69.820.212

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	152.311.611	170.068.726	133.973.621
7.01.01	Intermediação Financeira	165.342.608	180.836.676	133.845.081
7.01.02	Prestação de Serviços	17.617.028	16.475.271	16.850.135
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-28.335.869	-25.589.419	-17.814.624
7.01.04	Outras	-2.312.156	-1.653.802	1.093.029
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-105.413.958	-139.978.038	-92.154.330
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.299.410	-9.223.690	-9.598.599
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-628.520	-615.886	-486.990
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.482.228	-1.625.299	-1.847.386
7.03.04	Outros	-7.188.662	-6.982.505	-7.264.223
7.03.04.01	Comunicações	-1.132.992	-1.143.251	-1.456.449
7.03.04.02	Processamento de Dados	-1.104.574	-934.409	-1.255.145
7.03.04.03	Transporte	-1.069.025	-1.118.538	-1.225.382
7.03.04.04	Serviços de Vigilância e Segurança	-1.203.474	-1.078.962	-981.622
7.03.04.05	Serviços do Sistema Financeiro	-657.740	-612.375	-620.111
7.03.04.06	Propaganda e Publicidade	-285.612	-333.275	-399.800
7.03.04.07	Outras	-1.735.245	-1.761.695	-1.325.714
7.04	Valor Adicionado Bruto	37.598.243	20.866.998	32.220.692
7.05	Retenções	-4.288.742	-4.230.759	-4.331.390
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.288.742	-4.230.759	-4.331.390
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	33.309.501	16.636.239	27.889.302
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.164.773	13.764.909	6.456.130
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.164.773	13.764.909	6.456.130
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	37.474.274	30.401.148	34.345.432
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	37.474.274	30.401.148	34.345.432
7.09.01	Pessoal	20.133.255	18.775.075	16.239.933
7.09.01.01	Remuneração Direta	13.910.760	12.109.578	10.678.293
7.09.01.02	Benefícios	2.820.177	2.613.713	2.388.937

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.09.01.03	F.G.T.S.	755.625	718.054	674.465
7.09.01.04	Outros	2.646.693	3.333.730	2.498.238
7.09.01.04.01	Participações no Lucro	1.011.167	1.823.527	1.460.594
7.09.01.04.02	Outros Encargos	1.635.526	1.510.203	1.037.644
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.044.809	-3.716.615	5.734.469
7.09.02.01	Federais	7.110.423	-4.558.411	5.000.095
7.09.02.02	Estaduais	941	832	738
7.09.02.03	Municipais	933.445	840.964	733.636
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.366.096	1.234.201	1.138.558
7.09.03.01	Aluguéis	1.366.096	1.234.201	1.138.558
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.930.114	14.108.487	11.232.472
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.354.607	4.445.239	3.674.036
7.09.04.02	Dividendos	0	1.300.507	851.104
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.575.507	8.362.741	6.707.332

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.387.215.686	1.388.864.529	1.278.136.948
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	103.127.771	102.700.113	62.078.581
1.01.01	Caixa e Depósitos Bancários	12.798.204	18.046.717	13.337.180
1.01.02	Depósitos Interfinanceiros	32.037.173	46.457.253	35.592.524
1.01.03	Aplicações em Operações Compromissadas	58.281.504	38.196.143	13.148.877
1.01.04	Aplicações em Moeda Estrangeira	10.890	0	0
1.02	Aplicações Financeiras	121.459.334	117.503.713	106.605.119
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	112.339.073	113.611.973	106.245.244
1.02.01.01	Títulos para Negociação	7.669.398	11.218.150	12.441.262
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	104.669.675	102.393.823	93.803.982
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	9.120.261	3.891.740	359.875
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	9.120.261	3.891.740	359.875
1.03	Empréstimos e Recebíveis	997.779.955	1.019.903.303	967.249.541
1.03.01	Empréstimos a Instituições Financeiras Líquidos de Provisão	17.070.945	20.011.165	22.215.797
1.03.02	Aplicações em Operações Compromissadas	313.401.181	265.334.673	250.176.212
1.03.03	Empréstimos a Clientes Líquidos de Provisão	603.856.735	673.746.547	631.633.295
1.03.04	Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	63.451.094	60.810.918	63.224.237
1.04	Tributos Diferidos	42.173.087	37.887.919	23.555.759
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.173.087	37.887.919	23.555.759
1.05	Outros Ativos	86.675.882	76.657.528	85.613.703
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	44.531	45.968	24.165
1.05.03	Outros	86.631.351	76.611.560	85.589.538
1.05.03.01	Ativos por Impostos Correntes	12.289.713	7.462.855	8.976.596
1.05.03.02	Outros Ativos	74.341.638	69.148.705	76.612.942
1.06	Investimentos	19.641.884	17.986.425	15.922.103
1.06.01	Participações em Coligadas	19.641.884	17.986.425	15.922.103
1.07	Imobilizado	7.614.059	7.411.947	7.179.878
1.07.01	Imobilizado de Uso	7.614.059	7.411.947	7.179.878

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.08	Intangível	8.743.714	8.813.581	9.932.264
1.08.01	Intangíveis	8.152.132	8.165.075	9.301.963
1.08.02	Goodwill	591.582	648.506	630.301

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.387.215.686	1.388.864.529	1.278.136.948
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	2.234.846	3.627.474	2.995.367
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.189.577.620	1.210.152.764	1.105.625.511
2.03.01	Depósitos de Clientes	425.315.886	422.936.785	437.821.753
2.03.02	Valores a Pagar a Instituições Financeiras	21.276.934	41.815.845	30.675.249
2.03.03	Obrigações por Operações Compromissadas	374.634.032	333.521.647	293.920.434
2.03.04	Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	368.350.768	411.878.487	343.208.075
2.04	Provisões	9.562.939	9.381.010	7.672.712
2.05	Passivos Fiscais	8.843.301	4.630.547	5.098.523
2.05.01	Passivos por Impostos Correntes	5.946.803	1.600.877	2.641.450
2.05.02	Passivos por Impostos Diferidos	2.896.498	3.029.670	2.457.073
2.06	Outros Passivos	86.920.287	74.842.740	71.304.799
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	90.076.693	86.229.994	85.440.036
2.08.01	Capital Social Realizado	75.100.000	68.100.000	62.100.000
2.08.01.01	Capital Social	67.000.000	60.000.000	54.000.000
2.08.01.02	Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000	8.100.000
2.08.02	Reservas de Capital	3.752.637	3.908.823	3.981.143
2.08.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	5.607.386	5.606.203	5.602.650
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-1.854.749	-1.697.380	-1.621.507
2.08.04	Reservas de Lucros	27.646.569	29.031.090	26.625.511
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.513.647	-1.320.444	-1.164.398
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-17.609.319	-17.162.218	-9.757.532
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.700.453	3.672.743	3.655.312

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	168.039.236	182.368.871	137.778.601
3.01.01	Receita de Juros	168.039.236	182.368.871	137.778.601
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-134.531.183	-159.904.025	-105.909.418
3.02.01	Despesas de Juros	-106.124.895	-136.620.920	-91.124.202
3.02.02	Despesa com Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes	-28.420.155	-23.288.968	-14.789.246
3.02.03	Despesa com Provisão para Perdas em Empréstimos a instituições financeiras	13.867	5.863	4.030
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	33.508.053	22.464.846	31.869.183
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-22.617.626	-12.327.342	-16.264.666
3.04.02	Despesas de Pessoal	-22.615.509	-21.329.593	-18.862.738
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-10.685.388	-10.380.962	-10.476.003
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	32.190.947	38.037.526	27.544.337
3.04.05.01	Receita Líquida de Tarifas e Comissões	20.847.786	18.521.352	19.777.831
3.04.05.02	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	-1.957.607	1.808.465	271.183
3.04.05.03	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	128.063	-596.247	250.953
3.04.05.04	Ganhos/(Perdas) Líquidos em Coligadas e Joint Ventures	3.959.882	4.392.986	3.548.174
3.04.05.05	Outras Receitas	9.212.823	13.910.970	3.696.196
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-21.507.676	-18.654.313	-14.470.262
3.04.06.01	Contribuições, taxas e Outros Impostos	-5.659.758	-5.639.919	-4.101.053
3.04.06.02	Amortização de Ativos Intangíveis	-2.607.135	-2.720.550	-3.008.435
3.04.06.03	Provisões	-3.011.849	-4.153.573	-2.076.273
3.04.06.04	Depreciação	-1.149.168	-1.123.904	-1.029.521
3.04.06.05	Outras Despesas	-9.079.766	-5.016.367	-4.254.980
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.890.427	10.137.504	15.604.517
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.230.850	5.660.535	-2.261.021
3.06.01	Corrente	-6.635.568	-6.145.380	-3.557.302
3.06.02	Diferido	4.404.718	11.805.915	1.296.281
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.659.577	15.798.039	13.343.496
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	8.659.577	15.798.039	13.343.496

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.027.281	14.069.582	11.853.096
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.632.296	1.728.457	1.490.400
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,52	5,03	4,23
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,52	5,03	4,23

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	8.659.577	15.798.039	13.343.496
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-766.624	-7.445.739	-6.646.472
4.02.01	Ganhos/(Perdas) Líquidos Não Realizados sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.045.205	-3.108.144	-473.958
4.02.02	(Ganhos)/Perdas Líquidos Realizados sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-128.063	596.247	-250.953
4.02.03	Efeito Fiscal sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-339.305	435.761	262.967
4.02.04	Ganhos/(Perdas) Sobre Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda - Coligadas / Joint Ventures	205.355	-251.769	13.386
4.02.05	Ganhos Não Realizados s/ Hedge de Investimentos Líq. Exterior - Coligadas / Joint Ventures	-16.947	1.774	257
4.02.06	Efeito Fiscal - Participação no Resultado Coligadas/Joint Ventures	-90.884	118.218	-5.831
4.02.07	Ganhos/(Perdas) em Remensurações de Planos de Benefícios Definidos	-2.623.835	-8.486.480	-10.539.014
4.02.08	Efeito fiscal - Planos de Benefícios Definidos	1.050.770	3.248.385	4.529.519
4.02.09	Ajuste de conversão de investimento no exterior	-868.920	269	-182.845
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.892.953	8.352.300	6.697.024
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.580.179	6.664.897	5.297.956
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.312.774	1.687.403	1.399.068

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.385.042	28.068.706	-26.775.724
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	49.785.745	19.533.413	23.971.572
6.01.01.01	Lucro Líquido	8.659.577	15.798.039	13.343.496
6.01.01.02	Efeito da Mudança da Taxa de Câmbio no Caixa e Equivalentes de Caixa	9.361.703	-4.343.112	-4.859.370
6.01.01.03	Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes e Instituições Financeiras	31.951.777	26.076.614	17.067.558
6.01.01.05	Provisão para Desvalorização de Valores e Bens	3.734	-29.284	-3.428
6.01.01.07	Outros	-108.730	441.933	133.848
6.01.01.08	Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	3.011.849	4.153.573	2.076.273
6.01.01.09	Amortização de Ativos Intangíveis	2.607.135	2.720.550	3.008.435
6.01.01.10	Depreciação de Ativo Imobilizado	1.149.168	1.123.904	1.029.521
6.01.01.12	Impostos Diferidos	-4.404.718	-11.805.915	-1.296.281
6.01.01.13	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Valores e Bens	-219.041	-5.960.442	-159.769
6.01.01.15	Ganhos ou Perdas Líquidos de Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	-3.959.882	-4.392.986	-3.548.174
6.01.01.16	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	2.347	0	-2.275
6.01.01.17	Ganhos ou Perdas Líquidos com Conversão de Investimento no Exterior	1.835.683	-3.365.755	-693.616
6.01.01.18	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-128.063	596.247	-250.953
6.01.01.19	Imparidade em Ativos	90.806	7.051	30.565
6.01.01.20	Atualização de Ativo/Passivo Atuarial	-67.600	-1.487.004	-1.904.258
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-45.400.703	8.535.293	-50.747.296
6.01.02.03	Variação Líquida em Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	-2.640.176	2.413.319	27.457.972
6.01.02.04	Variação Líquida em Empréstimos a Instituições Financeiras	2.943.197	2.210.495	5.668.587
6.01.02.05	Variação Líquida em Aplicações Compromissadas	-48.066.639	-15.159.110	-87.001.186
6.01.02.06	Variação Líquida em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.799.283	3.091.829	7.058.422
6.01.02.07	Variação Líquida em Empréstimos a Clientes	37.993.472	-68.412.902	-83.971.147
6.01.02.08	Variação Líquida em Ativos não Correntes Disponíveis para Venda	0	20	203.761
6.01.02.09	Variação Líquida em Impostos Correntes	-480.932	473.168	-105.509
6.01.02.10	Variação Líquida em Impostos Diferidos	345.216	-2.411.579	-4.236.329
6.01.02.11	Variação Líquida em Depósitos de Clientes	2.379.101	-14.884.968	-23.603.656

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.02.12	Variação Líquida em Valores a Pagar a Instituições Financeiras	-20.538.911	11.140.596	4.506.192
6.01.02.13	Variação Líquida em Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	-1.418.783	638.990	-440.784
6.01.02.14	Variação Líquida em Obrigações por Operações Compromissadas	41.112.385	39.601.213	70.003.295
6.01.02.15	Variação Líquida em Outros Passivos de Curto Prazo	-46.586.588	51.035.699	45.597.267
6.01.02.18	Variação Líquida em Outros Ativos	-21.339.989	-2.645.214	-15.634.928
6.01.02.19	Variação Líquida em Outros Passivos	9.098.661	1.443.737	3.750.747
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.578.879	-1.274.198	1.601.887
6.02.01	Compra de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-38.827.077	-30.565.505	-37.451.354
6.02.02	Vendas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	51.825.031	29.801.581	43.040.785
6.02.03	Compra de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-4.865.232	0	-5.695
6.02.04	Resgate de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	0	70.892	296.208
6.02.05	Compra de Ativo Imobilizado	-1.501.536	-1.400.292	-1.734.969
6.02.06	Venda de Ativo Imobilizado	111.339	47.711	98.288
6.02.07	Aquisição de Ativos Intangíveis	-2.726.111	-1.581.971	-4.492.928
6.02.08	Alienação de Ativos Intangíveis	42.372	8.605	6.367
6.02.10	Alienação de Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	0	0	5.588
6.02.16	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Recebidos	2.520.093	2.344.781	1.839.597
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.185.581	9.483.264	13.551.411
6.03.02	Captação de Passivos de Longo Prazo	7.878.581	21.829.959	21.225.522
6.03.03	Liquidação de Passivos de Longo Prazo	-4.819.711	-4.195.245	-2.740.979
6.03.04	Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio Pagos	-3.974.799	-7.984.549	-4.632.996
6.03.06	Efeito Líquido na Alienação de Ações em Tesouraria	0	-85.029	-300.136
6.03.07	Variação da Participação Societária em Controladas	-7.242	0	0
6.03.08	Liquidação de Passivos Financeiros – Bônus Perpétuos	0	0	-8.100.000
6.03.09	Emissão de Instrumento de Capital Adicional	0	0	8.100.000
6.03.10	Juros pagos sobre instrumento elegível a capital principal	-262.410	-81.872	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-9.361.703	4.343.112	4.859.370
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	416.637	40.620.884	-6.763.056

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	102.699.466	62.078.582	68.841.638
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	103.116.103	102.699.466	62.078.582

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	68.100.000	3.908.823	29.031.090	-1.320.444	-17.162.218	82.557.251	3.672.743	86.229.994
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	68.100.000	3.908.823	29.031.090	-1.320.444	-17.162.218	82.557.251	3.672.743	86.229.994
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.000.000	-156.186	-7.000.000	-2.605.005	0	-2.761.191	-1.285.064	-4.046.255
5.04.01	Aumentos de Capital	7.000.000	0	-7.000.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Transações com pagamento baseado em ações	0	7.340	0	0	0	7.340	0	7.340
5.04.11	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.354.607	0	-2.354.607	-1.266.328	-3.620.935
5.04.12	Variação de Participação dos Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-7.242	-7.242
5.04.13	Outros	0	-163.526	0	12.012	0	-151.514	-11.494	-163.008
5.04.14	Juros sobre instrumento elegível a capital principal	0	0	0	-262.410	0	-262.410	0	-262.410
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.027.281	-447.101	6.580.180	1.312.774	7.892.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.027.281	0	7.027.281	1.632.296	8.659.577
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-447.101	-447.101	-319.522	-766.623
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda Líquidos Impostos	0	0	0	0	1.674.611	1.674.611	10.919	1.685.530
5.05.02.07	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-1.573.065	-1.573.065	0	-1.573.065
5.05.02.08	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	-10.168	-10.168	0	-10.168
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Instrumentos no Exterior	0	0	0	0	-538.479	-538.479	-330.441	-868.920
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.615.479	-5.615.479	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.615.479	-5.615.479	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	75.100.000	3.752.637	27.646.569	-2.513.647	-17.609.319	86.376.240	3.700.453	90.076.693

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.100.000	3.981.143	26.625.511	-1.164.398	-9.757.532	81.784.724	3.655.312	85.440.036
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.100.000	3.981.143	26.625.511	-1.164.398	-9.757.532	81.784.724	3.655.312	85.440.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.000.000	-72.320	-7.261.460	-4.558.589	0	-5.892.369	-1.669.972	-7.562.341
5.04.01	Aumentos de Capital	6.000.000	0	-6.000.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-85.029	0	0	0	-85.029	0	-85.029
5.04.09	Transações com pagamento baseado em ações	0	12.709	0	0	0	12.709	0	12.709
5.04.11	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	-1.261.460	-4.484.285	0	-5.745.745	-1.653.688	-7.399.433
5.04.13	Outros	0	0	0	7.568	0	7.568	-16.284	-8.716
5.04.14	Juros sobre instrumento elegível a capital principal	0	0	0	-81.872	0	-81.872	0	-81.872
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.069.582	-7.404.686	6.664.896	1.687.403	8.352.299
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.069.582	0	14.069.582	1.728.457	15.798.039
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.404.686	-7.404.686	-41.054	-7.445.740
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda Líquidos Impostos	0	0	0	0	-2.198.001	-2.198.001	-10.977	-2.208.978
5.05.02.07	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-5.238.096	-5.238.096	0	-5.238.096
5.05.02.08	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	1.065	1.065	0	1.065
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Instrumentos no Exterior	0	0	0	0	30.346	30.346	-30.077	269
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.667.039	-9.667.039	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	9.667.039	-9.667.039	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	68.100.000	3.908.823	29.031.090	-1.320.444	-17.162.218	82.557.251	3.672.743	86.229.994

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	54.000.000	4.273.493	19.972.166	-1.850.969	-3.202.393	73.192.297	3.189.699	76.381.996
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	54.000.000	4.273.493	19.972.166	-1.850.969	-3.202.393	73.192.297	3.189.699	76.381.996
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.100.000	-292.350	-383.427	-4.129.753	0	3.294.470	-933.455	2.361.015
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-300.136	0	0	0	-300.136	0	-300.136
5.04.08	Instrumento elegível ao capital principal	8.100.000	0	0	0	0	8.100.000	0	8.100.000
5.04.09	Transações com pagamento baseado em ações	0	7.786	0	0	0	7.786	0	7.786
5.04.11	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	-383.427	-4.141.713	0	-4.525.140	-1.004.903	-5.530.043
5.04.13	Outros	0	0	0	11.960	0	11.960	71.448	83.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.853.096	-6.555.139	5.297.957	1.399.068	6.697.025
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.853.096	0	11.853.096	1.490.400	13.343.496
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.555.139	-6.555.139	-91.332	-6.646.471
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda Líquidos Impostos	0	0	0	0	-454.285	-454.285	0	-454.285
5.05.02.07	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-6.009.495	-6.009.495	0	-6.009.495
5.05.02.08	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	154	154	0	154
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Instrumentos no Exterior	0	0	0	0	-91.513	-91.513	-91.332	-182.845
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.036.772	-7.036.772	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.036.772	-7.036.772	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	62.100.000	3.981.143	26.625.511	-1.164.398	-9.757.532	81.784.724	3.655.312	85.440.036

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	167.864.013	192.730.306	146.989.548
7.01.01	Intermediação Financeira	166.209.692	183.581.089	138.300.736
7.01.02	Prestação de Serviços	30.060.609	32.432.322	23.474.028
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-28.406.288	-23.283.105	-14.785.216
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-106.124.895	-136.620.920	-91.124.202
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.327.127	-18.244.296	-15.672.997
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-7.933.330	-7.646.427	-7.673.740
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.302.182	-1.427.930	-1.668.002
7.03.04	Outros	-12.091.615	-9.169.939	-6.331.255
7.03.04.03	Atualizações de Obrigações Atuarias	-1.582.343	-994.028	-1.014.919
7.03.04.04	Prêmios Pagos a Clientes	-698.371	-87.246	-208.365
7.03.04.05	Atualização de Depósitos em Garantia	-1.365.510	-934.671	-538.835
7.03.04.06	Falhas em Serviços e Perdas Operacionais	-205.872	-226.384	-184.042
7.03.04.07	Despesas de Obrigações por operações vinculadas à cessão	-64.652	-33.637	-21.652
7.03.04.08	Outras	-8.174.867	-6.893.973	-4.363.442
7.04	Valor Adicionado Bruto	40.411.991	37.865.090	40.192.349
7.05	Retenções	-3.756.303	-3.844.454	-4.037.956
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.756.303	-3.844.454	-4.037.956
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	36.655.688	34.020.636	36.154.393
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.959.882	4.392.986	3.548.174
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.959.882	4.392.986	3.548.174
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	40.615.570	38.413.622	39.702.567
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	40.615.570	38.413.622	39.702.567
7.09.01	Pessoal	22.615.509	21.329.593	18.862.737
7.09.01.01	Remuneração Direta	14.811.819	13.973.326	12.127.248
7.09.01.02	Benefícios	3.727.941	3.176.769	2.865.445
7.09.01.03	F.G.T.S.	791.201	749.271	715.214
7.09.01.04	Outros	3.284.548	3.430.227	3.154.830

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.09.01.04.01	Outros encargos	3.284.548	3.430.227	3.154.830
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.890.608	-20.615	6.362.073
7.09.02.01	Federais	6.483.368	-1.337.750	5.103.521
7.09.02.02	Estaduais	941	832	802
7.09.02.03	Municipais	1.406.299	1.316.303	1.257.750
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.449.876	1.306.605	1.134.261
7.09.03.01	Aluguéis	1.449.876	1.306.605	1.134.261
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.659.577	15.798.039	13.343.496
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.354.607	4.445.239	3.674.036
7.09.04.02	Dividendos	0	1.300.507	851.104
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.672.674	8.323.836	7.327.956
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.632.296	1.728.457	1.490.400

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Índice dos Relatórios da Administração**

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração relativo ao exercício 2016, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), das normas contábeis internacionais, aprovadas pelo IASB e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

1. Ambiente Macroeconômico

Em 2016, o cenário macroeconômico doméstico e internacional foi caracterizado por incertezas que afetaram direta e indiretamente o ambiente de negócios das instituições financeiras.

A economia internacional continuou apresentando uma leve, porém desbalanceada, recuperação.

Nos Estados Unidos, se por um lado a economia cresceu gradativamente, com redução da taxa de desemprego para patamar próximo ao pleno emprego, por outro o resultado da eleição presidencial trouxe dúvidas sobre as perspectivas econômicas. Nesse ambiente, o banco central dos Estados Unidos prosseguiu com a normalização das condições monetárias, contribuindo para a tendência de valorização do dólar em relação às principais moedas globais.

Na Europa, a atividade econômica respondeu aos estímulos monetários promovidos pelo Banco Central Europeu, com avanço do PIB em suas principais economias. Acrescenta-se a esse contexto, a ascensão de movimentos nacionalistas europeus que pregam o fechamento do mercado e o ceticismo em relação às vantagens da atual política de integração dos países via união monetária e econômica. A decisão dos britânicos pelo Brexit foi um dos sintomas desse processo, cujas consequências ainda não estão totalmente mensuradas.

Nos mercados emergentes, após turbulências no início do ano, as incertezas quanto ao crescimento econômico da China arrefeceram. Com isso, os preços das commodities apresentaram importante valorização no mercado internacional.

As incertezas externas e internas prejudicaram a evolução da economia brasileira em várias dimensões. Os investimentos, o consumo e o PIB retraíram em termos reais e o mercado de trabalho doméstico e as condições financeiras das empresas se deterioraram, afetando diretamente o mercado de crédito. Mesmo diante do fraco desempenho da economia, a inflação seguiu pressionada, levando o Banco Central a manter as condições monetárias apertadas.

No último trimestre, com o arrefecimento da inflação e a tendência de reancoragem das expectativas, a autoridade monetária iniciou o processo de distensão monetária, com a Selic sendo reduzida para 13,75% a.a. ao final de 2016.

Apesar do contexto difícil, 2016 também foi caracterizado por uma mudança importante de política econômica, o que sinaliza perspectivas promissoras para o cenário macroeconômico ao longo dos próximos anos. A nova política econômica focou em questões estruturantes, como o ajuste fiscal. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação, foi um marco nesta direção.

Com isso, o prêmio de risco Brasil, medido pelo CDS 5 anos, registrou recuo superior a 50%, comparativamente ao observado ao final de 2015, e os índices de confiança, sejam de empresários ou consumidores, passaram por uma importante inversão de tendência, sinalizando boas perspectivas em relação à possibilidade de retomada gradual e sustentada do crescimento econômico.

2. Estratégia Corporativa para o Período de 2017-2021

A atuação estratégica para o período visa conciliar o planejamento de capital, a rentabilidade ajustada ao risco no crescimento de negócios e o retorno adequado aos acionistas. Nesse sentido, pautados nos princípios da sustentabilidade, continuaremos dando prioridade a rentabilidade, as receitas com prestação de serviços, a redução de perdas, os ganhos em eficiência e a melhoria da produtividade advindos da simplificação de processos e da transformação digital. Manteremos nosso posicionamento inovador frente à nova realidade digital com o intuito de proporcionar experiências de alto valor aos clientes.

A seguir, alguns eventos destaques no ano:

- I. No primeiro semestre, nosso aplicativo para celular foi considerado como um dos cinco mais importantes no dia a dia das pessoas, segundo pesquisa da consultoria norte-americana *eMarketer*.
- II. Também no primeiro semestre, fomos listados entre os três empregadores mais atrativos do país, segundo *ranking* elaborado pela consultoria sueca *Universum Communications*, em parceria com a revista *Exame*.
- III. Lançamos em setembro o Portal Solução de dívidas na versão *mobile*, pela qual foram realizados 34 mil acordos e movimentados R\$ 245 milhões.
- IV. Lançamos em novembro a Conta Fácil. Esse novo tipo de conta pode ser aberta pelo celular e dispensa a apresentação de documentos. Desde o seu lançamento, foram abertas mais de 296 mil contas.
- V. Desde novembro nossos clientes contam com a possibilidade de emitir senhas para atendimento presencial pelo aplicativo do BB no celular. Até o fim de 2016 110,5 mil senhas foram emitidas com essa inovação.
- VI. Mantivemos a liderança no *ranking* Anbima de fundos de investimentos através da BB Gestão de Recursos (BB DTVM), com participação de mercado de 22,4% e um total de R\$ 730,9 bilhões em recursos administrados.

3. Destaques Financeiros

Seguem abaixo os principais números relativos ao resultado do Banco do Brasil

Tabela 1. Destaques Financeiros

	Demonstrações Contábeis	
	2015	2016
Resultado (R\$ milhões)		
Lucro Líquido	15.798	8.660
Receita Líquida de Juros	45.748	61.914
Receita líquida de tarifas e comissões	18.521	20.848
Despesas Administrativas ¹	(31.711)	(33.301)
	Dez/15	Dez/16
Patrimoniais (R\$ milhões)		
Ativos	1.388.865	1.387.216
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	673.747	603.857
Depósitos a clientes	422.937	425.316
Patrimônio Líquido	86.230	90.077
Índice de Basileia (%)	16,1%	18,5%

1 – Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

Capital

O Banco do Brasil possui Plano de Capital que norteia a tomada de decisão da nossa Administração frente aos requerimentos de Basileia 3 e exigências do regulador interno.

O índice de Basileia do Banco do Brasil atingiu 18,5% em dezembro/16, permanecendo acima do mínimo regulatório. O índice de capital nível I chegou a 12,8%, sendo 9,6% de capital principal. O patrimônio de referência do Banco alcançou R\$ 130,5 bilhões.

4. Negócios e Relacionamentos com Clientes

Contexto atual

Em novembro iniciamos o processo de reorganização estrutural, para tornar o Banco ainda mais dinâmico, ágil, competitivo e reforçar a sustentabilidade dos nossos negócios. O objetivo é aprimorar a experiência do cliente e, consequentemente, retomar índices de rentabilidade compatíveis com nossos pares de mercado, no médio prazo.

A seguir, apresentamos as principais diretrizes do processo de reorganização:

Transformação digital: Os avanços tecnológicos e a popularização dos dispositivos com acesso à *internet* provocaram mudanças significativas nas relações de consumo. Os clientes estão mais informados, colaborativos e propensos a escolher com base em avaliações de outros consumidores.

Neste cenário, reforçamos nossa estratégia digital, com a implementação de novos modelos de relacionamento, realização de negócios, além de horário estendido de atendimento em canais digitais. A utilização de tecnologias de análise de dados nos permitiu aprofundar o conhecimento sobre os padrões de consumo e expectativas de nossos clientes.

A transformação digital iniciada pelo BB oferece aos clientes maior comodidade, agilidade e conveniência na sua experiência de consumo. A oferta assertiva de produtos e serviços personalizados aproxima as necessidades dos clientes às soluções oferecidas pelo Banco, estratégia que gera maior satisfação e rentabilidade por cliente.

Eficiência e gestão: Outro pilar da reorganização é a redução de despesas e melhoria da eficiência operacional. Implementamos no segundo semestre medidas que contemplam:

- I. redimensionamento da estrutura organizacional: Agências - transformação de 379 em postos de atendimento e desativação de 402; extinção de três unidades estratégicas, 31 superintendências regionais, sendo 3 de Governo e centralização de processos em órgãos regionais. Aumento do número de agências com atendimento digital.
- II. lançamento do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada: oferecemos incentivo de desligamento aos funcionários em condições de se aposentar até o dia 31 de dezembro de 2016, de forma livre e autônoma. Aderiram ao Plano 9.409 funcionários.
- III. ampliação do Plano de Funções de 2013 – Jornada de seis horas: ampliação do público-alvo para a jornada de seis horas. Inclusão de seis mil assessores da direção geral, superintendências e órgãos regionais no público potencial.
- IV. revisão de processos: identificamos oportunidades de simplificação de atividades diárias e redução do fluxo de atendimento não relacionado aos negócios, que pode ser realizado em canais de autoatendimento, contribuindo para ganhos em produtividade e favorecendo o foco em negócios.
- V. novas práticas de gestão de despesas: revisão de despesas com serviços de terceiros, locação e condomínio, deslocamento, transporte de valores entre outras despesas.

4.1 Pessoas Físicas

Atendimento

Nossos mais de 62 milhões de clientes contam com 16,6 mil pontos de atendimento, presentes em 99,7% dos municípios brasileiros. Para melhor atendê-los, contamos com segmentos de relacionamento de acordo com as características de cada público. Atualmente nossos segmentos são: Private, Estilo, Exclusivo, Personalizado, Varejo e Mercado Emergente.

Os clientes Private podem ser atendidos de forma exclusiva em sete Escritórios, 68 pontos de atendimento no país e um no exterior. Nesse segmento, oferecemos consultoria financeira em investimentos e gestão patrimonial por gerentes especializados, dos quais 84% possuem certificação em planejamento financeiro CFP. Como resultado da assertividade na estratégia de relacionamento com o público Private, a satisfação do nosso cliente cresceu 3,5% em relação a 2015.

No varejo alta renda, atendíamos ao final de 2016 mais de quatro milhões de clientes nos segmentos Estilo, Exclusivo e Personalizado em 250 agências exclusivas para esse público.

Para os clientes dos segmentos Varejo e Emergente, houve incentivo à utilização de canais de autoatendimento, centralização do fluxo de caixa no BB e uso responsável do crédito, com prioridade para a oferta de linhas com menor risco. No público-alvo, destacam-se os proventistas e os beneficiários do INSS.

Experiência Digital

Encerramos 2016 com a marca de 250 agências Estilo Digital, sendo que 129 foram abertas neste ano. A expansão desse modelo de relacionamento, aliado à outras inovações na oferta de produtos, proporcionou a elevação nos níveis de satisfação dos clientes, em média, de 16%, de acordo com o resultado do *Net Promoter Score*. A rentabilidade obtida com novos clientes inseridos no segmento cresceu entre 20% e 44%¹. A evolução percebida no segmento Estilo também ocorreu no atendimento ao público Exclusivo, com 175 mil clientes atendidos no modelo digital em 34 escritórios.

Para os clientes Private, passamos a oferecer desde março opções de atendimento digital, a exemplo da ferramenta “Fale com seu Gerente”. A solução permite o contato direto do cliente com o BB por meio da troca de mensagens instantâneas, de forma segura, via aplicativo do Banco do Brasil ou *internet banking*.

Em 2016, as transações realizadas nos canais *mobile* e *internet* representaram 38,6% e 26,4% do total do atendimento automatizado no BB.

Em setembro, lançamos o *app* Ourocard. O aplicativo, desenvolvido a partir de sugestões dos próprios clientes, permite acompanhamento de gastos, geração de cartão virtual para compras na *Internet* e questionamento de compras não reconhecidas. Em *smartphones* com a tecnologia NFC, o aplicativo oferece ainda a solução de pagamentos por aproximação. Em 2016, mais de 592 mil ativações do aplicativo.

¹ Considera a distância entre a rentabilidade de um cliente encarteirado e outro não encarteirado com o mesmo perfil

Inovações nos Negócios

A partir de 2016, nossos clientes passaram a contar com a possibilidade de financiar um veículo e contratar antecipação do imposto de renda de forma totalmente digital, pelo seu *smartphone*. No ano, foram desembolsados R\$ 193,5 milhões no crédito veículo (60,2% do total de operações realizadas fora do atendimento bancário) e R\$ 19,0 milhões em antecipação de IR nesse canal.

Com o objetivo de oferecer cada vez mais comodidade ao cliente investidor, implementamos assessoria em investimento por meio de atendimento via *chat*, disponível no autoatendimento BB pela *internet*. Em 2016, captamos R\$ 1,3 bilhão em investimentos por esse canal.

Desde agosto, nossos clientes podem resgatar benefícios por meio dos pontos adquiridos no Programa Ponto pra Você por meio da *Internet* ou do *app* Lívolo. Em 2016, foram mais de 18 bilhões de pontos enviados à Lívolo.

A partir de novembro, nossos clientes passaram a contar com um novo tipo de conta, a Conta Fácil, uma conta de pagamento pré-paga, individual, com um único titular por CPF, que pode ser aberta pelo celular e permite movimentação a crédito no valor máximo de R\$ 5.000,00. Esse tipo de conta dispensa a apresentação de documentos, uma vez que a assinatura é realizada com a própria senha, gerando comodidade, além de ganhos de eficiência operacional. Além disso, a Conta Fácil possibilitará ao cliente contratar seguros, capitalização e consórcios. Desde o seu lançamento, foram abertas mais de 296 mil contas.

Crédito

O crédito consignado permanece como a principal linha na carteira para pessoas físicas, com 32,1% do total da carteira classificada, sendo os empréstimos para servidores públicos os mais representativos (88,5%).

O crédito imobiliário encerrou o ano com expansão em relação a 2015, confirmando a tendência de ganho de relevância na carteira, com elevação na participação de 19,2% para 21,3%.

4.2 Empresas e Governo

Atendimento

Nossos 2,4 milhões de clientes empresariais são atendidos nos seguintes segmentos: Micro e Pequenas Empresas (MPE), Empresa, Empresarial Middle, Empresarial Upper Middle, Corporate e Large Corporate.

Encerramos o ano com 38 agências especializadas e exclusivas para atendimento de MPEs, nas quais foram atendidos cerca de 45 mil clientes. O modelo se encontra em expansão e novas agências serão implantadas até o final de 2017.

Em maio, atuamos em operação de emissão de *bonds* no valor de US\$ 6,8 bilhões. Foi a maior emissão externa de uma empresa brasileira desde março/2014 e reabriu o mercado de dívida para outras empresas.

Lançamos em outubro novo modelo para prospecção de clientes e negócios no atacado. A estratégia prevê a atuação conjunta dos segmentos Private e Atacado e deverá oferecer atendimento completo e qualificado, com soluções corporativas personalizadas e aconselhamento financeiro para a gestão patrimonial, tanto para o dirigente quanto para sua empresa.

Experiência Digital

Encerramos 2016 com 20 escritórios de negócios voltados ao atendimento de MPE, sendo 17 implantados no ano passado. Nesses escritórios, foram atendidos 36 mil clientes, que contam com canais digitais para relacionamento e horário de atendimento estendido.

Inovações nos Negócios

Para melhoria de eficiência operacional e oferta de novas soluções aos clientes, foram lançadas novas funcionalidades no Gerenciador Financeiro, entre elas, consulta a extratos de ordens judiciais, assinatura digital em contratos de câmbio, novo menu de liberações e extrato de recebíveis. As empresas que atuam no comércio exterior realizaram 63,0% das operações de câmbio exportação e 38,8% de câmbio importação via *internet*.

Governo

Em dezembro, o portal UniBB Setor Público completou um ano de seu lançamento, tendo ofertado aos usuários mais de 150 conteúdos entre cursos, artigos, videoaulas e casos de sucesso sobre variados temas de relevância para a gestão municipal. Atualmente são quase 4,5 mil gestores públicos cadastrados que já concluíram mais de seis mil cursos e acessaram cerca de dois mil itens de biblioteca em 12,4 mil acessos.

Firmamos, também em dezembro, termo de compromisso com o Ministério Público Federal para implementar medidas de combate à corrupção na movimentação de recursos públicos federais. O objetivo do compromisso é implementar restrições na movimentação de contas específicas vinculadas aos repasses de recursos federais, mantidas pelos governos estaduais e municipais, no âmbito das transferências voluntárias (Decreto nº 6.170/2007) e transferências legais (Decreto nº 7.507/2011). Entre as medidas a serem implementados pelo Banco estão a limitação legal do saque em espécie e a identificação da finalidade de pagamentos, a fim de dar rastreabilidade aos gastos públicos.

Crédito

A carteira de crédito PJ encerrou 2016 com queda em relação a 2015. No financiamento ao comércio exterior, as operações de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e sobre Cambiais Entregues (ACE) representaram 23,4% do mercado. No câmbio exportação, atingimos 21,1% de participação em 2016, com valor contratado de US\$ 37,1 bilhões, mantendo a liderança de mercado, consolidando a posição do Banco como o principal parceiro do comércio exterior brasileiro.

4.3 Rural e Agroindustrial

Atendimento

Lançamos em 2016 o atendimento especializado para o agronegócio em Dourados (MS). Nesse modelo de relacionamento, os clientes contam com atendimento realizado por equipe capacitada em crédito rural, apoio de especialistas em investimentos, consultoria de engenheiros agrônomos, além de horário de atendimento estendido.

A iniciativa tem o objetivo aprimorar a experiência do cliente produtor rural brasileiro, adaptando o modelo de atendimento aos novos desafios e necessidades desses clientes, de forma a assegurar as condições necessárias à continuidade do crescimento sustentável deste segmento da economia. O modelo será inicialmente testado em três municípios com grande concentração de clientes produtores rurais e com vocação para o agronegócio. São eles: Dourados (MS), Araçatuba (SP) e Cascavel (PR).

Experiência Digital

Em 2016, o Projeto AgroDigital, desenvolvido para proporcionar inovações no atendimento aos nossos clientes do agronegócio, concluiu 36 trabalhos, entre eles os aplicativos utilizados nas feiras do agronegócio, a disponibilização do Extrato de Operações Rurais no *mobile* e o GeoMapa Rural, solução para a delimitação de propriedades rurais via coordenadas geodésicas (satélite).

Inovações nos Negócios

A partir de novembro/2016, os produtores rurais pessoas físicas começaram a receber mensagens SMS, informando sobre a aprovação e a renovação de seus financiamentos. Os clientes também serão informados sobre parcelas vincendas de suas operações rurais, sendo que, especificamente para os agricultores familiares, foi disponibilizado aviso sobre a proximidade de vencimento de sua Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Esses avisos são gerados de forma automática, ofertando comodidade ao cliente produtor rural, o que fortalece nosso relacionamento com esse público, trazendo maior segurança ao banco na gestão de sua carteira de agronegócios.

Essa iniciativa, somada a outras recém-lançadas como a simulação de financiamentos rurais e a consulta a extratos e lançamentos futuros, reforça nossa imagem de agente financeiro moderno e inovador, que disponibiliza a seus clientes soluções que asseguram mais transparência e comodidade no acompanhamento de seus financiamentos rurais.

Crédito

Nos mantemos, historicamente, como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o suprimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, detínhamos, em dezembro/2016, 59,2% de participação nos financiamentos destinados ao setor.

Na contratação de operações de crédito rural utilizamos mecanismos de mitigação de risco (intempéries e preços). Na safra 2016/2017, 64,2% das operações de custeio agrícola contratadas estavam cobertas com seguro de produção (Seguro Agrícola ou Proagro), seguro de preço (contratos de opções) ou ambos (Seguro Faturamento).

5. Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável

Nossos negócios sociais têm como prioridade o desenvolvimento de iniciativas economicamente rentáveis, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

Por acreditarmos na viabilidade de conciliar o atendimento aos interesses dos nossos acionistas ao desenvolvimento de negócios sociais e ambientalmente sustentáveis, contamos com o Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável (DS). Esse sistema permite mapear programas, projetos e ações, além de identificar oportunidades nas dependências de forma integrada, impulsionando as iniciativas em Planos de Ações em Desenvolvimento Sustentável (PADS).

Tabela 2. Principais Negócios Sociais

R\$ milhões	Saldo		Var. %
	2015	2016	
MPO	663,4	560,1	(15,6)
Fies	19.480,3	27.106,4	39,1
Crédito Acessibilidade	160,1	169,3	5,7

6. Acionistas

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no site de Relações com Investidores. Também adotamos a prática de convidar analistas de mercado para conferências sempre que a Administração entende ser necessário esclarecer temas específicos sobre a Empresa. Realizamos em 2016 nove *Non-deal roadshows* (visitas de relacionamento) no exterior, participamos de nove conferências no País e outras 13 no exterior, além de promovermos quatro teleconferências de resultado. Realizamos também um encontro Apimec e organizamos reuniões com investidores em Nova York e São Paulo. Mantemos uma equipe dedicada ao atendimento a analistas e investidores, que realizou, até dezembro, 947 atendimentos, incluindo participação em reuniões e atendimentos telefônicos.

Tabela 3. Indicadores de Mercado

	Indicadores	
	2015	2016
Valor Patrimonial - BBAS3 - Consolidado	30,9	32,3
Cotação de Fechamento - BBAS3	14,7	28,1
Lucro por Ação (R\$)	5,03	2,52
Retorno sobre Ativos (%)	1,2	0,6
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	16,9	8,7
Dividendos (R\$ milhões)	1.301	-
JCP (R\$ milhões)	4.445	2.355
Cotação ADR (US\$)	3,68	8,32

Distribuição de Dividendos

De acordo com Fato Relevante de 23/02/2016, o Conselho de Administração decidiu, no exercício de suas atribuições estabelecidas no art. 21, inciso II do Estatuto Social do BB, fixar em 25% o percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio para o exercício de 2016.

Maiores esclarecimentos acerca de política de dividendos do Banco do Brasil poderão ser encontrados na seção 3 do Formulário de Referência ou no artigo 45 do Estatuto Social do BB, disponibilizados no site bb.com.br/ri.

7. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é formada pelo Conselho de Administração (CA) e pela Diretoria Executiva (DE). O CA é composto por oito membros e assessorado pelos comitês de Auditoria, Remuneração e pela Auditoria Interna. A DE é composta pelo Conselho Diretor (presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. Mantemos ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal (CF) composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, instituímos processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Auditor Geral, do Comitê de Remuneração e da Diretoria Executiva. O Estatuto Social, os códigos de governança corporativa e de ética também dão suporte às práticas de governança adotadas.

Em todos os níveis, as decisões são tomadas de forma colegiada com o propósito de promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração se utiliza de diversos comitês, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Controles Internos

Alinhado à nossa estratégia corporativa, o Sistema de Controles Internos continua com atuação coesa e coordenada no gerenciamento de riscos e controles.

O modelo preserva a autoridade e independência da Diretoria de Controles Internos, na condição de responsável pela avaliação consolidada do Sistema de Controles Internos.

Para informações adicionais sobre controles internos no BB, consulte o Formulário de Referência 2016 disponível em www.bb.com.br/ri.

Segurança Institucional

Continuamos apoiando e contribuindo ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. Participamos de reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e Ministério Público do Estado de São Paulo. No período, 27.227 funcionários participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

8. Gestão de Pessoas

Para nós, o desenvolvimento das políticas e práticas de gestão de pessoas é norteado pela meritocracia, desenvolvimento de competências para o trabalho e clima organizacional. Eles são o alicerce que permite a conquista dos objetivos estratégicos.

Segue abaixo o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 4. Perfil de Funcionários

	2015	2016	Var. %
Perfil de Funcionários			
Funcionários	109.191	100.622	(7,8)
Feminino	45.382	41.549	(8,4)
Masculino	63.809	59.073	(7,4)
Escolaridade			
Ensino Médio	23.489	19.750	(15,9)
Graduação	47.658	43.083	(9,6)
Especialização, Mestrado e Doutorado	37.728	37.575	(0,4)
Demais	316	214	(32,3)
Distribuição Geográfica			
Norte	4.948	4.689	(5,2)
Nordeste	18.207	16.719	(8,2)
Centro-Oeste	19.257	17.899	(7,1)
Sudeste	49.393	44.924	(9,0)
Sul	17.342	16.349	(5,7)
Exterior	44	42	(4,5)
Rotatividade de Funcionários (%)	6,37	9,95	56,2
Rotatividade de Funcionários-s/ Efeitos do PEAI (%)	1,81	0,97	(46,4)

Em 2016, investimos R\$ 97,5 milhões em educação corporativa por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB). Esse investimento possibilitou a oferta de 11,6 mil bolsas de graduação, 11,9 mil de pós-graduação e 6,1 mil bolsas de idiomas.

Além disso, o Programa Extraordinário de Desempenho Gratificado (PDG), contemplou 6,7 mil funcionários e distribuiu R\$ 64,8 milhões.

Tabela 5. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis		Var. %
	2015	2016	s/ 2015
Folha de pagamento ¹	18.865	20.631	9,4
Previdência Complementar ²	1.368	1.471	7,5
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.828	1.016	(44,4)
Treinamento ⁴	70	67	(4,6)
Honorários de diretores e conselheiros	46	49	7,6

1 - Despesas com proventos, benefícios e encargos sociais, conforme Nota Explicativa de Despesas de Pessoal;

2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados;

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Nota Explicativa de Despesas de Pessoal;

4 - Conforme Nota Explicativa de Despesas de Pessoal.

9. Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 94,8% de nossos clientes pessoa jurídica são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 43 bilhões em dezembro de 2016. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 1,5 bilhão e das pequenas empresas R\$ 25,2 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 1,1 bilhão e para as pequenas empresas R\$ 15 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 1.619,2 mil, que representam 6,1% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram:

Tabela 6. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data da Contratação	Data Final da Contratação	Natureza do Serviço Prestado	Valor Total dos Honorários Contratados (R\$ mil)
Banco Votorantim S.A.	01/01/2016	25/05/2016	Revisão de documentação	186,6
Banco Patagonia S.A.	01/01/2016	31/12/2016	Revisão agente financeiro de novo trust	39,7
Banco Votorantim S.A.	21/01/2016	24/02/2016	Conformidade - NBC TO 3000 (ISAE 300)	10,0
Kepler Weber S.A.	18/02/2016	18/08/2016	Consultoria - SAP	435,0
Elo Participações S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
Stelo S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
Livelo S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
Elo Serviços S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
CBSS - Alelo	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	16,3
Ibi Promotora de Vendas	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	4,1
Movera	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	2,0
Banco Votorantim S.A.	16/03/2016	30/04/2016	Conformidade - NBC TO 3000 (ISAE 300)	29,2
Votorantim Asset	16/03/2016	30/04/2016	Conformidade - NBC TO 3000 (ISAE 300)	14,6
Votorantim Asset	16/03/2016	30/04/2016	Relatório - Escrituração de valores mobiliários	65,3
Cielo S.A.	17/03/2016	Em andamento	Asseguração limitada - Rel. Sustentabilidade	88,4
BB Securities Asia	01/04/2016	31/03/2017	Cumprimento de obrigações fiscais	23,1
Banco Votorantim S.A.	24/05/2016	31/07/2016	Rev. Escriturações Contábil Fiscal	100,0
BB AG	19/07/2016	20/07/2016	Treinamento Fit&Proper	5,8
BB La Paz	01/09/2016	31/12/2018	Consultoria tributária	78,9
Cielo S.A.	01/10/2016	31/12/2016	Treinamento - Requerimentos normativos	171,0
Neoenergia S.A.	17/10/2016	16/02/2017	Análise de processos	248,0
BB La Paz	03/11/2016	31/12/2017	Treinamento - Requerimentos normativos	54,6
BB AG	18/11/2016	18/11/2016	Treinamento Fit&Proper	14,0

Em cumprimento à Instrução CVM 381, informamos que, em 2016, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 5 – Demonstrações contábeis consolidadas.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 1,5 bilhão, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 688,1 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 695,2 milhões).
- II. No período não ocorreram modificações societárias.

- III. O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos Clientes e da sociedade. Para mais informações, visite o site de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração relativo ao exercício 2016, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

1. Ambiente Macroeconômico

Em 2016, o cenário macroeconômico doméstico e internacional foi caracterizado por incertezas que afetaram direta e indiretamente o ambiente de negócios das instituições financeiras.

A economia internacional continuou apresentando uma leve, porém desbalanceada, recuperação.

Nos Estados Unidos, se por um lado a economia cresceu gradativamente, com redução da taxa de desemprego para patamar próximo ao pleno emprego, por outro o resultado da eleição presidencial trouxe dúvidas sobre as perspectivas econômicas. Nesse ambiente, o banco central dos Estados Unidos prosseguiu com a normalização das condições monetárias, contribuindo para a tendência de valorização do dólar em relação às principais moedas globais.

Na Europa, a atividade econômica respondeu aos estímulos monetários promovidos pelo Banco Central Europeu, com avanço do PIB em suas principais economias. Acrescenta-se a esse contexto, a ascensão de movimentos nacionalistas europeus que pregam o fechamento do mercado e o ceticismo em relação às vantagens da atual política de integração dos países via união monetária e econômica. A decisão dos britânicos pelo Brexit foi um dos sintomas desse processo, cujas consequências ainda não estão totalmente mensuradas.

Nos mercados emergentes, após turbulências no início do ano, as incertezas quanto ao crescimento econômico da China arrefeceram. Com isso, os preços das commodities apresentaram importante valorização no mercado internacional.

As incertezas externas e internas prejudicaram a evolução da economia brasileira em várias dimensões. Os investimentos, o consumo e o PIB retraíram em termos reais e o mercado de trabalho doméstico e as condições financeiras das empresas se deterioraram, afetando diretamente o mercado de crédito. Mesmo diante do fraco desempenho da economia, a inflação seguiu pressionada, levando o Banco Central a manter as condições monetárias apertadas.

No último trimestre, com o arrefecimento da inflação e a tendência de reancoragem das expectativas, a autoridade monetária iniciou o processo de distensão monetária, com a Selic sendo reduzida para 13,75% a.a. ao final de 2016.

Apesar do contexto difícil, 2016 também foi caracterizado por uma mudança importante de política econômica, o que sinaliza perspectivas promissoras para o cenário macroeconômico ao longo dos próximos anos. A nova política econômica focou em questões estruturantes, como o ajuste fiscal. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação, foi um marco nesta direção.

Com isso, o prêmio de risco Brasil, medido pelo CDS 5 anos, registrou recuo superior a 50%, comparativamente ao observado ao final de 2015, e os índices de confiança, sejam de empresários ou consumidores, passaram por uma importante inversão de tendência, sinalizando boas perspectivas em relação à possibilidade de retomada gradual e sustentada do crescimento econômico.

2. Estratégia Corporativa para o Período de 2017-2021

A atuação estratégica para o período visa conciliar o planejamento de capital, a rentabilidade ajustada ao risco no crescimento de negócios e o retorno adequado aos acionistas. Nesse sentido, pautados nos princípios da sustentabilidade, continuaremos dando prioridade a rentabilidade, as receitas com prestação de serviços, a redução de perdas, os ganhos em eficiência e a melhoria da produtividade advindos da simplificação de processos e da transformação digital. Manteremos nosso posicionamento inovador frente à nova realidade digital com o intuito de proporcionar experiências de alto valor aos clientes.

A seguir, alguns eventos destaques no ano:

- I. No primeiro semestre, nosso aplicativo para celular foi considerado como um dos cinco mais importantes no dia a dia das pessoas, segundo pesquisa da consultoria norte-americana *eMarketer*.
- II. Também no primeiro semestre, fomos listados entre os três empregadores mais atrativos do país, segundo *ranking* elaborado pela consultoria sueca Universum Communications, em parceria com a revista Exame.
- III. Lançamos em setembro o Portal Solução de dívidas na versão *mobile*, pela qual foram realizados 34 mil acordos e movimentados R\$ 245 milhões.
- IV. Lançamos em novembro a Conta Fácil. Esse novo tipo de conta pode ser aberta pelo celular e dispensa a apresentação de documentos. Desde o seu lançamento, foram abertas mais de 296 mil contas.
- V. Desde novembro nossos clientes contam com a possibilidade de emitir senhas para atendimento presencial pelo aplicativo do BB no celular. Até o fim de 2016 110,5 mil senhas foram emitidas com essa inovação.
- VI. Mantivemos a liderança no *ranking* Anbima de fundos de investimentos através da BB Gestão de Recursos (BB DTVM), com participação de mercado de 22,4% e um total de R\$ 730,9 bilhões em recursos administrados.

3. Destaques Financeiros

Seguem abaixo os principais números relativos ao resultado do Banco do Brasil

Tabela 1. Destaques Financeiros

Destaques	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	2015	2016	2015	2016
Resultado (R\$ milhões)				
Lucro Líquido	14.108	7.930	14.400	8.034
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	15.269	31.593	22.045	31.927
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	16.475	17.617	22.361	24.004
Despesas Administrativas ¹	(34.787)	(37.148)	(36.177)	(38.548)
Patrimoniais (R\$ milhões)				
Ativos	1.514.683	1.506.278	1.401.129	1.401.377
Carteira de Crédito Classificada	700.229	637.606	719.568	653.591
Depósitos Totais	456.623	434.397	464.420	445.981
Patrimônio Líquido	70.673	76.218	81.536	87.194
Índice de Basileia (%)	16,1%	18,5%	16,1%	18,5%

1 – Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

Capital

O Banco do Brasil possui Plano de Capital que norteia a tomada de decisão da nossa Administração frente aos requerimentos de Basileia 3 e exigências do regulador interno.

O índice de Basileia do Banco do Brasil atingiu 18,5% em dezembro/16, permanecendo acima do mínimo regulatório. O índice de capital nível I chegou a 12,8%, sendo 9,6% de capital principal. O patrimônio de referência do Banco alcançou R\$ 130,5 bilhões.

4. Negócios e Relacionamentos com Clientes

Contexto atual

Em novembro iniciamos o processo de reorganização estrutural, para tornar o Banco ainda mais dinâmico, ágil, competitivo e reforçar a sustentabilidade dos nossos negócios. O objetivo é aprimorar a experiência do cliente e, consequentemente, retomar índices de rentabilidade compatíveis com nossos pares de mercado, no médio prazo.

A seguir, apresentamos as principais diretrizes do processo de reorganização:

Transformação digital: Os avanços tecnológicos e a popularização dos dispositivos com acesso à *internet* provocaram mudanças significativas nas relações de consumo. Os clientes estão mais informados, colaborativos e propensos a escolher com base em avaliações de outros consumidores.

Neste cenário, reforçamos nossa estratégia digital, com a implementação de novos modelos de relacionamento, realização de negócios, além de horário estendido de atendimento em canais digitais. A utilização de tecnologias de análise de dados nos permitiu aprofundar o conhecimento sobre os padrões de consumo e expectativas de nossos clientes.

A transformação digital iniciada pelo BB oferece aos clientes maior comodidade, agilidade e conveniência na sua experiência de consumo. A oferta assertiva de produtos e serviços personalizados aproxima as necessidades dos clientes às soluções oferecidas pelo Banco, estratégia que gera maior satisfação e rentabilidade por cliente.

Eficiência e gestão: Outro pilar da reorganização é a redução de despesas e melhoria da eficiência operacional. Implementamos no segundo semestre medidas que contemplam:

- I. redimensionamento da estrutura organizacional: Agências - transformação de 379 em postos de atendimento e desativação de 402; extinção de três unidades estratégicas, 31 superintendências regionais, sendo 3 de Governo e centralização de processos em órgãos regionais. Aumento do número de agências com atendimento digital.
- II. lançamento do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada: oferecemos incentivo de desligamento aos funcionários em condições de se aposentar até o dia 31 de dezembro de 2016, de forma livre e autônoma. Aderiram ao Plano 9.409 funcionários.
- III. ampliação do Plano de Funções de 2013 – Jornada de seis horas: ampliação do público-alvo para a jornada de seis horas. Inclusão de seis mil assessores da direção geral, superintendências e órgãos regionais no público potencial.
- IV. revisão de processos: identificamos oportunidades de simplificação de atividades diárias e redução do fluxo de atendimento não relacionado aos negócios, que pode ser realizado em canais de autoatendimento, contribuindo para ganhos em produtividade e favorecendo o foco em negócios.
- V. novas práticas de gestão de despesas: revisão de despesas com serviços de terceiros, locação e condomínio, deslocamento, transporte de valores entre outras despesas.

4.1 Pessoas Físicas

Atendimento

Nossos mais de 62 milhões de clientes contam com 16,6 mil pontos de atendimento, presentes em 99,7% dos municípios brasileiros. Para melhor atendê-los, contamos com segmentos de relacionamento de acordo com as características de cada público. Atualmente nossos segmentos são: Private, Estilo, Exclusivo, Personalizado, Varejo e Mercado Emergente.

Os clientes Private podem ser atendidos de forma exclusiva em sete Escritórios, 68 pontos de atendimento no país e um no exterior. Nesse segmento, oferecemos consultoria financeira em investimentos e gestão patrimonial por gerentes especializados, dos quais 84% possuem certificação em planejamento financeiro CFP. Como resultado da

assertividade na estratégia de relacionamento com o público Private, a satisfação do nosso cliente cresceu 3,5% em relação a 2015.

No varejo alta renda, atendíamos ao final de 2016 mais de quatro milhões de clientes nos segmentos Estilo, Exclusivo e Personalizado em 250 agências exclusivas para esse público.

Para os clientes dos segmentos Varejo e Emergente, houve incentivo à utilização de canais de autoatendimento, centralização do fluxo de caixa no BB e uso responsável do crédito, com prioridade para a oferta de linhas com menor risco. No público-alvo, destacam-se os proventistas e os beneficiários do INSS.

Experiência Digital

Encerramos 2016 com a marca de 250 agências Estilo Digital, sendo que 129 foram abertas neste ano. A expansão desse modelo de relacionamento, aliado à outras inovações na oferta de produtos, proporcionou a elevação nos níveis de satisfação dos clientes, em média, de 16%, de acordo com o resultado do *Net Promoter Score*. A rentabilidade obtida com novos clientes inseridos no segmento cresceu entre 20% e 44%¹. A evolução percebida no segmento Estilo também ocorreu no atendimento ao público Exclusivo, com 175 mil clientes atendidos no modelo digital em 34 escritórios.

Para os clientes Private, passamos a oferecer desde março opções de atendimento digital, a exemplo da ferramenta "Fale com seu Gerente". A solução permite o contato direto do cliente com o BB por meio da troca de mensagens instantâneas, de forma segura, via aplicativo do Banco do Brasil ou *internet banking*.

Em 2016, as transações realizadas nos canais *mobile* e *internet* representaram 38,6% e 26,4% do total do atendimento automatizado no BB.

Em setembro, lançamos o *app* Ourocard. O aplicativo, desenvolvido a partir de sugestões dos próprios clientes, permite acompanhamento de gastos, geração de cartão virtual para compras na *Internet* e questionamento de compras não reconhecidas. Em *smartphones* com a tecnologia NFC, o aplicativo oferece ainda a solução de pagamentos por aproximação. Em 2016, mais de 592 mil ativações do aplicativo.

Inovações nos Negócios

A partir de 2016, nossos clientes passaram a contar com a possibilidade de financiar um veículo e contratar antecipação do imposto de renda de forma totalmente digital, pelo seu *smartphone*. No ano, foram desembolsados R\$ 193,5 milhões no crédito veículo (60,2% do total de operações realizadas fora do atendimento bancário) e R\$ 19,0 milhões em antecipação de IR nesse canal.

Com o objetivo de oferecer cada vez mais comodidade ao cliente investidor, implementamos assessoria em investimento por meio de atendimento via *chat*, disponível no autoatendimento BB pela *internet*. Em 2016, captamos R\$ 1,3 bilhão em investimentos por esse canal.

Desde agosto, nossos clientes podem resgatar benefícios por meio dos pontos adquiridos no Programa Ponto pra Você por meio da *Internet* ou do *app* Lívolo. Em 2016, foram mais de 18 bilhões de pontos enviados à Lívolo.

A partir de novembro, nossos clientes passaram a contar com um novo tipo de conta, a Conta Fácil, uma conta de pagamento pré-paga, individual, com um único titular por CPF, que pode ser aberta pelo celular e permite movimentação a crédito no valor máximo de R\$ 5.000,00. Esse tipo de conta dispensa a apresentação de documentos, uma vez que a assinatura é realizada com a própria senha, gerando comodidade, além de ganhos de eficiência operacional. Além disso, a Conta Fácil possibilitará ao cliente contratar seguros, capitalização e consórcios. Desde o seu lançamento, foram abertas mais de 296 mil contas.

¹ Considera a distância entre a rentabilidade de um cliente encarteirado e outro não encarteirado com o mesmo perfil

Crédito

O crédito consignado permanece como a principal linha na carteira para pessoas físicas, com 32,1% do total da carteira classificada, sendo os empréstimos para servidores públicos os mais representativos (88,5%).

O crédito imobiliário encerrou o ano com saldo de R\$ 42,0 bilhões, expansão de 13,1% em relação a 2015, confirmando a tendência de ganho de relevância na carteira, com elevação na participação de 19,2% para 21,3%.

4.2 Empresas e Governo

Atendimento

Nossos 2,4 milhões de clientes empresariais são atendidos nos seguintes segmentos: Micro e Pequenas Empresas (MPE), Empresa, Empresarial Middle, Empresarial Upper Middle, Corporate e Large Corporate.

Encerramos o ano com 38 agências especializadas e exclusivas para atendimento de MPEs, nas quais foram atendidos cerca de 45 mil clientes. O modelo se encontra em expansão e novas agências serão implantadas até o final de 2017.

Em maio, atuamos em operação de emissão de *bonds* no valor de US\$ 6,8 bilhões. Foi a maior emissão externa de uma empresa brasileira desde março/2014 e reabriu o mercado de dívida para outras empresas.

Lançamos em outubro novo modelo para prospecção de clientes e negócios no atacado. A estratégia prevê a atuação conjunta dos segmentos Private e Atacado e deverá oferecer atendimento completo e qualificado, com soluções corporativas personalizadas e aconselhamento financeiro para a gestão patrimonial, tanto para o dirigente quanto para sua empresa.

Experiência Digital

Encerramos 2016 com 20 escritórios de negócios voltados ao atendimento de MPE, sendo 17 implantados no ano passado. Nesses escritórios, foram atendidos 36 mil clientes, que contam com canais digitais para relacionamento e horário de atendimento estendido.

Inovações nos Negócios

Para melhoria de eficiência operacional e oferta de novas soluções aos clientes, foram lançadas novas funcionalidades no Gerenciador Financeiro, entre elas, consulta a extratos de ordens judiciais, assinatura digital em contratos de câmbio, novo menu de liberações e extrato de recebíveis. As empresas que atuam no comércio exterior realizaram 63,0% das operações de câmbio exportação e 38,8% de câmbio importação via *internet*.

Governo

Em dezembro, o portal UniBB Setor Público completou um ano de seu lançamento, tendo ofertado aos usuários mais de 150 conteúdos entre cursos, artigos, videoaulas e casos de sucesso sobre variados temas de relevância para a gestão municipal. Atualmente são quase 4,5 mil gestores públicos cadastrados que já concluíram mais de seis mil cursos e acessaram cerca de dois mil itens de biblioteca em 12,4 mil acessos.

Firmamos, também em dezembro, termo de compromisso com o Ministério Público Federal para implementar medidas de combate à corrupção na movimentação de recursos públicos federais. O objetivo do compromisso é implementar restrições na movimentação de contas específicas vinculadas aos repasses de recursos federais, mantidas pelos governos estaduais e municipais, no âmbito das transferências voluntárias (Decreto nº 6.170/2007) e transferências legais (Decreto nº 7.507/2011). Entre as medidas a serem implementados pelo Banco estão a limitação legal do saque em espécie e a identificação da finalidade de pagamentos, a fim de dar rastreabilidade aos gastos públicos.

Crédito

A carteira de crédito PJ encerrou 2016 com saldo de R\$ 249,2 bilhões, queda de 16,6% em relação a 2015. No financiamento ao comércio exterior, as operações de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e sobre Cambiais Entregues (ACE) representaram 23,4% do mercado. No câmbio exportação, atingimos 21,1% de participação em 2016, com valor contratado de US\$ 37,1 bilhões, mantendo a liderança de mercado, consolidando a posição do Banco como o principal parceiro do comércio exterior brasileiro.

4.3 Rural e Agroindustrial

Atendimento

Lançamos em 2016 o atendimento especializado para o agronegócio em Dourados (MS). Nesse modelo de relacionamento, os clientes contam com atendimento realizado por equipe capacitada em crédito rural, apoio de especialistas em investimentos, consultoria de engenheiros agrônomos, além de horário de atendimento estendido.

A iniciativa tem o objetivo aprimorar a experiência do cliente produtor rural brasileiro, adaptando o modelo de atendimento aos novos desafios e necessidades desses clientes, de forma a assegurar as condições necessárias à continuidade do crescimento sustentável deste segmento da economia. O modelo será inicialmente testado em três municípios com grande concentração de clientes produtores rurais e com vocação para o agronegócio. São eles: Dourados (MS), Araçatuba (SP) e Cascavel (PR).

Experiência Digital

Em 2016, o Projeto AgroDigital, desenvolvido para proporcionar inovações no atendimento aos nossos clientes do agronegócio, concluiu 36 trabalhos, entre eles os aplicativos utilizados nas feiras do agronegócio, a disponibilização do Extrato de Operações Rurais no *mobile* e o GeoMapa Rural, solução para a delimitação de propriedades rurais via coordenadas geodésicas (satélite).

Inovações nos Negócios

A partir de novembro/2016, os produtores rurais pessoas físicas começaram a receber mensagens SMS, informando sobre a aprovação e a renovação de seus financiamentos. Os clientes também serão informados sobre parcelas vincendas de suas operações rurais, sendo que, especificamente para os agricultores familiares, foi disponibilizado aviso sobre a proximidade de vencimento de sua Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Esses avisos são gerados de forma automática, ofertando comodidade ao cliente produtor rural, o que fortalece nosso relacionamento com esse público, trazendo maior segurança ao banco na gestão de sua carteira de agronegócios.

Essa iniciativa, somada a outras recém-lançadas como a simulação de financiamentos rurais e a consulta a extratos e lançamentos futuros, reforça nossa imagem de agente financeiro moderno e inovador, que disponibiliza a seus clientes soluções que asseguram mais transparência e comodidade no acompanhamento de seus financiamentos rurais.

Crédito

Nos mantemos, historicamente, como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o suprimento da demanda de crédito do segmento. Encerramos 2016 com carteira de crédito de Agronegócios de R\$ 179,1 bilhões, com destaque para a linha de custeio agropecuário. Conforme dados do Banco Central do Brasil, detínhamos, em dezembro/2016, 59,2% de participação nos financiamentos destinados ao setor.

Na contratação de operações de crédito rural utilizamos mecanismos de mitigação de risco (intempéries e preços). Na safra 2016/2017, 64,2% das operações de custeio agrícola contratadas estavam cobertas com seguro de produção (Seguro Agrícola ou Proagro), seguro de preço (contratos de opções) ou ambos (Seguro Faturamento).

5. Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável

Nossos negócios sociais têm como prioridade o desenvolvimento de iniciativas economicamente rentáveis, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

Por acreditarmos na viabilidade de conciliar o atendimento aos interesses dos nossos acionistas ao desenvolvimento de negócios sociais e ambientalmente sustentáveis, contamos com o Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável (DS). Esse sistema permite mapear programas, projetos e ações, além de identificar oportunidades nas dependências de forma integrada, impulsionando as iniciativas em Planos de Ações em Desenvolvimento Sustentável (PADS).

Tabela 2. Principais Negócios Sociais

R\$ milhões	Saldo		Var. %
	2015	2016	
MPO	663,4	560,1	(15,6)
Fies	19.480,3	27.106,4	39,1
Crédito Acessibilidade	160,1	169,3	5,7

6. Acionistas

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no site de Relações com Investidores. Também adotamos a prática de convidar analistas de mercado para conferências sempre que a Administração entende ser necessário esclarecer temas específicos sobre a Empresa. Realizamos em 2016 nove *Non-deal roadshows* (visitas de relacionamento) no exterior, participamos de nove conferências no País e outras 13 no exterior, além de promovermos quatro teleconferências de resultado. Realizamos também um encontro Apimec e organizamos reuniões com investidores em Nova York e São Paulo. Mantemos uma equipe dedicada ao atendimento a analistas e investidores, que realizou, até dezembro, 947 atendimentos, incluindo participação em reuniões e atendimentos telefônicos.

Tabela 3. Indicadores de Mercado

	Indicadores	
	2015	2016
Valor Patrimonial - BBAS3	25,3	27,4
Valor Patrimonial - BBAS3 - Consolidado	29,2	31,3
Cotação de Fechamento - BBAS3	14,7	28,1
Lucro por Ação (R\$)	5,05	2,84
Retorno sobre Ativos (%)	1,0	0,5
Retorno sobre Ativos (%) - Consolidado	1,1	0,6
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	17,3	9,0
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Consolidado	16,1	8,4
Dividendos (R\$ milhões)	1.301	-
JCP (R\$ milhões)	4.445	2.355
Cotação ADR (US\$)	3,68	8,32

Distribuição de Dividendos

De acordo com Fato Relevante de 23/02/2016, o Conselho de Administração decidiu, no exercício de suas atribuições estabelecidas no art. 21, inciso II do Estatuto Social do BB, fixar em 25% o percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio para o exercício de 2016.

Maiores esclarecimentos acerca de política de dividendos do Banco do Brasil poderão ser encontrados na seção 3 do Formulário de Referência ou no artigo 45 do Estatuto Social do BB, disponibilizados no site bb.com.br/ri.

7. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é formada pelo Conselho de Administração (CA) e pela Diretoria Executiva (DE). O CA é composto por oito membros e assessorado pelos comitês de Auditoria, Remuneração e pela Auditoria Interna. A DE é composta pelo Conselho Diretor (presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. Mantemos ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal (CF) composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, instituímos processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Auditor Geral, do Comitê de Remuneração e da Diretoria Executiva. O Estatuto Social, os códigos de governança corporativa e de ética também dão suporte às práticas de governança adotadas.

Em todos os níveis, as decisões são tomadas de forma colegiada com o propósito de promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração se utiliza de diversos comitês, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Controles Internos

Alinhado à nossa estratégia corporativa, o Sistema de Controles Internos continua com atuação coesa e coordenada no gerenciamento de riscos e controles.

O modelo preserva a autoridade e independência da Diretoria de Controles Internos, na condição de responsável pela avaliação consolidada do Sistema de Controles Internos.

Para informações adicionais sobre controles internos no BB, consulte o Formulário de Referência 2016 disponível em www.bb.com.br/ri.

Segurança Institucional

Continuamos apoiando e contribuindo ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. Participamos de reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e Ministério Público do Estado de São Paulo. No período, 27.227 funcionários participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

8. Gestão de Pessoas

Para nós, o desenvolvimento das políticas e práticas de gestão de pessoas é norteado pela meritocracia, desenvolvimento de competências para o trabalho e clima organizacional. Eles são o alicerce que permite a conquista dos objetivos estratégicos.

Segue abaixo o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 4. Perfil de Funcionários

	2015	2016	Var. %
Perfil de Funcionários			
Funcionários	109.191	100.622	(7,8)
Feminino	45.382	41.549	(8,4)
Masculino	63.809	59.073	(7,4)
Escolaridade			
Ensino Médio	23.489	19.750	(15,9)
Graduação	47.658	43.083	(9,6)
Especialização, Mestrado e Doutorado	37.728	37.575	(0,4)
Demais	316	214	(32,3)
Distribuição Geográfica			
Norte	4.948	4.689	(5,2)
Nordeste	18.207	16.719	(8,2)
Centro-Oeste	19.257	17.899	(7,1)
Sudeste	49.393	44.924	(9,0)
Sul	17.342	16.349	(5,7)
Exterior	44	42	(4,5)
Rotatividade de Funcionários (%)	6,37	9,95	56,2
Rotatividade de Funcionários-s/ Efeitos do PEAI (%)	1,81	0,97	(46,4)

Em 2016, investimos R\$ 97,5 milhões em educação corporativa por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB). Esse investimento possibilitou a oferta de 11,6 mil bolsas de graduação, 11,9 mil de pós-graduação e 6,1 mil bolsas de idiomas.

Além disso, o Programa Extraordinário de Desempenho Gratificado (PDG), contemplou 6,7 mil funcionários e distribuiu R\$ 64,8 milhões.

Tabela 5. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas		Var. %
	2015	2016	2015	2016	s/ 2015
Folha de pagamento ¹	17.441	19.433	18.429	20.683	12,2
Previdência Complementar ²	1.368	1.471	1.368	1.471	7,5
Planos de Saúde ²	1.111	1.222	1.111	1.222	10,0
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.824	1.011	1.828	1.016	(44,4)
Treinamento ⁴	62	58	68	65	(3,8)

1 - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa de Despesas de Pessoal;

2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados;

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício;

4 - Conforme Nota Explicativa de Despesas de Pessoal.

9. Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 94,8% de nossos clientes pessoa jurídica são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 43 bilhões em dezembro de 2016. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 1,5 bilhão e das pequenas empresas R\$ 25,2 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 1,1 bilhão e para as pequenas empresas R\$ 15 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 1.619,2 mil, que representam 6,1% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram:

Tabela 6. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data da Contratação	Data Final da Contratação	Natureza do Serviço Prestado	Valor Total dos Honorários Contratados (R\$ mil)
Banco Votorantim S.A.	01/01/2016	25/05/2016	Revisão de documentação	186,6
Banco Patagonia S.A.	01/01/2016	31/12/2016	Revisão agente financeiro de novo trust	39,7
Banco Votorantim S.A.	21/01/2016	24/02/2016	Conformidade - NBC TO 3000 (ISAE 300)	10,0
Kepler Weber S.A.	18/02/2016	18/08/2016	Consultoria - SAP	435,0
Elo Participações S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
Stelo S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
Livelo S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
Elo Serviços S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
CBSS - Alelo	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	16,3
Ibi Promotora de Vendas	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	4,1
Movera	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	2,0
Banco Votorantim S.A.	16/03/2016	30/04/2016	Conformidade - NBC TO 3000 (ISAE 300)	29,2
Votorantim Asset	16/03/2016	30/04/2016	Conformidade - NBC TO 3000 (ISAE 300)	14,6
Votorantim Asset	16/03/2016	30/04/2016	Relatório - Escrituração de valores mobiliários	65,3
Cielo S.A.	17/03/2016	Em andamento	Asseguração limitada - Rel. Sustentabilidade	88,4
BB Securities Asia	01/04/2016	31/03/2017	Cumprimento de obrigações fiscais	23,1
Banco Votorantim S.A.	24/05/2016	31/07/2016	Rev. Escriturações Contábil Fiscal	100,0
BB AG	19/07/2016	20/07/2016	Treinamento Fit&Proper	5,8
BB La Paz	01/09/2016	31/12/2018	Consultoria tributária	78,9
Cielo S.A.	01/10/2016	31/12/2016	Treinamento - Requerimentos normativos	171,0
Neoenergia S.A.	17/10/2016	16/02/2017	Análise de processos	248,0
BB La Paz	03/11/2016	31/12/2017	Treinamento - Requerimentos normativos	54,6
BB AG	18/11/2016	18/11/2016	Treinamento Fit&Proper	14,0

Em cumprimento à Instrução CVM 381, informamos que, em 2016, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na Nota Explicativa 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. Os valores referentes a

ganhos e as perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários estão divulgados na Nota Explicativa 28 – Gerenciamento de Risco e Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 1,5 bilhão, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 688,1 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 695,2 milhões).
- II. Possuímos R\$ 1,1 bilhão de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006 e apresentados na Nota Explicativa de Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao ano de 2016.
- III. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 15,5 bilhões decorrente de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado BB.
- IV. Firmamos em 2012 Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim pelo valor total de R\$ 6.800.000.000,00 (seis bilhões e oitocentos milhões de reais). A operação foi contabilizada em contas de compensação, conforme regras dispostas no Cosif e encontra-se publicada na Nota Explicativa Partes Relacionadas das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao exercício 2016.
- V. No período não ocorreram modificações societárias.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos Clientes e da sociedade. Para mais informações, visite o site de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”, “Banco”, “Grupo” ou “Conglomerado”) é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objetivo a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por conta do Banco Central do Brasil; (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

No processo de gestão do Banco do Brasil são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

O Banco do Brasil mantém sistema de autorregulação que disciplina a negociação com valores mobiliários de sua emissão por quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso à informação de ato ou fato relevante antes de sua publicação ao mercado. Estão sujeitos à autorregulação, no Banco do Brasil, além do acionista controlador, dos administradores e membros do Conselho Fiscal, todas as pessoas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco que detenham conhecimento sobre informação contábil, estratégica ou qualquer outra informação sobre negócios do Banco que possa ensejar ato ou fato relevante.

Em relação às suas políticas de divulgação de informações ao mercado, o Banco do Brasil pauta a sua atuação com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores. As informações são prestadas com qualidade, transparência, veracidade, completeza, consistência, equidade e tempestividade, respeitados os mais altos padrões de governança corporativa.

No Banco do Brasil, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes e demais informações ao mercado investidor, embora os demais administradores respondam solidariamente nos casos de descumprimento das normas que disciplinam a divulgação de informações ao mercado.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera, estão relacionadas nas Notas 5 e 7, respectivamente.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 21.03.2017.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de o Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2015, exceto pela aplicação das alterações às IAS 16 – Imobilizado, IAS 38 – Ativos Intangíveis e IFRS 11 – Negócios em Conjunto – com vigência a partir de 01.01.2016. A aplicação das alterações não provocou impactos para as demonstrações contábeis consolidadas.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas subsidiárias, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Banco na investida.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial consolidado como um componente segregado do patrimônio líquido. O lucro líquido atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado consolidado e na demonstração do resultado abrangente consolidado.

O Banco reavalia o processo de consolidação pelo menos a cada data de reporte. Essa análise considera a possibilidade de alterações estruturais, o que inclui mudanças nos arranjos contratuais do Grupo.

Subsidiárias – São subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle. O Banco controla quando possui poder sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades relevantes até o momento em que esse controle cessa.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (*goodwill*). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Combinação de negócios de entidades sob controle comum – Uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é uma combinação de negócios em que todas as entidades ou negócios da combinação são controlados pelo Banco, antes e depois da combinação, e esse controle não é transitório.

Nessa situação, o Banco incorpora os valores contábeis dos ativos e passivos pré-combinação sem qualquer mensuração a valor justo.

O Banco não reconhece ágio derivado dessas combinações. Qualquer diferença entre o custo da operação e o valor contábil dos ativos líquidos é registrada diretamente no patrimônio líquido.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Nessas circunstâncias, os valores contábeis das participações controladoras e não-controladoras serão ajustados para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

Perda de controle – Em conformidade com a IFRS 10, caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido: (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle: (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle; (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações; (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Entidades estruturadas – O Banco patrocina a formação de entidades estruturadas para transações de securitização de ativos, as quais podem ser ou não controladas. Previamente à consolidação de uma entidade estruturada, o Banco avalia uma série de critérios estabelecidos na IFRS 10. As entidades são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades relevantes até o momento em que esse controle cessa.

O Banco reavalia o processo de consolidação de uma entidade estruturada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle, conforme estabelecido na IFRS 10.

Empreendimento em conjunto (*joint venture*) – Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, ao invés de direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimentos em conjunto utilizando o método de equivalência patrimonial.

Os investimentos do Grupo em *joint ventures* são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na demonstração do resultado consolidado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em *joint ventures*, qualquer diferença positiva entre o custo do investimento e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na demonstração do resultado consolidado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Todos os investimentos do Banco em *joint ventures* são estruturados por meio de veículos separados.

Coligadas – Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Banco exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controle ou o controle compartilhado. A influência significativa é geralmente presumida quando o Banco possui 20% ou mais do capital votante da entidade. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Banco poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos. A existência e o efeito dos direitos potenciais de voto prontamente exercíveis ou conversíveis e as transações materiais entre as companhias são consideradas quando o Banco avalia se possui influência significativa sobre o investimento.

Os investimentos do Grupo em coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na demonstração do resultado consolidado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em coligadas, qualquer diferença positiva entre o custo do investimento e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na demonstração do resultado consolidado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da coligada se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – Em conformidade com a IAS 28, quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

b) Compensação de ativos e passivos

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e esta compensação refletir a essência da transação ou outro evento. As políticas contábeis do Banco para compensação de ativos e passivos financeiros e impostos sobre a renda são apresentadas nos itens "j" e "s" desta Nota, respectivamente.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação – As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Grupo.

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado do período em que surgirem.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária) são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente no final do período e (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período.

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, as diferenças cambiais acumuladas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no balanço patrimonial consolidado.

d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro (ou de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. Ao efetuar o cálculo da taxa efetiva de juros, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, porém desconsiderando qualquer estimativa futura de perdas.

O cálculo da taxa efetiva inclui todas as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração do resultado consolidado incluem, principalmente:

(i) os juros sobre os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros; (ii) os rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado; (iii) os rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) juros decorrentes de obrigações por operações compromissadas; (v) juros incorridos em obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações; e (vi) remuneração de depósitos de clientes, com exceção de depósitos à vista.

Receita de tarifas e comissões – O reconhecimento de receitas de tarifas e comissões é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, estas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Entretanto, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Receita de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto – As receitas oriundas da aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pelas investidas.

Receita de dividendos – As receitas auferidas com dividendos são reconhecidas no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento. Os dividendos são apresentados em receita líquida de juros, baseado na classificação do respectivo instrumento patrimonial que os originou.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, e sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. Foram considerados os saldos das aplicações financeiras de alta liquidez registrados nos itens do balanço patrimonial consolidado: caixa e depósitos bancários, depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas, exceto recursos de uso restrito.

f) Instrumentos financeiros

O Banco classifica os instrumentos financeiros de acordo com a natureza do instrumento e sua intenção. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria caso sejam mantidos para negociação na data de originação ou aquisição, ou sejam assim designados pela Administração durante o reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) for adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo; (ii) por ocasião do reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo; ou (iii) for um derivativo (exceto um derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de cobertura designado e efetivo – Nota 3.h).

Os derivativos classificados pelo Banco nessa categoria são: (i) derivativos destinados a negociação, tais como *swaps*, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e *commodities* e risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo; (ii) derivativos não qualificados para *hedge accounting*, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e (iii) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

O Banco somente designa um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado durante o reconhecimento inicial quando os seguintes critérios são observados: (i) a designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; (ii) os ativos e os passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou (iii) o instrumento financeiro possui um ou mais derivativos embutidos, o que modifica significativamente os fluxos de caixa que seriam requeridos pelo contrato.

Não é possível realizar transferências de ativos financeiros classificados nessa categoria para outras, à exceção de ativos financeiros não-derivativos mantidos para negociação, os quais podem ser reclassificados após o reconhecimento inicial quando: (i) em raras circunstâncias, o instrumento financeiro não for mais mantido com o propósito de venda no curto prazo; ou (ii) ele satisfizer a definição de um empréstimo e recebível, e se o Banco tiver a intenção e a habilidade de manter o ativo financeiro por um prazo futuro ou até o seu vencimento.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são reconhecidos como receita de juros. Os custos de transação, quando incorridos, são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado consolidado.

Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são incluídos em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Derivativos embutidos – Segundo a IAS 39, alguns contratos híbridos podem conter um componente derivativo e outro componente não derivativo. Em tais casos, o componente derivativo é conhecido como um derivativo embutido e o componente não derivativo representa o contrato principal. Quando os riscos e características econômicas de derivativos embutidos não são rigorosamente relacionados com os riscos do contrato principal, e o contrato principal não é registrado ao valor justo por meio do resultado, o derivativo embutido é bifurcado e reportado ao valor justo com ganhos e perdas sendo reconhecidos em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda – O Banco classifica como ativos financeiros disponíveis para venda os títulos e valores mobiliários quando, no julgamento da Administração, puderem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Esses títulos e valores mobiliários são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo.

Os ganhos ou perdas não realizados (líquidos dos tributos incidentes) são registrados em componente separado do patrimônio líquido (outros resultados abrangentes acumulados) até a sua alienação, exceto no caso do reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (Nota 3.i). Os rendimentos (juros e dividendos) desses ativos são reconhecidos como receita de juros. Os ganhos e perdas realizados na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados como ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, na data da alienação.

Ocorrendo reclassificação de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria negociação, os ganhos ou perdas não realizados até a data da reclassificação, que se encontram registrados em outros resultados abrangentes acumulados, são transferidos imediatamente para o resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais o Banco tem a intenção positiva e capacidade financeira comprovada de mantê-los até o vencimento. São inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos incrementais de transação. Esses instrumentos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Os juros, incluindo os ágios e deságios, são contabilizados em receita de juros de ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Em conformidade com a IAS 39, o Banco não classifica nenhum ativo financeiro como mantido até o vencimento se tiver, durante o exercício social corrente ou durante os dois exercícios sociais precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos antes de sua data de vencimento, que não seja por vendas ou reclassificações que: (i) estejam tão próximos do vencimento ou da data de compra do ativo financeiro que as alterações na taxa de juros do mercado não teriam efeito significativo no valor justo do ativo financeiro; (ii) ocorram depois de o Banco ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro por meio de pagamentos programados ou de pagamentos antecipados; ou (iii) sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controle da entidade, não seja recorrente e que fosse improvável a chance deste evento ocorrer.

Sempre que as vendas ou reclassificações de mais de uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento não satisfizerem nenhuma das condições mencionadas anteriormente, qualquer investimento mantido até o vencimento remanescente deve ser reclassificado como disponível para venda.

Empréstimos e recebíveis – Os empréstimos e recebíveis incluem ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, exceto: (i) aqueles que o Banco pretende vender imediatamente ou no curto prazo, que serão classificados como mantidos para negociação, e aqueles que o Banco, por ocasião do reconhecimento inicial, designe como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda; ou (ii) aqueles para os quais o Banco possa não recuperar substancialmente a totalidade de seu investimento inicial, salvo por conta de redução no valor recuperável do crédito.

Os empréstimos e recebíveis são apresentados no balanço patrimonial subdivididos em quatro categorias: (i) depósitos compulsórios em bancos centrais; (ii) empréstimos a instituições financeiras; (iii) empréstimos a clientes; e (iv) aplicações em operações compromissadas, cuja data de realização seja superior a 90 dias.

Depósitos compulsórios em bancos centrais – Os depósitos compulsórios em bancos centrais referem-se a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos aos Bancos Centrais dos países onde o Banco possui operações. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional determina a proporção dos depósitos que os bancos são obrigados a recolher de forma compulsória, os quais estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

Os depósitos compulsórios são inicialmente registrados ao valor justo, e avaliados subsequentemente, quando aplicável, pelo custo amortizado. As respectivas receitas financeiras são registradas em receita de juros de depósitos compulsórios em bancos centrais.

Empréstimos a instituições financeiras – Os empréstimos a instituições financeiras são constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, ágios ou deságios. As respectivas receitas financeiras são registradas em receita de juros de empréstimos a instituições financeiras.

Empréstimos a clientes – Os empréstimos a clientes são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período. As receitas financeiras geradas por empréstimos a clientes são registradas em receita de juros de empréstimos a clientes.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta de provisão e o valor da perda por redução ao valor recuperável (Nota 3.i) é reconhecido no resultado como despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas incorridas na carteira. Quando os empréstimos ou grupos de empréstimos similares têm problemas de recuperação e o seu valor contábil é reduzido por meio de uma conta de provisão, a receita de juros continua a ser reconhecida até o momento em que os empréstimos são considerados como de curso anormal (geralmente quando o empréstimo está vencido há mais de 60 dias).

O nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração, incluindo a experiência anterior com perdas na carteira de empréstimos a clientes, existência de garantias e a avaliação do risco individual dos clientes.

Empréstimos a clientes em que o recebimento do valor de capital ou de juros estejam vencidos por 60 dias ou mais, são considerados como empréstimos de curso anormal e, em função dessa classificação, têm o reconhecimento da receita de juros e outros encargos financeiros suspensos.

Para todos os empréstimos de curso anormal, quaisquer valores recebidos, seja a critério do cliente ou como resultado de procedimentos judiciais, são contabilizados obedecendo a seguinte ordem: (i) como pagamento de multas ou encargos financeiros; (ii) como pagamento de receita de juros já reconhecida; (iii) como pagamento de juros vencidos até a data de pagamento, mas ainda não reconhecidos e, finalmente, (iv) como pagamento do capital.

Esta situação pode resultar em reconhecimento de receita de juros para pagamentos efetuados a empréstimos de curso anormal. Os empréstimos considerados de curso anormal retornam ao curso normal quando não há atraso maior do que 60 dias e que o Banco espere receber o valor contratual remanescente de capital e de juros do empréstimo.

Aplicações em operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos juros incorridos. O valor pago por títulos adquiridos com contrato de revenda, incluindo os juros apropriados, é registrado como ativo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo concedido pelo Banco. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em: (i) revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra e; (ii) revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros (incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos) são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles designados pela Administração como ao valor justo por meio do resultado são mensurados e registrados no balanço patrimonial consolidado ao valor justo. Os passivos financeiros registrados ao valor justo referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos mantidos com o propósito de negociação.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado do período.

O Banco considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original. Se uma troca de passivos financeiros ou modificação de termos for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos são reconhecidos como parte do ganho ou perda sobre a extinção. Se a troca ou modificação não for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil do passivo e são amortizados ao longo do prazo restante do passivo modificado.

Títulos emprestados e tomados por empréstimos – Transações de títulos emprestados e tomados por empréstimo são geralmente garantidos por outros títulos ou por outras disponibilidades. A transferência do título para terceiros é refletida no balanço patrimonial consolidado somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa pago ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado, a menos que tenham sido vendidos para terceiros. Nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação e mensurado ao valor justo, com qualquer ganho ou perda contabilizado em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas encontra-se subdividido em: (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e; (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Determinação do valor justo – Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado (principal ou o mais vantajoso) na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. Um mercado é tido como ativo se transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nas situações em que não existe um preço cotado em mercado ativo para um determinado instrumento financeiro, o Banco estima o seu valor justo com base em métodos de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. O método de avaliação escolhido incorpora todas as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco. Os métodos de valorização incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Quando necessário, os valores gerados pelos modelos são ajustados para refletir a variação entre os preços de compra e venda, o custo de liquidação da posição, o risco de crédito da contraparte e a liquidez da posição. Os ajustes efetuados também possuem a intenção de suprir as limitações teóricas dos modelos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração. As estimativas e julgamentos necessários dependem, dentre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

Os métodos de mensuração utilizados pelo Banco para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros estão detalhados na Nota 38.

g) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros

Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

h) Instrumentos financeiros para proteção (*hedge accounting*)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica *hedge accounting* para transações que se enquadram nos critérios específicos.

O Banco designa certos derivativos mantidos para gestão de riscos como instrumentos de *hedge* na qualificação de um relacionamento de *hedge*. No início do relacionamento de *hedge*, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*, incluindo a natureza do risco, o objetivo, a estratégia de designar o *hedge* e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

No início do relacionamento de *hedge* e de forma contínua, o Banco efetua uma avaliação formal para garantir que o instrumento de *hedge* seja altamente efetivo em compensar as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuídos aos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período estabelecido para o relacionamento de *hedge*, e se os resultados observados estão dentro do intervalo de 80% a 125%. Nas situações em que o item objeto de *hedge* é uma transação futura, o Banco avalia se a transação é altamente provável e apresenta uma exposição a variações de fluxos de caixa que possam, por fim, afetar a demonstração de resultado.

Hedge de valor justo – Para os *hedges* de valor justo designados e qualificados, a variação no valor justo de um derivativo designado para *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A variação do valor justo do item objeto de *hedge* atribuído ao risco que é coberto é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado. Os valores justos dos instrumentos de *hedge* são apresentados no balanço patrimonial em ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Nos casos de expiração, venda, rescisão, exercício do instrumento, revogação da designação ou quando a posição de *hedge* não mais atender aos critérios para contabilização como *hedge accounting*, a relação de *hedge* é prospectivamente descontinuada. Entretanto, se o derivativo é transferido para uma *clearing* por ambas as partes como consequência de leis ou regulamentos sem a alteração de condições, exceto aquelas necessárias para a transferência, o instrumento não é considerado expirado ou rescindido.

Qualquer ajuste ao item objeto de *hedge* até o momento da descontinuação do relacionamento de *hedge*, para o qual o método da taxa efetiva de juros é aplicável, é amortizado ao longo da vida útil remanescente do instrumento como parte da taxa efetiva de juros recalculada.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos designados como *hedges* para proteção de risco de mercado. Os instrumentos utilizados são os contratos futuros, *swaps* ou opções. A composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de risco de mercado encontra-se detalhada na Nota 39.

Hedge de fluxo de caixa – Para os *hedges* de fluxo de caixa designados e qualificados, a parte efetiva do ganho ou de perda no instrumento de *hedge* é inicialmente reconhecida como elemento separado do patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados. A parte não efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para demonstração do resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Nos casos de expiração, venda, rescisão, exercício do instrumento de *hedge*, revogação da designação ou quando a posição de *hedge* não mais atender aos critérios para contabilização como *hedge accounting*, a relação de *hedge* é prospectivamente descontinuada. Entretanto, se o derivativo é transferido para uma *clearing* por ambas as partes como consequência de leis ou regulamentos sem a alteração de condições, exceto aquelas necessárias para a transferência, o instrumento não é considerado expirado ou rescindido.

O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

Hedge de investimento líquido em operações no exterior – *Hedges* de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive *hedges* de itens monetários que são registrados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de *hedge* relacionados à parte efetiva do *hedge* são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor acumulado dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação.

Derivativos não qualificados para *hedge accounting* – Os contratos derivativos celebrados como *hedges* econômicos, que não se qualificam para *hedge accounting*, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (Nota 3.f). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para esses fins são os contratos futuros, *swaps*, opções e contratos a termo, mantidos principalmente para proteção aos riscos de taxas de juros e variação cambial.

i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros. Um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, cumulativamente: (i) houver evidência objetiva de redução do seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do ativo; (ii) o evento de perda tiver um impacto sobre o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro; e (iii) uma estimativa razoável do valor puder ser realizada. As perdas esperadas como resultado de eventos futuros, independentemente de sua probabilidade, não são reconhecidas.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperabilidade inclui dados observáveis que são avaliados pelo Banco, principalmente em relação aos seguintes eventos de perda: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; (iii) o Banco, por motivos econômicos ou legais, relacionados à dificuldade financeira do mutuário, dá ao mutuário uma concessão que o Banco, de outro modo, não consideraria; (iv) seja provável que o mutuário entrará em falência ou passará por reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro, por causa de dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando, desde o reconhecimento inicial dos ativos, que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados provenientes de um grupo de ativos financeiros, embora a redução ainda não possa ser identificada com os ativos financeiros individuais no grupo, incluindo mudanças adversas na situação de pagamento de mutuários no grupo ou condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com inadimplência nos ativos no grupo.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o valor de uma perda por redução ao valor recuperável sobre um ativo financeiro podem estar limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais. Nesses casos, o Banco usa seu julgamento para estimar o valor de qualquer perda por redução no valor recuperável. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da preparação das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade.

Os ativos financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir:

Empréstimos a clientes – Na avaliação da redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes, o Banco verifica se existem evidências objetivas de perdas em relação a esses ativos financeiros, com o objetivo de classificá-los em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade).

As operações com problemas de recuperabilidade são divididas em dois grupos em função da significância das operações: (i) operações em imparidade individualmente significativas, para tratamento de forma individualizada; e (ii) operações em imparidade individualmente não significativas, para tratamento de forma coletiva.

Para a segmentação dos empréstimos a clientes com evidências de perdas em "individualmente significativas" e "individualmente não significativas", a Administração adota como parâmetro as alçadas corporativas para concessão dos créditos mais significativas. Dessa forma, adota-se como ponto de corte, para determinação da significância das operações, o valor máximo de alçada negocial para realização de operações com pessoas jurídicas, assim considerado o valor de endividamento do cliente a partir do qual suas novas operações necessitariam de aprovação em nível decisório estratégico do Banco.

Para permitir que a Administração determine se um evento de perda pode vir a se materializar em um empréstimo a cliente avaliado individualmente, são verificados, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, a cada data de reporte, a necessidade de eventual redução ao valor recuperável dos ativos financeiros individualmente considerados. Estas informações também são utilizadas para determinar a classificação das operações em alto, médio ou baixo risco.

A identificação de um evento de perda para uma contraparte em uma operação específica faz com que todas as demais operações com aquela contraparte sejam também classificadas como com evidência de perda.

Segregados os clientes detentores de endividamento com problemas de recuperabilidade e de valor considerado relevante, seus empréstimos serão avaliados individualmente pela área responsável pela cobrança e recuperação de créditos do Banco. Com relação aos empréstimos avaliados individualmente, o Banco geralmente reconhece a total redução do valor recuperável do empréstimo quando os clientes entraram, ou o Banco julga provável que os clientes entrem em proteção de falência ou em recuperação judicial. O mesmo procedimento é adotado para clientes mantidos em relatórios de inadimplência efetuados por empresas de proteção ao crédito como Serasa Experian e SPC Brasil e aos empréstimos ativos de clientes que possuem outros empréstimos baixados por perdas.

Em situações em que o valor justo da garantia associada é suficiente para cobrir 100% do valor do empréstimo, não há reconhecimento de perda por imparidade, considerando que o Banco julga ser possível o recebimento do valor do empréstimo através da execução e venda do bem dado em garantia.

Para empréstimos sem garantias associadas, o Banco avalia o histórico do cliente como por exemplo o seu comportamento no pagamento de empréstimos tomados anteriormente.

Caso o Banco determine que os eventos de perda não afetam o valor recuperável dos empréstimos a clientes individualmente avaliados, os ativos financeiros são incluídos em um grupo de ativos com características de risco de crédito semelhantes e os avalia coletivamente para fins de redução ao valor recuperável. Os empréstimos a clientes que são individualmente avaliados por redução ao valor recuperável e para os quais a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, não são incluídos em uma avaliação coletiva de redução ao valor recuperável.

A avaliação coletiva de perdas por redução ao valor recuperável, aplicada às operações classificadas como em imparidade individualmente não significativa, baseia-se na aplicação dos Índices de Perdas Históricas (IPH) observados na carteira do Banco. Os IPH são apurados a partir da observação das perdas incorridas pelo Banco, por safras mensais, a partir do décimo terceiro mês anterior à data de encerramento do exercício, no caso de operações com prazo a decorrer de até trinta e seis meses (denominadas, para fins do teste de redução ao valor recuperável, como "curto prazo"), ou a partir do décimo nono mês anterior, no caso de operações com prazo a decorrer superior a trinta e seis meses (denominadas, para fins do teste de redução ao valor recuperável, como "longo prazo").

O IPH mensal de curto prazo é calculado por meio do acompanhamento, por até doze meses, das migrações de operações para perdas frente ao saldo contábil inicial de operações selecionadas no mês imediatamente anterior aos doze meses de acompanhamento. O IPH mensal de longo prazo é apurado de forma análoga ao de curto prazo, estendendo-se o período de acompanhamento de perdas para até dezoito meses.

Com a finalidade de avaliação coletiva de redução ao valor recuperável, o cálculo dos IPH mensais é realizado de forma segmentada por grupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

Caso a evidência de perda por redução ao valor recuperável em um relacionamento com uma contraparte individual ou em uma base coletiva se materialize, o valor da perda é reconhecido em despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes, em contrapartida a uma conta redutora do respectivo ativo financeiro. Os valores registrados a título de provisão representam a estimativa da Administração do Banco quanto a perdas incorridas na carteira. O nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração.

Se o valor de uma perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida diminuir, e tal situação puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o seu reconhecimento, ela é revertida pela redução da respectiva conta redutora, sendo tal reversão reconhecida no resultado do período.

Os empréstimos a clientes são baixados contra a sua respectiva conta redutora quando considerados incobráveis ou não recuperáveis. O Banco normalmente baixa os empréstimos quando nenhum pagamento for recebido depois de transcorridos 360 dias de vencido ou em até 540 dias para empréstimos com prazo de vencimento superior a 36 meses. Se uma baixa é posteriormente recuperada, o montante é creditado em despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes.

As provisões para perdas em empréstimos a clientes, registradas em 31.12.2016 e 31.12.2015 foram consideradas pela Administração como suficientes para fazer face às perdas incorridas com esses empréstimos a clientes.

Empréstimos renegociados – Quando possível, o Banco procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse definitiva das garantias. Isso pode envolver a extensão do tempo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo que não será mais considerado em atraso. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios sejam cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável.

Em quase todos os casos, o Banco exige pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos repactuados para que um empréstimo renegociado não seja mais considerado como em atraso ou de curso anormal. Empréstimos renegociados retornam à condição de atraso ou de curso anormal após 60 dias de vencido nos termos da renegociação.

Ativos financeiros disponíveis para venda – Para ativos financeiros disponíveis para venda, o Banco avalia se, a cada data de reporte, há evidência objetiva de que o valor do ativo está abaixo do seu valor recuperável.

Para estabelecer se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável de um ativo financeiro, o Banco verifica a probabilidade de recuperação do seu valor, considerando os seguintes fatores cumulativamente: (i) duração e grandeza da redução do valor do ativo em relação ao seu valor contábil; (ii) comportamento histórico do valor do ativo e experiência de recuperação do valor desses ativos; e (iii) probabilidade de não recebimento do principal e dos juros dos ativos, em virtude de dificuldades relacionadas ao emissor, tais como pedido de falência ou concordata, deterioração da classificação do risco de crédito e dificuldades financeiras, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua o emissor.

Quando um declínio no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda tiver sido reconhecido em outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, a perda acumulada que tiver sido reconhecida pelo Banco será reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado.

O valor da perda acumulada reclassificada para o resultado do período será registrada em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo com problemas de recuperabilidade e o seu valor justo na data da avaliação, menos qualquer perda por redução no valor recuperável anteriormente reconhecida no resultado.

Se o valor justo de um instrumento de dívida disponível para venda com problemas de recuperabilidade posteriormente aumentar e esse aumento puder ser relacionado objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por imparidade, esta é revertida por meio do resultado. Caso contrário, ela é revertida por meio de outros resultados abrangentes. As reversões de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda somente são reconhecidas no patrimônio líquido.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Caso houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável de ativos financeiros mantidos até o vencimento, o Banco reconhece uma perda, cujo valor corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Esses ativos são apresentados líquidos de perdas por redução ao valor recuperável. Se, num período subsequente, o montante da perda por redução ao valor recuperável diminui e essa diminuição puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o seu reconhecimento, ela é revertida em contrapartida ao resultado do período.

j) Compensação de ativos e de passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores líquidos se, e apenas se, houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em outras situações, eles são apresentados separadamente.

k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O valor atribuído ao imobilizado de uso também inclui a correção monetária calculada até 30.06.1997, data em que o Brasil deixou de ser considerado um país de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29.

O encargo de depreciação é calculado utilizando o método linear para alocar o valor depreciável do imobilizado sistematicamente ao longo de sua vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas como segue:

	Vida útil estimada
Edificações ⁽¹⁾	10 a 55 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Veículos	5 anos
Outros	5 a 10 anos

(1) Para depreciação das edificações próprias, o Banco considera a vida útil dos diversos componentes de um edifício, em conformidade com o parágrafo 43 da IAS 16.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em outras receitas operacionais, impactando o resultado do período em que o ativo foi alienado.

I) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados serão transferidos para o Banco. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados referem-se aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de *softwares*.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada. O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (outras despesas) na demonstração do resultado consolidado.

A amortização é calculada utilizando o método linear para alocar o valor depreciável dos ativos intangíveis gerados internamente e adquiridos ao longo de suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os ativos intangíveis são apresentadas como segue.

Vida útil estimada	Gerados internamente	Adquiridos
Software	5 a 10 anos	5 a 10 anos
Direitos de gestão de folhas de pagamento	-	5 a 10 anos
Relacionados a clientes, adquiridos em combinações de negócios	-	2 a 10 anos
Relacionados a contratos, adquiridos em combinações de negócios	-	3 a 10 anos
Outros ⁽¹⁾	-	5 anos

(1) Inclui principalmente marcas adquiridas em combinações de negócios.

m) Bens não de uso

Os bens não de uso são principalmente os ativos recebidos pelo Banco na liquidação de empréstimos a clientes. Os bens não de uso são registrados em outros ativos no ato da efetiva execução da garantia ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

Os bens não de uso são registrados inicialmente pelo menor valor entre (i) o valor justo do ativo, descontados os custos estimados para sua venda; ou (ii) o valor contábil do empréstimo concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, esses ativos são registrados pelo menor valor entre o seu custo e o valor justo deduzidos dos custos de vendê-los e não são depreciados.

Na medida em que os bens não de uso reúnam as condições necessárias para sua alienação, em conformidade com a IFRS 5, são reclassificados para o grupamento de ativos não correntes disponíveis para venda.

A IFRS 13 trata a mensuração do valor justo prevista pela IFRS 5 como uma mensuração não recorrente, pois somente ocorre quando o valor justo de um ativo não corrente disponível para venda, menos os custos para vendê-lo, é inferior ao seu valor contábil líquido.

As informações sobre os bens não de uso classificados como disponíveis para venda são detalhadas na Nota 25.

Ganhos ou perdas líquidos sobre a venda dos bens não de uso são registrados em outras receitas operacionais.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução ao valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Quanto aos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, o Banco aplica os requerimentos da IAS 39 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total (Nota 3.i).

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sempre que a aplicação da IAS 39 indicar que o investimento tem problemas de recuperação. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida nessas circunstâncias não é alocada a nenhum ativo em particular, incluindo ágio, que constitui parte do valor contábil do investimento na coligada ou entidade controlada em conjunto.

Na hipótese do valor recuperável de um ativo não financeiro ser menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas operacionais.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo não financeiro, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado do período, como retificadora do saldo de outras despesas operacionais.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir:

Ativo imobilizado

Terrenos e edificações – Na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a qual estabelece os conceitos, métodos e procedimentos gerais de utilização compulsória em serviços técnicos de avaliação de imóveis urbanos.

Equipamentos de processamento de dados – Na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os equipamentos de processamento de dados é considerado o valor de mercado para os componentes cujo valor de mercado é disponível e, para os demais itens, o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Outros itens de imobilizado – Embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em: (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Ágios sobre investimentos adquiridos em combinação de negócios

A metodologia de apuração ao valor recuperável dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em: (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo CAPM.

No caso do ágio gerado pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado ao Banco do Brasil em novembro de 2009, a metodologia consiste em comparar o valor do ágio pago com o valor presente dos resultados do Banco projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos líquidos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas com base no custo de capital próprio do Banco.

Outros ativos intangíveis

Direitos por gestão de folhas de pagamento – O modelo de avaliação ao valor recuperável dos direitos por aquisição de folhas de pagamento está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem ao desempenho observado. Para os contratos que não atingem o desempenho esperado, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado.

Adquiridos por combinação de negócios – Os ativos intangíveis adquiridos por combinação de negócios, representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte para verificar se existem indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Se qualquer indicação existe para esses ativos, o Banco estima os seus valores recuperáveis. A metodologia de apuração ao valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

Outros ativos

Bens não de uso – Independentemente de haver indicativo de perda, os bens não de uso têm seu valor recuperável avaliado semestralmente, mediante formalização dos seus valores de mercado em laudos de avaliação, preparados segundo as normas da ABNT.

o) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendador – Os ativos arrendados a clientes sob contratos com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade, com ou sem título de propriedade no final, são classificados como arrendamentos financeiros. Em um arrendamento financeiro, o ativo arrendado é baixado e um empréstimo a clientes é reconhecido a um valor igual ao valor presente dos pagamentos mínimos e, se relevante, o valor residual ao ativo arrendado, descontado a uma taxa de juros implícita. A receita de arrendamento financeiro é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base numa taxa de retorno sobre o investimento líquido.

Os ativos arrendados a clientes sob contratos em que não há transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados são incluídos no imobilizado e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil econômica estimada desses ativos. A receita de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento em outras receitas operacionais. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e estruturação de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como uma despesa na mesma base que a receita do arrendamento.

Banco como arrendatário – Ativos obtidos sob arrendamento financeiro são reconhecidos inicialmente ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo correspondente é incluído no balanço patrimonial consolidado como uma obrigação de longo prazo. A taxa de desconto usada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento é a taxa implícita do arrendamento, se for praticável determiná-la, ou a taxa incremental do empréstimo. Aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos nos quais são incorridos.

Aluguéis contratados sob arrendamento operacional são reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento, o qual começa quando o Banco controla o uso físico do bem. Incentivos de arrendamento são tratados como uma redução da despesa de arrendamento e são também reconhecidos ao longo do prazo do contrato numa base linear. Aluguéis contingentes surgidos sob arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Transações de venda e *leaseback* – Caso uma transação de venda e *leaseback* resulte em um arrendamento financeiro, qualquer excesso do valor da venda sobre o valor contábil do ativo não é reconhecido imediatamente como receita pelo Banco, mas é diferido e amortizado ao longo do prazo do arrendamento. Se uma transação de venda e *leaseback* resulta em um arrendamento operacional, o reconhecimento imediato ou diferido de qualquer ganho ou perda será uma função da diferença entre o preço de venda e o valor justo. Se o preço de venda está ao valor justo ou abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda é reconhecido imediatamente. Se o preço de venda for acima do valor justo, o excesso é diferido e amortizado sobre o período em que se espera que o ativo seja usado.

p) Garantias financeiras prestadas

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, um passivo é constituído pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida em conformidade com a IAS 37. A provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas é registrada em outros passivos.

q) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo – Conforme determina a IAS 19, as despesas relativas a benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo regime de competência, nos períodos em que os empregados prestam os serviços.

Planos de benefícios pós-emprego – Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa. Assim, a despesa é reconhecida no resultado no período em que os respectivos serviços são prestados pelos empregados como contrapartida às contribuições do mesmo período.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. Dessa forma, são necessárias premissas atuariais para a mensuração das obrigações e despesas do plano, bem como existe a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais. Como decorrência, o Banco registra um passivo quando o valor presente das obrigações atuariais for maior que o valor justo dos ativos do plano, ou um ativo, quando o valor justo dos ativos for maior que o valor presente das obrigações do plano. Nessa última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que ele poderá reduzir efetivamente as contribuições do Banco ou de que será reembolsável no futuro.

O Banco, conforme permitido pela IAS 19, reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, sendo que: (i) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e (ii) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço patrimonial consolidado refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo, condicionados ao atendimento dos requisitos da legislação.

r) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisões quando as condições mostram que: (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados; (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança. As provisões decorrentes da aplicação da IAS 37 são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o andamento dos processos; (iii) a opinião dos advogados do Banco; e (iv) a experiência do Banco com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera: (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando o Banco entende que a realização da receita é praticamente certa. Os ativos contingentes são avaliados continuamente para garantir que o ativo e a respectiva receita sejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações contábeis.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora. Geralmente, essas obrigações fiscais são apresentadas pelo seu efeito líquido em relação aos depósitos judiciais, reconhecidos em outros ativos.

s) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL) são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartões de crédito, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (elevação da alíquota de 15% para 20% com base na Lei n.º 13.169, de 06.10.2015, para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018). Para as demais entidades, a alíquota da contribuição social é de 9%.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Impostos correntes – A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável do período.

Os ativos por impostos correntes são os valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses. Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – São valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduz o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução é revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que estão em vigor na data do balanço.

Diferenças temporárias – São as diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado àquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

Compensação de impostos sobre os lucros

Os ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes são compensados se, e somente se, a entidade: (i) tiver o direito legal de compensar os valores reconhecidos; e (ii) pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos são compensados se, e somente se: (i) a empresa tiver um direito legal de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e (ii) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (a) na mesma entidade tributável; ou (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

t) Divulgação por segmentos

A IFRS 8 requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos e para avaliar a sua performance. Uma divulgação detalhada dos resultados por segmentos é apresentada na Nota 7.

u) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluíveis. O efeito da diluição resulta em uma redução no lucro por ação, em decorrência do pressuposto de que os bônus de subscrição concedidos serão exercidos.

v) Juros sobre o capital próprio e dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nessas demonstrações contábeis consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na demonstração do resultado consolidado.

Os dividendos distribuídos pelo Banco são calculados sobre o lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras e são pagos com atualização por encargos financeiros equivalentes à taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos públicos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia) a partir do encerramento do exercício até a data do efetivo pagamento.

A cada início de exercício, em conformidade com o Estatuto do Banco, o Conselho de Administração decide sobre o percentual do lucro líquido que será distribuído aos acionistas a título de dividendos e juros sobre o capital próprio (*payout*). A política atual do Banco consiste em pagar dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes a 25% sobre o lucro líquido acima mencionado, em base trimestral. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

w) Pronunciamentos emitidos a serem aplicados em período futuro

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas, alterações e interpretações que foram recentemente emitidas pelo IASB, a serem adotadas pelo Banco em data posterior à 31.12.2016:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Em julho de 2014, o IASB publicou a IFRS 9, sendo a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir a IAS 39. O projeto de substituição da IAS 39 foi dividido em três principais fases: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; e (iii) contabilização de cobertura.

(i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A IFRS 9 estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio do resultado e (c) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais dos fluxos de caixa dos ativos financeiros.

(ii) metodologia de redução ao valor recuperável

Outra alteração significativa refere-se ao cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros. De acordo com os novos requerimentos, as perdas deverão ser apuradas com base em um modelo de perdas esperadas, diferentemente do atual modelo de perdas incorridas.

(iii) contabilização de cobertura

A nova norma também incluiu um modelo de contabilidade geral de *hedge*, com o intuito de melhor alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de riscos.

O Banco iniciou o processo de implantação da IFRS 9. Os modelos de negócios na gestão dos ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos de caixa estão em estudo, além do desenvolvimento de uma nova metodologia para o cálculo de perdas por *impairment* com base no modelo de perdas esperadas. No projeto de implantação estão envolvidas diversas áreas do Banco, com destaque para: contabilidade, crédito, risco e finanças.

A IFRS 9 é efetiva para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes – Em maio de 2014, o IASB publicou uma nova norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis.

A IFRS 15 é efetiva para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes – Em abril de 2016, o IASB promoveu alterações à IFRS 15 que esclarecem como os princípios da norma devem ser aplicados. Dentre estes esclarecimentos, destacam-se como identificar as obrigações de desempenho previstas num contrato; como identificar quando a entidade atua como principal ou agente; e como determinar quando a receita de concessão de licença deve ser reconhecida em um momento específico ou ao longo do tempo.

As alterações à IFRS 15 são efetivas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 – Arrendamentos – Em janeiro de 2016, o IASB publicou uma nova norma que altera os requerimentos de contabilização de obrigações oriundas de contratos de arrendamento para o arrendatário. A IFRS 16 abandona a classificação de *leasing* em operacional e financeiro, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento.

A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de pequenos valores e de curto prazo. A contabilização para arrendadores não sofre mudanças significativas.

A IFRS 16 é efetiva para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019. Aplicação antecipada permitida, desde que a entidade já tenha aplicado os requerimentos da IFRS 15.

IFRIC 22 – Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamentos – Em dezembro de 2016, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 22 com o intuito de determinar a taxa de câmbio a ser utilizada em transações ao aplicar a IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio. A interpretação aplica-se quando uma entidade paga ou recebe adiantamentos para contratos denominados em moeda estrangeira.

A interpretação IFRIC 22 é efetiva para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IAS 7 – Demonstração de Fluxos de Caixa – Em janeiro de 2016, o IASB promoveu alterações à IAS 7, que auxiliará os investidores na avaliação de variações do passivo decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças de fluxos de caixa e mudanças que não envolvam caixa (como ganhos ou perdas cambiais).

As alterações à IAS 7 são efetivas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2017.

Alterações à IAS 12 – Impostos sobre a Renda – Em janeiro de 2016, o IASB promoveu alterações à IAS 12, esclarecendo a forma de contabilização de impostos diferidos para perdas não realizadas referente instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações à IAS 12 são efetivas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2017.

Alterações à IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações – Em junho de 2016, o IASB promoveu alterações à IFRS 2 que esclarecem a base de mensuração para pagamentos baseados em ações liquidados em caixa e a contabilização na alteração de prêmio liquidado em caixa para instrumentos patrimoniais.

As alterações à IFRS 2 são efetivas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro – Em setembro de 2016, o IASB promoveu alterações à IFRS 4 que abordam inconsistências geradas entre os requerimentos da IFRS 9 e da IFRS 4 (que está em desenvolvimento). Estas inconsistências incluem a volatilidade temporária nos resultados reportados. Duas abordagens poderão ser adotadas para o tratamento destas inconsistências.

As alterações à IFRS 4 são efetivas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IAS 40 – Propriedades para Investimento – Em dezembro de 2016, o IASB promoveu alterações à IAS 40, que esclarecem requerimentos em transferências de, ou para, propriedades para investimento.

As alterações à IAS 40 são efetivas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto a contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e *joint ventures*.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

Ciclo Anual de Melhorias (2014 – 2016) – Em dezembro de 2016, o IASB promoveu em seu ciclo anual de melhorias (que são pequenas alterações que visam melhor corrigir e melhorar principalmente questões redacionais nas atuais normas) alterações à IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades; IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRSs*) e IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto.

Este ciclo anual de melhorias é efetivo para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2017 (alterações à IFRS 12) e para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018 (alterações às IFRS 1 e IAS 28).

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

4 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros (inclusive derivativos)

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 38.

b) Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes – imparidade e provisão para itens não registrados no balanço patrimonial

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de empréstimos a clientes de forma a avaliar se perdas por imparidade devem ser registradas na demonstração do resultado. O processo de avaliação da carteira de empréstimos para determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco da operação e do cliente e que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação econômico-financeira do cliente. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Os empréstimos a clientes que são avaliados individualmente e não apresentam perda em seu valor recuperável, assim como todos os empréstimos a clientes que individualmente não são considerados significativos, são avaliados coletivamente em grupos de ativos com características de risco semelhante para determinar se uma provisão deve ser efetuada para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos.

No processo de avaliação de empréstimos a clientes individualmente significativos, o Banco verifica, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, periodicamente, a necessidade de eventual registro de perda por imparidade dos ativos financeiros individualmente considerados.

A avaliação coletiva dos empréstimos a clientes leva em consideração, entre outros fatores, os dados da carteira de crédito, os níveis de inadimplência, a utilização de crédito, as concentrações de riscos e os dados econômicos. As estimativas são baseadas em informações obtidas de forma segmentada por grupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

Com essa finalidade, as perdas inerentes são perdas incorridas que ainda não tenham sido alocadas a operações específicas, calculadas através de métodos estatísticos. O Banco adota o conceito de perda incorrida para quantificar o custo da provisão para perdas em empréstimos a clientes.

Em atendimento a IAS 37, para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos de itens não registrados no balanço patrimonial (*off-balance*), o Banco constitui provisão para perdas, sendo este valor reconhecido como despesa líquida com provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em empréstimos a clientes, assim como os valores quantitativos registrados a título de provisão para perdas em empréstimos a clientes e perdas sobre garantias financeiras prestadas, podem ser obtidas nas Notas 3.i, 24 e 40, respectivamente.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda – imparidade

O Banco considera que existe perda por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando ocorre um declínio de valor significativo ou prolongado no seu valor justo para um valor inferior ao do custo. Essa determinação do que seja significativo ou prolongado requer julgamento no qual o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Além disso, o reconhecimento da perda por imparidade pode ser efetuado quando há evidência de impacto negativo na saúde financeira da empresa investida, no desempenho do setor econômico, bem como mudanças na tecnologia e nos fluxos de caixa de financiamento e operacional.

Adicionalmente, as avaliações são elaboradas considerando preços de mercado (*mark to market*) ou modelos de avaliação (*mark to model*), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamentos no estabelecimento de estimativas de valor justo.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco recalcula o valor recuperável desse ativo.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Notas 3.n e 29.

e) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

O Banco classifica os seus ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, como instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, com mensuração ao custo amortizado, de acordo com a IAS 39. Essa classificação requer um nível de julgamento significativo.

Nos julgamentos efetuados, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de manter esses investimentos até o vencimento. Caso o Banco não mantenha esses investimentos até o vencimento, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa próxima ao vencimento – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao valor justo, alternativamente ao custo amortizado. Os investimentos classificados no grupo mantidos até o vencimento são objeto de teste de imparidade, similar àquele praticado para os ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Impostos sobre os lucros

As receitas/ganhos gerados pelo Banco estão sujeitos ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas demonstrações contábeis consolidadas.

g) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 36).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como: (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes; (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) mudanças nos índices de inflação; (v) processos ou disputas judiciais adversas; (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento; (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

h) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam: (i) taxas de juros assumidas; (ii) tábuas de mortalidade; (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias; (iv) índice de inflação de preços; (v) índice anual de reajustes salariais; e (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos. Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

i) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

As provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista, movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios.

			Atividade	País de constituição	% Participação Total	
					31.12.2016	31.12.2015
Segmento Bancário						
Banco do Brasil AG	(1)	Bancária	Áustria	100%	100%	
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(1)	Arrendamento	Brasil	100%	100%	
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1)	Corretora	Singapura	100%	100%	
Banco do Brasil Securities LLC.	(1)	Corretora	Estados Unidos	100%	100%	
BB Securities Ltd.	(1)	Corretora	Inglaterra	100%	100%	
BB USA Holding Company, Inc.	(1)	Holding	Estados Unidos	100%	100%	
Brasilian American Merchant Bank	(1)	Bancária	Ilhas Cayman	100%	100%	
Banco do Brasil Americas	(1)	Bancária	Estados Unidos	100%	100%	
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	Brasil	99,62%	99,62%	
Banco Patagonia S.A.	(1)	Bancária	Argentina	58,97%	58,96%	
BB Leasing Company Ltd.	(2)	Arrendamento	Ilhas Cayman	-	100%	
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	Banco de Investimento	Brasil	100%	100%	
Segmento Gestão de Recursos						
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	Brasil	100%	100%	
BB Asset Management Ireland Limited	(1)	Administração de Ativos	Irlanda	100%	100%	
Segmento Seguridade						
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	66,36%	66,25%	
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	Corretora	Brasil	66,36%	66,25%	
BB Seguros Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	66,36%	66,25%	
BB Cor Participações S.A.	(3)	Holding	Brasil	-	66,25%	
Segmento Meios de Pagamento						
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1)	Prestação de Serviços	Brasil	100%	100%	
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	100%	100%	
Outros Segmentos						
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1)	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%	
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%	
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1)	Consórcio	Brasil	100%	100%	
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(4)	Turismo	Brasil	100%	100%	
BB Tecnologia e Serviços S.A.	(1)	Informática	Brasil	99,99%	99,97%	
Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo	(1)	Securitização	Brasil	95,43%	96,13%	
Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento	(1)	Securitização	Brasil	91,03%	92,66%	
BB Fund Class D	(1)	Fundo de Investimento	Ilhas Cayman	70,72%	-	
BB FIA BDR Nível I	(1)	Fundo de Investimento	Brasil	-	95,05%	
Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE)	(1)	Securitização	Ilhas Cayman	-	-	
Loans Finance Company Limited (EPE)	(1)	Securitização	Ilhas Cayman	-	-	

(1) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a dezembro/2016.

(2) A empresa foi formalmente encerrada.

(3) Empresa incorporada pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. em 27.12.2016.

(4) Para a consolidação, foram utilizadas as Demonstrações Contábeis relativas a novembro/2016, devido à incompatibilidade de cronograma entre a controlada e o Banco.

a) Envolvimento com entidades estruturadas consolidadas

Os veículos de securitização e os fundos de investimentos controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, são classificados como entidades estruturadas consolidadas. Nestas entidades, os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade.

O Banco consolida as entidades estruturadas quando tem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos das entidades.

Veículos de securitização**EPE Dollar**

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (i) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (ii) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa") e (iii) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

O seu capital social subscrito é de US\$ 1 mil dividido em 1.000 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 1.000 ações ordinárias foram emitidas para o BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited, na qualidade de curador de uma entidade das Ilhas Cayman. Dessa forma, BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited é o único acionista da EPE. O Banco é o titular dos "Direitos sobre Remessa" e único beneficiário dos recursos captados pela EPE, além de ser o responsável por enviar recursos financeiros para pagamento periódico de principal e juros dos valores mobiliários.

EPE Loans

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos: (i) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (ii) contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e (iii) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas às das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

O capital integralizado da Loans é de US\$ 250 dividido em 250 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 250 ações ordinárias foram emitidas para a empresa Maples Corporate Services e, em seguida, transferidas para a MaplesFS Limited, que é uma empresa de responsabilidade limitada constituída nas Ilhas Cayman. A MaplesFS Limited é uma provedora independente de serviços fiduciários especializados e única acionista da EPE. O Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, é a única contraparte da EPE nas operações compromissadas.

Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo (FI Fênix)

O FI Fênix foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas, por meio do investimento dos recursos obtidos pelo Fundo na aquisição de direitos creditórios e ativos financeiros. Os direitos creditórios são originados por companhias brasileiras que atuam no comércio varejista, especificamente em operações de compra e venda de produtos e serviços por meio de cartões de crédito, cujas transações eletrônicas sejam capturadas e processadas pelos sistemas da Cielo S.A.

A carteira deve observar os limites de concentração de até 100% do patrimônio líquido representado por direitos de crédito adquiridos devidos pela Cielo S.A.

O patrimônio do Fundo está representado por cotas seniores, cotas subordinadas mezanino e cotas subordinadas junior. As cotas seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as cotas subordinadas.

Em 31.12.2016, o Banco detinha a totalidade das 11.563 cotas seniores. Do total de 937 cotas subordinadas, o Banco detinha 500 cotas.

Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa)

O FI Compesa foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo determinado de 96 meses a partir da data de subscrição inicial, com possibilidade de liquidação antecipada.

Tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas, valorização de suas cotas por meio da aquisição de: (i) direitos creditórios do segmento de serviços de saneamento básico prestados pela Companhia Pernambucana de Saneamento (cedente); e (ii) ativos financeiros. Os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo são oriundos das contas de água e esgoto, arrecadados de acordo com os contratos de arrecadação do cedente.

O patrimônio do Fundo está representado por 300 cotas seniores e 15 cotas subordinadas. As cotas subordinadas não têm parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de resgate está sujeito ao pagamento de resgate das cotas seniores.

Em 31.12.2016, o Banco detinha a totalidade das 300 cotas seniores, sem participação em cotas subordinadas.

Fundos de Investimentos**BB Fund Class D**

O BB Fund Class D é um fundo mútuo que tem por objetivo a valorização de suas cotas e rendimentos utilizando-se, majoritariamente, de aplicação dos seus recursos em papéis de dívida pública do governo e de empresas brasileiras lançados no mercado externo.

O Banco, indiretamente através da BB DTVM, administra e controla o Fundo.

b) Informações resumidas de controladas com participação de acionistas não controladores

	R\$ mil		
31.12.2016	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros ⁽¹⁾
Ativo corrente	2.082.297	12.381.645	248.963
Ativo não corrente	8.155.261	3.141.292	237.267
Passivo corrente	1.680.429	12.970.803	237.749
Passivo não corrente	428.013	198.347	-
Receitas	4.266.823	3.695.130	1.020.404
Lucro líquido	4.108.823	609.514	22.631
Resultado abrangente total	4.141.283	609.514	22.631
Dividendos pagos a acionistas não controladores	1.111.445	154.882	-
Participação de acionistas não controladores (%)	33,64%	41,03%	-
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	1.382.208	250.084	4
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.734.635	965.759	59

	R\$ mil		
31.12.2015	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros ⁽¹⁾
Ativo corrente	2.026.811	16.226.818	402.787
Ativo não corrente	7.374.970	3.328.049	56.506
Passivo corrente	1.650.573	16.378.841	233.248
Passivo não corrente	428.523	248.758	-
Receitas	4.326.337	3.922.331	943.752
Lucro líquido	4.208.598	750.601	23.858
Resultado abrangente total	4.176.072	750.601	23.858
Dividendos pagos a acionistas não controladores	1.508.582	145.106	-
Participação de acionistas não controladores (%)	33,75%	41,04%	-
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	1.420.402	308.047	7
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.471.406	1.201.254	83

(1) Informações contábeis relativas às empresas BB Tecnologia e Serviços S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Banco também possui participação indireta nas controladas BB Seguros Participações S.A., BB Cor Participações S.A. e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. É de propriedade da BB Seguridade Participações S.A. a totalidade das ações emitidas por tais empresas. As informações financeiras resumidas dessas controladas são apresentadas a seguir.

	R\$ mil		
31.12.2016	BB Seguros Participações S.A.	BB Cor Participações S.A. ⁽¹⁾	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.
Ativo corrente	399.381	-	2.299.074
Ativo não corrente	8.297.818	-	818.751
Passivo corrente	609.907	-	3.055.859
Passivo não corrente	427.383	-	-
Receitas	2.641.740	1.473.839	2.989.756
Lucro líquido	2.522.511	1.445.680	1.609.938
Resultado abrangente total	2.554.964	1.445.680	1.609.944

(1) Empresa incorporada pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. em 27.12.2016.

	R\$ mil		
31.12.2015	BB Seguros Participações S.A.	BB Cor Participações S.A.	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.
Ativo corrente	491.108	792.193	2.125.551
Ativo não corrente	8.011.272	35.095	643.231
Passivo corrente	1.191.559	765.538	2.733.798
Passivo não corrente	427.383	-	-
Receitas	2.804.284	1.537.199	2.734.102
Lucro líquido	2.739.438	1.508.916	1.508.197
Resultado abrangente total	2.706.935	1.508.893	1.508.174

6 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganização societária na área de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros

BB Cor Participações S.A.

Em 27.12.2016, a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora) incorporou a BB Cor Participações S.A. (BB Cor) ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 27.12.2016, no montante de R\$ 26.976 mil.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Cor verificada no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de distribuição de produtos de seguridade, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Corretora passou à condição de sucessora a título universal da BB Cor em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguridade é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguridade.

BB Capitalização S.A.

Em 28.11.2014, os administradores da BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) aprovaram a incorporação da BB Capitalização ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 28.11.2014, no montante de R\$ 5.573 mil. Considerando que a data-base do laudo de avaliação contábil coincide com a data dos eventos societários que aprovaram a operação, não ocorreram variações patrimoniais após a incorporação.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Capitalização no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de capitalização, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Seguros passou à condição de sucessora a título universal da BB Capitalização em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguros é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguros.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros, a BB Corretora, a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças (Acordo) com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade por ações, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A Brasildental foi constituída em 12.03.2014 com capital social total de R\$ 5.000 mil, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

- a BB Seguros detém 49,99% das ações ON e 100% das ações PN, representando 74,99% de participação do capital social total;
- a Odontoprev detém 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

Do capital social total, R\$ 1 mil foram integralizados na data de constituição da companhia e os R\$ 4.999 mil restantes, no dia 15.04.2014. A BB Seguros e a Odontoprev responderam pela integralização do capital social da Brasildental na respectiva proporção de suas participações.

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasildental.

Em 12.05.2014, foi emitido o registro da companhia junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO). A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 07.07.2014, autorizou as operações da Brasildental e, em 05.08.2014, aprovou os produtos a serem comercializados pela Brasildental no mercado brasileiro de planos odontológicos.

Em 30.03.2016, a Assembleia Geral de Acionistas da Brasildental aprovou o aumento de capital da companhia, no valor de R\$ 4.500 mil, mediante a emissão de 180 mil ações, todas nominativas e sem valor nominal, na mesma proporção do número de ações de todas as espécies existentes, cabendo a cada acionista o exercício do direito de preferência sobre as ações idênticas às que era possuidor.

A aprovação do aumento de capital resultou na aquisição pela BB Seguros de 44.999 ações ON e 90.000 ações PN, no valor total de R\$ 3.375 mil, e pela Odontoprev de 45.001 ações ON, no valor total de R\$ 1.125 mil. A participação acionária da BB Seguros na Brasildental permanece inalterada em comparação à data de constituição da empresa.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

IRB – Brasil Resseguros S.A.

Em função da reorganização societária planejada pelo IRB-Brasil Re no intuito de otimizar a gestão de seus ativos imobiliários, o Banco do Brasil, como acionista indireto do IRB-Brasil Re, submeteu à aprovação do Banco Central do Brasil, em 08.06.2015, a criação de uma holding (IRB – Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.) e de quatro sociedades de propósito específico (SPE). A referida autarquia emitiu parecer favorável em 17.11.2015.

A Assembleia Geral do IRB-Brasil Re aprovou, em 21.08.2015:

- a transformação do IRB-Brasil em sociedade anônima de capital aberto e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários, conforme Instrução CVM 480, de 07.12.2009;
- a solicitação à CVM de autorização para realizar ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 400, de 29.12.2003; e
- a reformulação e consolidação do Estatuto Social do IRB-Brasil Re, para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Em 14.12.2015, o Conselho de Administração do IRB-Brasil Re aprovou os estatutos sociais da IRB – Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. (IRB – PAR) e das SPEs, bem como a transferência dos imóveis que integrarão seu capital. Em 2016, foram lavradas as Escrituras Públicas de Constituição, obtidos os registros no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) e os registros na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”), tanto da IRB-PAR quanto das SPEs.

Em 18.02.2016, os ofertantes optaram pela não continuidade do processo de Oferta Pública Inicial ("IPO") do IRB Brasil Re que se encontrava em curso na Bolsa de Valores e na CVM, tendo em vista as condições desfavoráveis do mercado de capitais brasileiro.

b) Reorganização Societária na área de cartões

Stelo

O Banco do Brasil e o Bradesco, por meio da sua joint venture Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), lançaram, em 16.04.2014, a Stelo S.A., uma empresa de meios eletrônicos de pagamentos para administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

Os serviços disponibilizados pela Stelo visam criar maior comodidade e segurança para os consumidores e estabelecimentos comerciais, principalmente na utilização de pagamentos no comércio eletrônico.

Com vistas a implementar esse projeto, a Cielo e a Alelo celebraram, em 15.04.2014, Memorando de Entendimentos a respeito da participação da Cielo no capital social da Stelo.

Em 12.06.2015, a Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (Aliança), a qual tem como atividade principal participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou cotista, adquiriu 30% do capital social da Stelo, mediante aumento de capital e emissão de novas ações por esta última. O movimento societário consolidou o previsto no Memorando de Entendimentos de 15.04.2014 entre a Alelo e a Cielo, controladora da Aliança.

Levando-se em consideração as participações indiretas do Banco na Cielo e na Alelo, por meio do BB Banco de Investimento S.A. e da BB Elo Cartões Participações S.A., respectivamente, a participação societária indireta total do Banco na Stelo é de 43,61%.

A Stelo iniciou suas operações em 2015 mediante autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

BB Elo Cartões e Cielo

Em 19.11.2014, o Banco comunicou que a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo Cartões), sua subsidiária integral, e a Cielo S.A. celebraram, naquela data, Acordo de Associação para formação de nova parceria estratégica no setor de meios eletrônicos de pagamento.

A participação societária da BB Elo Cartões e da Cielo na nova sociedade foi autorizada pelo Bacen em 30.12.2014.

A criação da Sociedade, oriunda da Parceria, foi autorizada, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), após transcorrido o prazo previsto no art. 65 da Lei n.º 12.529/2011, sem que houvesse a interposição de recursos ou avocação do processo pelo Tribunal Administrativo.

Em 27.02.2015, após a aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, e observado o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes ao fechamento da operação, a BB Elo Cartões e a Cielo concluíram a formação da parceria estratégica, constituindo uma nova sociedade denominada Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Cateno).

Segundo os termos do Acordo, a nova sociedade foi constituída por um ativo intangível representado pelo direito, transferido pela BB Elo Cartões, de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, conforme as normas do marco regulatório no setor de meios eletrônicos de pagamento. Além disso, o novo negócio tem entre seus objetivos realizar associações com outros parceiros de forma a aproveitar oportunidades em nicho de mercado relacionado a meios eletrônicos de pagamento, buscando a obtenção de ganhos de sinergia e otimizando a estruturação de novos negócios no segmento.

O aporte desse ativo intangível ao patrimônio líquido da Cateno representou R\$ 11.572.000 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a Cateno entregou à BB Elo Cartões os montantes de R\$ 4.640.951 mil em moeda corrente, referentes ao pagamento dos tributos incidentes sobre a operação, e R\$ 3.459.449 mil em debêntures da Cielo. O montante de R\$ 3.471.600 mil foi mantido para compor a participação acionária da BB Elo Cartões na Cateno.

O capital social total foi dividido à proporção de 30,00% para a BB Elo Cartões e 70,00% para a Cielo. Entretanto, levando-se em consideração a participação indireta do Banco na Cielo, por meio do BB Banco de Investimento S.A., a participação societária indireta total do Banco na Cateno, na data da aquisição, ficou distribuída conforme a seguir:

	Ações ON	Ações PN	Total
Participação acionária direta do BB - %	22,14	100,00	30,00
Participação acionária indireta total do BB - %	42,27	100,00	50,13

Em razão da conclusão da operação, o montante de R\$ 3.456.860 mil impactou o resultado do Banco no Exercício de 2015, conforme quadro a seguir:

	R\$ mil
	27.02.2015
1) Ganho de capital da BB Elo Cartões	11.572.000
2) Tributos	(4.640.951)
3) Resultado na BB Elo Cartões, líquido de efeitos tributários (1+2)	6.931.049
4) Resultado não realizado (50,13% do item 3)	(3.474.189)
5) Resultado consolidado (3+4)	3.456.860

Livelo

Em 14.05.2014, o Banco do Brasil e o Banco Bradesco comunicaram ao mercado que a Alelo iniciou, por meio de sua subsidiária integral já existente, a Livelo S.A., as tratativas para explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão.

A Livelo é uma sociedade com participação indireta do Banco, com 49,99% do capital social, e do Bradesco, com 50,01% do capital social, por meio da Alelo, e tem como objetivo principal:

- atuar como programa de fidelidade por coalizão independente e aberto tendo como parceiros: emissores de instrumentos de pagamento, varejistas e demais programas de fidelidade, dentre outros;
- reunir um diversificado grupo de parceiros relevantes e estratégicos para possibilitar a geração de pontos de fidelidade e o resgate de benefícios;
- desenvolver pontos de fidelidade próprios a serem oferecidos aos parceiros de geração/acúmulo de pontos e conversíveis em prêmios e benefícios nos parceiros de resgate.

A empresa iniciou suas operações em 2016 mediante autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

c) Reorganização Societária – Subsidiárias e Controladas no Exterior

BB Money Transfers

Em 08.12.2014, ocorreu a dissolução da BB Money Transfers, localizada no estado de Nova York. O Conselho Diretor decidiu pelo encerramento da empresa e repatriação do seu capital para a sua controladora, com base em estudo de inviabilidade econômica do negócio.

O capital da BB Money Transfers foi repassado ao Banco, por meio da BB USA Holding Company Inc. (sua controladora, com 100% das ações). No entanto, uma parte deste capital ficou retida na BB USA Holding Company, com a finalidade de pagamento das despesas decorrentes das atividades operacionais para encerramento da subsidiária e de dispêndios da própria holding.

O Banco realizará a integralização do referido capital no mesmo local de investimento, por meio da BB Grand Cayman, não ocorrendo ingresso de recursos no Brasil.

China

No dia 30.05.2014, o Banco inaugurou sua primeira agência na China. O Banco possuía um escritório de representação em Xangai, o qual foi transformado em agência com o objetivo de ampliar o intercâmbio comercial com o país, buscar o aumento dos investimentos chineses no Brasil e, também, para dar suporte às multinacionais brasileiras no mercado chinês.

Bloco Europa

Desde 01.01.2014, as agências do Banco do Brasil em Madri e Paris passaram a ser vinculadas ao Banco do Brasil – AG, subsidiária integral do Banco na Áustria.

A medida faz parte do processo de consolidação das atividades na Europa sob a licença do Banco do Brasil – AG. A integração das unidades europeias busca ampliar o volume de negócios, através da otimização do capital investido naquelas agências, aprimorar a governança e aumentar a eficiência operacional.

7 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- O reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes é baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil. Os empréstimos a clientes são classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco). O montante de perdas em empréstimos a clientes é constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- Os investimentos em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*) são consolidados proporcionalmente à participação do Banco;
- As receitas de tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidos como receita no ato do recebimento;
- O montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia é mensurado pela diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- Mudanças na proporção de capital detido por acionistas não controladores, que resultam em ganhos ou perdas na alienação de participações societárias.

A mensuração do resultado gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas apuradas pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada na Nota 5. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável e da prestação de serviços a entidades ligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

**f) Outros segmentos**

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2016							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Receitas de juros	171.882.246	142.199	98.673	17.320.074	435.653	848.725	(813.081)	189.914.489
Despesas de juros	(111.617.219)	(446.286)	-	-	(17.586)	(113.930)	929.757	(111.265.264)
Receita líquida de juros	60.265.027	(304.087)	98.673	17.320.074	418.067	734.795	116.676	78.649.225
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(25.620.735)	-	-	-	(1.368)	-	(133.487)	(25.755.590)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	34.644.292	(304.087)	98.673	17.320.074	416.699	734.795	(16.811)	52.893.635
Receitas não de juros	22.719.618	1.021.136	1.632.997	7.167.673	6.429.356	1.753.575	(1.825.572)	38.898.783
Receita líquida de tarifas e comissões	15.591.807	759.925	1.621.910	2.397.260	4.686.500	1.574.328	(1.561.000)	25.070.730
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.850.118)	(160.989)	-	(113.233)	-	(31.622)	89.587	(2.066.375)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	26.017	7.272	(1.948)	(251)	-	-	-	31.090
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	21.557	(19.096)	-	(37.405)	(62.450)	147	-	(97.247)
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	4.699.278	-	-	272.281	4.971.559
Outras receitas operacionais	8.930.355	434.024	13.035	222.024	1.805.306	210.722	(626.440)	10.989.026
Despesas não de juros	(53.680.493)	(511.026)	(275.163)	(17.705.061)	(4.085.385)	(1.577.088)	1.842.383	(75.991.833)
Despesas com pessoal	(22.690.269)	(77.778)	(89.864)	(582.249)	(327.618)	(363.863)	8.626	(24.123.015)
Despesas administrativas	(11.681.289)	(30.078)	(21.626)	(736.160)	(738.530)	(506.281)	1.514.368	(12.199.596)
Contribuições, taxas e outros impostos	(5.039.720)	(63.311)	(118.507)	(682.481)	(609.795)	(241.788)	3.999	(6.751.603)
Amortização de ativos intangíveis	(2.219.714)	(1.660)	-	(71.523)	(62.706)	(1.969)	-	(2.357.572)
Provisões	(1.971.062)	(207)	(1.282)	(5.531)	(16.273)	(59.594)	-	(2.053.949)
Depreciação	(1.151.913)	(3.165)	-	(20.546)	(123.089)	(11.568)	-	(1.310.281)
Outras despesas operacionais	(8.926.526)	(334.827)	(43.884)	(15.606.571)	(2.207.374)	(392.025)	315.390	(27.195.817)
Lucro antes dos impostos	3.683.417	206.023	1.456.507	6.782.686	2.760.670	911.282	-	15.800.585
Impostos	(1.700.168)	(39.529)	(648.631)	(2.571.345)	(946.945)	(185.372)	-	(6.091.990)
Correntes	(4.621.409)	(88.800)	(649.169)	(2.573.939)	(909.948)	(236.210)	-	(9.079.475)
Diferidos	2.921.241	49.271	538	2.594	(36.997)	50.838	-	2.987.485
Lucro líquido do período	1.983.249	166.494	807.876	4.211.341	1.813.725	725.910	-	9.708.595
Atribuível aos acionistas controladores	1.696.242	166.494	807.876	2.823.312	1.813.725	725.907	-	8.033.556
Atribuível às participações de acionistas não controladores	287.007	-	-	1.388.029	-	3	-	1.675.039
Total dos ativos	1.436.760.620	7.705.687	1.262.881	183.037.735	14.485.492	7.152.660	(33.973.852)	1.616.431.223
Total dos passivos	1.351.470.437	4.686.872	1.131.252	175.813.096	7.057.961	3.683.305	(14.605.452)	1.529.237.471
Total do patrimônio líquido	85.290.183	3.018.815	131.629	7.224.639	7.427.531	3.469.355	(19.368.400)	87.193.752

	Exercício/2015							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Receitas de juros	188.448.726	75.343	85.518	14.615.813	589.751	738.522	(629.587)	203.924.086
Despesas de juros	(142.713.651)	(332.921)	-	-	(17.390)	(64.496)	745.735	(142.382.723)
Receita líquida de juros	45.735.075	(257.578)	85.518	14.615.813	572.361	674.026	116.148	61.541.363
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(23.785.790)	-	-	-	(680)	-	(128.724)	(23.915.194)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	21.949.285	(257.578)	85.518	14.615.813	571.681	674.026	(12.576)	37.626.169
Receitas não de juros	24.790.679	1.082.033	1.490.771	7.174.092	11.226.359	1.676.455	(1.938.527)	45.501.862
Receita líquida de tarifas e comissões	13.719.098	659.866	1.473.375	2.046.244	4.078.936	1.413.101	(1.420.590)	21.970.030
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.607.135	(13.087)	-	(104.613)	-	(491)	81.637	2.570.581
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(618.849)	10.464	(6.591)	(250)	-	-	-	(615.226)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	3.596.068	4.917	-	1.496	50.480	6.884	-	3.659.845
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	5.067.317	-	-	258.335	5.325.652
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	5.487.227	419.873	23.987	163.898	7.096.943	256.961	(857.909)	12.590.980
Despesas não de juros	(51.276.317)	(533.505)	(261.035)	(15.117.743)	(4.278.761)	(1.438.584)	1.924.059	(70.981.886)
Despesas com pessoal	(21.535.726)	(68.923)	(85.266)	(585.320)	(315.400)	(339.493)	8.615	(22.921.513)
Despesas administrativas	(11.203.597)	(39.225)	(23.520)	(766.482)	(677.060)	(468.930)	1.401.172	(11.777.642)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.143.061)	(59.027)	(106.115)	(632.191)	(1.063.334)	(218.675)	7	(6.222.396)
Amortização de ativos intangíveis	(2.263.277)	(1.402)	-	(55.107)	(61.595)	(2.113)	-	(2.383.494)
Provisões	(3.437.149)	1.095	(1.078)	(20.541)	(10.157)	(31.125)	-	(3.498.955)
Depreciação	(1.117.264)	(3.417)	-	(20.609)	(139.832)	(9.182)	-	(1.290.304)
Outras despesas operacionais	(7.576.243)	(362.606)	(45.056)	(13.037.493)	(2.011.383)	(369.066)	514.265	(22.887.582)
Lucro antes dos impostos	(4.536.353)	290.950	1.315.254	6.672.162	7.519.279	911.897	(27.044)	12.146.145
Impostos	9.758.764	(80.414)	(542.320)	(2.391.216)	(2.532.534)	(234.656)	17.774	3.995.398
Correntes	(820.896)	(126.516)	(541.586)	(2.395.164)	(4.397.030)	(202.486)	-	(8.483.678)
Diferidos	10.579.660	46.102	(734)	3.948	1.864.496	(32.170)	17.774	12.479.076
Lucro líquido do período	5.222.411	210.536	772.934	4.280.946	4.986.745	677.241	(9.270)	16.141.543
Atribuível aos acionistas controladores	4.899.827	210.536	772.934	2.861.553	4.986.745	677.234	(9.270)	14.399.559
Atribuível às participações de acionistas não controladores	322.584	-	-	1.419.393	-	7	-	1.741.984
Total dos ativos	1.438.660.136	6.824.293	1.263.763	146.797.727	13.826.095	7.533.299	(30.866.302)	1.584.039.011
Total dos passivos	1.358.880.439	3.937.451	1.132.134	140.402.507	7.536.739	4.136.328	(13.522.760)	1.502.502.838
Total do patrimônio líquido	79.779.697	2.886.842	131.629	6.395.220	6.289.356	3.396.971	(17.343.542)	81.536.173

(1) Inclui, no segmento Meios de Pagamento, o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento.

	Exercício/2014							R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Receitas de juros	142.903.275	110.594	57.354	8.941.686	543.147	763.596	(397.040)	152.922.612
Despesas de juros	(94.786.290)	(234.399)	-	-	(12.145)	(19.421)	544.210	(94.508.045)
Receita líquida de juros	48.116.985	(123.805)	57.354	8.941.686	531.002	744.175	147.170	58.414.567
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(15.940.743)	-	-	-	-	26.058	(299.475)	(16.214.160)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	32.176.242	(123.805)	57.354	8.941.686	531.002	770.233	(152.305)	42.200.407
Receitas não de juros	20.415.706	955.703	1.421.454	9.916.706	3.096.928	1.313.034	(1.516.897)	35.602.634
Receita líquida de tarifas e comissões	15.635.331	559.258	1.394.318	1.013.649	2.244.314	1.124.283	(986.572)	20.984.581
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	342.065	3.926	-	(115.343)	-	(10.917)	74.367	294.098
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	294.134	(33.607)	(2.476)	(209)	-	-	-	257.842
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	565.202	(448)	-	(239)	4.459	4.999	-	573.973
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	4.480.394	-	-	31.820	4.512.214
Outras receitas operacionais	3.578.974	426.574	29.612	4.538.454	848.155	194.669	(636.512)	8.979.926
Despesas não de juros	(45.448.901)	(565.494)	(235.065)	(13.310.769)	(1.984.896)	(1.398.134)	1.552.023	(61.391.236)
Despesas com pessoal	(19.284.006)	(67.029)	(68.566)	(538.675)	(219.072)	(266.526)	6.942	(20.436.932)
Despesas administrativas	(11.284.189)	(41.213)	(25.780)	(741.188)	(370.002)	(409.359)	1.132.840	(11.738.891)
Contribuições, taxas e outros impostos	(3.798.209)	(59.837)	(97.109)	(511.511)	(295.488)	(228.896)	6	(4.991.044)
Amortização de ativos intangíveis	(2.540.676)	(668)	-	(36.125)	(33.319)	(1.469)	-	(2.612.257)
Provisões	(1.376.094)	1.991	8.487	(34.612)	(18.434)	21.448	-	(1.397.214)
Depreciação	(1.030.523)	(2.927)	-	(21.247)	(112.545)	(7.353)	-	(1.174.595)
Outras despesas operacionais	(6.135.204)	(395.811)	(52.097)	(11.427.411)	(936.036)	(505.979)	412.235	(19.040.303)
Lucro antes dos impostos	7.143.047	266.404	1.243.743	5.547.623	1.643.034	685.133	(117.179)	16.411.805
Impostos	(484.429)	(55.172)	(488.689)	(1.999.507)	(549.211)	(163.928)	50.140	(3.690.796)
Correntes	(2.295.240)	(100.572)	(485.414)	(2.002.865)	(553.711)	(205.985)	-	(5.643.787)
Diferidos	1.810.811	45.400	(3.275)	3.358	4.500	42.057	50.140	1.952.991
Lucro líquido do período	6.658.618	211.232	755.054	3.548.116	1.093.823	521.205	(67.039)	12.721.009
Atribuível aos acionistas controladores	6.351.913	211.232	755.054	2.379.641	1.093.823	521.190	(67.039)	11.245.814
Atribuível às participações de acionistas não controladores	306.705	-	-	1.168.475	-	15	-	1.475.195
Total dos ativos	1.324.141.119	6.013.027	985.885	116.832.752	8.057.890	4.394.219	(22.939.380)	1.437.485.512
Total dos passivos	1.245.365.656	3.185.616	854.247	110.095.099	6.125.718	1.640.633	(10.394.651)	1.356.872.318
Total do patrimônio líquido	78.775.463	2.827.411	131.638	6.737.653	1.932.172	2.753.586	(12.544.729)	80.613.194

h) Conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as IFRS

	Exercício/2016								RS mil
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾							Consolidado IFRS
		Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	Transações Intersegmentos	
Receitas de juros	189.914.489	(4.822.988)	-	-	(17.071.884)	103.065	(6.840)	(76.606)	168.039.236
Despesas de juros	(111.265.264)	5.157.970	-	-	-	17.586	-	(35.187)	(106.124.895)
Receita líquida de juros	78.649.225	334.982	-	-	(17.071.884)	120.651	(6.840)	(111.793)	61.914.341
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	13.867	-	-	-	-	-	-	13.867
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(25.755.590)	(2.635.414)	-	-	-	1.368	-	(30.519)	(28.420.155)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	52.893.635	(2.286.565)	-	-	(17.071.884)	122.019	(6.840)	(142.312)	33.508.053
Receitas não de juros	38.898.783	(242.153)	784.859	-	(1.724.536)	(5.873.627)	(56.069)	403.690	32.190.947
Receita líquida de tarifas e comissões	25.070.730	(394.811)	-	-	266.697	(4.638.449)	(27.090)	570.709	20.847.786
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(2.066.375)	(25.112)	95.944	-	113.233	-	14.290	(89.587)	(1.957.607)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	31.090	175.330	(78.637)	-	280	-	-	-	128.063
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	(97.247)	115.577	1.058.876	-	2.452.240	430.583	(147)	-	3.959.882
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	4.971.559	-	-	-	(4.699.278)	-	-	(272.281)	-
Outras receitas operacionais	10.989.026	(113.137)	(291.324)	-	142.292	(1.665.761)	(43.122)	194.849	9.212.823
Despesas não de juros	(75.991.833)	57.509	329.108	-	16.995.646	4.037.017	30.174	(266.194)	(54.808.573)
Despesas com pessoal	(24.123.015)	633.781	19.893	-	529.624	324.282	-	(74)	(22.615.509)
Despesas administrativas	(12.199.596)	541.631	14.768	-	513.865	737.422	30.808	(324.286)	(10.685.388)
Contribuições, taxas e outros impostos	(6.751.603)	167.282	7.029	-	336.894	580.302	4.337	(3.999)	(5.659.758)
Amortização de ativos intangíveis	(2.357.572)	(385.452)	1.660	-	71.523	62.706	-	-	(2.607.135)
Provisões	(2.053.949)	(976.569)	15	-	2.381	16.273	-	-	(3.011.849)
Depreciação	(1.310.281)	14.442	3.165	-	20.344	123.089	73	-	(1.149.168)
Outras despesas operacionais	(27.195.817)	62.394	282.578	-	15.521.015	2.192.943	(5.044)	62.165	(9.079.766)
Lucro antes dos impostos	15.800.585	(2.471.209)	1.113.967	-	(1.800.774)	(1.714.591)	(32.735)	(4.816)	10.890.427
Impostos	(6.091.990)	1.564.564	(50.565)	-	1.700.906	689.349	(43.114)	-	(2.230.850)
Correntes	(9.079.475)	17.719	642	-	1.703.500	722.008	38	-	(6.635.568)
Diferidos	2.987.485	1.546.845	(51.207)	-	(2.594)	(32.659)	(43.152)	-	4.404.718
Lucro líquido do período	9.708.595	(906.645)	1.063.402	-	(99.868)	(1.025.242)	(75.849)	(4.816)	8.659.577
Atribuível aos acionistas controladores	8.033.556	(869.723)	1.063.402	-	(94.047)	(1.025.242)	(75.849)	(4.816)	7.027.281
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.675.039	(36.922)	-	-	(5.821)	-	-	-	1.632.296
Total dos ativos	1.616.431.223	(53.526.881)	79.613	-	(170.504.199)	(7.703.956)	(545.847)	2.985.733	1.387.215.686
Total dos passivos	1.529.237.471	(55.042.627)	(326.284)	-	(171.409.306)	(6.466.918)	74.865	1.071.792	1.297.138.993
Total do patrimônio líquido	87.193.752	1.515.746	405.897	-	905.107	(1.237.038)	(620.712)	1.913.941	90.076.693
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	83.980.784	1.372.152	405.897	-	561.216	(1.237.038)	(620.712)	1.913.941	86.376.240
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	3.212.968	143.594	-	-	343.891	-	-	-	3.700.453

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais *versus* os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48 e a desconsolidação dos investimentos em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

	Exercício/2015								RS mil
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾							Consolidado IFRS
		Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	Transações Intersegmentos	
Receitas de juros	203.924.086	(6.862.931)	(421)	900	(14.405.702)	(169.498)	(41.826)	(75.737)	182.368.871
Despesas de juros	(142.382.723)	5.773.269	-	-	-	17.391	-	(28.857)	(136.620.920)
Receita líquida de juros	61.541.363	(1.089.662)	(421)	900	(14.405.702)	(152.107)	(41.826)	(104.594)	45.747.951
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	5.863	-	-	-	-	-	-	5.863
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(23.915.194)	656.197	-	-	-	680	-	(30.651)	(23.288.968)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	37.626.169	(427.602)	(421)	900	(14.405.702)	(151.427)	(41.826)	(135.245)	22.464.846
Receitas não de juros	45.501.862	(4.100.734)	654.466	(900)	(1.826.778)	(2.571.414)	(103.529)	484.553	38.037.526
Receita líquida de tarifas e comissões	21.970.030	(299.737)	38	-	429.062	(4.039.776)	(206)	461.941	18.521.352
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.570.581	(799.004)	12.191	-	104.613	-	1.721	(81.637)	1.808.465
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(615.226)	18.429	303	-	250	(3)	-	-	(596.247)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	3.659.845	(3.264.586)	976.709	-	2.698.439	329.463	(6.884)	-	4.392.986
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	5.325.652	-	-	-	(5.067.317)	-	-	(258.335)	-
Outras receitas operacionais	12.590.980	244.164	(334.775)	(900)	8.175	1.138.902	(98.160)	362.584	13.910.970
Despesas não de juros	(70.981.886)	2.815.304	360.622	-	14.557.280	3.184.152	(886)	(299.454)	(50.364.868)
Despesas com pessoal	(22.921.513)	716.234	22.107	-	541.082	312.500	6	(9)	(21.329.593)
Despesas administrativas	(11.777.642)	371.582	22.541	-	520.049	675.921	2.926	(196.339)	(10.380.962)
Contribuições, taxas e outros impostos	(6.222.396)	162.946	10.383	-	431.972	(23.207)	383	-	(5.639.919)
Amortização de ativos intangíveis	(2.383.494)	(455.160)	1.402	-	55.107	61.595	-	-	(2.720.550)
Provisões	(3.498.955)	(687.626)	(1.345)	-	24.196	10.157	-	-	(4.153.573)
Depreciação	(1.290.304)	2.587	3.417	-	20.493	139.832	71	-	(1.123.904)
Outras despesas operacionais	(22.887.582)	2.704.741	302.117	-	12.964.381	2.007.354	(4.272)	(103.106)	(5.016.367)
Lucro antes dos impostos	12.146.145	(1.713.032)	1.014.667	-	(1.675.200)	461.311	(146.241)	49.854	10.137.504
Impostos	3.995.398	(38.617)	(41.320)	-	1.603.996	126.122	32.730	(17.774)	5.660.535
Correntes	(8.483.678)	54.468	3	-	1.607.944	675.820	63	-	(6.145.380)
Diferidos	12.479.076	(93.085)	(41.323)	-	(3.948)	(549.698)	32.667	(17.774)	11.805.915
Lucro líquido do período	16.141.543	(1.751.649)	973.347	-	(71.204)	587.433	(113.511)	32.080	15.798.039
Atribuível aos acionistas controladores	14.399.559	(1.737.114)	973.347	-	(72.213)	587.433	(113.510)	32.080	14.069.582
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.741.984	(14.535)	-	-	1.009	-	(1)	-	1.728.457
Total dos ativos	1.584.039.011	(53.959.105)	123.804	-	(135.409.582)	(7.429.011)	(546.417)	2.045.829	1.388.864.529
Total dos passivos	1.502.502.838	(57.554.840)	(187.580)	-	(136.337.046)	(6.929.342)	14.198	1.126.307	1.302.634.535
Total do patrimônio líquido	81.536.173	3.595.735	311.384	-	927.464	(499.669)	(560.615)	919.522	86.229.994
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	78.408.096	3.400.781	311.384	-	577.752	(499.669)	(560.615)	919.522	82.557.251
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	3.128.077	194.954	-	-	349.712	-	-	-	3.672.743

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48 e a desconsolidação dos investimentos em entidades controladas em conjunto (joint ventures).

	Exercício/2014								RS mil
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾							Consolidado IFRS
		Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	Transações Intersegmentos	
Receitas de juros	152.922.612	(5.656.161)	(313)	1.667	(8.762.176)	(540.433)	(80.923)	(105.672)	137.778.601
Despesas de juros	(94.508.045)	3.396.356	1.230	-	-	12.145	1.960	(27.848)	(91.124.202)
Receita líquida de juros	58.414.567	(2.259.805)	917	1.667	(8.762.176)	(528.288)	(78.963)	(133.520)	46.654.399
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	4.030	-	-	-	-	-	-	4.030
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(16.214.160)	1.478.393	-	-	-	-	(26.058)	(27.421)	(14.789.246)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	42.200.407	(777.382)	917	1.667	(8.762.176)	(528.288)	(105.021)	(160.941)	31.869.183
Receitas não de juros	35.602.634	(589.108)	589.642	(1.655)	(5.380.912)	(2.878.805)	(80.289)	282.830	27.544.337
Receita líquida de tarifas e comissões	20.984.581	(455.781)	33	-	1.274.262	(2.211.586)	(340)	186.662	19.777.831
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	294.098	(75.366)	404	-	115.343	-	11.071	(74.367)	271.183
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	257.842	(5.659)	217	(1.667)	220	-	-	-	250.953
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	573.973	(300.643)	955.020	12	2.144.236	180.575	(4.999)	-	3.548.174
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	4.512.214	-	-	-	(4.480.394)	-	-	(31.820)	-
Outras receitas operacionais	8.979.926	248.341	(366.032)	-	(4.434.579)	(847.794)	(86.021)	202.355	3.696.196
Despesas não de juros	(61.391.236)	2.588.178	363.093	-	12.710.684	1.976.824	92.763	(149.309)	(43.809.003)
Despesas com pessoal	(20.436.932)	831.608	25.306	-	500.031	217.249	-	-	(18.862.738)
Despesas administrativas	(11.738.891)	460.404	21.394	-	459.892	368.634	10.160	(57.596)	(10.476.003)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.991.044)	205.287	20.059	-	336.811	292.452	35.380	2	(4.101.053)
Amortização de ativos intangíveis	(2.612.257)	(466.290)	668	-	36.125	33.319	-	-	(3.008.435)
Provisões	(1.397.214)	(700.485)	-	-	28.691	18.434	(25.699)	-	(2.076.273)
Depreciação	(1.174.595)	8.381	2.927	-	21.150	112.545	71	-	(1.029.521)
Outras despesas operacionais	(19.040.303)	2.249.273	292.739	-	11.327.984	934.191	72.851	(91.715)	(4.254.980)
Lucro antes dos impostos	16.411.805	1.221.688	953.652	12	(1.432.404)	(1.430.269)	(92.547)	(27.420)	15.604.517
Impostos	(3.690.796)	(339.530)	(31.471)	-	1.317.747	537.896	(4.727)	(50.140)	(2.261.021)
Correntes	(5.643.787)	216.114	6.642	-	1.320.561	542.421	747	-	(3.557.302)
Diferidos	1.952.991	(555.644)	(38.113)	-	(2.814)	(4.525)	(5.474)	(50.140)	1.296.281
Lucro líquido do período	12.721.009	882.158	922.181	12	(114.657)	(892.373)	(97.274)	(77.560)	13.343.496
Atribuível aos acionistas controladores	11.245.814	857.270	922.181	12	(104.974)	(892.373)	(97.274)	(77.560)	11.853.096
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.475.195	24.888	-	-	(9.683)	-	-	-	1.490.400
Total dos ativos	1.437.485.512	(49.583.248)	108.085	-	(105.579.506)	(7.279.935)	(1.413.521)	4.399.561	1.278.136.948
Total dos passivos	1.356.872.318	(53.429.000)	(118.764)	-	(106.815.377)	(5.971.671)	(17.339)	2.176.745	1.192.696.912
Total do patrimônio líquido	80.613.194	3.845.752	226.849	-	1.235.871	(1.308.264)	(1.396.182)	2.222.816	85.440.036
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	75.975.095	5.177.242	226.849	-	887.168	(1.308.264)	(1.396.182)	2.222.816	81.784.724
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	4.638.099	(1.331.490)	-	-	348.703	-	-	-	3.655.312

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48 e a desconsolidação dos investimentos em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

i) Operações internacionais**Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior**

	R\$ mil			
	Brasil	Outros países		Total
	Exercício/2016	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações
Ativo	1.297.541.958	265.758.544	(176.084.816)	89.673.728
Receitas	186.474.824	21.943.849	(8.188.490)	13.755.359
Despesas	(174.374.581)	(21.443.833)	4.247.808	(17.196.025)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	14.421.946	409.163	(3.940.682)	(3.531.519)
Lucro/(prejuízo) líquido	12.100.243	500.016	(3.940.682)	(3.440.666)

	R\$ mil			
	Brasil	Outros países		Total
	Exercício/2015	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações
Ativo	1.256.650.895	322.586.714	(190.373.080)	132.213.634
Receitas	213.404.699	14.827.442	(7.825.744)	7.001.698
Despesas	(193.140.985)	(14.578.083)	3.110.710	(11.467.373)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	14.599.513	253.025	(4.715.034)	(4.462.009)
Lucro/(prejuízo) líquido	20.263.714	249.359	(4.715.034)	(4.465.675)

	R\$ mil			
	Brasil	Outros países		Total
	Exercício/2014	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações
Ativo	1.168.533.808	242.523.594	(132.920.454)	109.603.140
Receitas	158.114.145	10.635.959	(3.427.166)	7.208.793
Despesas	(144.822.066)	(9.085.267)	1.927.891	(7.157.376)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	15.110.254	1.993.538	(1.499.275)	494.263
Lucro/(prejuízo) líquido	13.292.079	1.550.692	(1.499.275)	51.417

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, provisão para perdas em empréstimos a clientes e despesas não de juros.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas e para os ativos são oriundas das dependências localizadas na Europa e na América do Norte. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a Empréstimos a clientes e Empréstimos a instituições financeiras.

j) Investimentos em coligadas e *joint ventures* e adições a ativos não circulantes

	R\$ mil						
	Exercício/2016						
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Consolidado IFRS
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	5.122.151	1.243.819	-	8.209.239	5.063.337	3.338	19.641.884
Adições a ativos não circulantes ⁽¹⁾	16.276.504	-	-	3.784	-	77.485	16.357.773
Ativo Imobilizado	7.542.156	-	-	-	-	71.903	7.614.059
Ágio sobre investimentos	591.582	-	-	-	-	-	591.582
Intangíveis	8.142.766	-	-	3.784	-	5.582	8.152.132

	Exercício/2015						
	Exercício/2015						
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Consolidado IFRS
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	4.838.189	1.264.576	-	7.924.482	3.952.833	6.345	17.986.425
Adições a ativos não circulantes ⁽¹⁾	16.164.198	-	-	2	-	61.328	16.225.528
Ativo Imobilizado	7.357.285	-	-	2	-	54.660	7.411.947
Ágio sobre investimentos	648.506	-	-	-	-	-	648.506
Intangíveis	8.158.407	-	-	-	-	6.668	8.165.075

(1) Exceto instrumentos financeiros, ativo diferido, ativo de benefício líquido e direitos decorrentes de contratos de seguro.

k) Receitas por segmentos

R\$ mil						
	Exercício/2016					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos
Receitas de juros	171.882.246	142.199	98.673	17.320.074	435.653	848.725
Receitas de clientes externos	171.091.955	139.658	2.355	17.151.364	395.314	709.093
Receitas de transações intersegmentos	790.291	2.541	96.318	168.710	40.339	139.632
Receitas não de juros	22.719.618	1.021.136	1.632.997	7.167.673	6.429.356	1.753.575
Receitas de clientes externos	21.330.158	719.985	1.606.092	7.152.440	6.343.706	732.350
Receitas de transações intersegmentos	1.389.460	301.151	26.905	15.233	85.650	1.021.225

R\$ mil						
	Exercício/2015					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos
Receitas de juros	188.448.726	75.343	85.518	14.615.813	589.751	738.522
Receitas de clientes externos	187.988.059	74.089	1.989	14.419.930	572.947	653.453
Receitas de transações intersegmentos	460.667	1.254	83.529	195.883	16.804	85.069
Receitas não de juros	24.790.679	1.082.033	1.490.771	7.174.092	11.226.359	1.676.455
Receitas de clientes externos	23.742.456	856.479	1.462.600	7.157.103	11.183.917	689.411
Receitas de transações intersegmentos	1.048.223	225.554	28.171	16.989	42.442	987.044

R\$ mil						
	Exercício/2014					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos
Receitas de juros	142.903.275	110.594	57.354	8.941.686	543.147	763.596
Receitas de clientes externos	142.619.424	107.738	784	8.761.487	536.805	753.435
Receitas de transações intersegmentos	283.851	2.856	56.570	180.199	6.342	10.161
Receitas não de juros	20.415.706	955.703	1.421.454	9.916.706	3.096.928	1.313.034
Receitas de clientes externos	19.835.831	777.784	1.367.668	9.907.758	3.077.625	492.388
Receitas de transações intersegmentos	579.875	177.919	53.786	8.948	19.303	820.646

8 – RECEITA LÍQUIDA DE JUROS

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Receitas de juros	168.039.236	182.368.871	137.778.601
Empréstimos a clientes ⁽¹⁾	94.960.406	100.958.745	78.611.495
Aplicações em operações compromissadas	46.280.245	39.128.311	27.884.751
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁽²⁾	13.492.530	12.321.800	9.482.298
Depósitos compulsórios em bancos centrais	5.551.256	4.892.949	5.509.564
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	975.138	403.494	7.105
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	652.540	850.016	1.297.595
Empréstimos a instituições financeiras ⁽³⁾	(4.092.386)	12.833.386	7.146.919
Outras receitas de juros	10.219.507	10.980.170	7.838.874
Despesas de juros	(106.124.895)	(136.620.920)	(91.124.202)
Obrigações por operações compromissadas	(48.741.310)	(41.614.206)	(29.722.121)
Depósitos de clientes	(33.018.398)	(33.148.160)	(31.412.337)
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(16.534.266)	(60.730.755)	(28.743.021)
Valores a pagar a instituições financeiras	(7.830.921)	(616.426)	(1.119.703)
Outras despesas de juros	-	(511.373)	(127.020)
Receita líquida de juros	61.914.341	45.747.951	46.654.399

(1) Inclui receitas de juros reconhecidas sobre operações de crédito com redução ao valor recuperável no total de R\$ 14.107.630 mil no exercício de 2016 (R\$ 9.062.234 mil em 2015 e R\$ 6.302.174 mil em 2014).

(2) Inclui receitas de dividendos no total de R\$ 107.849 mil no exercício de 2016 (R\$ 41.459 mil em 2015 e R\$ 85.005 mil em 2014).

(3) A movimentação devedora no exercício de 2016 deve-se à variação cambial negativa do período.

9 – RECEITA LÍQUIDA DE TARIFAS E COMISSÕES

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Prestação de serviços a clientes	13.105.334	12.356.574	13.502.919
Conta corrente	5.356.082	4.469.595	3.996.943
Arrecadações	2.178.526	2.156.444	1.694.869
Cobrança	1.685.602	1.706.885	1.487.696
Rendas de cartões	1.647.428	2.092.746	3.789.885
Interbancária e transferência de recursos	1.368.311	1.211.314	1.142.839
Câmbio	376.076	326.587	323.081
Operações de crédito e cadastro	346.806	267.644	955.358
Rendas do mercado de capitais	146.503	125.359	112.248
Administração de recursos de terceiros	5.871.493	5.397.543	4.746.867
Comissões	3.860.250	3.518.383	3.433.440
Comercialização de seguros	2.390.894	2.164.023	1.955.058
Comercialização de produtos de previdência	574.577	474.141	395.328
Comercialização de produtos de capitalização	569.944	682.318	705.094
Colocação de títulos e valores mobiliários	324.835	197.901	377.960
Garantias prestadas	179.684	168.639	141.500
Outros serviços	323.291	262.157	201.260
Receita de tarifas e comissões	23.340.052	21.703.296	22.025.986
Despesa de tarifas e comissões	(2.492.266)	(3.181.944)	(2.248.155)
Prestação de serviços	(2.401.575)	(3.119.828)	(2.196.429)
Despesas de comissões	(1.318)	(8.942)	(11.206)
Outros serviços	(89.373)	(53.174)	(40.520)
Receita líquida de tarifas e comissões	20.847.786	18.521.352	19.777.831

10 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Instrumentos financeiros derivativos	(2.149.201)	1.457.132	280.639
Outros ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	191.594	351.333	(9.456)
Total	(1.957.607)	1.808.465	271.183

11 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Instrumentos de dívida	80.216	(594.433)	251.273
Instrumentos de patrimônio	47.847	(1.814)	(320)
Total	128.063	(596.247)	250.953

12 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
Outras receitas operacionais	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Títulos e créditos a receber	2.281.901	1.053.278	612.392
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	1.650.309	(2.263.947)	(3.043.506)
Recuperação de encargos e despesas	1.390.011	1.302.481	767.761
Resultado com planos de benefícios – Acordos de superávit	1.057.658	1.355.063	906.727
Operações com cartões	564.500	779.601	760.933
Reversão de provisões para pagamentos diversos	367.803	51.929	98.453
Ganhos derivados de investimentos societários ⁽¹⁾	337.916	124.142	73.643
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens ⁽²⁾	219.041	5.960.442	159.769
Ganhos com planos de benefícios– Plano 1– Previ ⁽³⁾	24.175	358.000	1.348.061
Ganhos com conversão de investimentos no exterior	-	3.365.755	693.616
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos permanentes	(2.347)	-	2.275
Outras	1.321.856	1.824.226	1.316.072
Total	9.212.823	13.910.970	3.696.196

(1) Refere-se principalmente a atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(2) Em 2015, refere-se principalmente ao reconhecimento do ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo.

(3) Refere-se ao reconhecimento no resultado de certos componentes de custo de planos de benefícios definidos.

	R\$ mil		
Outras despesas operacionais	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Perdas com conversão de investimentos no exterior	(1.835.683)	-	-
Atualização de obrigações atuariais	(1.582.343)	(994.028)	(1.014.919)
Atualização de obrigações fiscais objeto de discussão judicial	(1.365.510)	(934.671)	(538.835)
Remuneração pelas transações do Banco Postal ⁽¹⁾	(1.358.351)	(1.169.547)	(661.870)
Bônus de relacionamento negocial	(698.371)	(87.246)	(208.365)
(Constituição)/reversão de perdas em outros ativos	(316.454)	(287.334)	(251.537)
Prestação de garantia, fiança ou aval	(253.719)	(396.291)	(86.415)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(205.872)	(226.384)	(184.042)
Prêmio de seguro de vida – crédito direto ao consumidor	(159.692)	(174.157)	(158.611)
Atualização de recursos ao Tesouro Nacional	(93.889)	(87.261)	(59.861)
Ganhos/(perdas) de capital	(75.569)	(74.559)	(32.713)
Atualização de valores a liberar	(69.516)	(89.490)	(101.078)
Comissões por recebimento de créditos	(68.620)	(62.088)	(77.440)
Obrigações por operações vinculadas a cessão	(64.652)	(33.637)	(21.652)
Ajuste ao valor recuperável do ágio	(47.510)	-	-
Despesas com Proagro	(38.922)	(30.600)	(25.020)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(21.990)	(25.592)	(26.925)
Ajuste ao valor recuperável do imobilizado	(13.482)	(3.721)	(5.999)
(Constituição)/reversão de perdas por desvalorização de valores e bens	(3.734)	29.284	3.428
Programa de recuperação fiscal – Refis ⁽²⁾	-	-	(14)
Atualização monetária de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(5.346)	(9.357)
Outras	(805.887)	(363.699)	(793.755)
Total	(9.079.766)	(5.016.367)	(4.254.980)

(1) Despesas oriundas da parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT, pela utilização da rede Banco Postal.

(2) Refere-se à adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários.

13 – DESPESAS COM PESSOAL

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Proventos	(13.747.010)	(12.099.614)	(10.618.149)
Encargos sociais	(4.075.749)	(4.179.498)	(3.870.044)
Benefícios	(2.808.033)	(2.586.349)	(2.357.336)
Participação nos lucros ⁽¹⁾	(1.015.628)	(1.827.984)	(1.467.306)
Previdência complementar	(853.203)	(520.495)	(447.657)
Treinamentos	(66.705)	(69.925)	(60.452)
Honorários de diretores e conselheiros	(49.181)	(45.728)	(41.794)
Total	(22.615.509)	(21.329.593)	(18.862.738)

(1) Inclui o montante de R\$ 12.190 mil no exercício de 2016 (R\$ 11.554 mil em 2015 e R\$ 11.057 mil em 2014) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 37.I).

14 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Aluguéis e arrendamentos operacionais	(1.449.876)	(1.306.605)	(1.134.261)
Serviços contratados de terceiros	(1.302.182)	(1.427.930)	(1.668.002)
Serviços de vigilância e segurança	(1.240.053)	(1.112.808)	(1.004.892)
Gastos com comunicações	(1.152.173)	(1.165.896)	(1.468.142)
Transporte	(1.091.907)	(1.115.334)	(1.223.768)
Manutenção e conservação	(921.496)	(714.403)	(660.223)
Processamento de dados	(782.807)	(918.313)	(909.542)
Água, energia e gás	(534.835)	(514.089)	(372.998)
Serviços técnicos especializados	(455.751)	(369.942)	(354.141)
Propaganda e publicidade	(317.599)	(381.395)	(418.148)
Promoções e relações públicas	(245.838)	(261.214)	(262.474)
Material de escritório e similar	(119.373)	(126.759)	(130.463)
Viagens	(101.223)	(147.938)	(159.596)
Contribuições filantrópicas	(82.986)	(60.370)	(76.899)
Outras	(887.289)	(757.966)	(632.454)
Total	(10.685.388)	(10.380.962)	(10.476.003)

15 – CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A tabela seguinte fornece uma conciliação entre os itens do balanço patrimonial e as categorias de instrumentos financeiros.

								R\$ mil
Saldo em 31.12.2016	Nota	Mantido para negociação	Designado a valor justo	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Empréstimos e recebíveis ⁽¹⁾	Outros – Custo amortizado	Total
Ativo								
Caixa e depósitos bancários	[16]	-	-	-	-	12.798.204	-	12.798.204
Depósitos compulsórios em bancos centrais	[17]	-	-	-	-	63.451.094	-	63.451.094
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	[18]	-	-	-	-	49.119.008	-	49.119.008
Aplicações em operações compromissadas	[19]	-	-	-	-	371.682.685	-	371.682.685
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	7.669.398	-	-	-	-	-	7.669.398
Ativos financeiros disponíveis para venda	[21]	-	-	104.669.675	-	-	-	104.669.675
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	[22]	-	-	-	9.120.261	-	-	9.120.261
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	[23]	-	-	-	-	603.856.735	-	603.856.735
Total		7.669.398	-	104.669.675	9.120.261	1.100.907.726	-	1.222.367.060
Passivo								
Depósitos de clientes	[31]	-	-	-	-	-	425.315.886	425.315.886
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	-	-	-	-	-	21.276.934	21.276.934
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	1.870.391	364.455	-	-	-	-	2.234.846
Obrigações por operações compromissadas	[33]	-	-	-	-	-	374.634.032	374.634.032
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	-	-	-	-	-	368.350.768	368.350.768
Total		1.870.391	364.455	-	-	-	1.189.577.620	1.191.812.466

								R\$ mil
Saldo em 31.12.2015		Mantido para negociação	Designado a valor justo	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Empréstimos e recebíveis ⁽¹⁾	Outros – Custo amortizado	Total
Ativo								
Caixa e depósitos bancários	[16]	-	-	-	-	18.046.717	-	18.046.717
Depósitos compulsórios em bancos centrais	[17]	-	-	-	-	60.810.918	-	60.810.918
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	[18]	-	-	-	-	66.468.418	-	66.468.418
Aplicações em operações compromissadas	[19]	-	-	-	-	303.530.816	-	303.530.816
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	11.218.150	-	-	-	-	-	11.218.150
Ativos financeiros disponíveis para venda	[21]	-	-	102.393.823	-	-	-	102.393.823
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	[22]	-	-	-	3.891.740	-	-	3.891.740
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	[23]	-	-	-	-	673.746.547	-	673.746.547
Total		11.218.150	-	102.393.823	3.891.740	1.122.603.416	-	1.240.107.129
Passivo								
Depósitos de clientes	[31]	-	-	-	-	-	422.936.785	422.936.785
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	-	-	-	-	-	41.815.845	41.815.845
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	3.289.174	338.300	-	-	-	-	3.627.474
Obrigações por operações compromissadas	[33]	-	-	-	-	-	333.521.647	333.521.647
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	-	-	-	-	-	411.878.487	411.878.487
Total		3.289.174	338.300	-	-	-	1.210.152.764	1.213.780.238

(1) Inclui o saldo de Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16).

16 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e depósitos bancários	12.798.204	18.046.717
Disponibilidades em moeda nacional	7.824.081	8.990.683
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.974.123	9.056.034
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	90.317.899	84.652.749
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	58.269.836	38.195.496
Aplicações em depósitos interfinanceiros	32.037.173	46.457.253
Aplicações em moeda estrangeira	10.890	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	103.116.103	102.699.466

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

17 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS EM BANCOS CENTRAIS

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Sem remuneração ⁽¹⁾	11.443.864	8.018.230
Banco Central do Brasil	11.443.864	8.018.230
Com remuneração ⁽²⁾	52.007.230	52.792.688
Banco Central do Brasil	52.007.230	52.792.688
Total	63.451.094	60.810.918

(1) Recolhimento compulsório sobre depósitos à vista no Brasil, referentes ao saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

(2) Recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança no Brasil.

18 – EMPRÉSTIMOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	34.028.987	49.210.971
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	15.090.021	17.271.314
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	(13.867)
Total	49.119.008	66.468.418

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras		
Saldo inicial	(13.867)	(19.730)
(Constituição) / Reversão	13.867	5.863
Saldo final	-	(13.867)

19 – APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Re vendas a liquidar – posição bancada	58.281.504	38.196.143
Letras Financeiras do Tesouro	58.180.683	-
Letras do Tesouro Nacional	-	22.232.207
Notas do Tesouro Nacional	-	15.139.814
Outros títulos	100.821	824.122
Re vendas a liquidar – posição financiada ⁽¹⁾	313.401.181	265.334.673
Letras Financeiras do Tesouro	219.292.289	399.992
Notas do Tesouro Nacional	48.526.197	146.872.982
Letras do Tesouro Nacional	45.437.404	117.887.474
Outros títulos	145.291	174.225
Total	371.682.685	303.530.816

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas efetuadas e repassadas a outros tomadores, com obrigação de recompra. Os passivos correspondentes a estas operações encontram-se evidenciados na Nota 33, subgrupo carteira de terceiros.

20 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Instrumentos de dívida	6.029.961	7.818.658
Títulos de governos estrangeiros	2.866.308	4.052.898
Títulos públicos federais brasileiros	1.870.012	2.330.326
Aplicações em fundos mútuos de investimento	1.052.326	1.085.733
Títulos emitidos por empresas não financeiras	117.473	175.123
Títulos emitidos por empresas financeiras	68.037	108.818
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	55.805	65.760
Instrumentos de patrimônio	26.874	37.460
Ações negociáveis	26.874	37.460
Total de instrumentos de dívida e patrimônio	6.056.835	7.856.118
Instrumentos financeiros derivativos ativos	1.612.563	3.362.032
Swaps	1.128.169	1.562.613
Operações a termo	253.699	1.749.951
Opções	193.414	-
Outros ⁽¹⁾	37.281	49.468
Total	7.669.398	11.218.150

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*).

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Instrumentos financeiros derivativos passivos	1.870.391	3.289.174
Swaps	1.190.214	2.354.827
Operações a termo	582.138	582.955
Opções	30.656	285.919
Outros	67.383	65.473
Outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	364.455	338.300
Total	2.234.846	3.627.474

Valor justo dos ativos de negociação que se encontram vinculados a:

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Compromissos de recompra	473.446	1.233.964
Prestação de garantia	20.233	41.969
Depósitos compulsórios	-	61.664
Total	493.679	1.337.597

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na *clearing* da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Nos períodos encerrados em 31.12.2016 e 31.12.2015 não foram reclassificados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada na Nota 15.

Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado reconhecidos no balanço patrimonial consolidado

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de dívida	531.359	316.722
Títulos de governos estrangeiros	441.133	322.811
Aplicações em fundos mútuos de investimento	51.777	32.141
Títulos emitidos por empresas não financeiras	29.261	(33.212)
Títulos públicos federais brasileiros	10.119	(3.869)
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.138	5.424
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(2.069)	(6.573)
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de patrimônio	13.454	10.276
Ações negociáveis	13.454	10.276
Ganhos/(perdas) de instrumentos financeiros derivativos	143.589	315.393
Ganhos/(perdas) de outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	996	27.151
Total	689.398	669.542

21 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Instrumentos de dívida	104.321.332	102.232.488
Títulos públicos federais brasileiros	66.586.763	46.740.323
Títulos emitidos por empresas não financeiras	29.462.551	43.919.532
Títulos de governos estrangeiros	2.763.523	5.723.129
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	2.679.586	2.504.905
Fundos mútuos de investimento	1.704.902	2.080.656
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.124.007	1.263.943
Instrumentos de patrimônio	348.343	161.335
Ações negociáveis	348.343	161.335
Total	104.669.675	102.393.823

Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda vinculados a:

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Compromissos de recompra	36.936.707	18.333.470
Prestação de garantia	3.134.276	3.231.757
Depósitos compulsórios	-	140.242
Total	40.070.983	21.705.469

Os ativos financeiros disponíveis para venda que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na *clearing* da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Nos períodos encerrados em 31.12.2016 e 31.12.2015 não foram reclassificados ativos financeiros disponíveis para venda.

Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda reconhecidos no balanço patrimonial consolidado

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de dívida	(2.062.791)	(3.757.357)
Títulos públicos federais brasileiros	472.858	(829.126)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(64.917)	(63.444)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(67.900)	(395.218)
Fundos mútuos de investimento	(382.102)	(541.326)
Títulos de governos estrangeiros	(456.448)	(400.062)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(1.564.282)	(1.528.181)
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de patrimônio	91.540	(2.974)
Ações negociáveis	91.540	(2.974)
Total	(1.971.251)	(3.760.331)

22 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Instrumentos de dívida		
Títulos emitidos por empresas não financeiras	8.692.279	3.506.434
Títulos emitidos por empresas financeiras	405.344	358.131
Títulos públicos federais brasileiros	22.638	27.175
Total	9.120.261	3.891.740

Vencimentos dos ativos financeiros mantidos até o vencimento:

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
A vencer em até um ano	560.366	34.201
A vencer entre 1 e 5 anos	3.124.492	-
A vencer entre 5 e 10 anos	4.154.483	3.506.720
A vencer após 10 anos	1.280.920	350.819
Total	9.120.261	3.891.740

Nos períodos encerrados em 31.12.2016 e 31.12.2015 não foram reclassificados títulos da categoria ativos financeiros mantidos até o vencimento.

23 – EMPRÉSTIMOS A CLIENTES**Carteira por modalidades**

		R\$ mil	
	Prazo médio (em meses)	31.12.2016	31.12.2015
Operações de crédito		598.941.333	659.269.855
Empréstimos e títulos descontados ⁽¹⁾	64	213.967.395	250.371.609
- Pessoas jurídicas		113.373.788	149.840.488
- Pessoas físicas		100.593.607	100.531.121
Financiamentos ⁽²⁾	58	145.056.055	180.028.145
- Pessoas jurídicas		137.471.201	169.914.822
- Pessoas físicas		7.584.854	10.113.323
Financiamentos rurais e agroindustriais	85	185.067.910	178.902.040
- Pessoas jurídicas		50.543.110	54.419.927
- Pessoas físicas		134.524.800	124.482.113
Financiamentos imobiliários	325	54.237.642	49.559.757
- Pessoas jurídicas		12.773.861	12.704.166
- Pessoas físicas		41.463.781	36.855.591
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	365	244	75.013
- Pessoas jurídicas		244	75.013
- Pessoas físicas		-	-
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	249	612.087	333.291
- Pessoas jurídicas		-	-
- Pessoas físicas		612.087	333.291
Outros créditos com características de concessão de crédito		38.258.586	41.350.655
Operações com cartão de crédito	4	23.510.422	22.940.041
- Pessoas jurídicas		1.015.080	1.145.568
- Pessoas físicas		22.495.342	21.794.473
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	11	13.699.534	17.567.856
- Pessoas jurídicas		13.685.461	17.540.038
- Pessoas físicas		14.073	27.818
Avais e fianças honrados	7	494.544	397.550
- Pessoas jurídicas		465.996	397.550
- Pessoas físicas		28.548	-
Outros	195	554.086	445.208
- Pessoas jurídicas		548.191	432.496
- Pessoas físicas		5.895	12.712
Operações de arrendamento mercantil	44	604.197	874.835
- Pessoas jurídicas		574.545	832.633
- Pessoas físicas		29.652	42.202
Total dos empréstimos a clientes		637.804.116	701.495.345
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		(33.947.381)	(27.748.798)
(Provisão para operações de crédito)		(33.350.721)	(27.057.671)
(Provisão para outros créditos)		(553.422)	(652.612)
(Provisão para arrendamento mercantil)		(43.238)	(38.515)
Total de empréstimos a clientes, líquido da provisão para perdas		603.856.735	673.746.547

(1) O saldo de "Empréstimos e títulos descontados" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de capital de giro e desconto de recebíveis. O saldo de "Empréstimos e títulos descontados" a pessoas físicas é composto principalmente por empréstimos pessoais (crédito direto ao consumidor e cheque especial) e operações com cartão de crédito.

(2) O saldo de "Financiamentos" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de financiamentos à importação e exportação, outros financiamentos de médio prazo a pequenas, médias e grandes empresas com recursos oriundos de repasses e saldos de cartão de crédito. O saldo de "Financiamentos" a pessoas físicas é composto principalmente por financiamentos de veículos.

Carteira por setores de atividade econômica

	R\$ mil			
	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Setor público	74.322.898	11,7%	79.036.962	11,3%
Administração pública	38.405.221	6,0%	41.774.780	6,0%
Petroleiro	24.103.485	3,8%	24.790.928	3,5%
Energia elétrica	9.621.700	1,5%	11.142.352	1,6%
Serviços	1.018.844	0,2%	325.448	0,1%
Demais atividades	1.173.648	0,2%	1.003.454	0,1%
Setor privado	563.481.218	88,3%	622.458.383	88,7%
Pessoas físicas	307.352.640	48,2%	294.192.644	41,9%
Pessoas jurídicas	256.128.578	40,2%	328.265.739	46,8%
Mineração e metalurgia	31.000.025	4,9%	38.377.486	5,5%
Agronegócio de origem vegetal	28.655.250	4,5%	35.625.466	5,1%
Transportes	19.229.779	3,0%	23.552.525	3,4%
Imobiliário	18.187.443	2,9%	20.162.150	2,9%
Serviços	16.610.111	2,6%	21.583.846	3,1%
Automotivo	16.596.819	2,6%	25.412.588	3,6%
Energia elétrica	15.781.797	2,5%	17.950.892	2,6%
Agronegócio de origem animal	15.365.491	2,4%	14.306.536	2,0%
Comércio varejista	12.853.623	2,0%	17.872.596	2,5%
Combustíveis	12.514.748	2,0%	21.594.810	3,1%
Atividades específicas da construção	9.178.884	1,4%	12.223.985	1,7%
Têxtil e confecções	7.699.639	1,2%	10.250.211	1,5%
Insumos agrícolas	7.499.071	1,2%	10.410.596	1,5%
Eletroeletrônico	6.587.528	1,0%	8.429.919	1,2%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.899.556	0,9%	7.112.589	1,0%
Químico	5.805.797	0,9%	8.038.385	1,1%
Papel e celulose	5.674.382	0,9%	9.009.700	1,3%
Madeireiro e moveleiro	5.134.764	0,8%	6.251.811	0,9%
Instituições e serviços financeiros	4.634.998	0,7%	5.918.514	0,8%
Construção pesada	4.158.241	0,7%	6.076.581	0,9%
Telecomunicações	3.878.719	0,6%	4.185.482	0,6%
Demais atividades	3.181.913	0,5%	3.919.071	0,5%
Total dos empréstimos a clientes	637.804.116	100,0%	701.495.345	100,0%

O Banco concede empréstimos a diversas entidades vinculadas ao Governo Federal, o acionista controlador. As operações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, inclusive taxa de juros e garantias normais exigidas para operações realizadas com entidades não relacionadas. O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração. As operações contratadas com partes relacionadas totalizaram R\$ 31,9 bilhões (R\$ 32,8 bilhões em 31.12.2015).

Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	40.226.001	53.149.703
31 a 60 dias	21.284.187	26.399.180
61 a 90 dias	17.064.034	22.392.220
91 a 180 dias	52.385.703	67.123.153
181 a 360 dias	89.046.269	97.745.256
361 a 1080 dias	162.421.706	156.481.700
1081 a 1800 dias	99.487.871	109.518.675
Acima de 1800 dias	141.948.124	158.445.558
Demais ⁽¹⁾	400.098	372.795
Subtotal	624.263.993	691.628.240
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	3.252.259	1.391.501
15 a 30 dias	1.015.295	797.985
31 a 60 dias	1.437.365	1.184.622
61 a 90 dias	1.351.248	1.031.034
91 a 180 dias	2.905.659	2.824.826
181 a 360 dias	3.155.097	2.427.476
Acima de 360 dias	423.200	209.661
Subtotal	13.540.123	9.867.105
Total	637.804.116	701.495.345

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procefa, FAT, BNDES e FCO. Inclui o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 12.299 mil, que obedecem as regras definidas em cada programa para ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando em risco de crédito para o Banco.

Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	31.12.2016			31.12.2015		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano ⁽¹⁾	340.357	(71.109)	269.250	461.881	(109.407)	352.475
Entre um e cinco anos	422.984	(88.372)	334.612	680.537	(161.200)	519.337
Após cinco anos	425	(88)	335	3.962	(938)	3.023
Total	763.766	(159.569)	604.197	1.146.380	(271.545)	874.835

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

Créditos renegociados

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Créditos renegociados no período ⁽¹⁾	40.882.458	47.024.651	43.067.541
Renegociados por atraso ⁽²⁾	15.268.685	15.125.821	4.616.717
- Pessoas jurídicas	11.201.077	12.040.412	3.746.013
- Pessoas físicas	4.067.608	3.085.409	870.704
Renovados ⁽³⁾	25.613.773	31.898.830	38.450.824
- Pessoas jurídicas	293.427	-	-
- Pessoas físicas	25.320.346	31.898.830	38.450.824
Movimentação dos créditos renegociados por atraso			
Saldo inicial	19.652.990	9.030.112	7.093.500
Contratações ⁽²⁾	15.268.685	15.125.821	4.616.717
Recebimento e apropriação de juros	(3.283.983)	(1.994.262)	(889.546)
Baixas para prejuízo	(4.551.468)	(2.508.681)	(1.790.559)
Saldo final ⁽⁴⁾	27.086.224	19.652.990	9.030.112
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	7.375.489	3.171.173	1.424.479
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	27,2%	16,1%	15,8%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando *internet*, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 90.278 mil (R\$ 116.986 mil em 31.12.2015 e R\$ 158.367 mil em 31.12.2014) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 6.915.256 mil (R\$ 5.233.849 mil em 31.12.2015 e R\$ 5.230.776 mil em 31.12.2014) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

24 – PROVISÃO PARA PERDAS EM EMPRÉSTIMOS A CLIENTES**a) Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes**

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Constituição de provisão	31.965.644	26.082.477	17.071.589
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	(3.545.489)	(2.793.509)	(2.282.343)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	28.420.155	23.288.968	14.789.246

b) Movimentação

R\$ mil					
	31.12.2016				
	Saldo inicial	Constituição da provisão	Saldos baixados	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	27.057.671	31.320.545	(24.966.730)	(60.765)	33.350.721
Empréstimos e títulos descontados	17.278.258	19.505.406	(16.441.227)	(39.389)	20.303.048
Financiamentos	3.318.740	5.947.928	(4.841.344)	(21.185)	4.404.139
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.714.776	5.367.514	(3.327.846)	-	7.754.444
Financiamentos imobiliários	743.910	500.027	(356.313)	(191)	887.433
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	1.987	(330)	-	-	1.657
Outros créditos com características de concessão de crédito	652.612	574.689	(665.351)	(8.528)	553.422
Operações com cartão de crédito	131.775	(23.242)	(7.075)	(8.528)	92.930
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	185.391	24.980	(35.388)	-	174.983
Avais e fianças honrados	327.772	526.666	(573.344)	-	281.094
Outros	7.674	46.285	(49.544)	-	4.415
Operações de arrendamento mercantil	38.515	70.410	(64.294)	(1.393)	43.238
Total	27.748.798	31.965.644	(25.696.375)	(70.686)	33.947.381

R\$ mil					
	31.12.2015				
	Saldo inicial	Constituição da provisão	Saldos baixados	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	18.550.592	25.528.619	(17.214.842)	193.302	27.057.671
Empréstimos e títulos descontados	11.471.114	18.651.360	(12.973.989)	129.773	17.278.258
Financiamentos	2.247.064	2.708.220	(1.699.966)	63.422	3.318.740
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.213.602	3.758.620	(2.257.446)	-	5.714.776
Financiamentos imobiliários	613.634	413.610	(283.441)	107	743.910
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	5.178	(3.191)	-	-	1.987
Outros créditos com características de concessão de crédito	376.192	513.118	(241.095)	4.397	652.612
Operações com cartão de crédito	54.304	84.747	(11.673)	4.397	131.775
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	104.826	129.788	(49.223)	-	185.391
Avais e fianças honrados	210.564	291.845	(174.637)	-	327.772
Outros	6.498	6.738	(5.562)	-	7.674
Operações de arrendamento mercantil	24.185	40.740	(28.739)	2.329	38.515
Total	18.950.969	26.082.477	(17.484.676)	200.028	27.748.798

c) Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por modalidades

	31.12.2016							R\$ mil
	Individual		Coletivo		Total			Crédito líquido da provisão
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão		
Operações de crédito	22.286.270	9.907.003	576.655.063	23.435.190	598.941.333	33.342.193		565.599.140
Empréstimos e títulos descontados	14.136.748	5.276.423	199.830.647	15.018.097	213.967.395	20.294.520		193.672.875
Financiamentos	3.684.791	1.713.843	141.371.264	2.690.296	145.056.055	4.404.139		140.651.916
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.524.262	2.597.048	181.543.648	5.157.396	185.067.910	7.754.444		177.313.466
Financiamentos imobiliários	940.469	319.689	53.297.173	567.744	54.237.642	887.433		53.350.209
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	244	-	244	-		244
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	-	-	612.087	1.657	612.087	1.657		610.430
Outros créditos com características de concessão de crédito	767.581	361.670	37.491.005	200.280	38.258.586	561.950		37.696.636
Operações com cartão de crédito	1.123	539	23.509.299	100.919	23.510.422	101.458		23.408.964
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	419.122	165.611	13.280.412	9.372	13.699.534	174.983		13.524.551
Avais e fianças honrados	347.336	195.520	147.208	85.574	494.544	281.094		213.450
Outros	-	-	554.086	4.415	554.086	4.415		549.671
Operações de arrendamento mercantil	1.723	834	602.474	42.404	604.197	43.238		560.959
Total	23.055.574	10.269.507	614.748.542	23.677.874	637.804.116	33.947.381		603.856.735

	31.12.2015							R\$ mil
	Individual		Coletivo		Total			Crédito líquido da provisão
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão		
Operações de crédito	10.681.702	5.698.018	648.588.151	21.359.653	659.269.853	27.057.671		632.212.182
Empréstimos e títulos descontados	7.202.800	4.352.248	243.168.809	12.926.010	250.371.609	17.278.258		233.093.351
Financiamentos	1.635.376	678.149	178.392.768	2.640.591	180.028.144	3.318.740		176.709.404
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.716.380	561.927	177.185.659	5.152.849	178.902.039	5.714.776		173.187.263
Financiamentos imobiliários	127.146	105.694	49.432.611	638.216	49.559.757	743.910		48.815.847
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	75.013	-	75.013	-		75.013
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	-	-	333.291	1.987	333.291	1.987		331.304
Outros créditos com características de concessão de crédito	933.399	455.719	40.417.258	196.893	41.350.657	652.612		40.698.045
Operações com cartão de crédito	409	325	22.939.631	131.450	22.940.040	131.775		22.808.265
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	597.462	166.702	16.970.396	18.689	17.567.858	185.391		17.382.467
Avais e fianças honrados	335.528	288.692	62.022	39.080	397.550	327.772		69.778
Outros	-	-	445.209	7.674	445.209	7.674		437.535
Operações de arrendamento mercantil	3.528	275	871.307	38.240	874.835	38.515		836.320
Total	11.618.629	6.154.012	689.876.716	21.594.786	701.495.345	27.748.798		673.746.547

d) Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por modalidades e tipo de pessoa

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Operações de crédito	33.342.193	27.057.671
Empréstimos e títulos descontados	20.294.520	17.278.258
- Pessoas jurídicas	15.619.179	12.395.456
- Pessoas físicas	4.675.341	4.882.802
Financiamentos	4.404.139	3.318.740
- Pessoas jurídicas	4.090.042	2.877.138
- Pessoas físicas	314.097	441.602
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.754.444	5.714.776
- Pessoas jurídicas	2.557.309	567.512
- Pessoas físicas	5.197.135	5.147.264
Financiamentos imobiliários	887.433	743.910
- Pessoas jurídicas	395.872	137.625
- Pessoas físicas	491.561	606.285
Operações de crédito vinculadas a cessões com retenção substancial de riscos	1.657	1.987
- Pessoas jurídicas	-	-
- Pessoas físicas	1.657	1.987
Outros créditos com características de concessão de crédito	561.950	652.612
Operações com cartão de crédito	101.458	131.775
- Pessoas jurídicas	43.353	113.083
- Pessoas físicas	58.105	18.692
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	174.983	185.391
- Pessoas jurídicas	174.983	185.391
- Pessoas físicas	-	-
Avais e fianças honrados	281.094	327.772
- Pessoas jurídicas	272.903	327.772
- Pessoas físicas	8.191	-
Outros	4.415	7.674
- Pessoas jurídicas	2.396	5.991
- Pessoas físicas	2.019	1.683
Operações de arrendamento mercantil	43.238	38.515
- Pessoas jurídicas	42.245	37.022
- Pessoas físicas	993	1.493
Total	33.947.381	27.748.798

25 – ATIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos não correntes disponíveis para venda referem-se a imóveis não de uso arrematados, adjudicados ou recebidos em dação em pagamento na liquidação de empréstimos a clientes e bens oriundos do imobilizado que foram retirados do uso.

Quando aplicável, a mensuração do valor justo não recorrente desses bens é baseada em laudos de avaliação elaborados em conformidade com as metodologias estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Estes laudos são elaborados por profissionais legalmente habilitados pelos sistemas Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) e Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). Por envolverem fundamentalmente informações observáveis, essas mensurações de valor justo são classificadas como Informações de Nível 2.

Em consonância com a recomendação da ABNT, a metodologia de avaliação comumente utilizada é o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDM), seguida do Método Evolutivo.

O MCDDM consiste em analisar uma amostra de bens no mercado, cujas características sejam as mais semelhantes possíveis às do bem em avaliação e através dessa amostra obter o respectivo valor. Os elementos considerados neste tipo de avaliação estão atrelados às características econômicas, físicas e de localização do bem em análise. Exemplos desses elementos: negociações efetivamente realizadas, preços de bens em oferta, padrão construtivo, estado de conservação, idade da edificação, relevo, consistência de solo, utilização, situação no contexto urbano, infraestrutura urbana, atividades existentes no entorno – comércio, indústria e serviços etc.

O Método Evolutivo é aquele em que o valor do bem é obtido através da composição do valor do terreno com o custo de reprodução das benfeitorias (devidamente depreciado), ou seja, pelo somatório dos valores de seus componentes multiplicado pelo fator de comercialização. Este método é indicado no caso de inexistência de dados amostrais semelhantes em número suficiente para a aplicação unicamente do MCDDM. Por este método, o valor do terreno normalmente é determinado pelo MCDDM e as benfeitorias são apropriadas com base em uma amostra composta por imóveis de projetos semelhantes ou com base no custo unitário básico de construção ou orçamento.

R\$ mil		
	31.12.2016	31.12.2015
Imóveis	43.740	42.634
Imobilizado retirado do uso	791	3.334
Total	44.531	45.968

No exercício de 2016, o Banco reconheceu ganhos na alienação de ativos não correntes em R\$ 219.041 mil e R\$ 5.960.442 mil no exercício de 2015, incluindo o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo.

26 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURES**a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial**

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial			Dividendos	
	31.12.2016		31.12.2015		31.12.2016		31.12.2015		Exercício/2016			Exercício/2016	
	Total	ON	Total	ON	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014	Exercício/2016	Exercício/2015
Coligadas ⁽¹⁾ e joint ventures ⁽²⁾													
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	10.244.301	9.676.377	5.122.151	4.838.189	136.536	330.852	259.388	79.167	28.602
Cielo S.A. ⁽³⁾	28,70	28,70	28,72	28,72	9.325.685	6.520.677	3.678.791	2.874.992	1.024.045	904.229	880.968	215.676	314.879
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ⁽⁴⁾	30,00	22,22	30,00	22,22	12.182.681	12.094.830	3.654.804	3.628.449	170.137	133.124	-	143.782	100.475
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽⁵⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	3.296.735	3.101.133	3.166.057	3.019.375	1.262.008	1.246.821	973.502	1.139.848	994.369
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁶⁾	50,00	49,00	50,00	49,00	3.486.895	3.244.792	2.035.149	1.914.097	112.046	224.645	132.802	-	-
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	2.540.106	2.559.268	1.904.952	1.919.324	644.559	869.721	739.440	659.775	527.397
Neoenergia S.A.	11,99	11,99	11,99	11,99	9.634.519	9.746.683	1.154.899	1.168.345	19.508	71.057	39.749	32.954	47.228
Elo Participações S.A.	49,99	49,99	49,99	49,99	1.880.027	1.556.050	939.826	777.869	197.996	246.818	185.034	46.901	71.129
IRB-Brasil Resseguros S.A. ⁽⁸⁾	20,51	20,51	20,43	20,43	3.331.373	3.253.806	683.288	664.593	120.865	118.667	82.101	99.224	100.222
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁹⁾	66,66	49,99	66,66	49,99	451.092	441.764	411.447	405.229	272.486	240.282	216.153	266.268	244.005
Kepler Weber S.A. ⁽¹⁰⁾	17,45	17,45	17,46	17,46	472.009	498.697	79.657	87.054	(4.189)	7.009	24.818	469	6.253
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	12,52	12,52	12,52	12,52	404.195	393.032	50.603	49.206	1.397	1.538	15.104	-	-
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ⁽¹¹⁾	9,70	9,70	12,12	12,12	76.425	75.720	9.263	9.177	192	303	286	103	228
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. ⁽¹²⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	10.371	2.044	7.778	1.534	2.870	(201)	-	-	-
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP ⁽¹³⁾	11,11	11,11	11,11	11,11	49.796	57.104	3.338	6.345	(812)	(1.876)	(448)	-	-
Seguradora Bras. de Crédito à Exportação – SBCE ⁽¹⁴⁾	12,09	12,09	12,09	12,09	21.415	19.445	568	330	238	(3)	(723)	-	-
Resultado não realizado ⁽¹⁵⁾					-	-	(3.260.687)	(3.377.683)	-	-	-	-	-
Total							19.641.884	17.986.425	3.959.882	4.392.986	3.548.174	2.684.167	2.434.787

(1) Embora os direitos de voto real e potencial detidos nas coligadas sejam inferiores a 20%, foi evidenciada a existência de influência significativa por meio da participação na gestão da coligada ou na indicação da diretoria ou órgão diretor equivalente com participação nos processos de elaboração de políticas financeiras e operacionais.

(2) O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

(3) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 1.002.124 mil. O valor justo do investimento é de R\$ 18.089.455 mil em 31.12.2016 (R\$ 18.155.396 mil em 31.12.2015).

(4) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,09%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 693.836 mil.

(6) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 33,18%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 291.702 mil.

(7) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%.

(8) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 13,55%.

(9) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 44,24%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

(10) O valor contábil do investimento contempla perda por imparidade acumulada no valor de R\$ 2.731 mil.

(11) Para cálculo de equivalência, foram utilizadas as Demonstrações Contábeis relativas a novembro/2016, devido à incompatibilidade de cronograma entre a coligada e o Banco.

(12) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%.

(13) O valor contábil do investimento contempla perda por imparidade acumulada no valor de R\$ 2.195 mil.

(14) O valor contábil do investimento contempla perda por imparidade acumulada no valor de R\$ 2.020 mil.

(15) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ⁽¹⁾
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de Pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de Pagamento	Sim
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Neoenergia S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Holding de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.	Investimentos	Não
Elo Participações S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de Pagamento	Sim
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Tem por objetivo exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão.	Seguridade	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim
Kepler Weber S.A.	Brasil	Porto Alegre (RS)	Atua na indústria e comércio de produtos e matérias-primas relacionadas a metalurgia, comércio exterior e comércio de produtos destinados a agroindústria.	Investimentos	Não
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Brasil	São Paulo (SP)	Empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário.	Meios de Pagamento	Sim
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	Brasil	São Paulo (SP)	Atua no ramo de securitização em operações imobiliárias.	Investimentos	Sim
Brasil dental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Desenvolve e divulga planos odontológicos a serem distribuídos e comercializados com exclusividade em todos os canais BB no território nacional.	Seguridade	Sim
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Atua com a prestação de serviços de assessoria com fins de licitação.	Outros	Sim
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Empresa especializada na exploração do seguro de crédito à exportação.	Seguridade	Sim

(1) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31.12.2016								R\$ mil
	Banco Votorantim S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Neoenergia S.A.	Demais	
Ativos correntes	55.858.740	11.074.288	1.776.792	7.941.448	8.929.328	189.758.555	594.425	17.702.745	
Caixa e equivalentes de caixa	183.569	30.301	819	24.700	154.151	12	238	252.588	
Outros ativos correntes	55.675.171	11.043.987	1.775.973	7.916.748	8.775.177	189.758.543	594.187	17.450.157	
Ativos não correntes	48.651.319	13.212.238	10.944.959	6.725.682	4.231.449	11.580.202	11.326.637	12.641.650	
Passivos correntes	64.406.413	6.743.808	539.070	6.641.905	7.886.333	27.682.731	1.056.900	21.448.009	
Passivos financeiros	60.112.772	970.942	-	-	-	-	228.588	231.068	
Outros passivos correntes	4.293.641	5.772.866	539.070	6.641.905	7.886.333	27.682.731	828.312	21.216.941	
Passivos não correntes	29.859.345	8.217.033	-	4.728.490	1.787.549	171.115.920	1.229.643	2.199.682	
Passivos financeiros	28.005.285	3.057.591	-	-	-	-	752.940	40.630	
Outros passivos não correntes	1.854.060	5.159.442	-	4.728.490	1.787.549	171.115.920	476.703	2.159.052	
Receitas	16.991.692	10.759.464	2.928.614	3.687.067	2.052.312	23.403.228	1.330.134	9.325.198	
Receita de juros	15.356.710	114.936	2.928.614	993.476	905.533	21.651.151	-	8.009.403	
Despesa de juros	(8.715.817)	(61.274)	-	-	-	-	-	(96.698)	
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(1.852.469)	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação e amortização	(64.048)	(424.207)	(385.873)	(37.926)	(84.972)	(21.901)	(3.296)	(241.448)	
IR e CSLL	(257.185)	(1.654.671)	(292.174)	(1.026.057)	(145.788)	(688.312)	(7.035)	(1.410.631)	
Lucro ou (prejuízo) do período	273.072	3.567.835	567.124	1.682.902	224.092	859.470	380.332	1.384.403	
Outros resultados abrangentes	220.830	2.699	-	24.522	9.006	844	-	(1.741)	
Resultado abrangente total	493.902	3.570.534	567.124	1.707.425	233.098	860.314	380.332	1.382.663	
Patrimônio líquido ajustado	10.244.301	9.325.685	12.182.681	3.296.735	3.486.895	2.540.106	9.634.519	6.696.703	
% de participação	50,00%	28,70%	30,00%	74,99%	50,00%	74,99%	11,99%	-	
Saldo do investimento ⁽¹⁾	5.122.151	2.676.667	3.654.804	2.472.221	1.743.447	1.904.952	1.154.899	2.075.019	
Ágio sobre investimentos	-	1.002.124	-	693.836	291.702	-	-	110.749	

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

	31.12.2015							
	Banco Votorantim S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Neoenergia S.A.	Demais
Ativos correntes	66.814.141	13.316.026	1.339.098	6.910.735	10.277.565	140.183.226	748.943	20.951.188
Caixa e equivalentes de caixa	179.915	37.970	161	122.338	169.502	14	215	22.467
Outros ativos correntes	66.634.226	13.278.056	1.338.937	6.788.397	10.108.063	140.183.212	748.728	20.928.720
Ativos não correntes	43.942.453	11.096.430	11.331.640	7.697.232	4.776.533	11.326.460	10.558.218	11.491.227
Passivos correntes	76.755.624	9.454.924	575.907	6.785.199	9.983.120	18.393.348	1.097.810	24.038.936
Passivos financeiros	72.806.824	1.232.576	-	-	-	-	635.740	176.439
Outros passivos correntes	3.948.800	8.222.348	575.907	6.785.199	9.983.120	18.393.348	462.070	23.862.498
Passivos não correntes	24.324.593	8.436.854	-	4.721.636	1.826.186	130.557.070	462.668	2.122.527
Passivos financeiros	22.052.248	1.815.979	-	-	-	-	20.970	33.514
Outros passivos não correntes	2.272.345	6.620.875	-	4.721.636	1.826.186	130.557.070	441.698	2.089.014
Receitas	21.276.662	10.444.281	2.360.526	3.557.425	2.836.370	16.311.713	1.382.637	12.130.658
Receita de juros	16.811.190	973.476	2.360.526	926.478	1.268.619	14.385.155	-	8.561.613
Despesa de juros	(11.102.268)	(60.545)	-	-	-	-	-	(79.804)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(2.507.439)	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(43.688)	(423.569)	(321.444)	(20.683)	(75.011)	(21.633)	(3.105)	(209.715)
IR e CSLL	935.751	(1.231.587)	(228.567)	(863.386)	(212.316)	(792.423)	9.669	(1.124.604)
Lucro ou (prejuízo) do período	661.704	3.148.209	443.747	1.662.650	449.290	1.159.705	467.643	1.483.792
Outros resultados abrangentes	(127.269)	(1.064)	-	(16.811)	(3.856)	(1.713)	-	(7.462)
Resultado abrangente total	534.435	3.147.145	443.747	1.645.839	445.434	1.157.992	467.643	1.476.330
Patrimônio líquido ajustado	9.676.377	6.520.677	12.094.830	3.101.133	3.244.792	2.559.268	9.746.683	6.280.950
% de participação	50,00%	28,72%	30,00%	74,99%	50,00%	74,99%	11,99%	-
Saldo do investimento ⁽¹⁾	4.838.189	1.872.868	3.628.449	2.325.539	1.622.395	1.919.324	1.168.345	1.890.588
Ágio sobre investimentos	-	1.002.124	-	693.836	291.702	-	-	110.749

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

d) Movimentação

Empresa	R\$ mil				
	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31.12.2015	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais	31.12.2016
Banco Votorantim S.A.	4.838.189	136.536	(79.167)	226.593	5.122.151
Cielo S.A.	2.874.992	1.024.045	(215.676)	(4.570)	3.678.791
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	3.628.449	170.137	(143.782)	-	3.654.804
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	3.019.375	1.262.008	(1.139.848)	24.522	3.166.057
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	1.914.097	112.046	-	9.006	2.035.149
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	1.919.324	644.559	(659.775)	844	1.904.952
Neoenergia S.A.	1.168.345	19.508	(32.954)	-	1.154.899
Elo Participações S.A.	777.869	197.996	(46.901)	10.862	939.826
IRB-Brasil Resseguros S.A.	664.593	120.865	(99.224)	(2.946)	683.288
Brasilcap Capitalização S.A.	405.229	272.486	(266.268)	-	411.447
Kepler Weber S.A.	87.054	(4.189)	(469)	(2.739)	79.657
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	49.206	1.397	-	-	50.603
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	9.177	192	(103)	(3)	9.263
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	1.534	2.870	-	3.374	7.778
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	6.345	(812)	-	(2.195)	3.338
Seguradora Bras. de Crédito à Exportação – SBCE	330	238	-	-	568
Subtotal	21.364.108	3.959.882	(2.684.167)	262.748	22.902.571
Resultado não realizado	(3.377.683)	-	-	116.996	(3.260.687)
Total	17.986.425	3.959.882	(2.684.167)	379.744	19.641.884

e) Perdas por redução ao valor recuperável

O Banco aplica os requerimentos da IAS 39 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento em coligadas e *joint ventures*.

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo sempre que a aplicação da IAS 39 indicar que o investimento tem problemas de recuperação.

A execução de obras de infraestrutura por parte dos Governos, essenciais para o funcionamento da economia e bem-estar da população, encontram-se em um ambiente econômico desacelerado devido às dificuldades e necessidades de ajustes nas contas públicas. Diante de um cenário economicamente adverso para a execução de obras de infraestrutura por parte dos governos, ambiente de atuação da empresa Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP, foi constatado indício de que a participação societária do Banco nesta empresa apresenta problemas de recuperação.

O valor recuperável do ativo foi calculado com base no valor justo menos os custos de alienação, sendo o valor de liquidação mensurado com base no patrimônio líquido da empresa, sendo deduzidos todos os ativos em que há incerteza quanto à sua realização financeira. O teste realizado em 31.12.2016 requereu do Banco o reconhecimento de perda na participação societária na EBP no valor de R\$ 2.195 mil.

f) Outras informações

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e *joint ventures* apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e *joint ventures* nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e *joint ventures* não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

27 – ENVOLVIMENTO COM ENTIDADES ESTRUTURADAS NÃO CONSOLIDADAS

Entidades estruturadas são entidades projetadas de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade. Normalmente, os direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as características abaixo:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado;
- financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (*tranches*).

Entidades estruturadas usualmente não realizam atividades comerciais e, normalmente, não possuem empregados. Os principais propósitos de uma entidade estruturada são oferecer aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer liquidez por meio de securitização de ativos financeiros.

As participações em entidades estruturadas referem-se a um envolvimento contratual e não contratual que expõem o Banco à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da outra entidade. Essas participações normalmente são comprovadas pela posse de instrumentos de patrimônio ou de dívida, bem como outras formas de envolvimento, tais como, o recebimento de taxas pela gestão de ativos, o fornecimento de recursos como fonte de financiamento (*funding*), suporte de liquidez, melhoria de crédito e/ou garantias. A extensão da participação do Banco em entidades estruturadas irá variar dependendo da finalidade para a qual a entidade foi constituída.

Entidades estruturadas geralmente financiam a compra de ativos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários que são garantidos e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de patrimônio emitidos por entidades estruturadas podem incluir *tranches* com diferentes níveis de subordinação.

Fundos de investimentos

O Banco administra diversos fundos de investimentos, os quais são considerados como entidades estruturadas não consolidadas. O Banco mantém participações nesses fundos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os fundos de investimentos possuem diferentes objetivos e políticas de investimento, porém todos eles aplicam o capital recebido com o objetivo de proporcionar aos investidores retornos a partir da apreciação do capital investido, rendimentos sobre os ativos ou ambos. Os fundos de investimentos têm sido financiados por meio de capital fornecido pelos investidores e, em algumas circunstâncias, temporariamente pelo Banco (*seed capital*).

O Banco não consolida um fundo de investimento quando atua exclusivamente como um agente ou quando a outra parte investidora do fundo tem a capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Ao final do exercício, o Banco não possuía fundos de investimentos administrados sob os quais não possuía participação.

Veículos de securitização

O Banco administra veículos de securitização que visam à compra de diversas cestas de ativos, incluindo títulos de renda fixa e empréstimos e recebíveis corporativos. Os veículos financiam essas compras por meio da emissão de várias tranches de títulos/cotas com diversos níveis de subordinação, cujo retorno ao investidor está diretamente relacionado ao desempenho dos ativos adquiridos pelos veículos.

O Banco mantém participações nesses veículos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os veículos de securitização não consolidados são aqueles em que o Banco não possui poder sobre as atividades relevantes.

A tabela a seguir demonstra os tipos, natureza e propósitos das entidades estruturadas não consolidadas em que o Banco detenha participação, assim como o valor total de ativos mantidos pelas entidades.

Tipo	Natureza e propósito	Participações detidas	R\$ mil	
			Total de ativos	
			31.12.2016	31.12.2015
Fundos de investimento	• Gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores.	• Investimento em cotas emitidas pelos fundos.	833.020.469	708.202.684
	• Estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas aos investidores.	• Taxas de administração e outras.		
Veículos de securitização	• Gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores.	• Investimentos em cotas emitidas pelos veículos.	25.749.060	383.509
	• Estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas para os investidores.	• Taxas de administração e outras.		
Total			858.769.529	708.586.193

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis das participações detidas pelo Banco nas entidades estruturadas não consolidadas. A exposição máxima a perdas está limitada aos valores contábeis apresentados na tabela.

	R\$ mil	
	Ativos financeiros	
	31.12.2016	31.12.2015
Fundos de investimentos	5.298.385	5.645.949
Veículos de securitização	6.657	7.026
Total	5.305.042	5.652.975

28 – IMOBILIZADO DE USO

R\$ mil								
	Edificações	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamento de processamento de dados	Terrenos	Veículos	Outros	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 31.12.2014	4.950.609	3.244.810	3.250.429	3.855.434	194.130	13.914	634.792	16.144.118
Aquisições	221.902	291.147	317.849	477.957	428	2.656	88.353	1.400.292
Baixas	(10.744)	(83.530)	(174.784)	(147.117)	(2)	(665)	(35.701)	(452.543)
Variação cambial	(3.192)	21.889	16.041	10.623	(764)	(391)	8.226	52.432
Outras movimentações	(1.907)	9.219	(20.287)	16.453	2.331	154	3.470	9.433
Saldo em 31.12.2015	5.156.668	3.483.535	3.389.248	4.213.350	196.123	15.668	699.140	17.153.732
Aquisições	244.720	368.444	433.118	355.083	7.598	2.195	90.378	1.501.536
Baixas	(15.756)	(33.005)	(148.461)	(594.951)	(16)	(257)	(40.172)	(832.618)
Variação cambial	(31.130)	(19.810)	(31.039)	(13.933)	(5.369)	(2.403)	(14.161)	(117.845)
Outras movimentações	8.201	(123)	713	614	(230)	-	(12.171)	(2.996)
Saldo em 31.12.2016	5.362.703	3.799.041	3.643.579	3.960.163	198.106	15.203	723.014	17.701.809
Depreciação acumulada								
Saldo em 31.12.2014	(2.467.403)	(1.590.703)	(1.808.963)	(2.705.429)	-	(7.311)	(373.194)	(8.953.003)
Despesa de depreciação	(165.984)	(243.021)	(239.006)	(431.163)	-	(1.390)	(43.340)	(1.123.904)
Baixas	2.332	47.509	142.134	146.628	-	562	25.566	364.731
Variação cambial	(1.659)	(12.871)	(11.204)	(9.701)	-	106	(1.042)	(36.371)
Outras movimentações	14.803	1.199	16.102	(14.460)	-	17	(1.343)	16.318
Saldo em 31.12.2015	(2.617.911)	(1.797.887)	(1.900.937)	(3.014.125)	-	(8.016)	(393.353)	(9.732.229)
Despesa de depreciação	(161.893)	(243.065)	(258.491)	(434.561)	-	(1.497)	(49.661)	(1.149.168)
Baixas	1.104	23.490	120.800	594.302	-	222	11.579	751.497
Variação cambial	7.547	12.208	16.945	10.849	-	1.428	3.679	52.656
Outras movimentações	(6.018)	297	(205)	15.116	-	51	232	9.473
Saldo em 31.12.2016	(2.777.171)	(2.004.957)	(2.021.888)	(2.828.419)	-	(7.812)	(427.524)	(10.067.771)
Perda por imparidade								
Saldo em 31.12.2014	(11.237)	-	-	-	-	-	-	(11.237)
Perdas	(3.721)	-	(25)	-	-	-	-	(3.746)
Reversões	5.427	-	-	-	-	-	-	5.427
Saldo em 31.12.2015	(9.531)	-	(25)	-	-	-	-	(9.556)
Perdas	(13.382)	-	(100)	-	-	-	-	(13.482)
Reversões	3.059	-	-	-	-	-	-	3.059
Saldo em 31.12.2016	(19.854)	-	(125)	-	-	-	-	(19.979)
Valor contábil								
Saldo em 31.12.2015	2.529.226	1.685.648	1.488.286	1.199.225	196.123	7.652	305.787	7.411.947
Saldo em 31.12.2016	2.565.678	1.794.084	1.621.566	1.131.744	198.106	7.391	295.490	7.614.059

O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 128.754 mil em 31.12.2016 (R\$ 139.649 mil em 31.12.2015).

Os valores das perdas e reversões de perdas por imparidade são registrados em outras despesas e outras receitas na demonstração do resultado consolidado, respectivamente.

As taxas de depreciação estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas na Nota 3.k.

Pagamentos futuros para arrendamentos operacionais

	R\$ mil	
	Exercício/2016	Exercício/2015
Até um ano	1.211.238	1.125.987
Entre um e cinco anos	2.769.429	2.497.896
Após cinco anos	1.711.491	755.063
Total	5.692.158	4.378.946

As despesas de aluguéis e arrendamentos operacionais no exercício de 2016 foram de R\$ 1.449.876 mil (R\$ 1.306.605 mil no exercício de 2015). O Banco do Brasil não mantém contratos de subarrendamento.

Acordos de arrendamentos operacionais

Os acordos de arrendamentos operacionais relevantes do Banco referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos não possuem cláusula de opção de compra do bem arrendado e são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação, utilizando-se como principais parâmetros de reajuste os índices oficiais de inflação do País. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

29 – ÁGIO E OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS**a) Ágio por segmento operacional e por unidade geradora de caixa**

Segmento Operacional / Unidade Geradora de Caixa	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Bancário		
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa	591.582	591.582
Banco do Brasil Americas ⁽¹⁾	-	56.924
Total	591.582	648.506

(1) No Exercício/2016, foi reconhecida perda por imparidade sobre o ágio do Banco do Brasil Americas.

Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa livre para o acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

Banco do Brasil Americas

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios da empresa avaliada. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa Banco do Brasil Americas foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Banco Nossa Caixa

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2016 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2017 e projeções internas de resultado de 2018 a 2021.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Outras Informações

As taxas de descontos utilizadas para o teste de valor recuperável dos ágios do Banco do Brasil Americas e Banco Nossa Caixa são determinadas pelo custo do capital próprio apurado com base no modelo CAPM, referenciado em moeda brasileira na forma unitária. Esta metodologia é composta pela taxa livre de risco americana, pelo índice *Emerging Market Bond Index + Brasil* (EMBI + BR), como prêmio pelo risco-Brasil, pelo beta do Banco, pela média geométrica histórica do prêmio do mercado americano, pelo fator de ajuste entre os prêmios do mercado brasileiro e americano, pelo diferencial entre as inflações brasileira e americana e pelo diferencial de produtividade entre as economias norte-americana e brasileira. Os parâmetros mencionados para apuração do custo de capital foram obtidos de fontes externas.

Com exceção do Banco do Brasil Americas, de acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Em 2016, foi reconhecida perda por imparidade sobre o ágio na aquisição do Banco do Brasil Americas, no valor de R\$ 47.510 mil, motivada principalmente pela revisão anual das projeções financeiras, as quais subsidiaram o cálculo do valor em uso da unidade geradora de caixa.

Nos exercício de 2015, não houve registro de perda por imparidade sobre os ágios.

Premissas utilizadas no teste de valor recuperável

Unidade Geradora de Caixa	Taxa de crescimento ⁽¹⁾	Taxa de desconto
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa ⁽²⁾	2,7 % a.a.	14,6 % a.a.
Banco do Brasil Americas ⁽³⁾	2,0 % a.a.	8,6 % a.a.

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

(3) Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas. No exercício 2015, a taxa de crescimento considerada foi de 2,0 % a.a. e a taxa de desconto considerada foi de 8,2% a.a.

b) Movimentação do ágio

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Valor bruto do ágio no início do ano	648.506	630.301
Perda por imparidade acumulada no início do ano	-	-
Saldo contábil do ágio no início do ano	648.506	630.301
Ágio reconhecido exercício	-	-
Valor bruto do ágio ao final do ano	648.506	630.301
Variação cambial	(9.414)	18.205
Perda por imparidade acumulada ao final do ano	(47.510)	-
Saldo contábil do ágio ao final do ano	591.582	648.506

c) Ativos intangíveis de vida útil definida

	R\$ mil						
	Software gerado internamente	Software adquirido	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Relacionados a carteiras de clientes	Relacionados a contratos	Outros ⁽¹⁾	Total
Custo de aquisição							
Saldo em 31.12.2014	702.098	1.760.174	10.468.369	3.132.500	900.398	188.635	17.152.174
Gerado internamente	218.854	-	-	-	-	-	218.854
Aquisições	-	269.513	1.036.771	6	-	-	1.306.290
Baixas	(9.826)	(39.809)	(1.711.117)	(6)	-	(84)	(1.760.842)
Variação cambial	-	67.935	-	5.813	1.297	809	75.854
Saldo em 31.12.2015	911.126	2.057.813	9.794.023	3.138.313	901.695	189.360	16.992.330
Saldo em 31.12.2015	911.126	2.057.813	9.794.023	3.138.313	901.695	189.360	16.992.330
Gerados internamente	274.507	-	-	-	-	-	274.507
Aquisições	-	162.197	2.289.407	-	-	-	2.451.604
Baixas	-	(136.523)	(944.386)	-	-	-	(1.080.909)
Variação cambial	-	(62.354)	-	(160.774)	1.615	-	(221.513)
Saldo em 31.12.2016	1.185.633	2.021.133	11.139.044	2.977.539	903.310	189.360	18.416.019
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2014	(305.075)	(806.635)	(3.825.528)	(1.942.105)	(734.286)	(184.465)	(7.798.094)
Amortizações	(46.496)	(131.154)	(2.073.324)	(363.482)	(101.199)	(4.895)	(2.720.550)
Baixas	1.239	39.330	1.711.117	6	-	-	1.751.692
Variação cambial	-	(10.563)	-	-	-	-	(10.563)
Saldo em 31.12.2015	(350.332)	(909.022)	(4.187.735)	(2.305.581)	(835.485)	(189.360)	(8.777.515)
Saldo em 31.12.2015	(350.332)	(909.022)	(4.187.735)	(2.305.581)	(835.485)	(189.360)	(8.777.515)
Amortizações	(68.058)	(165.958)	(1.977.367)	(327.927)	(67.825)	-	(2.607.135)
Baixas	-	94.151	944.386	-	-	-	1.038.537
Variação cambial	-	31.768	-	100.198	-	-	131.966
Saldo em 31.12.2016	(418.390)	(949.061)	(5.220.716)	(2.533.310)	(903.310)	(189.360)	(10.214.147)
Perda por imparidade							
Saldo em 31.12.2014	-	(2.377)	(49.740)	-	-	-	(52.117)
Reversão	-	2.377	-	-	-	-	2.377
Saldo em 31.12.2015	-	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Saldo em 31.12.2015	-	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Reversão	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	-	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Valor contábil							
Saldo em 31.12.2015	560.794	1.148.791	5.556.548	832.732	66.210	-	8.165.075
Saldo em 31.12.2016	767.243	1.072.072	5.868.588	444.229	-	-	8.152.132

(1) Inclui, principalmente, as marcas adquiridas em combinações de negócios.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos na Nota 3.I.

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	R\$ mil					
	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Valores a amortizar	2.182.600	2.016.545	1.488.619	895.195	628.068	941.105
						8.152.132

30 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
Outros ativos	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	35.110.707	29.682.928
Devedores diversos no país	11.313.297	9.129.076
Superávit Previ – Fundos Previdenciais (Nota 45.f)	9.562.010	8.959.543
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	4.734.320	4.738.062
Fundo de compensação de variações salariais – Incorporadas	2.666.060	2.471.855
Rendas a receber	2.611.461	2.742.064
Adiantamentos a empregados	1.731.201	285.648
Negociação e intermediação de valores	1.106.802	1.653.164
Carteira de câmbio líquida	1.071.272	2.250
Títulos e créditos a receber ⁽²⁾	993.762	4.955.920
Direitos por aquisição de <i>royalties</i> e créditos governamentais	661.559	996.876
Impostos pagos antecipadamente	524.148	600.560
Despesas pagas antecipadamente	268.818	409.869
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	208.547	200.958
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 45.e)	151.828	169.474
Relações interfinanceiras/interdependências	3.421	8.795
Outros	1.622.425	2.141.663
Total	74.341.638	69.148.705

(1) Inclui o saldo de R\$ 3.418.200 mil (R\$ 3.384.982 mil em 31.12.2015) relativo à equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992, e o saldo de R\$ 377.698 mil (R\$ 333.908 mil em 31.12.2015) relativo ao alongamento de crédito rural.

(2) Refere-se principalmente a antecipação de recebíveis de operações com cartões.

	R\$ mil	
Outros passivos	31.12.2016	31.12.2015
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	20.178.005	11.378.722
Credores diversos no país	18.102.310	17.169.205
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 45.e)	12.527.486	9.513.475
Obrigações com bandeiras de cartão de crédito	9.856.651	9.243.959
Encargos e obrigações trabalhistas	5.217.460	4.246.789
Depósitos vinculados a garantias	4.523.775	2.772.443
Recebimentos por conta de terceiros	2.854.260	5.818.485
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	1.936.541	1.508.685
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	1.568.020	1.752.950
Impostos	1.288.822	1.283.964
Credores diversos no exterior	917.206	1.166.632
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	671.881	849.622
Receitas antecipadas ⁽¹⁾	446.262	459.200
Provisão para perdas sobre garantias prestadas	442.301	541.313
Obrigações por negociação e intermediação de valores	129.246	269.897
Outros	6.260.061	6.867.399
Total	86.920.287	74.842.740

(1) Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

31 – DEPÓSITOS DE CLIENTES

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Brasil	393.137.098	385.089.114
Depósitos à vista	59.983.666	56.174.345
Sem remuneração	59.563.834	55.695.263
Com remuneração ⁽¹⁾	419.832	479.082
Depósitos a prazo	181.390.088	177.069.488
Depósitos de poupança	151.763.344	151.845.281
Exterior	32.178.789	37.847.671
Depósitos à vista	9.418.631	10.375.415
Sem remuneração	9.418.631	10.375.415
Depósitos a prazo	22.760.158	27.472.256
Total	425.315.887	422.936.785

(1) Referem-se a "Special Accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

32 – VALORES A PAGAR A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos de instituições financeiras	20.664.801	41.482.547
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	612.132	333.298
Total	21.276.933	41.815.845

33 – OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Carteira própria	59.207.850	68.880.140
Letras Financeiras do Tesouro	32.718.983	14.615.322
Títulos privados	25.591.345	52.141.995
Outros títulos	897.522	2.122.823
Carteira de terceiros	315.426.182	264.641.507
Letras Financeiras do Tesouro	219.552.794	399.992
Notas do Tesouro Nacional	50.163.996	146.413.188
Letras do Tesouro Nacional	45.709.377	117.828.280
Outros títulos	15	47
Total	374.634.032	333.521.647

34 – OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	164.801.898	188.223.192
Obrigações por repasses	83.083.170	90.075.706
Dívidas subordinadas	61.975.751	59.935.564
Bônus perpétuos	23.290.074	28.986.126
Fundos financeiros e de desenvolvimento	14.790.525	15.002.524
Outras	20.409.350	29.655.375
Total	368.350.768	411.878.487

a) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários

						R\$ mil	
Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
Programa "Global Medium-Term Notes"						6.056.975	10.727.131
	USD	500.000	6,00%	01/2010	01/2020	1.669.293	1.994.618
	EUR	750.000	4,50%	01/2011	01/2016	-	3.321.757
	EUR	700.000	3,75%	07/2013	07/2018	3.496.582	4.321.203
		300.000		03/2014			
	CHF	275.000	2,50%	12/2013	06/2019	891.100	1.089.553
"Senior Notes"						7.561.835	9.075.400
	USD	500.000	3,88%	11/2011	01/2017	1.656.809	1.981.340
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	10/2012	10/2022	5.905.026	7.094.060
Notas Estruturadas						63.632	168.518
	EUR	18.400	2,23 a 3,55%		06/2021	63.632	-
	USD	37.458	0,64 a 3,55%		01/2016	-	168.518
Certificado de Depósito ⁽²⁾						3.388.669	9.556.835
Curto prazo			0,55 a 4,60%			3.169.956	9.003.872
Longo prazo			2,76 a 4,60%		02/2020	218.713	552.963
Certificado de Operações Estruturadas						102.312	11.324
Letras de Crédito Imobiliário						17.073.622	18.121.444
Curto prazo						39.344	3.050.382
Longo prazo ⁽³⁾					10/2020	17.034.278	15.071.062
Letras de Crédito do Agronegócio						124.965.334	134.822.921
Curto prazo						62.584.051	28.076.833
Longo prazo ⁽³⁾					04/2020	62.381.283	106.746.088
Letras Financeiras ⁽³⁾			102,00% a 104,00% do CDI		09/2018	2.631.826	2.106.047
Banco Patagonia ⁽⁴⁾						325.553	329.399
Curto prazo			ARS			247.691	147.662
Longo prazo			ARS		06/2019	77.862	181.737
Entidades de Propósitos Específicos no Exterior (EPE)						2.801.840	3.447.244
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽⁵⁾							
	USD	36.000 ⁽¹⁾	5,25%	04/2008	06/2018	117.580	234.799
Notas Estruturadas ⁽⁵⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	12/2014 e 03/2015	11/2034	1.639.455	1.961.854
	USD	320.000	Libor 6m + 3,25%	12/2015	12/2030	1.044.805	1.250.591
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários, em poder de controlada no exterior						(169.700)	(143.071)
Total						164.801.898	188.223.192

(1) Refere-se ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD, EUR, AUD, SGD, GBP e RMB.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 1.440 dias.

(4) Títulos emitidos com taxas de 23,95% a 26,40% a.a. e Badlar + 300 ptos. a Badlar + 425 ptos.

(5) Informações relativas às EPE podem ser encontradas na Nota 5.

Notas:

Libor – Taxa interbancária do mercado de Londres.

Badlar – Taxa interbancária do mercado de Buenos Aires.

b) Obrigações por repasses

As obrigações por repasses são fontes de captação junto a outras instituições financeiras ou órgãos governamentais nacionais, predominantemente de longo prazo, para incentivo à produção nacional. Os recursos são provenientes do Tesouro Nacional, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outros órgãos.

Desta forma, o Banco atua como agente financeiro dos programas governamentais de incentivo a determinados setores da economia. Na agricultura, por meio dos repasses, com destaque:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Cacau);
- Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop);
- Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé); e
- Poupança Rural.

Na indústria, por meio dos repasses oriundos, principalmente, dos programas do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações por repasses		
Do País – Instituições Oficiais	83.082.693	90.065.408
Do Exterior	477	10.298
Total	83.083.170	90.075.706

Do País – Instituições Oficiais

			R\$ mil
Programas	Taxa de Atualização	31.12.2016	31.12.2015
Tesouro Nacional – Crédito Rural		149.248	178.145
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 5,50% a.a. (se aplicado)	30.766	59.603
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou 6,35% a.a. Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou	98.243	93.175
Recoop	IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	16.096	23.136
Outros		4.143	2.231
BNDES ⁽¹⁾	Pré 0,00% a.a. a 9,50% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 3,72% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	32.086.856	37.981.403
Caixa Econômica Federal ⁽²⁾	Pré 5,25% a.a. (média)	23.758.043	19.690.627
Finame ⁽³⁾	Pré 0,00% a.a. a 11,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a.	24.765.860	29.981.346
Outras instituições oficiais		2.322.686	2.233.887
Suprimento Especial – Depósitos		1.874.492	1.643.753
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 11,25% a.a. (se aplicado)	448.167	590.106
Outros		27	28
Total		83.082.693	90.065.408

(1) Prazo médio da maturidade das operações com BNDES é de 53 meses.

(2) Prazo médio da maturidade das operações com a Caixa Econômica Federal é de 318 meses.

(3) Prazo médio da maturidade das operações com Finame é de 36 meses.

Notas:

TMS – Taxa Média SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

TR – Taxa Referencial de juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

IGP-M – Índice Geral de Preços – Mercado.

Do Exterior

			R\$ mil
	31.12.2016	31.12.2015	
Recursos livres – Resolução CMN nº 3.844/2010	-	9.821	
Fundo especial de apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477	
Total	477	10.298	

c) Dívidas subordinadas

						R\$ mil	
Captações	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Vencimento		31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						25.237.153	22.994.912
Recursos aplicados ⁽¹⁾						22.219.924	22.067.675
Recursos disponíveis ⁽²⁾						3.017.229	927.237
Dívidas subordinadas no exterior						9.668.175	11.568.774
	USD 660.000	5,38%	2010	2021		2.197.183	2.630.575
	USD 1.500.000	5,88%	2011	2022		4.977.616	5.953.739
	USD 750.000	5,88%	2012	2023		2.493.376	2.984.460
Letras financeiras subordinadas						27.100.626	25.387.942
	1.000.000	108,50% do CDI	2010	2016		-	1.852.172
	2.055.100	111,00% do CDI	2011	2017		3.918.702	3.387.610
	4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018		8.120.026	7.152.153
	215.000	112,00% do CDI	2012	2019		367.374	317.168
	4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019		7.561.372	6.536.599
	150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020		258.947	224.433
	377.100	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020		526.593	453.485
	163.523	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020		234.894	202.528
	1.594.580	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021		2.208.470	1.899.302
	2.273.806	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021		3.309.117	2.847.744
	400.000	8,08% + IPCA	2014	2022		595.131	514.748
Dívidas subordinadas emitidas pelo Banco, em poder de controlada no exterior						(30.203)	(6.533)
Total das dívidas subordinadas ⁽³⁾						61.975.751	59.935.564

(1) São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) O montante de R\$ 40.181.808 mil (R\$ 39.839.840 mil em 31.12.2015) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com as regras aplicadas às instituições financeiras no Brasil.

Notas:

CDI – Taxa média dos depósitos interbancários.

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

d) Bônus perpétuos

					R\$ mil	
Captações		Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2016	31.12.2015
Bônus perpétuos						
	USD	1.498.500	8,50%	10/2009	4.954.884	5.939.561
	USD	1.398.727	9,25%	01 e 03/2012	4.731.512	6.632.211
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	6.539.293	7.878.240
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	7.065.637	8.541.012
Total					23.291.326	28.991.024
Bônus perpétuos emitidos pelo Banco, em poder de controlada no exterior					(1.252)	(4.898)
Total					23.290.074	28.986.126

(1) Refere-se ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Esta seção pode ser lida em conjunto com a Nota 41 – Capital Regulatório e Limite de Imobilização.

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 22.565.112 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 27.036.585 mil em 31.12.2015).

O bônus emitido em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 1.498.500 mil), tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil (*outstanding value* USD 650.000 mil) e USD 750.000 mil (*outstanding value* USD 748.727 mil), respectivamente, e o bônus emitido em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27 de setembro de 2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN nº 4.192/2013, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

O bônus emitido em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os novos termos e condições alterados em 27 de setembro de 2013 e o bônus emitido em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, estes bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, impedindo que a instituição se torne inviável;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, estabelecer por escrito a extinção dos títulos para viabilizar a continuidade do Banco.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e a abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount.
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

e) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Marinha Mercante	8.190.785	8.988.221
Pasep	2.632.348	2.728.783
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	2.070.560	1.987.918
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	893.803	285.128
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	761.340	736.035
Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC	64.926	70.327
Outros	176.763	206.112
Total	14.790.525	15.002.524

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) tem como objetivo prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e para o desenvolvimento da indústria de construção naval do país. Os recursos recebidos são remunerados pela variação da Taxa Média Selic (TMS). A remuneração dos recursos aplicados em operações ativas é de 0,1% ou 0,5% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiamentos de itens nacionais ou mais variação cambial (dólar americano) para financiamentos de itens importados. O risco de crédito das operações contratadas é do Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

O Programa de Formação do Servidor Público – Pasep é um programa governamental brasileiro que tem o objetivo de promover a distribuição de renda entre a população. Além disso, os recursos podem ser aplicados em favor do desenvolvimento econômico-social. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados com base na taxa de rentabilidade das aplicações realizadas no Banco Central do Brasil – Taxa extramercado (DEDIP). Quando aplicados em operações de crédito, a remuneração é a Taxa Referencial – TR adicionada a juros de 6% ao ano. O risco de crédito das operações contratadas é assumido integralmente pelo Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

Os Fundos do Governo do Estado de São Paulo tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social daquele Estado, através da geração de *funding* para operações de crédito ou repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados pelas taxas praticadas pelo Fundo de Investimento BB Nossa Caixa Renda Fixa Governos. Excetuando-se os repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros, por não serem reembolsáveis, à medida que são aplicados os recursos passam a ser remunerados pelas taxas de juros praticadas pelas operações de crédito. O Banco administra o fundo na qualidade de agente financeiro do tesouro estadual. O risco de crédito das operações é integralmente assumido pelos Fundos. Se os recursos não são concedidos sob a forma de empréstimos, o resgate é feito, aleatoriamente, mediante pedido formal do alocador, ou quando do seu encerramento. Caso sejam concedidos sob a forma de empréstimos, o resgate é realizado no dia útil subsequente ao pagamento das parcelas realizados pelos mutuários.

f) Outras obrigações

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações por empréstimos	20.345.738	29.578.934
Financiamentos à importação	63.612	76.441
Total	20.409.350	29.655.375

Em 31.12.2016, a taxa média ponderada de juros aplicável às obrigações por empréstimos no exterior era de 2,43% a.a. (1,39% a.a. em 31.12.2015).

g) Obrigações por prazo de exigibilidade

	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Sem vencimento	Total
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	67.687.759	6.245.988	968.962	81.405.879	63.632	8.429.678	-	164.801.898
Obrigações por repasses	39.463.522	10.108.235	7.602.099	5.718.747	4.802.892	15.387.675	-	83.083.170
Dívidas subordinadas	4.158.742	8.120.026	7.928.746	1.020.434	7.714.770	33.033.033	-	61.975.751
Bônus perpétuos	279.308	-	-	-	-	-	23.010.766	23.290.074
Fundos financeiros e de desenvolvimento	9.055.620	620.511	620.511	620.511	620.511	3.252.861	-	14.790.525
Outras	17.997.094	640.627	640.627	640.627	163.458	326.917	-	20.409.350
Total	138.642.045	25.735.387	17.760.945	89.406.198	13.365.263	60.430.164	23.010.766	368.350.768

35 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**Ações trabalhistas**

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, em grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. Esses processos contêm vários pedidos reclamados, tais como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações fiscais

Em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais, o Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades) e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis – JEC, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos. Em 31.12.2016, o salário mínimo era R\$ 880.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase recursal, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável".

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Movimentação das provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis

	R\$ mil	
	Exercício/2016	Exercício/2015
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	2.088.833	2.070.567
Constituição	1.979.961	1.220.599
Reversão da provisão	(869.084)	(212.550)
Baixa por pagamento	(1.112.098)	(1.256.075)
Ajuste combinação de negócios	28.982	28.982
Atualização monetária e variação cambial	340.384	237.310
Saldo final	2.456.978	2.088.833
Demandas fiscais		
Saldo inicial	245.695	206.515
Constituição	185.316	119.522
Reversão da provisão	(130.877)	(72.644)
Baixa por pagamento	(50.761)	(19.222)
Atualização monetária e variação cambial	26.642	11.524
Saldo final	276.015	245.695
Demandas cíveis		
Saldo inicial	7.046.482	5.395.630
Constituição	5.817.446	4.854.727
Reversão da provisão	(4.745.939)	(2.588.483)
Baixa por pagamento	(1.667.061)	(1.169.978)
Ajuste combinação de negócios	36.866	36.866
Atualização monetária e variação cambial	342.152	517.720
Saldo final	6.829.946	7.046.482
Total das demandas trabalhistas, fiscais e cíveis	9.562.939	9.381.010

Cronograma esperado de desembolsos

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.394.413	147.098	5.567.517
De 5 a 10 anos	62.478	98.866	1.232.926
Acima de 10 anos	87	30.051	29.503
Total	2.456.978	276.015	6.829.946

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

b) Passivos contingentes

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base na IAS 37.

Saldo dos passivos contingentes classificados como possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que provavelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando a chance de vencer é igual à chance de perder, não havendo elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo.

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Demandas trabalhistas	171.422	215.042
Demandas fiscais ⁽¹⁾	10.702.278	12.777.102
Demandas cíveis	1.975.843	3.270.906
Total	12.849.543	16.263.050

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 3.289.574 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 284.701 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 863.056 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.646.562 mil.

c) Ativos contingentes

Em conformidade com a IAS 37, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

d) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos judiciais em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em Outros ativos.

Saldo dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Demandas trabalhistas	5.126.635	4.532.105
Demandas fiscais	9.709.954	9.159.271
Demandas cíveis	20.274.118	15.991.552
Total	35.110.707	29.682.928

36 – IMPOSTO DE RENDA**a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na Demonstração do Resultado Consolidado**

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Impostos correntes			
Do exercício	(6.650.204)	(6.192.939)	(3.556.158)
Ajuste de exercícios anteriores	14.636	47.559	(1.144)
Total	(6.635.568)	(6.145.380)	(3.557.302)
Impostos diferidos			
Ajustes decorrentes de provisão para perdas em empréstimos a clientes	1.622.038	277.504	(193.312)
Ajustes de combinação de negócios	179.060	197.177	181.691
Decorrente de ganhos atuariais	36.618	(136.718)	(634.216)
Ajustes de marcação a mercado de ativos financeiros	24.763	(262.724)	(138.030)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	3.602	(4.132)	59.127
Decorrente de resultado não realizado (Nota 6.b)	(77.543)	2.261.658	-
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	(122.176)	148.919	521
Atualização de depósitos judiciais	(442.739)	(390.415)	(310.066)
Outros encargos diferidos ⁽¹⁾	3.181.095	9.714.646	2.330.566
Total	4.404.718	11.805.915	1.296.281
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido	(2.230.850)	5.660.535	(2.261.021)

(1) Inclui, no Exercício/2015, valores relativos à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL, de acordo com a legislação brasileira.

b) Conciliação dos encargos com IR e CSLL

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro	10.890.427	10.137.504	15.604.517
Despesa de IR (25%) e de CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) ⁽¹⁾ pelas alíquotas legais	(4.900.692)	(4.118.044)	(6.241.807)
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	1.781.947	1.805.044	1.419.269
Receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO	1.101.674	564.687	465.165
Encargos dos juros sobre o capital próprio	1.059.573	1.889.754	1.469.614
Encargos sobre resultado de empresas consolidadas com alíquota diferenciada	415.585	520.003	56.575
Resultado com conversão de investimentos no exterior	(826.057)	1.709.205	277.446
Encargos sobre receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis ⁽²⁾	(862.880)	3.289.886	292.717
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.230.850)	5.660.535	(2.261.021)
Alíquota efetiva	20,48%	-55,84%	14,49%

(1) A elevação da alíquota da CSLL, de 15% para 20%, a partir de 1º de setembro de 2015, produziu aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

(2) Inclui, no Exercício/2015, valores relativos à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL, de acordo com a legislação brasileira.

c) IR e CSLL lançados contra o patrimônio líquido

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	(2.230.850)	5.660.535	(2.261.021)
IR e CSLL sobre outros resultados abrangentes	620.581	3.802.364	4.786.655
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado abrangente	(1.610.269)	9.462.899	2.525.634

d) IR e CSLL diferidos apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado**Ativos**

	R\$ mil			
	31.12.2015	Constituições	Baixas	31.12.2016
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	19.594.042	15.587.655	(11.592.667)	23.589.030
Provisão com planos de benefícios pós-emprego	6.375.988	2.985.768	(2.004.867)	7.356.889
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	4.221.454	1.976.836	(1.894.968)	4.303.322
Marcação a mercado negativa de ativos financeiros	2.113.497	1.477.412	(2.146.658)	1.444.251
Combinação de negócios	1.575.235	180.663	-	1.755.898
Contribuição social a compensar	1.255.978	-	(561.607)	694.371
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	340.303	30.058	(186.121)	184.240
Diferimento de tarifas para adequação à taxa efetiva de juros	328.480	-	(42.647)	285.833
Outras provisões	2.082.942	1.298.626	(822.315)	2.559.253
Total	37.887.919	23.537.018	(19.251.850)	42.173.087

Passivos

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Passivos fiscais diferidos		
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	(968.307)	(1.283.479)
Ganhos por compras vantajosas	(917.729)	(917.729)
Créditos recuperados a prazo	(350.838)	(208.394)
Atualização de depósitos judiciais	(88.924)	(88.924)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	(79.430)	(83.032)
Decorrentes de ganhos atuariais	(37.566)	(54.645)
Outras diferenças temporárias	(453.704)	(393.467)
Total	(2.896.498)	(3.029.670)

As dependências no exterior possuem créditos tributários não reconhecidos em virtude da inexistência de probabilidade de sua realização, segundo avaliação da Administração, no montante de R\$ 970.902 mil, sendo R\$ 622.696 mil referente a prejuízos fiscais e R\$ 348.206 mil referente a diferenças temporárias. No Brasil, há créditos tributários não reconhecidos de R\$ 4.741 mil, sendo R\$ 4.581 mil referente a prejuízos fiscais e R\$ 160 mil referente a diferenças temporárias.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	R\$ mil
Ativos fiscais diferidos	
Em 2017	9.986.348
Em 2018	10.003.671
Em 2019	10.158.352
Em 2020	10.048.487
Em 2021	1.242.902
Em 2022	253.048
Em 2023	131.933
Em 2024	78.389
Em 2025	68.023
Em 2026	201.934
Total	42.173.087

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2016.

No exercício de 2016, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 17.923.776 mil, correspondentes a 264,82% da respectiva projeção de utilização para o período de 2016, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2015.

37 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor patrimonial por ação ordinária

	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	86.376.240	82.557.251
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	31,02	29,56
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	28,09	14,74

(1) O valor patrimonial por ação é calculado pela divisão do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores pelo número total de ações ordinárias, excluindo as ações em tesouraria.

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 67.000.000 mil (R\$ 60.000.000 mil em 31.12.2015), está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do capital social no período de 31.12.2015 a 31.12.2016, no valor de R\$ 7.000.000 mil, decorreu da utilização de Reserva estatutária para Margem operacional, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.04.2016, e autorizado pelo Banco Central do Brasil em 16.08.2016.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o capital social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

c) Instrumento elegível a capital principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013.

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793/2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível a capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após aditivação do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível a capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014.

d) Reserva de capital

O saldo da conta reserva de capital de R\$ 5.607.386 mil (R\$ 5.606.203 mil em 31.12.2015) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações e ao aumento da participação societária no Banco Patagonia decorrente da oferta pública de aquisição obrigatória de ações.

e) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Reservas de lucros	27.646.569	29.031.090
Reserva legal	6.570.147	6.173.642
Reservas estatutárias	21.076.422	22.857.448
Margem operacional	17.567.395	19.608.076
Equalização de dividendos	3.509.027	3.249.372

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

g) Resultados acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nestas demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS, representa principalmente o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

h) Juros sobre o capital próprio/dividendos

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	274.466	0,098	11.03.2016	31.03.2016
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	372.273	0,133	23.05.2016	31.05.2016
2º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	383.614	0,138	13.06.2016	30.06.2016
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	380.865	0,138	22.08.2016	31.08.2016
3º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	352.694	0,126	12.09.2016	30.09.2016
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	305.963	0,110	21.11.2016	29.11.2016
4º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	214.235	0,077	12.12.2016	29.12.2016
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	70.497	0,025	01.03.2017	10.03.2017
Total destinado aos acionistas no Exercício/2016	2.354.607	0,845		
Base de cálculo dos dividendos ⁽²⁾	8.005.666			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

(2) Valor obtido a partir do lucro líquido do período apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2015				
Dividendos	1.261.461	0,451	21.05.2015	29.05.2015
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	1.054.134	0,377	23.03.2015	31.03.2015
2º Trimestre/2015				
Dividendos	39.046	0,014	21.08.2015	01.09.2015
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	810.593	0,291	11.06.2015	30.06.2015
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	347.343	0,124	21.08.2015	01.09.2015
3º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	743.037	0,266	11.09.2015	30.09.2015
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	476.981	0,171	23.11.2015	02.12.2015
4º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	766.530	0,274	11.12.2015	30.12.2015
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	246.620	0,088	02.03.2016	11.03.2016
Total destinado aos acionistas no Exercício/2015	5.745.745	2,056		
Base de cálculo dos dividendos ⁽²⁾	14.364.364			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

(2) Valor obtido a partir do lucro líquido do período apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

Em conformidade com a legislação brasileira e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado no resultado do período e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Resultados acumulados não apropriados. O total dos juros sobre capital próprio, no exercício de 2016, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.059.573 mil (R\$ 1.889.754 mil no exercício de 2015).

i) Participações acionárias (quantidade de ações)

Evolução da quantidade de ações de emissão do Banco em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	31.12.2016		31.12.2015	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.558.511.715	54,4	1.653.379.882	57,7
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	105.024.600	3,7	105.024.600	3,7
Caixa F1 Garantia Construção Naval	-	-	87.368.167	3,0
Fundo Garantidor para Investimentos	-	-	7.500.000	0,3
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	281.209.714	9,8	297.403.914	10,4
Ações em tesouraria ⁽¹⁾	80.666.497	2,8	72.864.196	2,5
Outros acionistas	945.029.094	33,0	841.769.028	29,4
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Em 31.12.2016, inclui 50.100 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (42.709 ações em 31.12.2015).

	Ações ON	
	31.12.2016	31.12.2015
Conselho de Administração (exceto o Presidente do Banco)	144	1
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	166.334	135.351
Conselho Fiscal	-	1.176
Comitê de Auditoria	10.075	10.075

j) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31.12.2015	2.865.417.020	72.864.196
Movimentação	-	7.802.301
Saldos em 31.12.2016	2.865.417.020	80.666.497

	31.12.2016		31.12.2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	1.139.037.581	39,8	1.137.407.279	39,7
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	87.368.167		-	
Alienação de ações pelo FGO – Investimento em ações	7.500.000		-	
Alienação de ações pelo FFIE – Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	-		5.625.400	
Aquisição de ações (programas de recompra)	-		(4.183.700)	
Adimplemento de operações afiançadas pelo FGCN – Fundo Garantidor da Construção Naval	(8.075.350)		-	
Outras movimentações ⁽¹⁾	241.923		188.602	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	1.226.072.321	42,8	1.139.037.581	39,8

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

k) Ações em tesouraria

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do Programa de 2013. Esse programa vigorou até 18.05.2015 e foram adquiridas 6.021.900 ações, no montante de R\$ 155.481 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 22,66, R\$ 25,82 e R\$ 29,27, respectivamente.

Em 18.05.2015, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 16.05.2016 onde foram adquiridas 3.623.700 ações, no montante de R\$ 67.902 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 17,90, R\$ 18,74 e R\$ 21,10, respectivamente.

Em 31.12.2016, o Banco possuía 80.666.497 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.854.749 mil, das quais 71.884.869 ações decorrentes dos programas de recompra, 8.075.350 ações recebidas em dação de pagamento do FGCN – Fundo Garantidor da Construção Naval, 706.246 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

l) Pagamento baseado em ações – Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores.

A BB DTVM, em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2012					
Banco do Brasil	212.301	26,78	159.238	53.063	03/2017
Total de ações a distribuir				53.063	
BB DTVM	19.792	26,78	16.622	3.170	03/2017
Total de ações a distribuir				3.170	
Programa 2013					
Banco do Brasil	353.800	20,36	212.328	70.736	03/2017
				70.736	03/2018
Total de ações a distribuir				141.472	
BB DTVM	24.546	23,83	14.732	4.907	04/2017
				4.907	04/2018
Total de ações a distribuir				9.814	
Programa 2014					
Banco do Brasil	316.683	24,08	190.041	63.321	02/2018
				63.321	02/2019
Total de ações a distribuir				126.642	
BB DTVM	27.063	22,98	10.827	5.412	04/2017
				5.412	04/2018
				5.412	04/2019
Total de ações a distribuir				16.236	
Programa 2015					
Banco do Brasil	342.240	19,92	70.592	67.912	03/2017
				67.912	03/2018
				67.912	03/2019
				67.912	03/2020
Total de ações a distribuir				271.648	
BB DTVM	26.109	19,92	5.229	5.220	03/2017
				5.220	03/2018
				5.220	03/2019
				5.220	03/2020
Total de ações a distribuir				20.880	

38 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	12.798.204	12.798.204	18.046.717	18.046.717
Depósitos compulsórios em bancos centrais	63.451.094	63.451.094	60.810.918	60.810.918
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	49.119.008	49.103.377	66.468.418	66.503.142
Aplicações em operações compromissadas	371.682.685	371.618.407	303.530.816	298.796.324
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.669.398	7.669.398	11.218.150	11.218.150
Ativos financeiros disponíveis para venda	104.669.675	104.669.675	102.393.823	102.393.823
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	9.120.261	8.474.880	3.891.740	3.652.488
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	603.856.735	589.799.371	673.746.547	663.108.668
Passivo				
Depósitos de clientes	425.315.886	425.219.066	422.936.785	422.714.638
Valores a pagar a instituições financeiras	21.276.934	21.850.979	41.815.845	42.824.330
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.234.846	2.234.846	3.627.474	3.627.474
Obrigações por operações compromissadas	374.634.032	373.070.084	333.521.647	331.363.070
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	368.350.768	364.858.923	411.878.487	410.527.708

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios em bancos centrais

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios em bancos centrais equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo apresentado anteriormente, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo *Black-Scholes* (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo *Black-Scholes* é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (BM&FBovespa, SND - Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (BM&FBovespa, *Broadcast* e *Reuters*).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a *Bloomberg* e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Empréstimos a clientes

Os valores justos são estimados para grupos de empréstimos a clientes similares com base no tipo de empréstimo, qualidade de crédito e prazo de vencimento. Os fluxos de caixa futuros dos empréstimos a clientes são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto que o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O *spread* de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada chamado IPP. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

f) Depósitos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Obrigações por operações compromissadas

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não considera qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

h) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações

Essas obrigações têm seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

i) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos que possuímos em carteira.

Em referência à política de transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e define-se o tipo de mensuração a valor justo (no caso, marcação a mercado ou a modelo). A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço de fechamento. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, e houver preço indicativo divulgado pela Anbima, este preço é utilizado.

Caso não haja negócios e nem preços divulgados pela Anbima, é verificada a existência de negociação nos últimos 30 dias. Caso tenha havido, é aplicado o modelo matemático que considera a relação entre o último preço de negócio registrado e o valor atualizado para a data em questão.

Não satisfazendo nenhuma das condições acima, é aplicado o critério de agregação por *rating*. Este critério é subdividido em outros dois conforme abaixo e aplicados nesta ordem:

1º critério – caso haja curva de risco de crédito divulgada pela Anbima para o *rating* do instrumento, são utilizados os *spreads* desta curva para a obtenção do valor marcado a modelo.

2º critério – não havendo curva de crédito divulgada pela Anbima para o *rating* do instrumento, é utilizado modelo baseado em regressão linear, calculada utilizando-se painéis de 30 dias de preços indicativos e taxas de juros divulgados pela Anbima. As variáveis explicativas para tal modelo são os *ratings*, as *durations* e as taxas indicativas dos papéis da amostra.

Tendo em vista que o Banco do Brasil busca sempre o conservadorismo em seus preços marcados a mercado, os valores obtidos tanto por preços de mercado quanto por modelos matemáticos são comparados com os preços obtidos por meio da utilização dos *spreads* de risco de crédito fornecidos por nossa Diretoria de Crédito, e o preço mais baixo é utilizado.

Desta forma, os critérios expostos acima (preço de mercado, preço indicativo, relação matemática de preços históricos e, por fim, modelo de agregação por *rating*), que são todos baseados em dados de mercado, podem resultar em preços superiores aos obtidos por meio do uso do nosso *spread* de crédito. Por conservadorismo, os preços obtidos por estes *spreads* são comparados com os demais preços obtidos e o de valor mais baixo é utilizado.

No último período apresentado, não houve mudança entre os níveis informados no quadro de hierarquia de níveis.

R\$ mil				
	Saldo em 31.12.2016	Distribuição por Nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	112.339.073	75.251.238	37.087.835	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.669.398	4.784.375	2.885.023	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.056.835	4.784.375	1.272.460	-
Títulos públicos	4.904.256	4.750.659	153.597	-
Títulos privados	1.152.579	33.716	1.118.863	-
Derivativos	1.612.563	-	1.612.563	-
Swaps	1.128.169	-	1.128.169	-
Operações a termo	253.699	-	253.699	-
Opções	193.414	-	193.414	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	37.281	-	37.281	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	104.669.675	70.466.863	34.202.812	-
Títulos públicos	70.651.495	69.800.524	850.971	-
Títulos privados	34.018.180	666.339	33.351.841	-
Passivo	2.234.846	-	2.234.846	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.234.846	-	2.234.846	-
Instrumentos de dívida	364.455	-	364.455	-
Derivativos	1.870.391	-	1.870.391	-
Swaps	1.190.214	-	1.190.214	-
Operações a termo	582.138	-	582.138	-
Opções	30.656	-	30.656	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	67.383	-	67.383	-
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.018.996.035	-	8.474.880	1.010.521.155
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	49.103.377	-	-	49.103.377
Aplicações em operações compromissadas	371.618.407	-	-	371.618.407
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	8.474.880	-	8.474.880	-
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	589.799.371	-	-	589.799.371
Passivo	1.184.999.052	-	-	1.184.999.052
Depósitos de clientes	425.219.066	-	-	425.219.066
Valores a pagar a instituições financeiras	21.850.979	-	-	21.850.979
Obrigações por operações compromissadas	373.070.084	-	-	373.070.084
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	364.858.923	-	-	364.858.923

				R\$ mil
	Saldo em 31.12.2015	Distribuição por Nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço de forma recorrente				
Ativo	113.611.973	62.868.292	50.743.681	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.218.150	6.542.880	4.675.270	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.856.118	6.542.880	1.313.238	-
Títulos públicos	6.554.833	6.451.514	103.319	-
Títulos privados	1.301.285	91.366	1.209.919	-
Derivativos	3.362.032	-	3.362.032	-
Swaps	1.562.613	-	1.562.613	-
Operações a termo	1.749.951	-	1.749.951	-
Opções	-	-	-	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	49.468	-	49.468	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	102.393.823	56.325.412	46.068.411	-
Títulos públicos	56.145.925	55.254.776	891.149	-
Títulos privados	46.247.898	1.070.636	45.177.262	-
Passivo	3.627.474	-	3.627.474	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.627.474	-	3.627.474	-
Instrumentos de dívida	338.300	-	338.300	-
Derivativos	3.289.174	-	3.289.174	-
Swaps	2.354.827	-	2.354.827	-
Operações a termo	582.955	-	582.955	-
Opções	285.919	-	285.919	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	65.473	-	65.473	-
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.032.060.622	-	3.652.488	1.028.408.134
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	66.503.142	-	-	66.503.142
Aplicações em operações compromissadas	298.796.324	-	-	298.796.324
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.652.488	-	3.652.488	-
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	663.108.668	-	-	663.108.668
Passivo	1.207.429.746	-	-	1.207.429.746
Depósitos de clientes	422.714.638	-	-	422.714.638
Valores a pagar a instituições financeiras	42.824.330	-	-	42.824.330
Obrigações por operações compromissadas	331.363.070	-	-	331.363.070
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	410.527.708	-	-	410.527.708

39 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características: (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma *commodity* etc.); (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

a) Composição da carteira de derivativos para negociação por tipo de risco

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
	Valor de referência	Valor de referência
Contratos de futuros		
Compromissos de compra	12.675.733	1.600.302
Risco de taxa de juros	3.767.529	1.042.332
Risco de moedas	8.899.499	530.810
Outros riscos	8.705	27.160
Compromissos de venda	2.109.516	9.188.542
Risco de taxa de juros	1.103.821	6.205.028
Risco de moedas	872.351	2.977.888
Outros riscos	133.344	5.626

Os contratos de futuros são acordos contratuais em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender um instrumento financeiro por um preço estipulado, numa data futura. Os contratos de futuros são negociados somente em bolsas e de forma padronizada, conforme regulamentação específica. Os contratos têm seus valores ajustados diariamente a valor de mercado e são sujeitos a depósitos de margem em caixa para garantia das operações.

	R\$ mil			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de operações a termo				
Posição ativa	4.472.363	253.699	12.525.819	1.749.951
Risco de moedas	4.436.664	242.787	12.492.001	1.744.654
Outros riscos	35.699	10.912	33.818	5.297
Posição passiva	10.058.932	(582.138)	11.454.776	(582.955)
Risco de moedas	10.053.226	(581.870)	11.430.037	(575.299)
Outros riscos	5.706	(268)	24.739	(7.656)

Os contratos de operações a termo são acordos contratuais customizados em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender, em data futura, um instrumento financeiro, a um preço fixado na própria data da celebração do contrato. Os contratos a termo somente são liquidados integralmente na data de vencimento, podendo ser negociados em bolsa e no mercado de balcão.

	R\$ mil			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de opções				
Posição comprada	194.283	193.414	-	-
Risco de moedas	573	67	-	-
Outros riscos	193.710	193.347	-	-
Posição vendida	245.367	(30.656)	817.816	(285.919)
Risco de taxa de juros	160.485	(30.367)	728.082	(284.899)
Risco de moedas	74.932	(176)	11.381	(883)
Outros riscos	9.950	(113)	78.353	(137)

Os contratos de opções são acordos contratuais que oferecem o direito para o comprador da opção, mediante pagamento de um prêmio ao vendedor, de comprar ou vender um montante específico de um instrumento financeiro a um preço fixo, em uma data futura fixa ou a qualquer data dentro de um período predeterminado. O Banco compra e vende opções por meio de um mercado regulamentado.

	R\$ mil			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de swap				
Posição ativa	8.501.030	1.128.169	6.649.135	1.562.613
Risco de moedas	3.933.370	282.487	5.233.939	1.547.013
Risco de taxa de juros	4.567.660	845.682	1.392.799	15.349
Outros riscos	-	-	22.397	251
Posição passiva	10.748.833	(1.190.214)	15.978.320	(2.354.827)
Risco de moedas	7.831.015	(1.026.088)	15.550.493	(2.347.963)
Risco de taxa de juros	2.917.818	(164.126)	228.936	(5.767)
Outros riscos	-	-	198.891	(1.097)

Os contratos de swap são acordos contratuais entre duas partes para trocar fluxos de pagamentos ao longo do tempo baseado em valores de referência específicos, relacionados a variações de um índice específico do qual é derivado, tais como taxa de juros, variação cambial ou índices patrimoniais.

Os *swaps* de taxa de juros são contratos feitos pelo Banco com outras instituições financeiras em que o Banco recebe ou paga uma taxa variável de juros em troca do recebimento ou pagamento, respectivamente, de uma taxa fixa de juros.

Nos *swaps* de moedas, o Banco paga um montante específico de um tipo de moeda e recebe um montante específico de outro tipo de moeda.

	R\$ mil			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Outros contratos de derivativos				
Posição ativa	3.258.028	37.281	1.123.416	49.468
Risco de moedas	3.258.028	37.281	1.123.416	49.468
Posição passiva	2.735.958	(67.383)	2.422.956	(65.473)
Risco de moedas	2.735.958	(67.383)	2.422.956	(65.473)

Os outros contratos derivativos referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

b) Composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento

Valor de referência – posição ativa	R\$ mil					
	Vencimento em dias				31.12.2016	31.12.2015
	0-30	31-180	181-360	Após 360		
Contratos de futuros	2.667.217	9.330.290	8.601	669.625	12.675.733	1.600.302
Contratos de operações a termo	1.644.462	2.210.651	404.120	213.130	4.472.363	12.525.819
Contratos de opções	378	572	193.333	-	194.283	-
Contratos de swap	3.092.675	2.413.142	1.713.408	1.281.805	8.501.030	6.649.135
Outros contratos de derivativos	1.646.662	1.355.288	219.932	36.146	3.258.028	1.123.416

Valor de referência – posição passiva	Vencimento em dias					R\$ mil
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31.12.2016	31.12.2015
Contratos de futuros	3.345	912.755	82.642	1.110.774	2.109.516	9.188.542
Contratos de operações a termo	2.065.208	3.885.900	3.092.653	1.015.171	10.058.932	11.454.776
Contratos de opções	71.168	22.720	151.479	-	245.367	817.816
Contratos de swap	258.027	3.669.370	1.677.708	5.143.728	10.748.833	15.978.320
Outros contratos de derivativos	1.473.742	1.210.175	17.248	34.793	2.735.958	2.422.956

c) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de valor justo

As operações de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) consistem em aplicar regras específicas e opcionais de contabilidade das operações de *hedge* financeiro que permitem eliminar ou reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro obrigatório dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio do resultado. O principal objetivo da implementação de uma contabilidade de *hedge* consiste em registrar os ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos nos mesmos períodos contábeis em que os itens objeto de *hedge* afetam o resultado contábil da entidade, de forma a reduzir a volatilidade do resultado contábil criada pelo registro dos derivativos ao valor justo.

Como parte do seu processo de gerenciamento de ativos e passivos, o Banco utiliza derivativos com o propósito de proteção, para reduzir sua exposição aos riscos de crédito e mercado. O Banco optou por utilizar o *hedge* de valor justo com o objetivo de se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. O Banco do Brasil utiliza como instrumento de *hedge* um *swap* (*Cross Currency Interest Rate Swap*) com o objetivo de proteger uma captação externa contra oscilações de taxa de juros e de variação cambial, enquanto o BB Investimentos utiliza contrato de opções para compensar os riscos decorrentes das variações de mercado de ações. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na IAS 39, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Instrumentos de <i>hedge</i> de valor justo		
Ativo	555.105	338.068
Swap	361.772	338.068
Opções	193.333	-
Itens objeto de <i>hedge</i> de valor justo		
Ativo	197.585	-
Ativo financeiro disponível para venda	197.585	-
Passivo	364.455	338.300
Outros passivos	364.455	338.300

Para os exercícios de 2016, 2015 e 2014, foram reconhecidos ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objetos de *hedge*.

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	(1.090)	(155.010)	(8.416)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	1.252	153.943	8.282
Efeito líquido	162	(1.067)	(134)
Ganhos dos itens objeto de <i>hedge</i>	279.165	-	5.143
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(277.290)	-	(5.986)
Efeito líquido	1.875	-	(843)

40 – GARANTIAS FINANCEIRAS E OUTROS COMPROMISSOS

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Créditos contratados a liberar	118.745.942	144.106.823
Garantias prestadas	6.445.216	9.730.748
Créditos abertos para importação	229.143	1.239.989
Créditos de exportação confirmados	218.348	3.498.059

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar de empréstimos a clientes e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Em atendimento à IAS 37, para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas em 31.12.2016 no valor de R\$ 442.301 mil (R\$ 541.313 mil em 31.12.2015).

41 – CAPITAL REGULATÓRIO E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Bacen divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco definiu como parte dessa estrutura as Diretorias de Gestão de Riscos, de Contadoria, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela gestão de capital junto ao Bacen.

O Banco possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco, acesse o website bb.com.br/ri.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital principal (deduzido de ajustes prudenciais) e Capital complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal e introdução do Adicional de Capital principal.

A partir de janeiro de 2016, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 60%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido, líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras (não consolidadas) e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Bacen a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio de Referência (PR)	130.453.208	135.551.196
Nível I	90.283.551	95.713.963
Capital principal (CP)	67.718.439	68.677.378
Patrimônio líquido	76.702.977	71.314.421
Instrumentos elegíveis a capital principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(17.084.538)	(10.737.043)
Capital complementar	22.565.112	27.036.585
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	17.840.287	21.375.495
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	4.724.825	5.661.090
Nível II	40.169.657	39.837.233
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	40.181.808	39.839.840
Dívidas subordinadas autorizadas em cfe. com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 – letras financeiras	5.466.093	5.786.606
Dívidas subordinadas autorizadas segundo as normas anteriores à Res. CMN n.º 4.192/2013	34.715.715	34.053.234
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	25.237.153	22.994.912
Recursos captados com letras financeiras e CDB ⁽³⁾	9.478.562	11.058.322
Dedução do Nível II	(12.151)	(2.607)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(12.151)	(2.607)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	705.851.280	840.508.940
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	643.214.021	785.773.084
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	18.844.349	18.346.766
Risco operacional (RWA _{OPAD})	43.792.910	36.389.090
Patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	69.702.814	92.455.983
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido (PR-PRMR)	60.750.394	43.095.213
Índice de capital Nível I (Nível I / RWA)	12,79%	11,39%
Índice de capital principal (CP / RWA)	9,59%	8,17%
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,48%	16,13%

(1) Em 31.12.2016, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Bacen, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Em 31.12.2016, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 60%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Índice de imobilização e capital excedente

	31.12.2016	31.12.2015
Índice de imobilização	15,52%	16,70%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização (R\$ mil)	44.979.050	45.135.725

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

42 – GESTÃO DE RISCOS

a) Governança dos riscos

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

O modelo de governança de riscos adotado pelo Banco envolve estrutura de comitê e subcomitês, com a participação de diversas áreas da Instituição, abrangendo os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio versus risco;
- (ii) estrutura específica para avaliação/gestão de risco;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil.

A governança de risco do Banco do Brasil, abrangendo o Banco Múltiplo e suas subsidiárias integrais, é centralizada no Comitê Superior de Risco Global (CSRG), composto por membros do Conselho Diretor, tendo por finalidade principal estabelecer as estratégias para gestão de riscos, limites globais de exposição a riscos e níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos.

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), vinculada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (VICRI), responde pelo gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito proporcionando sinergia de processos e especialização, contribuindo para uma melhor alocação de capital e aderência ao Novo Acordo de Basileia.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de resoluções que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a aplicação em todos os níveis do Banco.

Os riscos tratados no Pilar II demonstram a necessidade do Banco em manter volume de capital adequado a todos os riscos envolvidos no negócio. O Banco instituiu conceitos, categorias e atividades de gestão para os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental, em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN 3.988/11 e da Circular Bacen 3.547/11.

Adicionalmente, o BB atribuiu a responsabilidade pela gestão dos riscos do Pilar II à Diretoria de Gestão de Riscos, em conjunto com a Diretoria de Estratégia e Organização, no caso dos riscos de estratégia e de reputação, e com a Unidade Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável (UNS), para o risco socioambiental.

O Comitê de Administração (CA), em conjunto com o CSRG e o Comitê Executivo de Risco Operacional (CERO), foram definidos como a estrutura de governança para deliberar os assuntos relacionados a esses riscos.

O risco de taxa de juros do *banking book* segue a governança estabelecida para risco de mercado e o risco de concentração e o risco de crédito da contraparte seguem a governança estabelecida para o risco de crédito.

Visando conferir agilidade ao processo de gestão, foram criados os Comitê Executivo de Riscos de Crédito (CERC), Comitê Executivo de Risco de Mercado e de Liquidez (CERML) e o Comitê Executivo de Risco Operacional (CERO), que decidem e/ou instrumentalizam o CSRG, tendo poder decisório por delegação.

Dentre as competências do CERC, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos de gestão de risco de crédito, observadas as estratégias aprovadas no CSRG;
- (ii) decidir sobre a implementação de ações que viabilizem o gerenciamento da carteira de crédito;
- (iii) estabelecer indicadores de apuração do risco da carteira de crédito e respectivas metas, planos de contingência afetos à gestão do risco de crédito, entre outros; e
- (iv) encaminhar ao CSRG propostas sobre os assuntos relacionados a risco de crédito.

Dentre as competências do CERML, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos para gestão de risco de mercado e de liquidez, observadas as estratégias aprovadas no CSRG;
- (ii) definir limites específicos de exposição a risco de mercado;
- (iii) analisar e propor ao CSRG os limites globais de exposição a risco de mercado;
- (iv) analisar e propor ao CSRG a alocação de capital para cobertura do risco de mercado;
- (v) propor ao CSRG a reserva mínima e os limites globais de risco de liquidez;
- (vi) propor ao CSRG os planos de contingência de liquidez; e

- (vii) avaliar os resultados de backtesting e adotar, quando necessário, as medidas corretivas nos modelos de gestão de riscos de mercado e de liquidez.

Dentre as competências do CERO, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos de gestão de risco operacional, observadas as estratégias aprovadas no CSRG;
- (ii) decidir sobre o estabelecimento de indicadores chave de risco e das faixas de tolerância, alerta e crítica para os respectivos indicadores;
- (iii) aprovar limites específicos de exposição ao risco operacional;
- (iv) aprovar planos de contingência afetos à gestão do risco operacional;
- (v) definir ações de mitigação para perdas e indicadores chave de risco situados nas faixas críticas;
- (vi) acompanhar e avaliar as medidas implementadas para gerenciamento do risco operacional associado aos serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular do Banco; e
- (vii) propor limites globais de exposição ao risco operacional.

Os comitês executivos reúnem-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do coordenador ou mediante solicitação de qualquer de seus componentes, para assuntos que exijam urgência na decisão, observado o quórum de instalação e a conveniência administrativa.

Quanto aos mecanismos de reporte dos níveis de exposição aos riscos à alta administração, destaca-se o painel de riscos, elaborado e reportado mensalmente aos subcomitês de riscos e ao CSRG.

b) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

- (i) planejamento: fase de coleta, análise dos dados e elaboração de propostas;
- (ii) decisão: as propostas são apreciadas e deliberadas de forma colegiada, nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes;
- (iii) execução: as áreas intervenientes implementam as decisões tomadas; e
- (iv) acompanhamento: verificação sobre o cumprimento das deliberações e reporte aos subcomitês/CSRG.

c) Risco de mercado

Risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Políticas

As políticas de riscos de mercado e de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de risco de mercado do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos de mercado, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como política de *hedge*, abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado do Banco do Brasil, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de suas posições próprias.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão dos riscos de mercado, são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada para todo o Conglomerado, garantida a efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações locais, no caso de dependências no exterior.

Sistemas de mensuração de riscos e processos de comunicação e informação

O processo de mensuração dos riscos de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo Riskwatch, desenvolvido pela empresa canadense Algorithmics. A infraestrutura de tecnologia da informação vinculada a este processo encontra-se instalada em ambientes localizados em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ).

O aplicativo Riskwatch tem como principais objetivos:

consolidar informações gerenciais do Conglomerado, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de mercado, risco de liquidez e para gestão de ativos e passivos; e
fornecer medidas do risco de mercado e do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e indexador), bem como da gestão de ativos e passivos.

Dentre as funções do aplicativo Riskwatch, destacam-se:

- (i) calcular indicadores de risco de mercado, tais como VaR (paramétrico e não-paramétrico), duration, yield etc.;
- (ii) construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, marcados a mercado ou nominais;
- (iii) apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;
- (iv) calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse; e
- (v) construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em carteira de negociação e carteira de não negociação. Por meio de resolução emitida pelo CSRG, estipula-se a política para classificação de operações na carteira de negociação. Esse documento define que no âmbito do Banco do Brasil, suas subsidiárias e controladas, as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas condições normais de mercado, e não sejam inegociáveis, são classificadas na carteira de negociação.

De forma excludente, as operações de posições próprias não classificadas na carteira de negociação são consideradas como componentes da carteira de não negociação. As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado não são passíveis de classificação na carteira de negociação.

Para o processo de gestão dos riscos de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o CSRG estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites globais: aplicados às carteiras de negociação e de não negociação, ao conjunto de operações sujeitas à exigência de capital e ao conjunto de operações sujeitas ao risco de taxas de juros da carteira de não negociação (Parcela RBan) e aprovados pelo CSRG. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR, estresse e volume financeiro.

Limites específicos: aplicados aos grupos e livros gerenciais das carteiras de negociação e de não negociação ou a ambas as carteiras, aos fatores de riscos de mercado das operações sujeitas à exigência de capital e aos fatores de riscos de mercado sensíveis ao risco de taxa de juros na carteira de não negociação (fatores de risco da Parcela RBan) e aprovados pelo SRML. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR e estresse.

Limites operacionais: aplicados às operações que compõem os grupos e livros gerenciais, possibilitando a evidenciação do efetivo nível de risco das exposições assumidas e tendo como objetivo garantir o cumprimento das estratégias e dos limites globais e específicos estabelecidos. São definidos e aprovados pela Diris, apresentando como principais métricas VaR e bandas operacionais de exposição a riscos de mercado.

A Diris reporta diariamente aos gestores dos grupos e livros das carteiras de negociação e não negociação o consumo dos limites específicos e operacionais. Mensalmente, reporta aos comitês estratégicos o consumo dos limites globais, por meio do relatório de gestão de riscos de mercado.

Em caso de extrapolação de limites, a Diris, responsável pelo controle e acompanhamento da carteira, emite documento denominado “Ficha de Extrapolação de Limites”. Os gestores de grupos e livros devem apresentar suas justificativas para a extrapolação e especificar o prazo para sua regularização. Por sua vez, o nível hierárquico detentor da alçada para conduzir o caso deve emitir parecer sobre a manifestação do gestor. Cabe à equipe responsável pelo monitoramento do limite acompanhar as ações de enquadramento.

A comunicação dos riscos incorridos pelo Banco para a Alta Administração ocorre nas reuniões ordinárias mensais dos Comitês e Subcomitês Estratégicos de Riscos.

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- (i) Análise de sensibilidade;
- (ii) Valor em Risco (VaR); e
- (iii) Teste de Estresse.

(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos para negociação, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, e mantidos até o vencimento – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados dois cenários eventuais, nos quais a taxa básica de juros sofreria choques paralelos, um aumento ou uma redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual).

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

		R\$ mil			
Fatores de risco	Exposição	31.12.2016		31.12.2015	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	10.361	(11.711)	131	(173)
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	2	(2)	(8)	8
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(6.456)	7.317	(678)	697
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(5.172)	5.231	(4.996)	5.022
Total		(1.265)	835	(5.551)	5.554

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e não negociação

		R\$ mil			
Fatores de risco	Exposição	31.12.2016		31.12.2015	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(3.828.732)	3.979.738	(3.482.797)	3.601.350
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	1.969.250	(1.995.390)	1.243.547	(1.257.376)
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(777.325)	824.566	(856.321)	914.572
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	2.405.793	(2.670.098)	1.638.621	(1.728.022)
Total		(231.014)	138.816	(1.456.950)	1.530.524

(ii) Valor em Risco (VaR)

O VaR é uma métrica utilizada para estimar a perda máxima potencial, sob condições rotineiras de mercado, apresentada diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Metodologia

Para mensuração do VaR, o Banco do Brasil adota a técnica de simulação histórica e os seguintes parâmetros: (i) 99% de intervalo de confiança uni caudal; (ii) 252 cenários retrospectivos de fatores de choques diários; e (iii) horizonte temporal de 10 dias úteis.

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível "estado do mercado" sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. (Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial)); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. (Exemplo: real *versus* dólar, real *versus* euro, real *versus* iene); (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. (Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALE5 (Vale-PNA)); e (iv) preços de mercadorias (*commodities*): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado (Exemplo: boi gordo, soja, milho).

Processo de backtesting

O objetivo do *backtesting*, executado mensalmente, é avaliar a acurácia do modelo de risco de mercado. Esta avaliação está segregada dos processos de desenvolvimento e de utilização da métrica de VaR.

A metodologia utilizada pelo Banco consiste em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico), bem como se ocorreram de forma independente ao longo do tempo.

De forma complementar, visando oferecer um comparativo entre modelos, realiza-se a avaliação de magnitude de valores extremos e, ainda, o ordenamento dos modelos de VaR.

O *backtesting* é realizado com periodicidade mensal, comparando-se as variações negativas ocorridas nas posições (perdas) com as estimativas do valor em risco (VaR).

Os modelos de *backtesting* utilizam métodos estatísticos de avaliação baseados em testes de hipóteses (Kupiec, Christoffersen e de Basileia), com nível de significância de 99%.

Todos os métodos consistem em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo modelo de VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo de *backtesting*, que preveem faixas de aceitação que dependem do tamanho da série.

Nos testes de Kupiec e Christoffersen, existe um limite inferior e um limite superior da faixa, rejeitando eventos quando estes estiverem fora da faixa e não rejeitando caso estejam dentro da faixa. O teste de Christoffersen também verifica se as extrapolações ocorreram de forma independente ao longo do tempo, situação de não rejeição.

Para o teste de Basileia (Traffic Lights), há uma faixa verde, abaixo de um número definido de extrapolações, em que o modelo está acurado; uma faixa amarela, entre dois valores de limite que coloca o modelo sob observação e uma faixa vermelha, acima de um número definido de extrapolações, em que o modelo é considerado não acurado.

A tabela abaixo relaciona as três vezes e os percentuais relacionados de extrapolação em relação ao VaR, de setembro de 2015 a dezembro de 2016. Em 2016, não houve extrapolações em relação ao VaR.

Data	% em comparação ao VaR
24/09/2015	243,69%
16/12/2015	105,35%
31/12/2015	120,78%

O modelo de VaR se mostrou consistente, dado que os testes realizados indicaram que os resultados adversos (quantidade de extrapolações) ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos testes estatísticos e pelo nível de confiança (99%).

Não existiram posições ou instrumentos financeiros que não foram considerados no cálculo do VaR para os períodos apresentados.

(iii) Teste de estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições ao risco de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam simular o tamanho dos impactos nos requerimentos de capital regulatório e econômico de eventos plausíveis, improváveis de ocorrer.

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição;
- (ii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iii) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência da Instituição;
- (iv) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (v) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

Para exigência de capital, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) testes retrospectivos – carteira de negociação;
- (ii) testes prospectivos – carteira de negociação; e
- (iii) testes de análise de sensibilidade.

Teste retrospectivo – carteira de negociação

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado ou de maiores perdas da Instituição, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
- (ii) extensão da série histórica: de 1º de abril de 2000 até a data-base;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

O controle, o monitoramento e o acompanhamento diário dos limites de estresse para a carteira de negociação do Banco do Brasil e para os seus grupos e livros são realizados com base nas métricas do teste retrospectivo de estresse.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da Instituição. Seguem os resultados dos testes retrospectivos de estresse da carteira de negociação de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2016	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	734.630	(1.129.624)
Moedas estrangeiras	3.497.356	(3.901.764)
Commodities	1.432	(8.654)
Total	4.233.418	

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2015	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	536.706	(303.919)
Moedas estrangeiras	(1.814.728)	(2.999.526)
Commodities	1.742	(90.624)
Total	(1.276.280)	

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2016	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	734.630	2.047.853
Moedas estrangeiras	3.497.356	16.726.436
Commodities	1.432	9.497
Total	4.233.418	

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2015	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	536.706	354.950
Moedas estrangeiras	(1.814.728)	2.228.553
Commodities	1.742	626
Total	(1.276.280)	

Informamos que as premissas assumidas para os testes retrospectivos foram:

Para a pior perda, base 31.12.2016, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 05.11.2002 para instrumentos com vencimento entre 370 e 739 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de 1,72% na data de 04.01.2000;
- (iii) variação na cotação da Libra (GBP) na ordem de -0,16% na data de 01.08.2002;
- (iv) variação na cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de -28,93% na data de 13.02.2002.

Para o maior ganho, base 31.12.2016, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 16.10.2002 para instrumentos com vencimento entre 731 e 1832 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Euro (EUR) na ordem de 0,52% na data de 04.01.2000;
- (iii) variação na cotação da Libra (GBP) na ordem de -0,02% na data de 04.01.2000.

Para a pior perda, base 31.12.2015, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 05.11.2002 para instrumentos com vencimento entre 731 e 1832 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de 7,58% na data de 06.10.2008.

Para o maior ganho, base 31.12.2015, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 16.10.2002 para instrumentos com vencimento entre 731 e 1832 dias úteis;
- (ii) variação na cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de 15,67% na data de 22.03.2002; e
- (iii) variação na cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de -8,12% na data de 01.08.2002.

Explicamos que a coluna “exposição líquida” é o resultado líquido das exposições ativas e passivas em valor presente, consideradas no cálculo da exigência de capital de risco de mercado, apresentado nas tabelas abaixo por fator de risco:

Detalhamento das exposições líquidas para o teste de estresse retrospectivo

Fator de risco	R\$ mil	
	Exposição líquida	
	31.12.2016	31.12.2015
Moeda estrangeira	2.387.393	(1.814.728)
CHF	70.739	146.783
CAD	1.842	(2.126)
EUR	586.306	568.675
GBP	1.712.055	77.828
JPY	61.214	46.434
USD	(292.687)	(3.940.065)
Outras moedas	247.924	1.287.743
Commodities	1.432	1.742
Opções de commodities	1.432	-
Café	-	212
Milho	-	1.386
Soja	-	144
Taxas de juros	734.631	536.706
Prefixado	193.777	134.821
Cupom de índices de preço	112.746	31.257
Cupom de moeda estrangeira	428.108	370.628
Total	3.123.456	(1.276.280)

Dentre os instrumentos que formam os valores das exposições líquidas acima, estão: títulos emitidos pelo governo brasileiro, títulos emitidos por empresas privadas e instrumentos financeiros derivativos. Os testes de estresse são aplicados para todos os instrumentos da carteira de negociação, conforme exigido pelo Banco Central do Brasil. Portanto, todos os instrumentos sensíveis ao risco de mercado incluídos em nossa carteira de negociação estão dentro do escopo do teste de estresse para risco de mercado. Os instrumentos sensíveis ao risco de mercado incluídos na carteira de não-negociação não estão dentro do escopo dos testes de estresse, embora estejam sujeitos a análises de sensibilidade e medidas de Valor em Risco.

As piores perdas e os maiores ganhos calculados por metodologia retrospectiva referem-se a perdas e ganhos calculados por simulações históricas. Neste tipo de metodologia, obtemos os resultados para cada fator de risco (posições curtas ou longas) de acordo com as mudanças históricas positivas ou negativas nas curvas corporativas utilizadas para testes de estresse.

Conseqüentemente, no pior cenário de perdas, calculamos as piores perdas obtidas com a simulação histórica para cada fator de risco, independentemente de sua exposição líquida curta ou longa, e de forma semelhante para os maiores ganhos. Há o impacto de um período de retenção de 21 dias sobre os resultados no cenário de estresse, que representa a multiplicação do ganho ou perda diária por raiz quadrada de 21, conforme definido por nossa alta administração. As tabelas abaixo mostram os ganhos e perdas por fator de risco, computados por simulação histórica com dados de 1º de janeiro de 2000 e observando o período de manutenção de 21 dias.

Detalhamento das perdas e ganhos para o teste de estresse retrospectivo

Fator de risco	R\$ mil			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Perda	Ganho	Perda	Ganho
Moeda estrangeira	(3.901.763)	16.726.435	(2.999.526)	2.228.553
CHF	(29.136)	328.358	(60.457)	102.491
CAD	(726)	8.556	(620)	838
EUR	(200.827)	2.747.188	(194.788)	160.797
GBP	(648.831)	7.979.227	(29.495)	22.571
JPY	(24.226)	282.364	(18.377)	23.766
USD	(1.364.353)	108.952	(1.368.521)	1.466.676
Outras moedas	(1.633.664)	5.271.790	(1.327.268)	451.413
Commodities	(8.654)	9.497	(90.624)	626
Boi gordo	(8.654)	9.497	-	-
Café	-	-	(1.123)	121
Milho	-	-	(35.199)	477
Soja	-	-	(54.302)	29
Taxas de juros	(1.129.625)	2.047.853	(303.919)	354.950
Prefixado	(890.457)	1.696.742	(219.020)	256.075
Cupom de índices de preço	(114.546)	220.713	(12.083)	13.713
Cupom de moeda estrangeira	(124.622)	130.398	(72.816)	85.162
Total	(5.037.042)	18.783.785	(3.394.069)	2.584.129

A partir da análise da tabela anterior, conclui-se que o cálculo de ganhos e perdas em condições de estresse, obtido através da simulação histórica de exposições curtas e longas que compõem a exposição líquida, pode gerar valores superiores à exposição líquida real.

Teste prospectivo – carteira de negociação

O método de teste de estresse prospectivo estima a variação percentual no valor de mercado resultante de exposições a fatores de risco subjacentes aos requisitos de capital, aplicando choques correspondentes a fatores de risco de mercado. Esses choques são estimados com base em cenários de estresse gerados por nossos departamentos de estratégia e organização e finanças usando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: maiores perdas e maiores ganhos estimados para os retornos da carteira de negociação no período;
- (ii) extensão da série: prospecção para 21 dias úteis;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

Os testes prospectivos de estresse buscam simular adversidades com base nas características de nosso portfólio e no ambiente macroeconômico, em condições severas e plausíveis. Existem dois cenários macroeconômicos que consideram os seguintes pressupostos:

- Cenário 1: "Aterrissagem Forte" da economia chinesa e Deterioração Fiscal Brasileira; e
- Cenário 2: "Aterrissagem Forte" da economia chinesa e aumentos da taxa de juros na economia dos EUA.

Apresentamos abaixo os resultados dos testes de estresse prospectivos de nossa carteira de negociação de acordo com nosso programa de teste de estresse de risco de mercado.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2016, utilizamos as hipóteses do Cenário 1 em nossas estimativas dos resultados em nossa carteira de negociação usando o teste de estresse prospectivo para taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações por um período de 21 dias:

- (i) taxa de juros média anual de 13,00%;
- (ii) taxa de câmbio (real / dólar) de R\$ 3,26; e

- (iii) uma variação negativa de 10,18% do índice Commodity Research Bureau, ou CRB, para os preços das commodities.

Cenário 1 – estimativas do teste de estresse prospectivo

Fator de risco	31.12.2016	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	734.630	39.792
Moedas estrangeiras	3.497.356	3.980.419
Commodities	1.432	3.789
Total	4.233.418	4.016.430

Utilizamos as hipóteses do Cenário 2 em relação à nossa estimativa dos resultados do teste de estresse prospectivo para nossa carteira de negociação, que se baseia na percepção de nossa alta administração sobre o comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, commodities e ações por um período de 21 dias:

- (i) taxa média anual de juros de 22,61%;
- (ii) taxa de câmbio (real / dólar) de R\$ 3,26; e
- (iii) uma variação negativa de 7,07% do CRB para os preços das commodities.

Cenário 2 – estimativas do teste de estresse prospectivo

Fator de risco	31.12.2016	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	734.630	276.687
Moedas estrangeiras	3.497.356	4.763.513
Commodities	1.432	(1.815)
Total	4.233.418	5.038.385

Para o período findo em 31 de dezembro de 2015, utilizamos as hipóteses do Cenário 1 em nossas estimativas dos resultados em nossa carteira de negociação usando o teste de estresse prospectivo para taxas de juros, moedas estrangeiras, commodities e ações por um período de 21 dias:

- (i) taxa de juros média anual de 13,41%;
- (ii) taxa de câmbio (real / dólar) de R\$ 2,62; e
- (iii) uma variação positiva de 6,64% do CRB para os preços das commodities.

Cenário 1 – estimativas do teste de estresse prospectivo

Fator de risco	31.12.2015	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	536.706	21.991
Moedas estrangeiras	(1.814.728)	(3.000.349)
Commodities	1.742	21.701
Total	(1.276.280)	

Utilizamos as hipóteses do Cenário 2 em relação à nossa estimativa dos resultados do teste de estresse prospectivo para nossa carteira de negociação, que se baseia na percepção de nossa alta administração sobre o comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, commodities e ações por um período de 21 dias:

- (i) taxa média anual de juros de 25,15%;
- (ii) taxa de câmbio (real / dólar) de R\$ 4,67; e
- (iii) uma variação negativa de 2,06% do CRB para os preços das commodities.

Cenário 2 – estimativas do teste de estresse prospectivo

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2015	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	536.706	(2.744)
Moedas estrangeiras	(1.814.728)	1.891.283
Commodities	1.742	2.004
Total	(1.276.280)	

A diferença entre os resultados dos testes retrospectivos e prospectivos pode ser explicada pelo fato de que a metodologia prospectiva utiliza cenários específicos de aumento ou diminuição de preços, taxas de juros e índices e pode apresentar ganhos ou perdas devido à exposição líquida de cada fator de risco. O resultado total do teste prospectivo é obtido adicionando os resultados individuais de cada fator de risco. A metodologia retrospectiva calcula as piores perdas e maiores ganhos para cada fator de risco com base em cenários de mudanças históricas nas curvas corporativas.

Como resultado, a metodologia prospectiva com cenários de diminuição de índices pode apresentar ganhos ou perdas, o mesmo ocorrendo com cenários de aumento. Na metodologia retrospectiva, a métrica das piores perdas só apresenta perda, e a métrica de maiores ganhos só apresenta ganhos.

Em nossa gestão de risco de mercado, utilizamos a metodologia retrospectiva, pois apresenta a pior perda nos cenários apresentados. Em nossa política de gestão de capital, estabelecemos uma margem de dois pontos percentuais acima do índice regulatório de Basileia, a fim de suportar os requisitos de capital dos riscos do Pilar II, incluindo esses resultados de testes de estresse. Historicamente, essa margem provou ser suficiente para suportar os cenários de perda de teste de estresse. Portanto, não há alocação de capital adicional, mas avaliamos continuamente a adequação dos riscos do Pilar II nesta margem prudencial. Para obter mais informações sobre nossas diretrizes e requisitos de adequação de capital, consulte "Item 4.B. Visão Geral do Negócio - Regulamentação do Setor Bancário Brasileiro - Basileia III" e "Item 5.B. Liquidez e Recursos de Capital - Informações de Adequação de Capital".

Exposição cambial e exposição ao ouro

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Banco.

A exposição cambial líquida, para 31.12.2016, é passiva no valor de US\$ 1.079,7 milhões e, para o período de 31.12.2015, é passiva no valor de US\$ 3.085,8 milhões.

Balanço em moedas estrangeiras e ouro

Moeda	R\$ mil			
	Contas patrimoniais			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólar dos EUA	155.727.488	170.409.956	206.973.880	216.002.543
Euro	9.139.130	9.317.632	14.872.862	16.925.445
Libra Esterlina	541.656	702.275	322.200	951.920
Iene	2.487.405	2.477.277	3.147.873	3.973.657
Franco Suíço	19.392	893.936	7.733	1.045.193
Dólar Canadense	3.579	84.270	8.873	10.713
Ouro	8.288	-	7.577	-
Demais moedas	11.884.142	10.603.103	18.117.114	17.182.756
Total	179.811.080	194.488.449	243.458.112	256.092.227
Posição líquida – contas patrimoniais		(14.677.369)		(12.634.115)

Moeda	Derivativos			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Dólar dos EUA	62.039.857	53.352.724	22.344.125	24.916.581
Euro	3.581.362	3.811.838	4.117.342	2.925.863
Libra Esterlina	2.464.426	581.345	374.459	509.361
Iene	771.135	1.049.180	908.904	343.857
Franco Suíço	945.421	-	1.185.283	234
Dólar Canadense	100.237	17.704	-	282
Demais moedas	73.256	4.468	357.038	6.294
Total	69.975.694	58.817.259	29.287.151	28.702.472
Posição líquida – derivativos	11.158.435		584.679	

Moeda	31.12.2016		31.12.2015	
	Posição líquida		Posição líquida	
Dólar dos EUA	(5.995.335)		(11.601.119)	
Euro	(408.978)		(861.104)	
Libra Esterlina	1.722.462		(764.621)	
Iene	(267.917)		(260.736)	
Franco Suíço	70.877		147.589	
Dólar Canadense	1.842		(2.122)	
Ouro	8.288		7.577	
Demais moedas	1.349.827		1.285.102	
Posição líquida total	(3.518.934)		(12.049.434)	

Resumo	R\$ mil			
	31.12.2016		31.12.2015	
Totais – contas patrimoniais e derivativos	249.786.774	253.305.708	272.745.264	284.794.698
Posição líquida total	(3.518.934)		(12.049.435)	
Posição líquida total – em US\$	(1.079.726)		(3.085.801)	

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que o Banco não será capaz de cumprir seus compromissos financeiros à medida que amadurecem, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Para fins de gestão de risco, a liquidez é mensurada em valores monetários de acordo com a composição dos ativos e passivos estabelecidos pelo gerente de liquidez.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. A primeira é a possibilidade de perda resultante da incapacidade de realizar uma transação em um prazo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de uma escassez de fundos para honrar os compromissos assumidos em razão do descompasso entre pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

O Banco do Brasil utiliza os seguintes indicadores como limites de risco de liquidez: (i) reserva de liquidez (RL); (ii) colchão de liquidez; (iii) indicador de disponibilidade de recursos livres (DRL); e índice de cobertura de liquidez (LCR).

A RL é a métrica utilizada na gestão do risco de liquidez a curto prazo, constituindo o nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantida pelo Banco, consistente com a exposição ao risco decorrente das características de seu balanço patrimonial e transações off-balance e condições de mercado. Esta metodologia é utilizada diariamente como parâmetro para a identificação de situações de contingência e consequente ativação do plano de contingência de liquidez.

A Colchão de liquidez é o limite do nível prudencial de liquidez adotado no controle diário do risco de liquidez do Banco.

O DRL é usado no planejamento e execução do orçamento anual. Visa garantir um equilíbrio entre o financiamento e o investimento de recursos na carteira de crédito e garantir o financiamento da liquidez em moeda local com recursos estáveis. Um limite mínimo de DRL é definido anualmente pelo CSRG e é monitorado mensalmente.

O plano de contingência de liquidez estabelece um conjunto de procedimentos para identificar, gerenciar e relatar situações de contingência de liquidez, permitindo a ativação de ações de contingência de liquidez para proteger a capacidade de pagamento da instituição.

Como controle adicional, a capacidade de geração de liquidez através das medidas de contingência de liquidez, previstas no plano de contingência, é testada mensalmente através do teste de estresse de liquidez do potencial de medidas de liquidez de contingência, tendo em conta os efeitos de diferentes cenários sobre a liquidez da Instituição e sua capacidade de geração de recursos líquidos.

O Índice de cobertura de liquidez será discutido ao longo desta Nota.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez da Instituição. Enquanto o limite de reserva de liquidez permite o controle do risco decorrente do fluxo de caixa diário, o DRL monitora a visão de médio e longo prazo da situação financeira da empresa, assegurando a geração de recursos estáveis para o financiamento da liquidez operacional.

O controle destes limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez a curto, médio e longo prazo da Instituição, assegurou uma situação de liquidez favorável ao longo do período, evitando a ativação do plano de contingência de liquidez ou a implementação de ações de emergência no planejamento orçamentário para atender às preocupações de adequação estrutural de liquidez.

Índice de cobertura de liquidez (LCR)

O Índice de cobertura de liquidez (LCR) é um requisito para bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões, de acordo com a Resolução CMN nº 4.401. O cálculo da LCR segue um modelo padronizado de cenário de estresse estabelecido pelo Banco Central do Brasil (Bacen), através da Circular nº 3.749, alinhada às diretrizes internacionais e visa garantir a existência de ativos líquidos de alta qualidade suficientes para suportar um estresse financeiro com prazo de 30 dias.

Dessa forma, o LCR é a relação entre os ativos líquidos de alta qualidade disponíveis (HQLA) e o total de saídas líquidas previstas para os próximos 30 dias, conforme a seguir apresentado:

$$\frac{\text{High Quality Assets (HQLA)}}{\text{Net Cash Outflows}}$$

Where: Cash Outflows (-) Cash Inflows * = Net Cash Outflows

* Limited to 75% of cash outflows

O LCR é informado mensalmente ao Bacen desde outubro de 2015. Em 2016, o requisito mínimo para LCR é de 70%, atingindo 100% em janeiro de 2019. A tabela a seguir apresenta o cálculo do indicador, no 4º trimestre/2016:

Itens	R\$ mil
	Valor ponderado ⁽¹⁾
Ativos líquidos de alta qualidade ⁽²⁾	116.772.055
Total de saídas líquidas de caixa	33.315.768
LCR (%)	350,5%

(1) Valor após a aplicação dos fatores de ponderação e limites estabelecidos pela Circular Bacen 3.749.

(2) Total de ativos que permanecem líquidos durante períodos de estresse e podem ser facilmente convertidos em caixa com baixo risco.

Gerenciamento das captações

A composição do financiamento e uma ampla e diversificada base de clientes constituem um importante elemento da gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil. Os principais financiamentos são representados por depósitos de clientes compostos por depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo voluntários, caracterizados por produtos sem prazo definido com datas de vencimento definidas por modelos internos adotados para fins de gestão de risco de mercado e de liquidez.

Outras fontes de financiamento representativas são: depósitos judiciais, que também são caracterizados por alta estabilidade e maturidade indefinida; o financiamento obtido em mercado externo destinado ao financiamento das exportações e importações; e outros fundos de varejo representados por outros fundos de demanda, tais como cobrança, ordem de pagamento, pagamentos e recepções por conta de terceiros. As cartas de crédito do agronegócio emitidas, que têm liquidez diária para o investidor após um período de carência de 90 dias, também são um componente significativo de outros fundos de varejo.

Os financiamentos em regime de recompra, que são respaldados por títulos e operações de captação com o Tesouro Nacional, são mantidos para a gestão de curto prazo da liquidez operacional e para a implementação de estratégias de financiamento de mercado de capitais no médio e longo prazo.

Para apresentar o perfil de vencimentos de acordo com os critérios da IFRS 7, os vencimentos e depósitos sem prazo definido - depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo com liquidez diária e depósitos judiciais - terão seus vencimentos alocados na Coluna "Até 1 mês". Os demais financiamentos são apresentados pelo fluxo futuro em suas respectivas faixas de vencimento.

A redução observada de aproximadamente R\$ 60,8 bilhões sobre o volume total de financiamentos entre dezembro/2016 e dezembro/2015 deve-se principalmente, à diminuição da captação no mercado externo e de tesouraria.

Composição das captações

Passivo	31.12.2016						R\$ mil
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part%
Depósitos a prazo fixo	1.356.279	424.681	500.027	11.057.811	-	13.338.798	1,1%
Captação de tesouraria	4.048.972	3.289.534	1.964.114	39.265.065	3.503.496	52.071.181	4,3%
Depósitos judiciais	122.150.871	-	-	-	-	122.150.871	10,1%
Captação no mercado externo	3.525.204	9.595.369	7.583.979	35.148.976	90.277.063	146.130.591	12,0%
Outras captações comerciais	11.938.434	1.781	-	-	-	11.940.215	1,0%
Depósitos Comerciais SMD	246.816.961	-	-	-	-	246.816.961	20,3%
Outras Captações Comerciais SMD	142.038.955	-	-	-	-	142.038.955	11,7%
Fundos e repasses	4.373.827	8.669.376	10.054.155	52.606.008	52.630.388	128.333.754	10,6%
Operações compromissadas	329.530.252	13.096.821	3.314.646	5.257.081	-	351.198.800	28,9%
Total	865.779.755	35.077.562	23.416.921	143.334.941	146.410.947	1.214.020.126	100,0%

Passivo	31.12.2015						R\$ mil
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part%
Depósitos a prazo fixo	983.168	317.537	816.797	8.442.798	-	10.560.300	0,8%
Captação de tesouraria	3.124.820	4.809.782	855.897	38.990.466	17.593.879	65.374.844	5,1%
Depósitos judiciais	113.382.218	-	-	-	-	113.382.218	8,9%
Captação no mercado externo	6.089.493	12.595.317	8.136.792	53.182.578	169.328.340	249.332.520	19,6%
Outras captações comerciais	10.863.914	9.184	-	-	-	10.873.098	0,9%
Depósitos Comerciais SMD	253.042.251	-	-	-	-	253.042.251	19,8%
Outras Captações Comerciais SMD	152.944.364	-	-	-	-	152.944.364	12,0%
Fundos e repasses	22.859.940	9.380.633	8.192.275	46.682.975	46.637.264	133.753.087	10,5%
Operações compromissadas	267.770.737	8.525.865	2.116.042	7.150.216	-	285.562.860	22,4%
Total	831.060.905	35.638.318	20.117.803	154.449.033	233.559.483	1.274.825.542	100,0%

Contratos de garantias financeiras

Contratos de garantia financeira são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes individuais e corporativos e outras instituições financeiras a terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para a gestão do risco de liquidez do Banco na definição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez, realizado mensalmente.

Os quadros a seguir apresentam um resumo do valor de compromisso dos contratos de garantia financeira realizados pelo Banco:

Contratos de garantias financeiras

Descrição	31.12.2016					R\$ mil
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Instituições financeiras	697.340	60.851	115.511	1.596.099	2.469.801	
PF e PJ	1.917.394	1.199.473	4.284.870	995.642	8.397.379	
Coobrigações em cessões de crédito	-	-	1	4.762	4.763	
Demais coobrigações	175.000	-	-	-	175.000	
Total	2.789.734	1.260.324	4.400.382	2.596.503	11.046.943	

Descrição	31.12.2015				
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
	R\$ mil				
Instituições financeiras	1.016.235	88.679	168.335	2.325.998	3.599.246
PF e PJ	3.579.756	2.239.405	7.999.813	1.858.854	15.677.828
Coobrigações em cessões de crédito	-	-	1	5.453	5.454
Demais coobrigações	1.590.447	-	-	-	1.590.447
Total	6.186.438	2.328.084	8.168.149	4.190.305	20.872.975

Empréstimos

O Banco do Brasil oferece linhas de crédito que afetam o risco de liquidez, e os limites de cartão de crédito.

Nestas linhas, o Banco mantém um limite de crédito aprovado para clientes em conta corrente e pode ser usado sempre que necessário.

Os quadros abaixo representam a distribuição dos vencimentos contratuais dos compromissos de empréstimos do Banco, posição de 31.12.2016 e 31.12.2015:

Passivo	31.12.2016			
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
	R\$ mil			
Utilizado	12.050	385.355	2.319.497	2.716.902
Cheque Especial Não Utilizado	-	19.221.173	-	19.221.173
Utilizado	149.795	177.185	34.521.731	34.848.711
Cartão de Crédito Não Utilizado	-	36.105.924	-	36.105.924
Total	161.845	55.889.637	36.841.228	92.892.710

Passivo	31.12.2015			
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
	R\$ mil			
Utilizado	5.102	334.310	2.360.644	2.700.056
Cheque Especial Não Utilizado	-	18.814.500	-	18.814.500
Utilizado	70.981	214.619	38.427.194	38.712.794
Cartão de Crédito Não Utilizado	-	49.264.931	-	49.264.931
Total	76.083	68.628.360	40.787.838	109.492.281

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

O perfil de maturidade contratual do passivo com derivativos financeiros está apresentado na Nota 39.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como o risco de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito (decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador), à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

Risco de contraparte: possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.

Risco país: possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos.

Risco de *commitment*: possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

Risco de intermediadora ou Conveniente: possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

Risco de concentração: possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a um tomador ou contraparte, a um fator de risco ou a grupos tomadores ou contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco do Brasil é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária. Objetiva identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência do Banco e garantir o atendimento dos interesses dos acionistas.

Política de crédito

A Política Específica de Crédito orienta o comportamento com relação ao crédito e se aplica a todos os negócios que envolvam risco de crédito no Banco do Brasil. É aprovada pelo Conselho de Administração e revisada anualmente. Esta Política compreende a assunção e gerenciamento do risco de crédito, a cobrança e recuperação do crédito e se aplica a todos os negócios que envolvam risco de crédito, inclusive aqueles realizados por conta e risco de terceiros, ressalvada, neste caso, a adoção de regra diferenciada decorrente de análise específica ou de orientações do alocador de recursos.

A gestão de cobrança estabelece a postura do Banco nos processos de cobrança em operações em curso anormal a partir do seu vencimento, em situações de infringência de qualquer obrigação contratual ou legal e em situações peculiares à atuação internacional, arbitragem ou legislação específica do país onde as dependências do Banco estejam localizadas.

Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota postura conservadora e utiliza mecanismos que proporcionam a cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito, em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela alta administração, o Banco busca transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Para a vinculação em garantia, os bens são submetidos à avaliação técnica ou avaliação por meio de opinião de valor, cujo prazo de validade é de até doze meses. No caso de garantia pessoal, é analisada a situação econômico-financeira dos avalistas ou fiadores, além das suas responsabilidades diretas e indiretas no Banco, sendo ponderadas as dívidas com terceiros, em especial as dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente e aborda, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

O risco de crédito é mensurado por indicadores tais como atraso, qualidade da carteira, provisão para devedores duvidosos, concentração, perda esperada e exigência de capital regulatório e econômico, entre outros.

A quantidade e a natureza das nossas operações, a diversidade e a complexidade de nossos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente.

O Banco utiliza informações fornecidas pelas diversas bases corporativas e considera, para a apuração do risco final de operações, natureza da operação, garantias, inadimplência, prazo, risco do cliente, limite de crédito, nível de endividamento, atrasos observados nos pagamentos das operações, bem como operações com riscos mais elevados, presentes no portfólio do cliente ou do grupo empresarial.

Os critérios de classificação do risco das operações no Banco do Brasil dividem-se, de acordo com as características das operações, conforme abaixo:

- (i) operações específicas: são assim consideradas as operações que possuam alguma característica que minimize o risco de crédito, tais como garantias ou produtos específicos;
- (ii) operações de clientes em situação de concordata, falência, recuperação judicial/extrajudicial ou similares constantes no Código Civil Brasileiro: esse tipo de situação é ponderada na classificação do risco das operações;
- (iii) operações de renegociação de dívidas: classificadas com base no risco final da operação renegociada; e
- (iv) demais operações: aquelas não enquadradas nas situações anteriores, subdividindo-se em dois subgrupos:
 - ♦ (a) clientes com endividamento igual ou inferior a R\$ 50 mil: classificação massificada em função do produto de crédito no qual a operação é contratada; e
 - ♦ (b) clientes com endividamento superior a R\$ 50 mil: ponderam-se aspectos relacionados ao devedor (limite de crédito e endividamento total) e aspectos da própria operação (natureza, finalidade, prazo e garantias) por meio de metodologia específica.

O quadro a seguir demonstra a classificação de risco utilizada pelo Banco ao se aplicar os critérios de apuração de risco, baseada em dados da operação (natureza, finalidade, garantias, prazos, risco do projeto) e do cliente (risco, limite de crédito e endividamento total) capturados diretamente dos sistemas operacionais.

Classificação de risco de crédito

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AA	Baixo Risco	Operações classificadas em menores <i>ratings</i> , consideradas como de baixa probabilidade de <i>default</i> .
A		
B		
C		
D	Médio Risco	Operações classificadas em <i>ratings</i> médios. Normalmente são operações de clientes recentes ou com histórico de restrições, podendo também ser operações renegociadas ou classificadas por atraso ou arrasto ⁽¹⁾ .
E		
F	Alto Risco	Operações de <i>ratings</i> mais elevados, com alta probabilidade de <i>default</i> , podendo ser operações em atraso, sujeitas a arrasto ⁽¹⁾ ou renegociadas.
G		
H		

(1) Mecanismo de mudança automática do risco de uma operação causada pela existência, no portfólio do cliente ou grupo ao qual pertença, de operações com risco mais elevado.

A classificação constante na tabela, que varia de risco AA ao risco H, é uma analogia ao definido pela norma do Banco Central do Brasil, onde é estabelecido que a classificação de risco de operações de crédito deve ser realizada em ordem decrescente de risco, a partir de critérios consistentes e verificáveis, contemplando os aspectos relacionados ao devedor e seus garantidores. Pela tabela, quanto maior a classificação, maior é o risco da operação para a instituição financeira.

Exposição máxima ao risco de crédito

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e depósitos bancários	12.798.204	18.046.717
Depósitos compulsórios em bancos centrais	63.451.094	60.810.918
Empréstimos a instituições financeiras	49.119.008	66.482.285
Aplicações em operações compromissadas	371.682.685	303.530.816
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.669.398	11.218.150
Ativos financeiros disponíveis para venda	104.669.675	102.393.823
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	9.120.261	3.891.740
Empréstimos a clientes	637.804.116	701.495.345
Total dos itens registrados no balanço patrimonial	1.256.314.441	1.267.869.795
Itens não registrados no balanço patrimonial	125.638.649	158.575.619
Total da exposição a risco de crédito	1.381.953.090	1.426.445.414

Os ativos representativos de caixa e depósitos bancários e depósitos compulsórios em bancos centrais não apresentam risco de crédito relevante. As demais exposições são detalhadas a seguir.

Empréstimos a instituições financeiras

Os empréstimos a instituições financeiras referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros e às carteiras de crédito adquiridas com coobrigação da instituição cedente.

Esses créditos seguem a análise de risco da Instituição, sendo classificados por *rating* interno e apresentam baixo risco de crédito.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas principalmente com o Banco Central do Brasil e com outras instituições financeiras. Os títulos e valores mobiliários utilizados como lastro dessas operações são, em regra, títulos públicos federais. Essas operações não apresentam créditos vencidos ou sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são representados por títulos e valores mobiliários mantidos para negociação e por instrumentos financeiros derivativos, cujas variações em seus valores, negativas ou positivas, impactam o resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são compostos por títulos públicos, predominantemente emitidos pelo Governo Federal, e também por títulos privados. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são avaliados pelo valor justo e as variações impactam diretamente o patrimônio líquido.

Na composição do valor dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e dos disponíveis para venda já é considerado o risco de crédito da contraparte.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos, em sua maioria, por títulos privados.

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e referem-se aos limites de crédito, crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Os itens não registrados no balanço patrimonial consolidado estão apresentados na Nota 40.

Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes estão classificados em:

- não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável;
- vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável; e
- sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável.

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	545.257.658	621.134.800
Vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável ⁽¹⁾	22.948.334	19.978.205
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	69.598.124	60.382.340
Total de empréstimos a clientes	637.804.116	701.495.345
Perdas por redução ao valor recuperável	(33.947.381)	(27.748.798)
Total líquido	603.856.735	673.746.547

(1) Inclui o valor de empréstimos em atraso e de curso anormal.

Empréstimos a Clientes – não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
Nível de risco	31.12.2016	31.12.2015
Baixo risco	535.413.356	616.731.183
Médio risco	9.490.140	3.867.793
Alto risco	354.162	535.824
Total	545.257.658	621.134.800

Integram essa categoria os empréstimos a clientes em situação de normalidade e sem indícios de perda.

Os empréstimos classificados como “alto risco” não estão sujeitos à perda por redução ao valor recuperável em função dos critérios adotados e a inexistência de evidências com problemas de recuperabilidade desses empréstimos. Em 31.12.2016, apenas 0,06% das exposições dessa categoria estão concentradas nos empréstimos a clientes considerados de alto risco.

Exposições classificadas como de médio e alto risco são justificadas, principalmente, por empréstimos a clientes que, apesar de terem operações de crédito ativas, possuem baixo perfil de tomada de crédito, perfil de tomada de crédito antigo ou limites de crédito inativos e, conseqüentemente, sem contratação de novas operações, porém com manutenção e pagamentos de parcelas das operações existentes.

De modo prudencial, o Banco do Brasil atribui níveis de risco mais conservadores às operações desses clientes em função da escassez de informações para sua análise.

Empréstimos a Clientes – vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
1 a 60 dias	20.817.461	14.547.167
61 a 90 dias	484.704	117.552
Acima de 90 dias	1.646.169	5.313.486
Total	22.948.334	19.978.205

Integra essa categoria o saldo total dos empréstimos a clientes vencidos sem indício de perda, ou vencidos com indício de perda que, conforme metodologia, não foi apurada perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos a clientes com prazo vencido por mais de 90 dias classificados como “vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável” são considerados como “sem perda por imparidade” pois as normas do CMN e BACEN permitem ao Banco garantir a seus clientes um prazo para regularização com novas condições de pagamento (por exemplo, pagamento de parcelas atrasadas e novos cronogramas de pagamento de acordo com condições específicas estabelecidas pelos gestores dos produtos). Se o cliente regularizar sua situação de acordo com os novos termos, o empréstimo é reclassificado para o status de não inadimplente. Do contrário, esses empréstimos devem ser reclassificados e a imparidade pode ser calculada.

Nível de risco	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Baixo risco	17.800.507	14.168.775
Médio risco	4.808.608	5.744.131
Alto risco	339.219	65.299
Total	22.948.334	19.978.205

Os empréstimos vencidos classificados como “alto risco” não estão sujeitos à perda por redução ao valor recuperável em função dos critérios adotados e a inexistência de evidências com problemas de recuperabilidade desses empréstimos. Em 31.12.2016, 1,48% das exposições dessa categoria estão concentradas nos empréstimos a clientes considerados de alto risco e 20,95% com clientes considerados de médio risco.

Empréstimos a Clientes – sujeitos a perda por redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Avaliação coletiva	53.302.391	49.856.504
Avaliação individual	16.295.733	10.525.836
Total	69.598.124	60.382.340

Integram essa categoria os empréstimos a clientes com indício de perda e para os quais, segundo metodologia adotada, foi apurada perda por redução ao valor recuperável.

Para empréstimos a clientes com valores significativos e com problemas de recuperabilidade, o Banco efetua análise individualizada para mensuração de perdas incorridas. Para os demais empréstimos a clientes, o Banco efetua análise massificada.

São considerados empréstimos com problemas de recuperabilidade as operações de clientes com dificuldade financeira, que são objeto de uma quebra de contrato como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal, bem como os empréstimos em que for provável que o mutuário entrará em falência ou passará por alguma reorganização financeira.

O problema de recuperabilidade é tratado como sendo inerente ao cliente e não exclusivamente em relação às operações. Assim, identificada alguma operação em tal situação, todas as demais operações do cliente são classificadas da mesma forma.

Para determinação da relevância da exposição e consequente mensuração individualizada de perdas, o Banco classifica o cliente e não apenas suas operações como relevantes e não-relevantes, com base em seu endividamento total. São considerados como relevantes os clientes com endividamento a partir do qual suas novas operações necessitam de despacho em alçada superior, pertencente ao nível decisório estratégico.

Segregados os clientes detentores de endividamento com problemas de recuperabilidade e de valor considerado relevante, seus empréstimos serão avaliados individualmente pela área responsável pela cobrança e recuperação de créditos do Banco do Brasil.

Na avaliação individual, são ponderados aspectos inerentes ao cliente e específicos das operações, tais como:

- situação das operações do cliente;
- compartilhamento de risco (risco Banco do Brasil versus risco de terceiros);
- situação econômico-financeira do cliente;
- restrições de crédito inerentes ao cliente, tanto internas quanto externas (política de crédito do Conglomerado, histórico de atuação em crédito e registros em bureaus de crédito); e
- garantias das operações.

Nível de risco	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Baixo risco	25.137.256	16.185.977
Médio risco	16.038.800	18.281.955
Alto risco	28.422.068	25.914.408
Total	69.598.124	60.382.340

Em 2016, o saldo dos empréstimos a clientes sujeitos a perda por redução ao valor recuperável apresentou 40,84% das exposições classificados como “alto risco” e 23,04% classificadas como médio risco.

Ativos recebidos em garantia

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Contratadas com garantias	423.760.950	455.531.340
Contratadas sem garantias	143.730.238	171.422.513
Contratadas outros mitigadores	70.312.928	74.541.492
Total	637.804.116	701.495.345

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) operações do Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações - FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas - Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou os produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial - CCC, Cédulas de Crédito Industrial - CCI, Cédulas de Crédito à Exportação - CCE, Cédulas do Produtor Rural - CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil - Secreb etc.

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam auto liquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Percentual de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
Carta de crédito <i>standby</i>	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda	100%
Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas	100%
Fundo de Garantia de Operações	100%
Fundo Garantidor para Investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>Pledge Agreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽⁷⁾	70%
Demais garantias ⁽⁸⁾	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de *swap*.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de *hedge* cambial.

(8) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Os fundos de aval utilizados como garantia pelo Banco, mitigando o risco de crédito das operações, possuem as seguintes características:

- limites máximos do percentual de cobertura para utilização do fundo como garantia de operações em função do tipo da operação: investimento ou capital de giro;
- público alvo em função do faturamento ou do risco do cliente;
- existência ou não da apresentação de contragarantias;
- limites máximos sobre o montante dos recursos que constituem o patrimônio líquido do fundo (índice de alavancagem); e
- limites para perdas acumuladas, isto é, o índice máximo de inadimplência admitido (*stop loss*).

Os gestores dos fundos de aval realizam o acompanhamento quanto ao enquadramento das operações nas regras do fundo, previamente à concessão dessa garantia, bem como a gestão operacional das garantias concedidas e dos ativos do fundo, determinando, se necessária, a suspensão da utilização dos fundos em garantia de operações, antes que o montante dos recursos vinculados ultrapassem a alavancagem prevista para cada fundo.

A tabela a seguir apresenta o valor das garantias sobre as quais o Banco tem direito, com relação aos empréstimos. O valor de garantias é considerado na metodologia de cálculo de perda por empréstimos.

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Valor das operações	11.490.982	11.521.555
Valor das garantias	8.795.051	6.085.224

Os valores das garantias apresentadas na tabela acima se referem às garantias reais, vinculadas ao Banco, por meio de instrumentos de crédito (cédula ou contrato), passíveis de serem executadas judicialmente, para realização dos créditos, até o limite do valor contratado ou arbitrado judicialmente no caso de judicialização da cobrança.

Em relação às garantias dos empréstimos analisadas pelo Banco do Brasil para definição das perdas dos clientes classificados como *impairment* relevante (tratadas de forma individualizada), são adotados os seguintes critérios:

- consideradas todas as garantias registradas em sistema proprietário do Banco;
- consideradas como garantias reais os bens imóveis, títulos e direitos, operações no BB, rede externa, e os bens móveis (apenas máquinas, veículos e bens industriais com maior prazo de vida útil);
- excluídas as garantias com preço extremamente volátil, a exemplo de ações;
- excluídas as garantias de fácil deterioração, a exemplo de safras e animais, com avaliação realizada há mais de um ano da data de referência; e
- excluídas as garantias constituídas por nota promissória sem aval, Aval/Fiança Grupo Banco do Brasil (GBB), Aval/Fiança empresa coligada, Aval/Fiança de sócio PF ou dirigente e carta de crédito stand by.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

São utilizados para gerenciar a concentração das exposições, o acompanhamento dos limites setoriais e as exposições individuais e por grupo empresarial. Adicionalmente, o Banco desenvolveu e implementou sistemática de mensuração e acompanhamento da concentração do risco de crédito na carteira de pessoas jurídicas. O modelo, baseado no Índice de *Herfindahl*, avalia a concentração a partir do risco de crédito dos tomadores e considera a inter-relação entre os diversos setores econômicos que compõem a carteira de crédito de pessoas jurídicas.

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 23 – Empréstimos a Clientes.

Exposições por região geográfica

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil		
Mercado interno	601.167.193	639.722.923
Sudeste	321.916.939	356.077.563
Sul	105.980.696	109.677.826
Centro Oeste	78.314.069	79.793.030
Nordeste	67.243.679	67.192.465
Norte	27.711.810	26.982.039
Mercado externo	36.636.923	61.772.422
Total	637.804.116	701.495.345

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito, por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas e com alteração das condições originalmente pactuadas.

Os saldos relativos às operações renegociadas constam na Nota 23.

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Imóveis	198.068	167.717
Máquinas e equipamentos	2.505	3.060
Veículos e afins	237	228
Outros	42	47
Total	200.852	171.052

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, na modalidade de leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Com o objetivo de cumprir as estratégias e políticas definidas para risco operacional e atendendo aos requisitos regulatórios, as atividades referentes às fases de gestão estão sintetizadas na tabela a seguir.

Fases do processo de gestão do risco operacional

Fase de gestão	Síntese das atividades
Identificação	Consiste em identificar e classificar os eventos de risco operacional a que o Banco está exposto, indicando áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros associados a processos, produtos e serviços da organização.
Avaliação	É a quantificação da exposição ao risco operacional com o objetivo de avaliar o impacto nos negócios do Banco. Consiste, também, na avaliação qualitativa dos riscos identificados, analisando sua probabilidade de ocorrência e impacto de forma a determinar o nível de tolerância ao risco.
Controle	Consiste em registrar o comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	Consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco buscando reduzir as perdas operacionais por meio da remoção da causa do risco, alteração da probabilidade de ocorrência ou alteração das consequências do evento de risco.
Monitoramento	É a ação que tem por objetivo identificar as deficiências do processo de gestão do risco operacional de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento da Alta Administração. É a fase de retroalimentação do processo de gerenciamento de risco operacional, onde é possível detectar fragilidades nas fases anteriores.

Política de risco operacional

A política de risco operacional, aprovada e revisada anualmente pelo Conselho de Administração, contém orientações às áreas do Banco, que visam garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional, esperando-se que as empresas Controladas, Coligadas e Participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN 3.380, a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar os riscos associados a cada instituição individualmente do Conglomerado Financeiro, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais empresas integrantes no Consolidado Econômico-Financeiro.

Monitoramento

O acompanhamento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes e acionamento das áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços em caso de necessidade de proposição de ações de mitigação, é feito através da apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais, o qual contempla as ocorrências das redes interna e externa.

Com o objetivo de tornar o monitoramento ainda mais eficiente, foram adotados limites específicos para as seguintes categorias de eventos de risco operacional:

- problemas trabalhistas;
- falhas nos negócios (planos econômicos, indenização cobrança e sucumbência, exclusão de cadastro restritivo, repetição de indébito e falhas em serviço);
- fraudes e roubos externos (roubos externos, fraude eletrônica externa, perdas com cartões e fraude documental);
- fraudes internas; e
- falhas em sistemas.

O acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê Superior de Risco Global e do Comitê Executivo de Risco Operacional. Em caso de extrapolações dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço são acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

43 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de empréstimos a clientes com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em obrigações por operações compromissadas e em valores a pagar a instituições financeiras, respectivamente.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	R\$ mil			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	473.446	424.813	1.233.964	1.232.989
Ativos financeiros disponíveis para venda	36.936.707	36.052.691	18.333.470	18.948.709
Ativos financeiros mantidos até o vencimento ⁽¹⁾	23.141.191	23.139.314	51.297.427	51.283.651
Total	60.551.344	59.616.818	70.864.861	71.465.349

(1) Referem-se às debêntures adquiridas da BB Leasing, eliminadas no processo de consolidação.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	R\$ mil			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ⁽¹⁾				
Ativos financeiros transferidos	612.087	616.291	333.291	321.669
Passivos financeiros associados	612.132	612.132	333.298	333.298
Posição líquida	(45)	4.159	(7)	(11.629)

(1) Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Empréstimos a clientes líquidos de provisão" e "Valores a pagar a instituições financeiras", respectivamente.

Vendas com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como valores a pagar a instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

44 – COMPENSAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As informações apresentadas a seguir referem-se a ativos e passivos financeiros que:

- são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado; ou
- estão sujeitos a um contrato máster de compensação executável ou acordos similares, independentemente de serem apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado.

Em conformidade com a IAS 32, um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a IFRS 7, o Banco deve também apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares, os quais não cumprem alguns ou todos os critérios de compensação definidos na IAS 32. Os acordos similares incluem os Contratos Globais de Derivativos (CGD/ISDA) e os Contratos Globais de Operações Compromissadas (GMRA).

Parte das operações com instrumentos financeiros derivativos são firmadas por meio de contratos CGD e ISDA (*International Swap and Derivatives Agreement*), no Brasil e no exterior, respectivamente. Tais contratos contemplam cláusulas de compensação, tais como:

- *Netting of payments*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e em relação à mesma operação;
- *Multiple Transaction Payment Netting*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e na mesma data;
- *Set off*: compensação no término antecipado das operações, processada caso a parte que não está em *default* opte por exercer o direito de compensação.

Também são firmadas por meio de contratos máster de compensação algumas operações compromissadas realizadas pelo Banco no exterior. Os contratos GMRA (*Global Master Repurchase Agreement*) são firmados com cláusulas de compensação similares àquelas dos contratos CGD/ISDA.

A compensação de ativos e passivos financeiros firmados por meio de acordos máster de compensação e acordos similares pode ocorrer no curso normal das operações (*netting of payments ou multiple transaction payment netting*) e em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes (*set off*).

Os instrumentos financeiros recebidos ou oferecidos em garantia incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez. Essas garantias estão sujeitas às condições normais de mercado e incluem, quando apropriado, um ISDA *Credit Support Annex* (CSA). Isto significa que os títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação.

As garantias são aceitas e recebidas na forma de caixa ou de títulos negociáveis tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

R\$ mil									
31.12.2016	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados					
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos	Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
					Caixa	Títulos			
Derivativos	11.294.339	(10.173.760)	1.120.579	(107.213)	-	-	1.013.366	491.984	1.612.563
Aplicações em operações compromissadas	165.903	-	165.903	-	-	(149.385)	16.518	371.516.782	371.682.685
Total	11.460.242	(10.173.760)	1.286.482	(107.213)	-	(149.385)	1.029.884	372.008.766	373.295.248

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

R\$ mil									
31.12.2016	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados					
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras oferecidas		Valores líquidos	Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(11.670.417)	10.173.760	(1.496.657)	27.155	221.875	-	(1.247.627)	(373.734)	(1.870.391)
Obrigações por operações compromissadas	(936.029)	-	(936.029)	-	-	794.998	(141.031)	(373.698.003)	(374.634.032)
Total	(12.606.446)	10.173.760	(2.432.686)	27.155	221.875	794.998	(1.388.658)	(374.071.737)	(376.504.423)

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

R\$ mil									
31.12.2015	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados					
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos	Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
					Caixa	Títulos			
Derivativos	12.525.833	(10.701.842)	1.823.991	(14.551)	-	-	1.809.440	1.538.041	3.362.032
Aplicações em operações compromissadas	232.303	-	232.303	-	-	(220.974)	11.329	303.298.513	303.530.816
Total	12.758.136	(10.701.842)	2.056.294	(14.551)	-	(220.974)	1.820.769	304.836.554	306.892.848

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

R\$ mil									
31.12.2015	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados					
	Valores Brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras oferecidas		Valores líquidos	Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(12.784.289)	10.701.842	(2.082.447)	888.771	465.123	-	(728.553)	(1.206.727)	(3.289.174)
Obrigações por operações compromissadas	(1.344.709)	-	(1.344.709)	-	-	1.244.171	(100.538)	(332.176.938)	(333.521.647)
Total	(14.128.998)	10.701.842	(3.427.156)	888.771	465.123	1.244.171	(829.091)	(333.383.665)	(336.810.821)

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

45 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.12.2016			31.12.2015		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	106.110	116.432	222.542	112.847	110.020	222.867
Plano de Benefícios 1 – Previ	11.268	99.037	110.305	18.658	92.582	111.240
Plano Previ Futuro	78.886	1.084	79.970	78.340	942	79.282
Plano Informal	-	3.267	3.267	-	3.472	3.472
Outros Planos	15.956	13.044	29.000	15.849	13.024	28.873
Planos de Assistência Médica	105.364	106.429	211.793	113.952	99.783	213.735
Cassi	93.283	99.245	192.528	101.528	92.515	194.043
Outros Planos	12.081	7.184	19.265	12.424	7.268	19.692

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.470.795	1.367.680	1.320.227
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	575.669	549.275	581.637
Plano Previ Futuro	570.814	499.803	427.359
Plano Informal	184.003	180.547	185.402
Outros Planos	140.409	138.055	125.829
Planos de Assistência Médica	1.221.675	1.110.904	1.013.570
Cassi	1.061.596	976.675	896.175
Outros Planos	160.079	134.229	117.395
Total	2.692.470	2.478.584	2.333.797

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 45.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou que viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego), durante o 1º semestre de 2017, estão estimadas em R\$ 795.679 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Planos de Aposentadoria e Pensão	(1.496.120)	(439.930)	633.799
Plano de Benefícios 1 – Previ	(616.738)	358.000	1.348.061
Plano Previ Futuro	(570.814)	(499.803)	(427.359)
Plano Informal	(159.964)	(141.379)	(146.705)
Outros Planos	(148.604)	(156.748)	(140.198)
Planos de Assistência Médica	(1.610.839)	(1.362.534)	(1.379.055)
Cassi	(1.464.114)	(1.238.351)	(1.260.715)
Outros Planos	(146.725)	(124.183)	(118.340)
Total	(3.106.959)	(1.802.464)	(745.256)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional n.º 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 45.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;
- pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais (Nota 45.f).

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido a priori.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2016 e 31.12.2015.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	R\$ mil							
	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	(121.329.915)	(122.884.677)	(909.280)	(920.380)	(6.248.098)	(5.830.331)	(6.301.921)	(6.428.867)
Custo de juros	(17.069.298)	(15.217.436)	(121.736)	(111.770)	(941.398)	(731.014)	(860.756)	(768.894)
Custo do serviço passado	-	-	(38.228)	(29.609)	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	(455.492)	(428.722)	-	-	(85.735)	(95.421)	(26.616)	(34.274)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	10.350.474	9.432.737	184.002	180.547	624.614	564.759	585.425	514.118
Remensurações de ganhos / (perdas) atuariais	(19.845.343)	7.768.183	(80.228)	(28.068)	(1.297.805)	(156.091)	(1.006.081)	415.996
Ajuste de experiência	(1.749.063)	(198.997)	(8.380)	(35.065)	(293.184)	(616.729)	259.022	(183.233)
Alterações em premissas biométricas	-	(2.626.460)	-	(44.338)	-	(125.433)	(78.102)	1.243
Alterações em premissas financeiras	(18.096.280)	10.593.640	(71.848)	51.335	(1.004.621)	586.071	(1.187.001)	597.986
Saldo final	(148.349.574)	(121.329.915)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(7.609.949)	(6.301.921)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(143.946.397)	(118.378.747)	-	-	-	-	(5.731.092)	(5.394.014)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	(4.403.177)	(2.951.168)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(1.878.857)	(907.907)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	R\$ mil							
	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	118.378.747	135.145.646	-	-	-	-	5.394.014	5.115.870
Receita de juros	16.291.315	16.362.156	-	-	-	-	725.014	627.308
Contribuições recebidas	575.569	549.275	184.002	180.547	624.614	564.759	177.830	156.514
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(10.350.474)	(9.432.737)	(184.002)	(180.547)	(624.614)	(564.759)	(585.425)	(514.118)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	19.051.240	(24.245.593)	-	-	-	-	19.659	8.440
Saldo final	143.946.397	118.378.747	-	-	-	-	5.731.092	5.394.014

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	R\$ mil							
	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2016	Exercício/2015
1) Valor justo dos ativos do plano	143.946.397	118.378.747	-	-	-	-	5.731.092	5.394.014
2) Valor presente das obrigações atuariais	(148.349.574)	(121.329.915)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(7.609.949)	(6.301.921)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	(4.403.177)	(2.951.168)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(1.878.857)	(907.907)
4) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado ⁽¹⁾	(2.201.588)	(1.475.583)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(1.260.178)	(711.040)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

R\$ mil						
	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				Total
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	acima 3 anos	
Plano 1 (Previ)	9,13	12.652.886	12.662.361	12.528.318	243.001.022	280.844.587
Plano Informal (Previ)	5,36	161.543	144.931	129.415	950.017	1.385.906
Plano de Associados (Cassi)	9,58	725.083	713.856	701.907	14.967.786	17.108.632
Regulamento Geral (Economus)	10,02	427.437	431.729	434.383	10.478.608	11.772.157
Regulamento Complementar 1 (Economus)	11,96	2.104	2.244	2.392	97.359	104.099
Plus I e II (Economus)	6,44	51.141	47.501	44.052	442.358	585.052
Grupo B' (Economus)	8,63	14.677	14.581	14.468	259.916	303.642
Prevmais (Economus)	11,94	18.768	18.906	18.902	657.428	714.004
Multifuturo I (Fusesc)	10,06	5.810	5.767	5.720	134.707	152.004
Plano I (Fusesc)	8,99	38.042	37.874	37.667	726.373	839.956
Plano BEP (Prevbep)	11,34	3.266	3.656	4.082	125.791	136.795

(1) Duração média ponderada (em anos) da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	R\$ mil											
	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos		
	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2014	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2014	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2014	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2014
Custo do serviço corrente	(227.746)	(214.361)	(251.370)	-	-	-	(85.734)	(95.421)	(116.704)	(13.324)	(17.170)	(19.522)
Custo dos juros	(8.534.649)	(7.608.718)	(7.206.074)	(121.736)	(111.770)	(121.304)	(941.398)	(731.014)	(755.247)	(466.551)	(415.349)	(267.520)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	8.145.657	8.181.079	8.805.505	-	-	-	-	-	-	361.817	313.068	173.729
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	(38.228)	(29.609)	(25.401)	-	-	-	-	-	-
Despesa com funcionários da ativa	-	-	-	-	-	-	(436.982)	(411.916)	(388.764)	(184.881)	(163.199)	(149.403)
Outros ajustes/reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.610	1.719	4.178
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	(616.738)	358.000	1.348.061	(159.964)	(141.379)	(146.705)	(1.464.114)	(1.238.351)	(1.260.715)	(295.329)	(280.931)	(258.538)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	R\$ mil			
	Plano 1 – Previ		Outros Planos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Renda fixa	58.053.582	49.198.207	4.831.482	4.827.283
Renda variável ⁽¹⁾	70.648.892	55.353.902	294.651	131.884
Investimentos imobiliários	9.126.202	8.203.647	194.858	205.422
Empréstimos e financiamentos	5.254.043	4.770.664	100.183	104.914
Outros	863.678	852.327	309.918	124.511
Total	143.946.397	118.378.747	5.731.092	5.394.014
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da patrocinadora	11.631.219	7.887.153	23.926	22.087
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela patrocinadora	156.758	152.194	7.848	9.168

(1) No Plano de Benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 30.265.763 mil (R\$ 20.521.220 mil em 31.12.2015), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Taxa de inflação (a.a.)	5,41%	7,96%	5,29%	8,10%	5,43%	7,97%	5,40%	7,94%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,77%	7,35%	5,84%	7,37%	5,75%	7,28%	5,77%	7,35%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	11,49%	15,90%	-	-	-	-	11,48%	15,88%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	1,04%	1,01%	-	-	-	-	0,92%	0,88%
Tábua de sobrevivência	AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	5,77%	5%
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 – Previ/Banco

	R\$ mil					
	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Valor apurado – Previ	130.196.465	119.301.485	(144.371.339)	(135.862.751)	(14.174.874)	(16.561.266)
Incorporação dos valores do Contrato 97	14.251.784	14.314.157	(14.251.784)	(14.314.157)	-	-
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.145.314	1.135.082	(1.145.314)	(1.135.082)	-	-
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(1.647.166)	(16.371.977)	-	-	(1.647.166)	(16.371.977)
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	-	-	11.418.863	29.982.075	11.418.863	29.982.075
Valor apurado – Banco	143.946.397	118.378.747	(148.349.574)	(121.329.915)	(4.403.177)	(2.951.168)

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

		R\$ mil						
31.12.2016		Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		
		+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	148.349.574	145.096.490	151.562.043	148.423.539	148.275.607	145.103.456	151.730.697
	Superávit/(déficit) do plano	(4.403.177)	(1.150.093)	(7.615.646)	(4.477.142)	(4.329.210)	(1.157.059)	(7.784.300)
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	965.470	930.150	1.001.581	-	-	953.208	978.077
	Superávit/(déficit) do plano	(965.470)	(930.150)	(1.001.581)	-	-	(953.208)	(978.077)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	7.948.422	7.769.462	8.124.821	7.951.936	7.944.908	7.764.025	8.141.149
	Superávit/(déficit) do plano	(7.948.422)	(7.769.462)	(8.124.821)	(7.951.936)	(7.944.908)	(7.764.025)	(8.141.149)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	5.955.325	5.852.623	6.054.870	-	-	5.813.254	6.103.465
	Superávit/(déficit) do plano	(1.595.398)	(1.492.687)	(1.694.935)	-	-	(1.453.319)	(1.743.529)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	47.401	49.020	45.808	-	-	46.055	48.807
	Superávit/(déficit) do plano	(7.496)	(9.115)	(5.903)	-	-	(6.149)	(8.902)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	409.315	394.086	424.688	-	-	403.132	415.695
	Superávit/(déficit) do plano	(409.315)	(394.086)	(424.688)	-	-	(403.132)	(415.695)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	170.302	166.431	174.065	-	-	166.838	173.894
	Superávit/(déficit) do plano	(170.302)	(166.431)	(174.065)	-	-	(166.838)	(173.894)
Prevmias (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	282.885	281.925	283.887	285.046	280.799	274.873	291.326
	Superávit/(déficit) do plano	73.691	74.651	72.689	71.530	75.777	81.703	65.250
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	77.174	76.263	78.054	-	-	75.334	79.096
	Superávit/(déficit) do plano	115.027	115.938	114.148	-	-	116.868	113.105
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	606.479	597.107	615.654	-	-	595.995	617.371
	Superávit/(déficit) do plano	67.172	76.544	57.997	-	-	77.656	56.280
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	61.068	60.202	61.902	61.284	60.854	59.423	62.790
	Superávit/(déficit) do plano	47.764	48.630	46.930	47.549	47.978	49.409	46.042

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

R\$ mil				
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Plano 1 (Previ)	-	-	(2.201.588)	(1.475.583)
Plano Informal (Previ)	-	-	(965.470)	(909.280)
Plano de Associados (Cassi)	-	-	(7.948.422)	(6.248.098)
Regulamento Geral (Economus)	-	-	(829.730)	(406.498)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	-	753	(2.659)	-
Plus I e II (Economus)	-	-	(409.315)	(349.859)
Grupo B' (Economus)	-	-	(170.302)	(124.157)
Prevmias (Economus)	36.846	59.638	-	-
Multifuturo I (Fusesc)	57.514	50.615	-	-
Plano I (Fusesc)	33.586	35.046	-	-
Plano BEP (Prevbep)	23.882	23.422	-	-
Total	151.828	169.474	(12.527.486)	(9.513.475)

f) Destinações do superávit – Plano 1

	R\$ mil	
	Exercício/2016	Exercício/2015
Fundo Paridade		
Saldo inicial	120.378	118.889
Atualização	14.065	18.413
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(4.543)	(11.829)
Contribuição amortizante antecipada Grupo Especial ⁽¹⁾	-	(5.095)
Saldo final	129.900	120.378
Fundo de Utilização		
Saldo inicial	8.959.543	8.155.242
Contribuições ao Plano 1	(571.026)	(532.351)
Atualização	1.043.593	1.336.652
Saldo final	9.432.110	8.959.543
Total dos fundos de destinação do superávit	9.562.010	9.079.921

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Outros ativos. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo vem sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

46 – PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	R\$ mil		
	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Benefícios de curto prazo	50.471	56.526	52.600
Honorários e encargos sociais	38.049	36.412	35.569
Diretoria Executiva	34.167	33.078	32.199
Comitê de Auditoria	2.956	2.440	2.677
Conselho de Administração	507	491	348
Conselho Fiscal	419	403	345
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	9.067	16.865	15.276
Outros ⁽¹⁾	3.355	3.249	1.755
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	1.180	97	430
Remuneração baseada em ações	7.260	5.966	3.372
Total	58.911	62.589	56.402

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 37.I).

O Banco só oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, se fizerem parte do quadro funcional do Banco e participarem do plano de pensão.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira, estabelecida pelo Bacen.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

O Banco divulga as transações realizadas com o Tesouro Nacional dentre as quais se destacam as operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela taxa média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados nas Notas 20, 21 e 22. Os recursos destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados na Nota 34.b.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No exercício de 2016, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 48.343 mil (R\$ 47.572 mil no exercício de 2015).

No 1º Trimestre/2015, o Banco outorgou à BB Elo Cartões Participações S.A., sua subsidiária integral, em caráter irrevogável e irretratável, e sem efeito contábil, os direitos contratuais referentes ao recebimento das taxas de intercâmbio inerentes às atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, em virtude da formação de parceria estratégica com a Cielo.

As informações referentes às contribuições do Banco e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 45.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

R\$ mil					
31.12.2016					
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e coligadas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativo					
Empréstimos a instituições financeiras	-	14.208.705	-	-	14.208.705
Ativos financeiros	-	3.526.917	-	897.187	4.424.104
Empréstimos a clientes ⁽⁵⁾	-	702.922	-	31.239.992	31.942.914
Outros ativos ⁽⁶⁾	5.162.844	1.040.105	-	53.199	6.256.148
Total	5.162.844	19.478.649	-	32.190.378	56.831.871
Passivo					
Depósitos de clientes	379.593	176.621	2.493	14.844.610	15.403.317
Obrigações por operações compromissadas	-	5.699.646	-	3.100.600	8.800.246
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	2.471.934	-	-	80.610.367	83.082.301
Outros passivos	115.348	1.425.515	-	662.042	2.202.905
Total	2.966.875	7.301.782	2.493	99.217.619	109.488.769
Garantias e outras coobrigações ⁽⁷⁾	-	6.814.807	-	837.984	7.652.791
Demonstração do Resultado Consolidado					
Exercício/2016					
Receitas de juros, prestação de serviços e outras receitas	6.393.676	7.787.233	-	4.718.993	18.899.902
Despesas com captação e outras despesas	(103.273)	(478.407)	(277)	(5.797.816)	(6.379.773)
Total líquido	6.290.403	7.308.826	(277)	(1.078.823)	12.520.129

(1) Controlador – compreende o Tesouro Nacional (STN), representando a União Federal e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Controle conjunto e coligadas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 26.

(3) Pessoal Chave da Administração – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(4) Inclui as transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) Em 31.12.2016, os empréstimos a clientes com outras partes relacionadas possuem R\$ 120.404 mil de provisão.

(6) As transações com o Controlador referem-se a títulos, créditos e rendas a receber do Tesouro Nacional (Nota 30).

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

R\$ mil					
31.12.2015					
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e coligadas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativo					
Empréstimos a instituições financeiras	-	16.891.513	-	-	16.891.513
Ativos financeiros	-	3.558.578	-	597.289	4.155.867
Empréstimos a clientes	-	825.211	-	31.984.466	32.809.677
Outros ativos ⁽⁵⁾	5.278.660	2.045.467	-	238.062	7.562.189
Total	5.278.660	23.320.769	-	32.819.817	61.419.246
Passivo					
Depósitos de clientes	341.643	652.396	5.301	25.744.415	26.743.755
Obrigações por operações compromissadas	-	4.893.122	-	3.322.111	8.215.233
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	2.412.031	-	-	87.655.291	90.067.322
Outros passivos	399.262	1.287.629	-	5.047.244	6.734.135
Total	3.152.936	6.833.147	5.301	121.769.061	131.760.445
Garantias e outras coobrigações ⁽⁶⁾	-	6.800.000	-	662.526	7.462.526
Demonstração do Resultado Consolidado					
	Exercício/2015				
Receitas de juros, prestação de serviços e outras receitas	8.183.695	18.899.656	-	3.806.376	30.889.727
Despesas com captação e outras despesas	(103.594)	(137.478)	(333)	(6.309.345)	(6.550.750)
Total líquido	8.080.101	18.762.178	(333)	(2.502.969)	24.338.977

(1) Controlador – compreende o Tesouro Nacional (STN), representando a União Federal e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Controle conjunto e coligadas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 26.

(3) Pessoal Chave da Administração – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(4) Inclui as transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As transações com o Controlador referem-se a títulos, créditos e rendas a receber do Tesouro Nacional (Nota 30).

(6) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

47 – ATIVOS E PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

	R\$ mil		
	31.12.2016		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	12.798.204	-	12.798.204
Depósitos compulsórios em bancos centrais	63.451.094	-	63.451.094
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	48.320.442	798.566	49.119.008
Aplicações em operações compromissadas	371.533.292	149.393	371.682.685
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.669.398	-	7.669.398
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.056.835	-	6.056.835
Derivativos	1.612.563	-	1.612.563
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.815.704	98.853.971	104.669.675
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	434.544	8.685.717	9.120.261
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	226.451.506	377.405.229	603.856.735
Ativos não correntes disponíveis para venda	44.531	-	44.531
Investimentos em coligadas e joint ventures	-	19.641.884	19.641.884
Ativo imobilizado	-	7.614.059	7.614.059
Ativos intangíveis	-	8.743.714	8.743.714
Ágio sobre investimentos	-	591.582	591.582
Outros	-	8.152.132	8.152.132
Ativos fiscais	12.287.967	42.174.833	54.462.800
Correntes	12.287.967	1.746	12.289.713
Diferidos	-	42.173.087	42.173.087
Outros ativos	45.122.420	29.219.218	74.341.638
Total	793.929.102	593.286.584	1.387.215.686
Passivo			
Depósitos de clientes	376.841.299	48.474.587	425.315.886
Valores a pagar a instituições financeiras	18.177.520	3.099.414	21.276.934
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.234.846	-	2.234.846
Instrumentos de dívida	364.455	-	364.455
Derivativos	1.870.391	-	1.870.391
Obrigações por operações compromissadas	358.405.217	16.228.815	374.634.032
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	138.642.045	229.708.723	368.350.768
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	1.621.811	7.941.128	9.562.939
Passivos fiscais	5.946.803	2.896.498	8.843.301
Correntes	5.946.803	-	5.946.803
Diferidos	-	2.896.498	2.896.498
Outros passivos	81.699.469	5.220.818	86.920.287
Patrimônio líquido	-	90.076.693	90.076.693
Total	983.569.010	403.646.676	1.387.215.686

	31.12.2015			R\$ mil
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	18.046.717	-	18.046.717	
Depósitos compulsórios em bancos centrais	60.810.918	-	60.810.918	
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	65.319.841	1.148.577	66.468.418	
Aplicações em operações compromissadas	303.356.591	174.225	303.530.816	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.218.150	-	11.218.150	
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.856.118	-	7.856.118	
Derivativos	3.362.032	-	3.362.032	
Ativos financeiros disponíveis para venda	15.330.874	87.062.949	102.393.823	
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	266.426	3.625.314	3.891.740	
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	267.673.825	406.072.722	673.746.547	
Ativos não correntes disponíveis para venda	45.968	-	45.968	
Investimentos em coligadas e joint ventures	-	17.986.425	17.986.425	
Ativo imobilizado	-	7.411.947	7.411.947	
Ativos intangíveis	-	8.813.581	8.813.581	
Ágio sobre investimentos	-	648.506	648.506	
Outros	-	8.165.075	8.165.075	
Ativos fiscais	7.462.418	37.888.356	45.350.774	
Correntes	7.462.418	437	7.462.855	
Diferidos	-	37.887.919	37.887.919	
Outros ativos	39.646.046	29.502.659	69.148.705	
Total	789.177.774	599.686.755	1.388.864.529	
Passivo				
Depósitos de clientes	386.439.334	36.497.451	422.936.785	
Valores a pagar a instituições financeiras	35.354.993	6.460.852	41.815.845	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.627.474	-	3.627.474	
Instrumentos de dívida	338.300	-	338.300	
Derivativos	3.289.174	-	3.289.174	
Obrigações por operações compromissadas	318.997.178	14.524.469	333.521.647	
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	103.822.247	308.056.240	411.878.487	
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	1.594.775	7.786.235	9.381.010	
Passivos fiscais	1.600.877	3.029.670	4.630.547	
Correntes	1.600.877	-	1.600.877	
Diferidos	-	3.029.670	3.029.670	
Outros passivos	60.843.306	13.999.434	74.842.740	
Patrimônio líquido	-	86.229.994	86.229.994	
Total	912.280.184	476.584.345	1.388.864.529	

48 – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO

Principais ajustes promovidos ao patrimônio líquido e ao resultado do Banco resultantes da aplicação das IFRS:

R\$ mil			
	Referência	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em BR GAAP		83.980.784	78.408.095
Ajustes de IFRS		2.395.456	4.149.156
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(714.582)	(821.200)
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	5.006.061	3.920.662
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(3.699.846)	(3.229.384)
Formação de <i>joint ventures</i> – Parceria BB Mapfre	(c)	<u>851.735</u>	<u>868.499</u>
Ganho		985.537	985.537
Baixa de ágios (líquido dos efeitos tributários)		(440.595)	(440.595)
Alocação do preço de compra (líquido dos efeitos tributários)		306.793	323.557
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(d)	<u>684.984</u>	<u>677.585</u>
Amortização de ágio sobre investimentos		577.202	512.090
Cessão de créditos com coobrigação		-	(2.185)
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		53.849	124.461
Outros ajustes		53.933	43.219
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(e)	2.206.170	5.810.697
Outros ajustes		209.535	378.337
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(f)	(2.148.601)	(3.456.040)
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em IFRS		86.376.240	82.557.251
Participações de acionistas não controladores		3.700.453	3.672.743
Patrimônio líquido apurado em conformidade com as IFRS		90.076.693	86.229.994

R\$ mil				
	Referência	Exercício/2016	Exercício/2015	Exercício/2014
Resultado atribuível ao Controlador em BR GAAP		8.033.556	14.399.559	11.245.814
Ajustes de IFRS		(1.006.275)	(329.977)	607.282
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	106.618	73.712	(434)
Combinações de negócio – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	1.085.399	968.061	889.799
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(470.462)	(498.942)	(582.305)
Formação de <i>joint ventures</i> – Parceria BB Mapfre – Alocação do preço de compra	(c)	(16.764)	(19.036)	(20.299)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(d)	<u>7.399</u>	<u>159.015</u>	<u>42.172</u>
Amortização de ágio sobre investimentos		65.112	69.212	17.057
Cessão de créditos com coobrigação		2.185	20.229	45.870
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		(70.612)	79.463	89.984
Provisões técnicas – Contratos de seguros		-	-	(29.228)
Outros ajustes		10.714	(9.889)	(81.511)
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(e)	(3.604.527)	(505.954)	483.281
Outros ajustes ⁽¹⁾		578.623	(76.058)	224.980
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(f)	1.307.439	(430.775)	(429.912)
Resultado atribuível ao Controlador em IFRS		7.027.281	14.069.582	11.853.096
Participações de acionistas não controladores		1.632.296	1.728.457	1.490.400
Resultado apurado em conformidade com as IFRS		8.659.577	15.798.039	13.343.496

(1) Inclui, principalmente, a reversão da variação cambial dos investimentos no exterior cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação do Banco.

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidos como receita no ato do recebimento.

De acordo com as IFRS, em consonância com a IAS 39, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas em função do prazo apurado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado em até dez anos, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Os ajustes classificados como “Combinações de Negócios” referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Formação de *joint ventures* – Parceria BB Mapfre

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a formação das *joint ventures* SH1 e SH2 em parceria com a Mapfre foi registrada como uma troca de participações societárias considerando o valor contábil dos patrimônios líquidos contribuídos e recebidos. Para fins de equalização dessa parceria, houve aporte de recursos oriundos do Banco.

Em conformidade com a IFRS 10 – Demonstrações consolidadas, as participações societárias recebidas na formação da Parceria são registradas a valor justo, o valor contábil dos ativos contribuídos pelo Banco, incluindo qualquer ágio, são baixados e o resultado da transação é reconhecido na proporção da participação societária da Mapfre nas novas sociedades constituídas.

d) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Os ajustes apresentados nessa categoria refletem os efeitos líquidos da reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido dos investimentos em participações societárias avaliados por equivalência patrimonial, apurados em conformidade com as IFRS. Nesse grupamento, destacam-se as diferenças de práticas relacionadas à amortização de ágio sobre investimentos detidos pela BB Seguros Participações S.A. e os ajustes de reconciliação de patrimônio líquido e resultado do Banco Votorantim S.A.

e) Provisão para perdas em empréstimos a clientes

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, os empréstimos a clientes devem ser classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA ao risco H. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

Os principais critérios observados pelas instituições financeiras quando da classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco são relacionados a: (i) situação econômico-financeira do devedor; (ii) grau de endividamento; (iii) capacidade de geração de resultados; (iv) fluxo de caixa; (v) pontualidade e atrasos nos pagamentos; (vi) limite de crédito; (vii) natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e (viii) valor da operação.

A classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco é revista mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

A provisão para fazer face às perdas em empréstimos a clientes, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% (zero por cento) para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H. Apesar de o modelo utilizado determinar um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar um adicional de provisão.

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil.

Segundo as IFRS, a partir das disposições da IAS 39, o Banco classifica seus empréstimos a clientes em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade). O conjunto de operações em imparidade é segregado em função de sua relevância, gerando segmentos de operações sujeitas a tratamento individualizado (análise individual de imparidade) e/ou tratamento coletivo (análise coletiva de imparidade).

A avaliação individual envolve a valoração de cada operação, onde são ponderados aspectos inerentes ao cliente tomador e específicos das operações, tais como: situação das operações, compartilhamento de risco de crédito, situação econômico-financeira do cliente, restrições de crédito e garantias atreladas. A apuração da provisão de forma coletiva é realizada mediante a aplicação dos índices de perdas históricas em operações de natureza semelhante, considerando produtos similares e aspectos relacionados ao cliente tomador e à operação (nível de risco, situação original e prazo de exigibilidade).

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda incorrida, a partir da ocorrência de eventos de perda.

f) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

Esse ajuste decorre da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de conversão das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS.

49 – EFEITOS DA VARIAÇÃO CAMBIAL NO RESULTADO

	R\$ mil	
	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de juros	(7.271.268)	26.039.863
Despesas de juros	10.638.489	(31.404.693)
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	2.014.443	1.551.612
Outras despesas operacionais ⁽²⁾	(1.835.683)	(44.708)
Impostos – correntes ⁽³⁾	(2.023.596)	2.716.208
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽⁴⁾	(1.023.604)	1.599.799
Efeitos da variação cambial no resultado	498.781	458.081

(1) No exercício/2016, inclui, principalmente, a variação cambial de operações de câmbio. No exercício/2015, inclui, principalmente, variação cambial proveniente da conversão de investimentos no exterior.

(2) No exercício/2016, inclui, principalmente, variação cambial proveniente da conversão de investimentos no exterior. No exercício/2015, inclui, principalmente, variação cambial decorrente de compras com cartão de crédito no exterior.

(3) Refere-se aos efeitos fiscais sobre os instrumentos de *hedge* utilizados para proteção cambial das participações societárias no exterior.

(4) Refere-se à variação cambial proveniente de instrumentos financeiros derivativos (*swap* cambial, mercado futuro, opções e termo de moedas e de mercadorias).

50 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 09.02.2017, o Banco comunicou que o BB-BI e a AGCO do Brasil Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda. assinaram Acordo de Compra e Venda em que o BB-BI se compromete a vender toda sua participação de 17,45% no capital social da Kepler Weber S.A.

O valor firmado em contrato foi de R\$ 22,00 por ação e a concretização deste acordo não trará impacto relevante ao resultado do Banco.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Paulo Rogério Caffarelli

VICE-PRESIDENTES

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Antonio Mauricio Maurano
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
José Eduardo Pereira Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Márcio Hamilton Ferreira
Tarcísio Hübner
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adriano Meira Ricci
Alexandre Alves de Souza
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Renato Bonetti
Cícero Przendsiuk
Edmar José Casalatina
Edson Pascoal Cardozo
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Fabiano Macanhan Fontes
Fernando Florêncio Campos
Gustavo de Souza Fosse
João Pinto Rabelo Júnior
José Caetano de Andrade Minchillo
José Eduardo Moreira Bergo
Leonardo Silva de Loyola Reis
Márcio Luiz Moral
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marco Túlio Moraes da Costa
Márvio Melo Freitas
Nilson Martiniano Moreira
Reinaldo Kazufumi Yokoyama
Rogério Magno Panca
Simão Luiz Kovalski
Wilsa Figueiredo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Beny Parnes
Daniel Sigelmann
Eduardo Refinetti Guardia
Fabrício da Soller
Juliana Públio Donato de Oliveira
Luiz Serafim Spinola Santos
Paulo Rogério Caffarelli

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braidó
Felipe Palmeira Bardella
Giorgio Bampi
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egidio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar
Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

Notas Explicativas

2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE		795.973.628	777.895.021	804.240.873	771.228.599
Disponibilidades	6	11.836.019	16.502.703	12.805.771	18.054.422
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	414.656.085	367.796.225	404.769.645	351.419.935
Aplicações no mercado aberto		371.436.572	302.531.823	371.537.393	303.356.591
Aplicações em depósitos interfinanceiros		43.219.513	65.264.402	33.232.252	48.063.344
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	11.330.533	19.680.488	16.959.199	24.273.925
Carteira própria		8.537.289	16.754.540	13.937.394	20.534.138
Vinculados a compromissos de recompra		1.455.502	439.617	1.499.048	1.257.846
Vinculados à prestação de garantias		309.539	113.407	309.539	113.777
Instrumentos financeiros derivativos		1.028.203	2.372.924	1.213.218	2.368.164
Relações Interfinanceiras		68.026.103	65.050.180	68.026.103	65.050.180
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3.513	7.252	3.513	7.252
Créditos vinculados	9.a	66.063.844	63.361.321	66.063.844	63.361.321
Depósitos no Banco Central		63.451.094	60.810.918	63.451.094	60.810.918
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		54.959	54.205	54.959	54.205
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.557.791	2.496.198	2.557.791	2.496.198
Correspondentes		1.958.746	1.681.607	1.958.746	1.681.607
Relações Interdependências		376.530	597.676	376.530	597.676
Transferências internas de recursos		376.530	597.676	376.530	597.676
Operações de Crédito	10	166.075.940	189.471.387	174.149.338	188.807.055
Setor público		631.760	2.145.377	649.803	2.438.099
Setor privado		177.724.547	197.797.402	186.111.325	196.989.843
Operações de crédito vinculadas à cessão		374	431	374	431
(Provisão para operações de crédito)		(12.280.741)	(10.471.823)	(12.612.164)	(10.621.318)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	--	--	237.447	318.349
Setor privado		--	--	269.250	352.475
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		--	--	(31.803)	(34.126)
Outros Créditos		123.304.236	118.437.877	126.462.278	122.226.217
Créditos por avais e fianças honrados		494.543	397.550	494.543	397.550
Carteira de câmbio	11.a	17.188.751	19.827.456	17.188.751	19.847.057
Rendas a receber		4.155.635	4.073.928	2.644.778	2.784.436
Negociação e intermediação de valores		62.526	39.722	218.932	308.180
Créditos específicos	12.a	--	--	541	--
Diversos	12.b	103.330.671	95.551.755	107.887.734	100.389.034
(Provisão para outros créditos)		(1.927.890)	(1.452.534)	(1.973.001)	(1.500.040)
Outros Valores e Bens	13	368.182	358.485	454.562	480.840
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		278.263	241.444	339.302	332.533
(Provisão para desvalorizações)		(127.701)	(113.141)	(137.564)	(120.940)
Despesas antecipadas		217.620	230.182	252.824	269.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO NÃO CIRCULANTE		710.304.056	736.787.934	597.136.101	629.900.158
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		668.656.421	695.416.225	564.008.357	597.797.430
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	57.290.568	71.712.903	942.027	1.321.852
Aplicações no mercado aberto		149.393	217.125	145.292	174.225
Aplicações em depósitos interfinanceiros		57.141.175	71.495.778	796.735	1.147.627
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	159.489.761	139.144.005	104.309.483	93.011.125
Carteira própria		92.799.389	61.475.706	65.273.440	71.087.575
Vinculados a compromissos de recompra		63.466.289	72.710.285	35.791.728	16.939.716
Vinculados à prestação de garantias		2.824.737	3.964.146	2.844.970	3.989.966
Instrumentos financeiros derivativos		399.346	993.868	399.345	993.868
Relações Interfinanceiras		497.227	358.235	497.227	358.235
Créditos vinculados	9.a	1.909	99	1.909	99
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		1.909	99	1.909	99
Repasse interfinanceiros		495.306	358.136	495.306	358.136
Correspondentes		12	--	12	--
Operações de Crédito	10	385.328.907	421.782.038	390.774.002	439.070.732
Setor público		73.166.461	76.373.635	73.401.682	76.374.043
Setor privado		333.760.096	366.860.227	338.986.894	384.232.452
Operações de crédito vinculadas à cessão		611.713	332.860	611.713	332.860
(Provisão para operações de crédito)		(22.209.363)	(21.784.684)	(22.226.287)	(21.868.623)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	--	--	325.376	507.440
Setor privado		--	--	334.946	522.360
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		--	--	(9.570)	(14.920)
Outros Créditos		66.037.086	62.406.857	67.143.433	63.512.259
Carteira de câmbio	11.a	282.794	1.573.065	282.794	1.573.065
Rendas a receber		29.922	35.044	31.350	36.398
Negociação e intermediação de valores		835.615	1.268.770	887.868	1.344.984
Créditos específicos	12.a	377.698	333.908	377.698	334.604
Diversos	12.b	65.171.310	59.911.296	66.337.503	61.040.381
(Provisão para outros créditos)		(660.253)	(715.226)	(773.780)	(817.173)
Outros Valores e Bens	13	12.872	12.187	16.809	15.787
Despesas antecipadas		12.872	12.187	16.809	15.787
PERMANENTE		41.647.635	41.371.709	33.127.744	32.102.728
Investimentos		25.775.248	25.121.880	16.855.006	15.452.248
Participações em coligadas e controladas	14.a	25.651.233	24.980.438	16.703.729	15.281.217
No país		21.813.341	20.139.721	16.631.072	15.100.387
No exterior		3.837.892	4.840.717	72.657	180.830
Outros investimentos	14.c	135.416	190.186	170.398	225.300
(Provisão para perdas)		(11.401)	(48.744)	(19.121)	(54.269)
Imobilizado de Uso	15	7.313.029	7.108.125	7.557.478	7.323.034
Imóveis de uso		7.598.208	6.669.630	7.722.456	6.796.594
Outras imobilizações de uso		9.654.903	9.073.317	9.953.340	9.336.493
(Depreciação acumulada)		(9.940.082)	(8.634.822)	(10.118.318)	(8.810.053)
Intangível	16	8.559.358	9.125.350	8.715.260	9.310.872
Ativos intangíveis		19.394.101	17.249.595	19.602.197	17.543.048
(Amortização acumulada)		(10.834.743)	(8.124.245)	(10.886.937)	(8.232.176)
Diferido		--	16.354	--	16.574
Gastos de organização e expansão		--	1.584.613	2.098	1.588.601
(Amortização acumulada)		--	(1.568.259)	(2.098)	(1.572.027)
TOTAL DO ATIVO		1.506.277.684	1.514.682.955	1.401.376.974	1.401.128.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
PASSIVO CIRCULANTE		1.057.475.953	969.563.894	1.004.424.338	909.357.947
Depósitos	17.a	383.813.276	399.739.647	394.668.312	406.119.891
Depósitos à vista		65.809.429	63.125.959	69.349.186	66.549.760
Depósitos de poupança		151.763.344	151.845.281	151.763.344	151.845.281
Depósitos interfinanceiros		19.416.185	43.855.046	17.827.013	35.863.954
Depósitos a prazo		146.771.207	140.913.361	155.675.658	151.860.896
Outros depósitos		53.111	--	53.111	--
Captações no Mercado Aberto	17.c	366.493.039	298.848.240	358.409.319	294.973.701
Carteira própria		45.949.587	29.640.664	42.983.151	30.332.240
Carteira de terceiros		320.543.452	269.207.576	315.426.168	264.641.461
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	67.816.640	43.452.844	68.052.214	43.600.506
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		62.623.394	31.127.215	62.623.394	31.127.215
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		5.193.246	12.325.629	5.428.820	12.473.291
Relações Interfinanceiras		1.075	30.621	1.075	30.621
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.075	34	1.075	34
Correspondentes		--	30.587	--	30.587
Relações Interdependências		2.450.012	5.438.786	2.450.012	5.438.786
Recursos em trânsito de terceiros		2.446.807	5.438.146	2.446.807	5.438.146
Transferências internas de recursos		3.205	640	3.205	640
Obrigações por Empréstimos	19.a	19.694.260	27.328.763	17.997.094	22.214.249
Empréstimos no exterior		19.694.260	27.328.763	17.997.094	22.214.249
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	39.463.212	39.015.202	39.463.427	39.015.494
BNDES		8.227.439	11.394.421	8.227.439	11.394.421
Caixa Econômica Federal		23.758.043	19.690.627	23.758.043	19.690.627
Finame		5.155.044	5.696.267	5.155.259	5.696.559
Outras instituições		2.322.686	2.233.887	2.322.686	2.233.887
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	1.953.014	12.836.877	95	9.916
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	59.687.362	53.056.875	1.089.344	1.967.562
Outras Obrigações		116.104.063	89.816.039	122.293.446	95.987.221
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		406.752	379.843	427.463	398.229
Carteira de câmbio	11.a	17.826.391	13.656.286	17.879.212	13.737.534
Sociais e estatutárias		557.800	1.026.913	1.125.248	1.588.380
Fiscais e previdenciárias	20.a	22.500.574	17.230.712	24.755.372	19.149.334
Negociação e intermediação de valores		163.646	154.778	379.982	563.939
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	9.055.620	10.021.062	9.055.620	10.021.062
Dívidas subordinadas	20.c	4.160.250	1.852.172	4.158.742	1.845.639
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	279.308	121.373	279.308	121.313
Diversas	20.e	61.153.722	45.372.900	64.232.499	48.561.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		372.583.562	474.445.691	309.758.884	410.234.637
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		372.142.112	473.993.432	309.312.622	409.775.429
Depósitos	17.a	50.583.513	56.883.428	51.312.376	58.299.827
Depósitos interfinanceiros		2.430.412	4.467.477	2.837.788	5.618.593
Depósitos a prazo		48.153.101	52.415.951	48.474.588	52.681.234
Captações no Mercado Aberto	17.c	18.268.504	42.937.333	16.224.713	38.547.947
Carteira própria		18.264.388	42.894.386	16.224.699	38.547.900
Carteira de terceiros		4.116	42.947	14	47
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	94.392.020	141.475.076	97.114.139	144.960.986
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		82.047.387	123.923.197	82.047.387	123.923.197
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		12.242.321	17.540.555	14.964.440	21.026.465
Certificados de operações estruturadas		102.312	11.324	102.312	11.324
Obrigações por Empréstimos	19.a	32.315.094	44.381.683	2.412.254	7.441.111
Empréstimos no país - outras instituições		--	--	--	38.494
Empréstimos no exterior		32.315.094	44.381.683	2.412.254	7.402.617
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	43.618.771	51.049.214	43.619.266	51.049.914
Tesouro Nacional		149.248	178.145	149.248	178.145
BNDES		23.859.417	26.586.982	23.859.417	26.586.982
Finame		19.610.106	24.284.087	19.610.601	24.284.787
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	26.063.986	19.375.778	382	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	781.790	1.321.609	781.047	1.321.610
Outras Obrigações		106.118.434	116.569.311	97.848.445	108.153.652
Carteira de câmbio	11.a	5.322.077	1.862.406	5.322.077	1.862.406
Sociais e estatutárias		--	--	986	--
Fiscais e previdenciárias	20.a	392.985	269.794	733.452	784.824
Negociação e intermediação de valores		706.390	1.192.050	24.613	107.822
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	5.734.905	4.981.462	5.734.905	4.981.462
Operações especiais		2.203	2.187	2.203	2.187
Dívidas subordinadas	20.c	50.971.499	52.181.647	50.942.804	52.172.117
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	5.247.283	7.750.033	5.246.031	7.745.195
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.c e 20.d	32.814.492	35.393.303	24.714.492	27.293.304
Diversas	20.e	4.926.600	12.936.429	5.126.882	13.204.335
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		441.450	452.259	446.262	459.208
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	76.218.169	70.673.370	87.193.752	81.536.173
Capital		67.000.000	60.000.000	67.000.000	60.000.000
De domiciliados no país		53.209.529	47.321.901	53.209.529	47.321.901
De domiciliados no exterior		13.790.471	12.678.099	13.790.471	12.678.099
Instrumento Elegível ao Capital Principal	23.c	--	--	8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital		14.405	13.308	15.509	14.326
Reservas de Reavaliação		2.660	2.730	2.660	2.730
Reservas de Lucros		27.983.954	29.396.365	27.646.569	29.031.090
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(16.929.205)	(17.042.671)	(16.929.205)	(17.042.671)
(Ações em Tesouraria)		(1.853.645)	(1.696.362)	(1.854.749)	(1.697.380)
Participação dos Não Controladores		--	--	3.212.968	3.128.078
TOTAL DO PASSIVO		1.506.277.684	1.514.682.955	1.401.376.974	1.401.128.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		91.944.241	165.342.608	180.836.676	94.917.256	167.305.078	181.332.178
Operações de crédito	10.b	52.903.385	97.381.766	105.809.573	57.024.754	101.471.173	108.435.135
Operações de arrendamento mercantil	10.i	--	--	--	155.494	333.419	421.912
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.b	39.178.207	67.818.522	70.057.422	34.099.308	57.917.523	61.161.035
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	8.e	(4.188.883)	(9.217.944)	(4.831.277)	(566.365)	(2.179.612)	1.356.187
Resultado de operações de câmbio	11.b	301.957	1.680.832	2.690.991	358.360	1.905.262	2.730.873
Resultado das aplicações compulsórias	9.b	2.770.796	5.608.445	5.097.498	2.770.796	5.608.445	5.097.498
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		978.779	2.070.987	2.012.469	1.074.909	2.248.868	2.129.538
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(77.812.076)	(133.749.827)	(165.567.457)	(79.238.456)	(135.377.886)	(159.286.986)
Operações de captação no mercado	17.d	(57.311.711)	(111.393.851)	(98.584.640)	(60.387.442)	(113.542.657)	(98.905.381)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	19.c	(6.065.944)	6.055.455	(41.359.760)	(4.255.867)	7.078.354	(34.317.257)
Operações de arrendamento mercantil	10.i	--	--	--	(85.311)	(188.266)	(255.075)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(47.518)	(75.562)	(33.638)	(47.518)	(75.562)	(33.638)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.f e 10.g	(14.386.903)	(28.335.869)	(25.589.419)	(14.462.318)	(28.649.755)	(25.775.635)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		14.132.165	31.592.781	15.269.219	15.678.800	31.927.192	22.045.192
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(10.802.405)	(21.644.131)	(9.183.510)	(10.208.421)	(17.782.633)	(15.697.324)
Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias	21.a	9.057.461	17.617.028	16.475.271	12.383.160	24.003.921	22.360.619
Receitas de prestação de serviços		4.873.407	9.657.310	9.740.397	7.932.992	15.538.969	15.189.551
Rendas de tarifas bancárias		4.184.054	7.959.718	6.734.874	4.450.168	8.464.952	7.171.068
Despesas de pessoal	21.b	(11.739.064)	(21.600.959)	(19.469.202)	(12.373.767)	(22.885.997)	(20.762.171)
Outras despesas administrativas	21.c	(7.982.436)	(15.547.361)	(15.318.082)	(8.061.287)	(15.662.071)	(15.414.394)
Despesas tributárias	24.c	(2.230.925)	(4.546.925)	(3.631.271)	(2.819.001)	(5.641.524)	(5.081.623)
Resultado de participações em coligadas e controladas	14	3.570.508	4.164.773	13.764.909	2.180.340	4.295.548	4.367.566
Outras receitas operacionais	21.d	4.173.126	8.497.478	9.685.966	4.487.348	9.037.928	10.123.972
Outras despesas operacionais	21.e	(5.651.075)	(10.228.165)	(10.691.101)	(6.005.214)	(10.930.438)	(11.291.293)
RESULTADO OPERACIONAL		3.329.760	9.948.650	6.085.709	5.470.379	14.144.559	6.347.868
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	12.612	11.643	(19.232)	118.851	227.131	5.937.598
Receitas não operacionais		130.057	172.656	103.342	240.834	393.644	6.066.491
Despesas não operacionais		(117.445)	(161.013)	(122.574)	(121.983)	(166.513)	(128.893)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		3.342.372	9.960.293	6.066.477	5.589.230	14.371.690	12.285.466
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.a	221.749	(1.019.012)	9.865.537	(1.142.961)	(3.647.467)	5.684.062
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(385.922)	(1.011.167)	(1.823.527)	(388.859)	(1.015.628)	(1.827.985)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		--	--	--	(847.953)	(1.675.039)	(1.741.984)
LUCRO LÍQUIDO		3.178.199	7.930.114	14.108.487	3.209.457	8.033.556	14.399.559
LUCRO POR AÇÃO	23.f						
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.784.750.547	2.787.552.822	2.794.842.378			
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,14	2,84	5,05			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas			
Saldos em 31.12.2014		54.000.000	10.051	2.805	5.468.217	21.557.764	(9.437.805)	(160.035)	(1.620.785)	--	69.820.212
Aumento de capital - capitalização de reservas		6.000.000	--	--	--	(6.000.000)	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	(2.002.669)	(204.067)	--	--	(2.206.736)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	(5.238.095)	--	--	--	(5.238.095)
Transações com pagamento baseado em ações		--	7.672	--	--	--	--	--	5.036	--	12.708
Programa de recompra de ações		--	(4.415)	--	--	--	--	--	(80.613)	--	(85.028)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	7.568	7.568
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(75)	--	--	--	--	--	75	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	14.108.487	14.108.487
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	705.425	8.926.420	--	--	--	(9.631.845)	--
- Dividendos	23.g	--	--	--	--	(1.261.461)	--	--	--	(39.046)	(1.300.507)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	(4.445.239)	(4.445.239)
Saldos em 31.12.2015		60.000.000	13.308	2.730	6.173.642	23.222.723	(16.678.569)	(364.102)	(1.696.362)	--	70.673.370
Mutações do período		6.000.000	3.257	(75)	705.425	1.664.959	(7.240.764)	(204.067)	(75.577)	--	853.158
Saldos em 30.06.2016		67.000.000	14.405	2.695	6.411.237	19.330.414	(18.259.672)	(59.013)	(1.853.645)	--	72.586.421
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	(26.087)	74.638	--	--	48.551
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	1.340.929	--	--	--	1.340.929
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	7.458	7.458
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(35)	--	--	--	--	--	35	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	3.178.199	3.178.199
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	158.910	2.083.393	--	--	--	(2.242.303)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	(943.389)	(943.389)
Saldos em 31.12.2016		67.000.000	14.405	2.660	6.570.147	21.413.807	(16.944.830)	15.625	(1.853.645)	--	76.218.169
Mutações do período		--	--	(35)	158.910	2.083.393	1.314.842	74.638	--	--	3.631.748
Saldos em 31.12.2015		60.000.000	13.308	2.730	6.173.642	23.222.723	(16.678.569)	(364.102)	(1.696.362)	--	70.673.370
Aumento de capital - capitalização de reservas		7.000.000	--	--	--	(7.000.000)	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	1.306.804	379.727	--	--	1.686.531
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	(1.573.065)	--	--	--	(1.573.065)
Transações com pagamento baseado em ações		--	1.097	--	--	--	--	--	6.243	--	7.340
Adimplemento de operação afiançada pelo FGCN - Fundo Garantidor da Construção Naval		--	--	--	--	--	--	--	(163.526)	--	(163.526)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	12.012	12.012
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(70)	--	--	--	--	--	70	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	7.930.114	7.930.114
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	396.505	5.191.084	--	--	--	(5.587.589)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.354.607)	(2.354.607)
Saldos em 31.12.2016		67.000.000	14.405	2.660	6.570.147	21.413.807	(16.944.830)	15.625	(1.853.645)	--	76.218.169
Mutações do período		7.000.000	1.097	(70)	396.505	(1.808.916)	(266.261)	379.727	(157.283)	--	5.544.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31.12.2014		54.000.000	8.100.000	10.773	2.805	5.468.217	21.157.294	(9.437.805)	(160.035)	(1.621.507)	--	3.093.452	80.613.194
Aumento de capital - capitalização de reservas		6.000.000	--	--	--	--	(6.000.000)	--	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(2.002.669)	(204.067)	--	--	--	(2.206.736)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(5.238.095)	--	--	--	--	(5.238.095)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	7.968	--	--	--	--	--	4.741	--	--	12.709
Programa de recompra de ações		--	--	(4.415)	--	--	--	--	--	(80.614)	--	--	(85.029)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.568	--	7.568
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(75)	--	--	--	--	--	75	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	34.626	34.626
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	14.399.558	--	14.399.558
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(255.877)	--	(255.877)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	35.194	--	--	--	(35.194)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	705.425	8.926.420	--	--	--	(9.631.845)	--	--
- Dividendos	23.g	--	--	--	--	--	(1.261.460)	--	--	--	(39.046)	--	(1.300.506)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(4.445.239)	--	(4.445.239)
Saldos em 31.12.2015		60.000.000	8.100.000	14.326	2.730	6.173.642	22.857.448	(16.678.569)	(364.102)	(1.697.380)	--	3.128.078	81.536.173
Mutações do período		6.000.000	--	3.553	(75)	705.425	1.700.154	(7.240.764)	(204.067)	(75.873)	--	34.626	922.979
Saldos em 30.06.2016		67.000.000	8.100.000	15.509	2.695	6.411.237	18.991.096	(18.259.672)	(59.013)	(1.854.749)	--	3.102.235	83.449.338
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(26.087)	74.638	--	--	--	48.551
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	1.340.929	--	--	--	--	1.340.929
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.458	--	7.458
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(35)	--	--	--	--	--	35	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	110.733	110.733
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.209.457	--	3.209.457
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(29.325)	--	(29.325)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	1.933	--	--	--	(1.933)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	158.910	2.083.393	--	--	--	(2.242.303)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(943.389)	--	(943.389)
Saldos em 31.12.2016		67.000.000	8.100.000	15.509	2.660	6.570.147	21.076.422	(16.944.830)	15.625	(1.854.749)	--	3.212.968	87.193.752
Mutações do período		--	--	--	(35)	158.910	2.085.326	1.314.842	74.638	--	--	110.733	3.744.414
Saldos em 31.12.2015		60.000.000	8.100.000	14.326	2.730	6.173.642	22.857.448	(16.678.569)	(364.102)	(1.697.380)	--	3.128.078	81.536.173
Aumento de capital - capitalização de reservas		7.000.000	--	--	--	--	(7.000.000)	--	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	1.306.804	379.727	--	--	--	1.686.531
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(1.573.065)	--	--	--	--	(1.573.065)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	1.183	--	--	--	--	--	6.157	--	--	7.340
Adimplemento de operação afiançada pelo FGCN - Fundo Garantidor da Construção Naval	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(163.526)	--	--	(163.526)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	12.012	--	12.012
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(70)	--	--	--	--	--	70	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	84.890	84.890
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.033.556	--	8.033.556
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(75.552)	--	(75.552)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	27.890	--	--	--	(27.890)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	396.505	5.191.084	--	--	--	(5.587.589)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.354.607)	--	(2.354.607)
Saldos em 31.12.2016		67.000.000	8.100.000	15.509	2.660	6.570.147	21.076.422	(16.944.830)	15.625	(1.854.749)	--	3.212.968	87.193.752
Mutações do período		7.000.000	--	1.183	(70)	396.505	(1.781.026)	(266.261)	379.727	(157.369)	--	84.890	5.657.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações							
Lucro antes dos Tributos e Participações		3.342.372	9.960.293	6.066.477	5.589.230	14.371.690	12.285.466
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		14.536.109	37.774.861	16.386.238	14.800.646	38.448.127	15.407.820
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	10.f e 10.g	14.386.903	28.335.869	25.589.419	14.462.318	28.649.755	25.775.635
Depreciações e amortizações	21.c	2.086.548	4.200.226	4.131.586	2.118.880	4.253.871	4.178.235
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	15 e 16	12.866	12.866	(1.538)	44.169	44.169	(1.569)
Resultado de participação em coligadas e controladas	14.a	(3.570.508)	(4.164.773)	(13.764.909)	(2.180.340)	(4.295.548)	(4.367.566)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	22	33.967	25.302	(16.294)	31.967	19.479	(24.371)
Lucro na alienação de investimentos	22	(52.870)	(52.870)	--	(52.870)	(52.870)	(2.545)
(Ganho) Perda de capital	22	48.329	73.438	71.885	(46.885)	(118.695)	(5.861.813)
Resultado da conversão de moeda estrangeira	14.a	49.102	(1.490.031)	2.556.056	--	--	--
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	22	8.387	14.920	(3.927)	8.434	14.525	(7.209)
Amortização de ágios em investimentos	14.d	43.181	88.516	99.173	101.593	205.341	204.052
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	27	1.530.138	2.872.340	4.039.003	1.536.683	2.946.000	4.087.726
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	26	191.972	(67.600)	(1.487.004)	191.972	(67.600)	(1.487.004)
Comissões de corretagem diferidas		--	--	--	(408.249)	(750.632)	(802.402)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(236.457)	7.926.557	(4.830.473)	(128.023)	9.361.703	(4.343.112)
Resultado dos não controladores		--	--	--	(847.953)	(1.675.039)	(1.741.984)
Outros ajustes		4.551	101	3.261	(31.050)	(86.332)	(198.253)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		17.878.481	47.735.154	22.452.715	20.389.876	52.819.817	27.693.286
Variações Patrimoniais		17.989.276	(24.236.122)	12.062.568	18.541.956	(29.576.965)	9.926.154
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		47.580.386	(32.023.919)	(47.561.079)	47.625.201	(47.304.735)	(14.109.660)
Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		4.738.167	8.543.865	10.180.180	645.877	2.116.809	1.822.074
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		(639.842)	(3.271.913)	(449.931)	(639.842)	(3.271.913)	(449.931)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		1.953.034	(2.640.176)	2.413.319	1.953.034	(2.640.176)	2.413.319
(Aumento) Redução em operações de crédito		18.987.672	32.714.559	(53.349.136)	19.034.241	35.580.723	(57.956.773)
(Aumento) Redução em recursos de arrendamento mercantil		--	--	--	53.108	202.289	(30.327)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(2.835.859)	(6.073.067)	739.658	(2.771.087)	(5.701.352)	1.059.589
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(17.824)	(50.604)	98.811	12.091	(8.748)	66.527
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.205.387)	(4.904.242)	(449.407)	(2.588.651)	(6.628.278)	(4.621.911)
(Redução) Aumento em depósitos		(1.255.402)	(22.226.286)	(11.694.414)	5.102.156	(18.439.030)	(3.756.346)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(36.356.109)	42.975.970	41.117.255	(37.334.603)	41.112.384	39.601.214
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(9.380.114)	(22.719.260)	38.633.468	(9.342.372)	(23.395.139)	40.970.718
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(5.573.764)	(29.389.149)	36.156.315	(5.873.576)	(16.238.548)	10.058.157
(Redução) Aumento em outras obrigações		2.983.859	14.838.909	(3.808.811)	2.659.530	15.051.695	(5.174.334)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		10.459	(10.809)	36.340	6.849	(12.946)	33.838
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		35.867.757	23.499.032	34.515.283	38.931.832	23.242.852	37.619.440
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento							
Aumento em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(10.099.407)	(30.364.790)	(34.400.692)	(10.849.149)	(34.052.003)	(34.761.204)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		12.974.379	29.330.231	24.451.415	13.341.665	29.962.323	24.030.749
Aumento em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(8.060.817)	(11.995.442)	(6.022.381)	(4.755.049)	(1.731.045)	(76.952)
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		2.419.867	5.070.691	5.017.649	1.346.908	2.520.093	2.344.781
Aquisição de imobilizado de uso		(953.725)	(1.333.205)	(1.258.082)	(1.061.839)	(1.421.783)	(1.369.308)
Alienação de imobilizado de uso		29.140	19.146	11.391	63.544	43.700	19.976
(Aquisição) Alienação de investimentos		(106.307)	(1.516.884)	(1.707.607)	249.945	195.680	59.448
Aquisição de intangíveis		(2.842.695)	(3.064.525)	(1.636.819)	(2.902.746)	(3.085.455)	(1.706.715)
Baixa de intangíveis/diferidos		542.934	542.934	176.580	543.239	543.239	173.237
Recursos oriundos de parceria no setor de cartões		--	--	--	--	--	2.314.674
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(6.096.631)	(13.311.844)	(15.368.546)	(4.023.482)	(7.025.251)	(8.971.314)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento							
Variação da participação dos acionistas não controladores		--	--	--	110.733	84.890	34.626
Aumento em obrigações por dívida subordinada		3.351.132	2.054.327	5.410.130	3.328.064	2.040.187	5.404.593
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		385.238	(5.880.023)	8.240.069	397.863	(5.876.377)	8.243.493
Aquisição de ações em tesouraria		--	(157.283)	(75.577)	--	(157.369)	(75.873)
Dividendos pagos		--	--	(1.551.766)	--	--	(1.551.766)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.253.757)	(2.530.730)	(4.198.619)	(1.253.757)	(2.530.730)	(4.198.619)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2.482.613	(6.513.709)	7.824.237	2.582.903	(6.439.399)	7.856.454
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		32.253.739	3.673.479	26.970.974	37.491.253	9.778.202	36.504.580
Início do período		69.791.773	106.535.047	74.733.600	65.504.394	102.707.171	61.859.479
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		236.457	(7.926.557)	4.830.473	128.023	(9.361.703)	4.343.112
Fim do período		102.281.969	102.281.969	106.535.047	103.123.670	103.123.670	102.707.171
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		32.253.739	3.673.479	26.970.974	37.491.253	9.778.202	36.504.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas		84.809.558	152.311.611	170.068.726	91.051.435	160.317.361	181.966.312
Receitas de intermediação financeira		91.944.241	165.342.608	180.836.676	94.917.256	167.305.078	181.332.178
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		9.057.461	17.617.028	16.475.271	12.383.160	24.003.921	22.360.619
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.386.903)	(28.335.869)	(25.589.419)	(14.462.318)	(28.649.755)	(25.775.635)
Ganhos de capital	22	8.101	16.574	23.164	104.691	210.934	5.960.415
Outras receitas/(despesas)		(1.813.342)	(2.328.730)	(1.676.966)	(1.891.354)	(2.552.817)	(1.911.265)
Despesas da Intermediação Financeira		(63.425.173)	(105.413.958)	(139.978.038)	(64.776.138)	(106.728.131)	(133.511.351)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.788.879)	(9.299.410)	(9.223.690)	(4.690.911)	(9.083.868)	(9.003.478)
Materiais, água, energia e gás	21.c	(284.407)	(628.520)	(615.886)	(297.231)	(651.886)	(638.433)
Serviços de terceiros	21.c	(717.289)	(1.482.228)	(1.625.299)	(718.612)	(1.469.457)	(1.579.014)
Comunicações	21.c	(572.431)	(1.132.992)	(1.143.251)	(590.984)	(1.170.401)	(1.182.062)
Processamento de dados	21.c	(587.741)	(1.104.574)	(934.409)	(450.835)	(844.887)	(738.378)
Transporte	21.c	(553.304)	(1.069.025)	(1.118.538)	(586.025)	(1.133.525)	(1.184.132)
Serviços de vigilância e segurança	21.c	(655.747)	(1.203.474)	(1.078.962)	(675.145)	(1.237.307)	(1.118.821)
Serviços do sistema financeiro	21.c	(325.076)	(657.740)	(612.375)	(393.891)	(787.540)	(722.374)
Propaganda e publicidade	21.c	(173.067)	(285.612)	(333.275)	(193.137)	(319.110)	(379.666)
Outras		(919.817)	(1.735.245)	(1.761.695)	(785.051)	(1.469.755)	(1.460.598)
Valor Adicionado Bruto		16.595.506	37.598.243	20.866.998	21.584.386	44.505.362	39.451.483
Despesas de amortização/depreciação	21.c	(2.129.729)	(4.288.742)	(4.230.759)	(2.220.473)	(4.459.212)	(4.382.287)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		14.465.777	33.309.501	16.636.239	19.363.913	40.046.150	35.069.196
Valor Adicionado Recebido em Transferência		3.570.508	4.164.773	13.764.909	2.180.340	4.295.548	4.367.566
Resultado de participações em coligadas e controladas		3.570.508	4.164.773	13.764.909	2.180.340	4.295.548	4.367.566
Valor Adicionado a Distribuir		18.036.285	37.474.274	30.401.148	21.544.253	44.341.698	39.436.762
Valor Adicionado Distribuído		18.036.285	37.474.274	30.401.148	21.544.253	44.341.698	39.436.762
Pessoal		10.816.105	20.133.255	18.775.075	11.411.424	21.339.572	19.994.447
Salários e honorários		7.880.797	13.910.760	12.109.578	8.337.064	14.842.936	13.058.966
Participação de empregados e administradores no lucro		385.922	1.011.167	1.823.527	388.859	1.015.628	1.827.985
Benefícios e treinamentos		1.464.255	2.820.177	2.613.713	1.516.905	2.921.609	2.708.403
FGTS		388.722	755.625	718.054	406.071	791.201	749.271
Outros encargos		696.409	1.635.526	1.510.203	762.525	1.768.198	1.649.822
Impostos, Taxas e Contribuições		3.318.057	8.044.809	(3.716.615)	5.313.165	11.851.046	1.993.270
Federais		2.836.600	7.110.423	(4.558.411)	4.584.533	10.443.806	676.135
Estaduais		525	941	832	525	941	832
Municipais		480.932	933.445	840.964	728.107	1.406.299	1.316.303
Remuneração de Capitais de Terceiros		723.924	1.366.096	1.234.201	762.254	1.442.485	1.307.502
Aluguéis	21.c	723.924	1.366.096	1.234.201	762.254	1.442.485	1.307.502
Remuneração de Capitais Próprios	23.g	3.178.199	7.930.114	14.108.487	4.057.410	9.708.595	16.141.543
Juros sobre capital próprio da União		513.113	1.280.680	2.569.299	513.113	1.280.680	2.569.299
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		430.276	1.073.927	1.875.940	430.276	1.073.927	1.875.940
Dividendos da União		--	--	752.961	--	--	752.961
Dividendos de outros acionistas		--	--	547.546	--	--	547.546
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--	--	--	29.325	75.552	255.877
Lucro retido		2.234.810	5.575.507	8.362.741	2.236.743	5.603.397	8.397.936
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--	--	--	847.953	1.675.039	1.741.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganização Societária na área de Seguros

Incorporação da BB Cor Participações S.A. pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

Em 27.12.2016, a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. incorporou a BB Cor Participações S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 27.12.2016, no montante de R\$ 26.976.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Cor verificada no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de distribuição de produtos de seguridade, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Corretora passou à condição de sucessora a título universal da BB Cor em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguridade é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguridade.

b) Parceria no Setor de Cartões

BB Elo Cartões e Cielo S.A.

Em 19.11.2014, o Banco comunicou que a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo Cartões), sua subsidiária integral, e a Cielo S.A. celebraram, nesta data, Acordo de Associação para formação de nova parceria estratégica no setor de meios eletrônicos de pagamento.

A participação societária da BB Elo Cartões e da Cielo na sociedade foi autorizada pelo Banco Central do Brasil em 30.12.2014.

A criação da sociedade, oriunda da parceria, foi autorizada, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, após transcorrido o prazo previsto no art. 65 da Lei n.º 12.529/2011, sem que houvesse a interposição de recursos ou avocação do processo pelo Tribunal Administrativo.

Em 27.02.2015, após a aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, e observado o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes ao fechamento da operação, a BB Elo Cartões e a Cielo concluíram a formação da parceria estratégica, constituindo uma nova sociedade denominada Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Cateno).

Segundo os termos do Acordo, a nova sociedade possui o direito, transferido pela BB Elo Cartões, de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, conforme as normas do marco regulatório no setor de meios eletrônicos de pagamento. Além disso, o novo negócio tem entre seus objetivos realizar associações com outros parceiros de forma a aproveitar oportunidades em nicho de mercado relacionado a meios eletrônicos de pagamento, buscando a obtenção de ganhos de sinergia e otimizando a estruturação de novos negócios no segmento.

O aporte desse ativo intangível ao patrimônio líquido da Cateno representou R\$ 11.572.000 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a Cateno entregou à BB Elo Cartões os montantes de R\$ 4.640.951 mil em moeda corrente, referentes ao pagamento dos tributos incidentes sobre a operação, e R\$ 3.459.449 mil em debêntures da Cielo. O montante de R\$ 3.471.600 mil foi mantido para compor a participação acionária da BB Elo Cartões na Cateno.

O capital social total foi dividido à proporção de 30% para a BB Elo Cartões e 70% para a Cielo. Entretanto, levando-se em consideração a participação indireta do Banco na Cielo, por meio do BB Banco de Investimento S.A., a participação societária indireta total do Banco do Brasil na Cateno, na data da aquisição, ficou distribuída conforme a seguir:

Participação BB - %	Ações ON	Ações PN	Total
Capital Total	42,27	100,00	50,13

Em razão da conclusão da operação, o montante de R\$ 3.211.700 mil impactou o resultado do Banco no exercício/2015, conforme quadro a seguir:

1) Ganho de capital da BB Elo Cartões	11.572.000
2) Tributos	(4.640.951)
3) Resultado na BB Elo Cartões, líquido de efeitos tributários (1+2)	6.931.049
4) Resultado não realizado (50,13% do item 3)	(3.474.189)
5) Resultado Consolidado (3+4)	3.456.860
6) Participação de empregados no lucro, líquida de efeitos tributários	(245.160)
7) Impacto no Lucro Líquido Consolidado (5+6)	3.211.700

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis prudenciais e em IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis individuais contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências no país e no exterior (BB Banco Múltiplo) e as demonstrações contábeis consolidadas contemplam também as operações de suas controladas, bem como das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa e BB Fund Class D). Essas demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Despesas de Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Bacen editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, CPC 22 - Informações por Segmento, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 41 - Resultado por Ação.

A aplicação dos normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante - Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 14.02.2017.

a) Participações Societárias Incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, Segregadas por Segmentos de Negócios:

	Atividade	31.12.2016	31.12.2015
		% de Participação	
Segmento Bancário			
Banco do Brasil AG	Bancária	100,00%	100,00%
BB Leasing Company Ltd. ⁽¹⁾	Arrendamento	--	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	100,00%	100,00%
Brasilian American Merchant Bank	Bancária	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	58,97%	58,96%
Segmento Investimentos			
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos			
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização			
BB Seguridade Participações S.A. ⁽²⁾	Holding	66,36%	66,25%
BB Cor Participações S.A. ^{(2) (3)}	Holding	--	66,25%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽²⁾	Corretora	66,36%	66,25%
BB Seguros Participações S.A. ⁽²⁾	Holding	66,36%	66,25%
Segmento Meios de Pagamento			
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%
Outros Segmentos			
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽⁴⁾	Turismo	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽²⁾	Informática	99,99%	99,97%

(1) A empresa realizou sua última Assembleia Geral em 28.01.2016, ocasião em que os saldos de todas as contas do balanço eram iguais a zero, tendo sido formalmente encerrada em 29.04.2016.

(2) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(3) Empresa incorporada pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. em 27.12.2016 (Nota 2.a).

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2016.

b) Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Demonstração do Resultado – Banco Múltiplo

Custos dos juros e serviços correntes e passados, referentes aos planos de benefícios aos empregados, dos grupamentos Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais para Despesas de Pessoal.

Reversão de provisões - demandas trabalhistas, cíveis e fiscais do grupamento Outras Receitas Operacionais para Despesas de Pessoal e Outras Despesas Operacionais, respectivamente.

Ressarcimento de despesas com operações de empréstimos, cessões e repasses do grupamento Outras Receitas Operacionais para Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.

Exercício/2015	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(165.898.056)	330.599	(165.567.457)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(41.690.359)	330.599	(41.359.760)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.938.620	330.599	15.269.219
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(8.852.911)	(330.599)	(9.183.510)
Despesas de pessoal	(19.477.344)	8.142	(19.469.202)
Outras receitas operacionais	10.072.872	(386.906)	9.685.966
Outras despesas operacionais	(10.739.266)	48.165	(10.691.101)

Demonstração do Resultado – BB Consolidado

Custos dos juros e serviços correntes e passados, referentes aos planos de benefícios aos empregados, dos grupamentos Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais para Despesas de Pessoal.

Reversão de provisões - demandas trabalhistas, cíveis e fiscais, dos grupamentos Outras Receitas Operacionais para Despesas de Pessoal e Outras Despesas Operacionais, respectivamente.

Ressarcimento de despesas com operações de empréstimos, cessões e repasses, do grupamento Outras Receitas Operacionais para Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.

Variação cambial dos investimentos, do grupamento Resultado de Participações em Coligadas e Controladas para Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.

Exercício/2015	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(163.120.330)	3.833.344	(159.286.986)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(38.150.601)	3.833.344	(34.317.257)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.211.848	3.833.344	22.045.192
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.863.980)	(3.833.344)	(15.697.324)
Despesas de pessoal	(20.770.313)	8.142	(20.762.171)
Resultado de participações em coligadas e controladas	7.797.453	(3.429.887)	4.367.566
Outras receitas operacionais	10.583.736	(459.764)	10.123.972
Outras despesas operacionais	(11.339.458)	48.165	(11.291.293)

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco

CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras do ramo de seguros privados e de capitalização, desde 01.09.2015 (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.ºs 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias – 4%, veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação do Banco e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, observado o máximo de 10 anos, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%. Não são registrados novos valores no ativo diferido, de acordo com a resolução CMN n.º 3.617/2008.

No exercício de 2016, os saldos registrados em títulos contábeis excluídos foram reclassificados para as adequadas contas do ativo, de acordo com a natureza da operação, conforme Carta Circular Bacen n.º 3.791/2016.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – a metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (Nota 26). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos tributários.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 27).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 23.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As práticas contábeis adotadas no Consolidado Gerencial diferem daquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis do BB-Consolidado (Nota 4.j) em função de que os investimentos em entidades controladas em conjunto são consolidados proporcionalmente à participação do Banco.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada na Nota 3. Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento Bancário

Preponderantemente obtido no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Composição do Resultado Gerencial por Segmento

	2º Semestre/2016							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Receitas da Intermediação Financeira	98.472.753	38.861	55.473	2.809.836	179.503	26.037	(327.922)	101.254.541
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	60.124.975	--	--	--	--	--	(56.353)	60.068.622
Empréstimos e direitos creditórios descontados	33.351.197	--	--	--	--	--	(4.468)	33.346.729
Financiamentos	18.218.906	--	--	--	--	--	--	18.218.906
Arrendamento mercantil	188.541	--	--	--	--	--	--	188.541
Demais	8.366.331	--	--	--	--	--	(51.885)	8.314.446
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	35.033.460	179.538	55.473	79.505	179.503	25.965	(313.431)	35.240.013
Aplicações interfinanceiras de liquidez	26.572.122	1.780	56.236	--	--	22.675	(314.125)	26.338.688
Títulos de renda fixa	8.039.529	2.156	(763)	79.505	179.503	2.111	694	8.302.735
Títulos de renda variável	421.809	175.602	--	--	--	1.179	--	598.590
Instrumentos financeiros derivativos	(475.821)	(140.677)	--	--	--	--	--	(616.498)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	3.160.792	--	--	--	--	72	26	3.160.890
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	629.347	--	--	--	--	--	--	629.347
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.730.331	--	--	41.836	2.772.167
Despesas da intermediação financeira	(82.544.917)	(237.853)	13	(1.923.642)	(3.331)	(62.065)	490.951	(84.280.844)
Despesas de captação no mercado	(62.561.245)	(233.440)	--	--	--	(62.345)	439.426	(62.417.604)
Captações com depósitos	(21.664.662)	(233.440)	--	--	--	--	247.406	(21.650.696)
Captações no mercado aberto	(27.718.867)	--	--	--	--	--	192.020	(27.526.847)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11.587.275)	--	--	--	--	(55.319)	--	(11.642.594)
Dívidas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(1.225.472)	--	--	--	--	--	--	(1.225.472)
Outras	(364.969)	--	--	--	--	(7.026)	--	(371.995)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(4.512.778)	--	--	--	--	--	51.525	(4.461.253)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(15.423.376)	(4.413)	13	--	(3.331)	280	--	(15.430.827)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(47.518)	--	--	--	--	--	--	(47.518)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(1.923.642)	--	--	--	(1.923.642)
Outras receitas	14.517.739	649.070	857.955	3.869.370	3.612.317	1.338.515	(1.142.663)	23.702.303
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	9.774.858	436.563	850.318	1.278.504	2.910.508	837.843	(844.720)	15.243.874
Rendas de cartões	708.831	--	--	--	--	--	--	708.831
Administração de fundos	1.408.988	--	598.213	789.598	--	1.007	(4.082)	2.793.724
Seguros, previdência e capitalização	234.826	--	--	1.355.756	--	--	--	1.590.582
Outras	3.049.690	411.399	12.481	(866.850)	2.910.508	836.836	(840.638)	5.513.426
Rendas com tarifas, taxas e comissões	4.372.523	25.164	239.624	--	--	--	--	4.637.311
Resultado de participações em coligadas e controladas	17.472	(8.308)	--	(37.518)	385	--	--	(27.969)
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.322.065	--	--	142.089	2.464.154
Demais receitas	4.725.409	220.815	7.637	306.319	701.424	500.672	(440.032)	6.022.244
Outras despesas	(29.983.263)	(298.689)	(159.450)	(1.381.980)	(2.398.677)	(845.903)	979.634	(34.088.328)
Despesas de pessoal	(12.426.141)	(40.162)	(45.964)	(272.051)	(166.795)	(179.114)	4.308	(13.125.919)
Outras despesas administrativas	(6.512.161)	(33.956)	(28.280)	(379.501)	(392.200)	(173.391)	816.451	(6.703.038)
Amortização	(1.592.794)	(54.700)	--	(49.248)	(78.049)	(1.821)	--	(1.776.612)
Depreciação	(574.151)	(1.610)	--	(8.944)	(61.096)	(5.509)	--	(651.310)
Despesas tributárias	(2.476.070)	(38.308)	(59.501)	(304.705)	(314.206)	(128.579)	--	(3.321.369)
Demais despesas	(6.401.946)	(129.953)	(25.705)	(367.531)	(1.386.331)	(357.489)	158.875	(8.510.080)
Lucro antes da Tributação e Participações	462.312	151.389	753.991	3.373.584	1.389.812	456.584	--	6.587.672
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	30.749	(23.932)	(332.383)	(1.225.045)	(470.894)	(69.960)	--	(2.091.465)
Participações no lucro	(414.238)	--	(830)	(19.946)	(1.676)	(2.107)	--	(438.797)
Participação dos não controladores	(147.040)	--	--	(700.911)	--	(2)	--	(847.953)
Lucro Líquido	(68.217)	127.457	420.778	1.427.682	917.242	384.515	--	3.209.457

	Exercício/2016							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas da Intermediação Financeira	174.237.290	(10.226)	95.409	6.059.214	355.653	99.266	(662.874)	180.173.732
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	108.005.559	--	--	--	--	--	(152.743)	107.852.816
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	63.077.073	--	--	--	--	--	(9.254)	63.067.819
Financiamentos	28.349.265	--	--	--	--	--	--	28.349.265
Arrendamento mercantil	411.559	--	--	--	--	--	--	411.559
Demais	16.167.662	--	--	--	--	--	(143.489)	16.024.173
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	59.709.239	150.852	95.409	148.496	355.653	99.036	(595.465)	59.963.220
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	48.175.411	2.527	96.317	--	--	42.228	(587.345)	47.729.138
Títulos de renda fixa	15.972.181	7.405	(332)	148.496	355.653	41.744	1.605	16.526.752
Títulos de renda variável	(4.438.353)	140.920	(576)	--	--	15.064	(9.725)	(4.292.670)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.089.518)	(161.078)	--	--	--	--	--	(2.250.596)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	7.458.828	--	--	--	--	230	4	7.459.062
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	1.153.182	--	--	--	--	--	--	1.153.182
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	5.910.718	--	--	85.330	5.996.048
Despesas da intermediação financeira	(141.344.226)	(457.991)	4	(4.117.154)	(3.387)	(120.229)	904.873	(145.138.110)
Despesas de captação no mercado	(117.817.486)	(446.286)	--	--	--	(120.857)	807.881	(117.576.748)
Captações com depósitos	(39.738.489)	(446.286)	--	--	--	--	469.313	(39.715.462)
Captações no mercado aberto	(51.229.678)	--	--	--	--	--	338.470	(50.891.208)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(23.640.384)	--	--	--	--	(105.519)	98	(23.745.805)
Dívidas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(2.473.121)	--	--	--	--	--	--	(2.473.121)
Outras	(735.814)	--	--	--	--	(15.338)	--	(751.152)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	6.566.551	--	--	--	--	--	96.992	6.663.543
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(30.017.729)	(11.705)	4	--	(3.387)	628	--	(30.032.189)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(75.562)	--	--	--	--	--	--	(75.562)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(4.117.154)	--	--	--	(4.117.154)
Outras receitas	28.774.334	1.240.966	1.669.751	7.574.789	6.629.594	2.566.120	(2.238.317)	46.217.237
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	18.973.334	799.140	1.654.901	2.397.700	5.471.798	1.580.581	(1.628.475)	29.248.979
Rendas de cartões	1.388.200	--	--	--	2.505.241	--	--	3.893.441
Administração de fundos	2.799.972	--	1.115.797	1.467.937	--	1.904	(8.109)	5.377.501
Seguros, previdência e capitalização	313.406	--	--	1.779.096	--	--	--	2.092.502
Outras	6.166.194	749.420	85.733	(849.333)	2.966.557	1.578.677	(1.620.366)	9.076.882
Rendas com tarifas, taxas e comissões	8.305.562	49.720	453.371	--	--	--	--	8.808.653
Resultado de participações em coligadas e controladas	21.557	(19.096)	--	(37.405)	(62.450)	147	--	(97.247)
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.699.278	--	--	272.281	4.971.559
Demais receitas	9.779.443	460.922	14.850	515.216	1.220.246	985.392	(882.123)	12.093.946
Outras despesas	(56.898.700)	(566.726)	(307.406)	(2.696.267)	(4.219.431)	(1.630.665)	1.996.318	(64.322.877)
Despesas de pessoal	(22.997.451)	(77.785)	(88.614)	(544.338)	(322.271)	(359.691)	8.626	(24.381.524)
Outras despesas administrativas	(12.455.368)	(69.286)	(54.616)	(736.294)	(697.030)	(328.626)	1.554.870	(12.786.350)
Amortização	(3.219.245)	(109.330)	--	(104.444)	(152.525)	(2.892)	--	(3.588.436)
Depreciação	(1.141.052)	(3.166)	--	(18.301)	(120.899)	(10.645)	--	(1.294.063)
Despesas tributárias	(5.039.558)	(63.322)	(115.437)	(682.251)	(609.282)	(242.210)	3.999	(6.748.061)
Demais despesas	(12.046.026)	(243.837)	(48.739)	(610.639)	(2.317.424)	(686.601)	428.823	(15.524.443)
Lucro antes da Tributação e Participações	4.768.698	206.023	1.457.758	6.820.582	2.762.429	914.492	--	16.929.982
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.700.168)	(39.529)	(648.631)	(2.571.345)	(946.945)	(185.372)	--	(6.091.990)
Participações no lucro	(1.085.281)	--	(1.251)	(37.896)	(1.759)	(3.210)	--	(1.129.397)
Participação dos não controladores	(287.007)	--	--	(1.388.029)	--	(3)	--	(1.675.039)
Lucro Líquido	1.696.242	166.494	807.876	2.823.312	1.813.725	725.907	--	8.033.556

	Exercício/2015							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas da Intermediação Financeira	190.181.112	64.417	90.261	5.065.962	287.602	153.924	(516.848)	195.326.430
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	115.686.044	--	--	--	--	--	(177.485)	115.508.559
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	55.827.745	--	--	--	--	16.870	(18.122)	55.826.493
Financiamentos	46.192.111	--	--	--	--	--	(70)	46.192.041
Arrendamento mercantil	732.745	--	--	--	--	--	--	732.745
Demais	12.933.443	--	--	--	--	(16.870)	(159.293)	12.757.280
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	63.371.832	64.895	90.261	58.427	287.602	153.040	(427.874)	63.598.183
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.769.880	1.254	83.529	--	--	35.413	(451.473)	40.438.603
Títulos de renda fixa	14.219.611	7.433	10.104	58.427	287.602	69.535	23.599	14.676.311
Títulos de renda variável	8.382.341	56.208	(3.372)	--	--	48.092	--	8.483.269
Instrumentos financeiros derivativos	2.396.855	(478)	--	--	--	327	--	2.396.704
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	8.082.929	--	--	--	--	557	(441)	8.083.045
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	643.452	--	--	--	--	--	--	643.452
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	5.007.535	--	--	88.952	5.096.487
Despesas da intermediação financeira	(167.097.414)	(346.250)	(40)	(3.276.891)	(286)	(67.731)	731.197	(170.057.415)
Despesas de captação no mercado	(104.525.558)	(332.921)	--	--	--	(69.481)	683.757	(104.244.203)
Captações com depósitos	(33.351.153)	(332.921)	--	--	--	--	384.104	(33.299.970)
Captações no mercado aberto	(43.769.624)	--	--	--	--	--	319.919	(43.449.705)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(23.822.441)	--	--	--	--	(62.293)	437	(23.884.297)
Dívidas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(2.844.219)	--	--	--	--	--	--	(2.844.219)
Outras	(738.121)	--	--	--	--	(7.188)	(20.703)	(766.012)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(35.108.132)	--	--	--	--	(2)	47.441	(35.060.693)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(27.411.910)	(13.329)	(40)	--	(286)	1.752	(1)	(27.423.814)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(51.814)	--	--	--	--	--	--	(51.814)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(3.276.891)	--	--	--	(3.276.891)
Outras receitas	28.449.729	1.138.415	1.518.009	7.473.007	11.643.619	2.315.789	(2.233.966)	50.304.602
Rendas de prestação de serviços	17.755.958	694.697	1.503.554	2.046.731	4.870.678	1.419.267	(1.475.175)	26.815.710
Rendas de cartões	798.641	--	--	--	4.647.682	--	--	5.446.323
Administração de fundos	2.236.172	--	969.022	1.166.208	--	4.224	(8.121)	4.367.505
Seguros, previdência e capitalização	152.930	--	--	859.146	--	--	--	1.012.076
Outras	14.568.215	694.697	534.532	21.377	222.996	1.415.043	(1.467.054)	15.989.806
Resultado de participações em coligadas e controladas	166.180	4.917	--	1.496	50.480	6.884	--	229.957
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	5.067.317	--	--	258.335	5.325.652
Demais receitas	10.527.591	438.801	14.455	357.463	6.722.461	889.638	(1.017.126)	17.933.283
Outras despesas	(54.150.456)	(565.631)	(291.025)	(2.535.997)	(4.408.315)	(1.487.578)	1.992.573	(61.446.429)
Despesas de pessoal	(20.943.713)	(68.936)	(83.318)	(531.387)	(307.821)	(335.028)	8.614	(22.261.589)
Outras despesas administrativas	(12.209.852)	(74.043)	(53.699)	(793.724)	(637.709)	(292.753)	1.454.357	(12.607.423)
Amortização	(3.181.051)	(95.260)	--	(86.866)	(126.129)	(2.531)	--	(3.491.837)
Depreciação	(1.106.414)	(3.416)	--	(19.433)	(29.730)	(8.765)	--	(1.167.758)
Despesas tributárias	(4.143.061)	(59.075)	(104.914)	(631.666)	(1.062.817)	(219.554)	--	(6.221.087)
Demais despesas	(12.566.365)	(264.901)	(49.094)	(472.921)	(2.244.109)	(628.947)	529.602	(15.696.735)
Lucro antes da Tributação e Participações	(2.617.029)	290.951	1.317.205	6.726.081	7.522.620	914.404	(27.044)	14.127.188
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	9.758.764	(80.415)	(542.320)	(2.391.215)	(2.532.534)	(234.656)	17.774	3.995.398
Participações no lucro	(1.919.324)	--	(1.949)	(53.922)	(3.338)	(2.510)	--	(1.981.043)
Participação dos não controladores	(322.584)	--	--	(1.419.393)	--	(7)	--	(1.741.984)
Lucro Líquido	4.899.827	210.536	772.936	2.861.551	4.986.748	677.231	(9.270)	14.399.559

h) Composição do Patrimônio Gerencial por Segmento

	31.12.2016							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.406.524.835	2.503.111	1.235.913	182.241.899	13.498.936	6.725.329	(16.985.898)	1.595.744.125
Disponibilidades	12.848.803	7.656	1.814	141.124	190.899	12.331	(52.842)	13.149.785
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	414.749.848	68.426	1.025.870	2.241.485	1.331.905	439.227	(8.137.223)	411.719.538
Títulos e valores mobiliários	129.150.667	1.097.819	6.677	166.590.019	6.456.153	841.793	(2.086.565)	302.056.563
Títulos para negociação	6.556.200	39.176	--	8.456.771	--	841.067	(559.624)	15.333.590
Títulos Disponíveis para Venda	116.266.151	1.058.643	21	150.342.815	6.456.153	726	(1.526.941)	272.597.568
Títulos mantidos até o vencimento	6.328.316	--	6.656	7.790.433	--	--	--	14.125.405
Instrumentos financeiros derivativos	2.762.190	194.364	--	--	--	--	(1.348)	2.955.206
Relações Interfinanceiras e Interdependências	69.070.181	--	--	--	--	--	--	69.070.181
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, líquido de provisões	586.036.313	--	--	--	13	2.684.260	(2.758.327)	585.962.259
Empréstimos e direitos creditórios descontados	218.412.404	--	--	--	--	2.684.260	(2.728.124)	218.368.540
Financiamentos	402.982.199	--	--	--	--	--	(30.201)	402.951.998
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	612.087	--	--	--	--	--	--	612.087
Arrendamento mercantil	667.866	--	--	--	13	--	(2)	667.877
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.638.243)	--	--	--	--	--	--	(36.638.243)
Provisão para operações de crédito	(36.593.864)	--	--	--	--	--	--	(36.593.864)
Provisão para outros créditos e arrendamento mercantil	(44.379)	--	--	--	--	--	--	(44.379)
Outros créditos	191.214.774	1.123.583	201.158	9.256.510	5.494.153	2.687.020	(3.949.228)	206.027.970
Outros valores e bens	692.059	11.263	394	4.012.761	25.813	60.698	(365)	4.802.623
Permanente	30.235.785	5.202.576	26.968	795.836	986.556	427.331	(16.987.954)	20.687.098
Investimentos	13.890.304	5.172.646	26.968	172.178	613.313	347.511	(16.981.053)	3.241.867
Participações em coligadas e controladas	13.723.377	3.830.326	--	117.418	637.356	--	(16.981.053)	1.327.424
Outros investimentos	205.127	1.349.266	26.987	68.525	1.264	347.511	--	1.998.680
Imparidade acumulada	(38.200)	(6.946)	(19)	(13.765)	(25.307)	--	--	(84.237)
Imobilizado de Uso	7.532.094	18.194	--	132.367	211.074	74.339	--	7.968.068
Intangível	8.813.387	11.736	--	491.291	162.169	5.481	(6.901)	9.477.163
Diferido	--	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL DO ATIVO	1.436.760.620	7.705.687	1.262.881	183.037.735	14.485.492	7.152.660	(33.973.852)	1.616.431.223
Passivo Total	1.351.005.928	4.686.872	1.131.252	175.813.096	7.057.961	3.679.613	(14.605.087)	1.528.769.635
Depósitos	447.951.025	3.437.479	--	419	(1)	--	(3.694.126)	447.694.796
Captações no mercado aberto	396.136.610	--	--	--	--	--	(6.670.996)	389.465.614
Recursos de aceites e emissão de títulos	173.257.205	--	--	--	904.834	2.801.839	--	176.963.878
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.500.930	--	--	--	--	--	--	2.500.930
Obrigações por Empréstimos	21.286.886	138.293	--	--	1.188.954	43.864	(74.065)	22.583.932
Obrigações por Repasses	84.785.421	--	--	--	--	--	--	84.785.421
Instrumentos financeiros derivativos	3.225.277	318	--	--	--	--	(1.349)	3.224.246
Outras Obrigações	221.862.574	1.110.782	1.131.252	175.812.677	4.964.174	833.910	(4.164.551)	401.550.818
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	166.831.163	--	--	(5.384)	166.825.779
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	63.066.711	--	--	--	--	--	(1.509)	63.065.202
Demais	158.795.863	1.110.782	1.131.252	8.981.514	4.964.174	833.910	(4.157.658)	171.659.837
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	464.509	--	--	--	--	3.692	(365)	467.836
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85.290.183	3.018.815	131.629	7.224.639	7.427.531	3.469.355	(19.368.400)	87.193.752
TOTAL DO PASSIVO	1.436.760.620	7.705.687	1.262.881	183.037.735	14.485.492	7.152.660	(33.973.852)	1.616.431.223

	31.12.2015							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.409.073.850	2.329.479	1.240.081	146.093.675	12.747.355	7.173.216	(15.830.164)	1.562.827.492
Disponibilidades	18.133.602	7.929	77	180.153	173.296	5.501	(142.051)	18.358.507
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	361.260.988	5.516	910.185	1.668.826	525.161	377.959	(6.287.566)	358.461.069
Títulos e valores mobiliários	124.492.021	1.426.399	16.685	129.887.846	3.901.426	621.833	(2.170.536)	258.175.674
Títulos para negociação	9.306.703	85.061	9.638	114.352.196	325.744	467.560	(270.266)	124.276.636
Títulos Disponíveis para Venda	111.259.972	1.341.338	21	3.417.303	1.055.790	154.273	(1.900.184)	115.328.513
Títulos mantidos até o vencimento	3.925.346	--	7.026	12.118.347	2.519.892	--	(86)	18.570.525
Instrumentos financeiros derivativos	4.637.397	1.278	--	--	61.268	--	(1.873)	4.698.070
Relações Interfinanceiras e Interdependências	66.042.169	--	--	--	--	--	--	66.042.169
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, líquido de provisões	650.686.508	--	--	--	--	3.212.445	(3.284.977)	650.613.976
Empréstimos e direitos creditórios descontados	255.485.376	--	--	--	--	3.212.445	(3.222.024)	255.475.797
Financiamentos	428.031.499	--	--	--	--	--	(62.953)	427.968.546
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	333.291	--	--	--	--	--	--	333.291
Arrendamento mercantil	971.490	--	--	--	--	--	--	971.490
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.135.148)	--	--	--	--	--	--	(34.135.148)
Provisão para operações de crédito	(34.072.735)	--	--	--	--	--	--	(34.072.735)
Provisão para outros créditos e arrendamento mercantil	(62.413)	--	--	--	--	--	--	(62.413)
Outros créditos	183.060.716	868.725	312.199	10.574.438	8.071.210	2.891.602	(3.942.715)	201.836.175
Outros valores e bens	760.449	19.632	935	3.782.412	14.994	63.876	(446)	4.641.852
Permanente	29.586.286	4.494.814	23.682	704.052	1.078.740	360.083	(15.036.138)	21.211.519
Investimentos	12.900.909	4.461.766	23.682	250.811	550.904	296.361	(15.036.138)	3.448.295
Participações em coligadas e controladas	12.718.420	3.209.678	1	196.509	508.230	--	(15.036.138)	1.596.700
Outros investimentos	255.374	1.256.839	23.700	63.803	42.982	296.361	--	1.939.059
Imparidade acumulada	(72.885)	(4.751)	(19)	(9.501)	(308)	--	--	(87.464)
Imobilizado de Uso	7.314.359	21.710	--	114.139	358.915	57.212	--	7.866.335
Intangível	9.347.037	11.338	--	339.102	168.921	6.510	--	9.872.908
Diferido	23.981	--	--	--	--	--	--	23.981
TOTAL DO ATIVO	1.438.660.136	6.824.293	1.263.763	146.797.727	13.826.095	7.533.299	(30.866.302)	1.584.039.011
Passivo Total	1.358.397.939	3.937.451	1.132.134	140.402.507	7.536.739	4.136.328	(13.522.313)	1.502.020.785
Depósitos	465.860.141	3.014.721	--	386	462	--	(3.557.918)	465.317.792
Captações no mercado aberto	352.869.871	--	--	--	--	--	(5.393.427)	347.476.444
Recursos de aceites e emissão de títulos	197.760.042	788	--	--	479.284	3.447.244	--	201.687.358
Relações Interfinanceiras e Interdependências	5.511.011	--	--	--	--	--	--	5.511.011
Obrigações por Empréstimos	31.574.204	101.068	--	--	2.355.094	48.073	(72.511)	34.005.928
Obrigações por Repasses	91.908.322	--	--	--	--	--	--	91.908.322
Instrumentos financeiros derivativos	4.747.983	251	--	--	--	4	(1.872)	4.746.366
Outras Obrigações	208.166.365	820.623	1.132.134	140.402.121	4.701.899	641.007	(4.496.585)	351.367.564
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	131.546.178	--	--	(14.032)	131.532.146
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	64.907.232	--	--	--	--	--	--	64.907.232
Demais	143.259.133	820.623	1.132.134	8.855.943	4.701.899	641.007	(4.482.553)	154.928.186
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	482.500	--	--	--	--	--	(447)	482.053
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	79.779.697	2.886.842	131.629	6.395.220	6.289.356	3.396.971	(17.343.542)	81.536.173
TOTAL DO PASSIVO	1.438.660.136	6.824.293	1.263.763	146.797.727	13.826.095	7.533.299	(30.866.302)	1.584.039.011

i) Conciliação do Resultado Gerencial por Segmento com o Resultado Contábil

	Consolidado Gerencial	2º Semestre/2016							BB Consolidado
		Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	
Receitas da Intermediação Financeira	101.254.541	(3.644.900)	--	--	(2.737.046)	71.932	15.311	(42.582)	94.917.256
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	60.068.622	(2.888.374)	--	--	--	--	--	--	57.180.248
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	33.346.729	(655.093)	--	--	--	--	--	--	32.691.636
Financiamentos	18.218.906	(1.861.400)	--	--	--	--	--	--	16.357.506
Arrendamento mercantil	188.541	(33.047)	--	--	--	--	--	--	155.494
Demais	8.314.446	(338.834)	--	--	--	--	--	--	7.975.612
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	35.240.013	(1.220.487)	--	--	(6.715)	71.932	15.311	(746)	34.099.308
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.338.688	(538.217)	--	--	--	--	(3)	--	25.800.468
Títulos de renda fixa	8.302.735	(612.670)	--	--	(6.715)	71.932	16.493	(746)	7.771.029
Títulos de renda variável	598.590	(69.600)	--	--	--	--	(1.179)	--	527.811
Instrumentos financeiros derivativos	(616.498)	50.133	--	--	--	--	--	--	(566.365)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	3.160.890	(31.734)	--	--	--	--	--	--	3.129.156
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	629.347	445.562	--	--	--	--	--	--	1.074.909
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	2.772.167	--	--	--	(2.730.331)	--	--	(41.836)	--
Despesas da intermediação financeira	(84.280.844)	3.132.116	--	--	1.923.642	3.302	--	(16.672)	(79.238.456)
Despesas de captação no mercado	(62.417.604)	2.046.834	--	--	--	--	--	(16.672)	(60.387.442)
Captações com depósitos	(21.650.696)	139.629	--	--	--	--	--	(13.735)	(21.524.802)
Captações no mercado aberto	(27.526.847)	1.064.539	--	--	--	--	--	(2.937)	(26.465.245)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11.642.594)	840.816	--	--	--	--	--	--	(10.801.778)
Dívidas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(1.225.472)	--	--	--	--	--	--	--	(1.225.472)
Outras	(371.995)	1.850	--	--	--	--	--	--	(370.145)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(4.461.253)	120.075	--	--	--	--	--	--	(4.341.178)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(15.430.827)	965.207	--	--	--	3.302	--	--	(14.462.318)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(47.518)	--	--	--	--	--	--	--	(47.518)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(1.923.642)	--	--	--	1.923.642	--	--	--	--
Outras receitas	23.702.303	(703.114)	360.882	--	(1.007.927)	(3.308.429)	(23.127)	271.094	19.291.682
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	15.243.874	(320.055)	--	--	77.252	(2.910.100)	(332)	292.521	12.383.160
Rendas de cartões	708.831	--	--	--	--	--	--	--	708.831
Administração de fundos	2.793.724	(28.505)	--	--	(789.598)	--	--	4.082	1.979.703
Seguros, previdência e capitalização	1.590.582	--	--	--	--	--	--	--	1.590.582
Outras	5.513.426	(104.407)	--	--	866.850	(2.910.100)	(332)	288.439	3.653.876
Rendas com tarifas, taxas e comissões	4.637.311	(187.143)	--	--	--	--	--	--	4.450.168
Resultado de participações em coligadas e controladas	(27.969)	99.699	569.364	--	1.380.295	158.951	--	--	2.180.340
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	2.464.154	--	--	--	(2.322.065)	--	--	(142.089)	--
Demais receitas	6.022.244	(482.758)	(208.482)	--	(143.409)	(557.280)	(22.795)	120.662	4.728.182
Outras despesas	(34.088.328)	1.312.357	132.719	--	992.309	2.372.092	109.439	(211.840)	(29.381.252)
Despesas de pessoal	(13.125.919)	332.482	10.180	--	244.575	164.950	--	(35)	(12.373.767)
Outras despesas administrativas	(6.703.038)	360.590	7.331	--	264.340	391.707	2.408	(164.152)	(5.840.814)
Amortização	(1.776.612)	6.296	865	--	44.671	78.049	--	--	(1.646.731)
Depreciação	(651.310)	6.020	1.610	--	8.841	61.095	2	--	(573.742)
Despesas tributárias	(3.321.369)	94.838	4.123	--	112.849	290.293	265	--	(2.819.001)
Demais despesas	(8.510.080)	512.131	108.610	--	317.033	1.385.998	106.764	(47.653)	(6.127.197)
Lucro antes da Tributação e Participações	6.587.672	96.459	493.601	--	(829.022)	(861.103)	101.623	--	5.589.230
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(2.091.465)	(98.563)	(1.154)	--	764.207	343.012	(58.998)	--	(1.142.961)
Participações no lucro	(438.797)	28.316	--	--	19.946	1.676	--	--	(388.859)
Participação dos não controladores	(847.953)	--	--	--	--	--	--	--	(847.953)
Lucro Líquido	3.209.457	26.212	492.447	--	(44.869)	(516.415)	42.625	--	3.209.457

	Exercício/2016								
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira	180.173.732	(6.998.503)	--	--	(5.923.919)	142.808	(1.679)	(87.361)	167.305.078
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	107.852.816	(6.048.224)	--	--	--	--	--	--	101.804.592
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	63.067.819	(1.379.490)	--	--	--	--	--	--	61.688.329
Financiamentos	28.349.265	(4.037.278)	--	--	--	--	--	--	24.311.987
Arrendamento mercantil	411.559	(78.140)	--	--	--	--	--	--	333.419
Demais	16.024.173	(553.316)	--	--	--	--	--	--	15.470.857
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	59.963.220	(2.171.594)	--	--	(13.201)	142.808	(1.679)	(2.031)	57.917.523
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	47.729.138	(1.047.926)	--	--	--	--	(9)	--	46.681.203
Títulos de renda fixa	16.526.752	(1.020.727)	--	--	(13.201)	142.808	13.394	(2.031)	15.646.995
Títulos de renda variável	(4.292.670)	(102.941)	--	--	--	--	(15.064)	--	(4.410.675)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.250.596)	70.984	--	--	--	--	--	--	(2.179.612)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	7.459.062	54.645	--	--	--	--	--	--	7.513.707
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	1.153.182	1.095.686	--	--	--	--	--	--	2.248.868
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	5.996.048	--	--	--	(5.910.718)	--	--	(85.330)	--
Despesas da intermediação financeira	(145.138.110)	5.638.359	--	--	4.117.154	3.358	--	1.353	(135.377.886)
Despesas de captação no mercado	(117.576.748)	4.061.276	--	--	--	--	--	(27.185)	(113.542.657)
Captações com depósitos	(39.715.462)	270.128	--	--	--	--	--	(22.237)	(39.467.571)
Captações no mercado aberto	(50.891.208)	2.166.694	--	--	--	--	--	(4.948)	(48.729.462)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(23.745.805)	1.620.573	--	--	--	--	--	--	(22.125.232)
Dívidas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(2.473.121)	(1)	--	--	--	--	--	--	(2.473.122)
Outras	(751.152)	3.882	--	--	--	--	--	--	(747.270)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	6.663.543	198.007	--	--	--	--	--	28.538	6.890.088
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(30.032.189)	1.379.076	--	--	--	3.358	--	--	(28.649.755)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(75.562)	--	--	--	--	--	--	--	(75.562)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(4.117.154)	--	--	--	4.117.154	--	--	--	--
Outras receitas	46.217.237	(1.676.590)	729.483	--	(1.989.118)	(6.012.235)	(23.805)	486.069	37.731.041
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	29.248.979	(595.939)	--	--	266.697	(5.471.133)	(668)	555.985	24.003.921
Rendas de cartões	3.893.441	(16.173)	--	--	--	(2.505.241)	--	--	1.372.027
Administração de fundos	5.377.501	(57.430)	--	(378)	(1.467.937)	--	--	8.109	3.859.865
Seguros, previdência e capitalização	2.092.502	145.055	--	--	885.301	--	--	--	3.122.858
Outras	9.076.882	(323.690)	--	378	849.333	(2.965.892)	(668)	547.876	7.184.219
Rendas com tarifas, taxas e comissões	8.808.653	(343.701)	--	--	--	--	--	--	8.464.952
Resultado de participações em coligadas e controladas	(97.247)	199.110	1.160.083	--	2.636.046	397.703	(147)	--	4.295.548
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	4.971.559	--	--	--	(4.699.278)	--	--	(272.281)	--
Demais receitas	12.093.946	(1.279.761)	(430.600)	--	(192.583)	(938.805)	(22.990)	202.365	9.431.572
Outras despesas	(64.322.877)	2.950.283	250.680	--	1.969.490	4.153.217	112.725	(400.061)	(55.286.543)
Despesas de pessoal	(24.381.524)	665.048	19.900	--	491.718	318.935	--	(74)	(22.885.997)
Outras despesas administrativas	(12.786.350)	661.530	14.760	--	516.417	695.959	4.384	(309.559)	(11.202.859)
Amortização	(3.588.436)	15.484	1.660	--	95.290	152.525	--	--	(3.323.477)
Depreciação	(1.294.063)	16.163	3.166	--	18.099	120.898	2	--	(1.135.735)
Despesas tributárias	(6.748.061)	200.579	7.040	--	336.664	561.916	338	--	(5.641.524)
Demais despesas	(15.524.443)	1.391.479	204.154	--	511.302	2.302.984	108.001	(90.428)	(11.096.951)
Lucro antes da Tributação e Participações	16.929.982	(86.451)	980.163	--	(1.826.393)	(1.712.852)	87.241	--	14.371.690
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(6.091.990)	101.341	(2.114)	--	1.704.018	699.464	(58.186)	--	(3.647.467)
Participações no lucro	(1.129.397)	74.114	--	--	37.896	1.759	--	--	(1.015.628)
Participação dos não controladores	(1.675.039)	--	--	--	--	--	--	--	(1.675.039)
Lucro Líquido	8.033.556	89.004	978.049	--	(84.479)	(1.011.629)	29.055	--	8.033.556

	Exercício/2015								BB Consolidado
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	
Receitas da Intermediação Financeira	195.326.430	(8.927.661)	--	--	(5.018.873)	115.892	(48.475)	(115.135)	181.332.178
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	115.508.559	(6.651.578)	--	--	--	--	--	66	108.857.047
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	55.826.493	(1.338.485)	--	--	--	--	--	--	54.488.008
Financiamentos	46.192.041	(3.669.670)	--	--	--	--	--	70	42.522.441
Arrendamento mercantil	732.745	(310.833)	--	--	--	--	--	--	421.912
Demais	12.757.280	(1.332.590)	--	--	--	--	--	(4)	11.424.686
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	63.598.183	(2.466.978)	--	--	(11.338)	115.892	(48.475)	(26.249)	61.161.035
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.438.603	(949.479)	--	--	--	--	(23)	--	39.489.101
Títulos de renda fixa	14.676.311	(1.436.399)	--	--	(11.338)	115.892	(465)	(26.249)	13.317.752
Títulos de renda variável	8.483.269	(81.100)	--	--	--	--	(47.987)	--	8.354.182
Instrumentos financeiros derivativos	2.396.704	(1.040.517)	--	--	--	--	--	--	1.356.187
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	8.083.045	(254.674)	--	--	--	--	--	--	7.828.371
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	643.452	1.486.086	--	--	--	--	--	--	2.129.538
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	5.096.487	--	--	--	(5.007.535)	--	--	(88.952)	--
Despesas da intermediação financeira	(170.057.415)	7.522.107	--	--	3.276.891	287	2	(28.858)	(159.286.986)
Despesas de captação no mercado	(104.244.203)	5.367.680	--	--	--	--	--	(28.858)	(98.905.381)
Captações com depósitos	(33.299.970)	248.086	--	--	--	--	--	(48.136)	(33.100.020)
Captações no mercado aberto	(43.449.705)	1.794.439	--	--	--	--	--	(1.424)	(41.656.690)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(23.884.297)	3.320.253	--	--	--	--	--	--	(20.564.044)
Dívidas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(2.844.219)	--	--	--	--	--	--	--	(2.844.219)
Outras	(766.012)	4.902	--	--	--	--	--	20.702	(740.408)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(35.060.693)	488.359	--	--	--	--	2	--	(34.572.332)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(27.423.814)	1.647.892	--	--	--	287	--	--	(25.775.635)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(51.814)	18.176	--	--	--	--	--	--	(33.638)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(3.276.891)	--	--	--	3.276.891	--	--	--	--
Outras receitas	50.304.602	(1.156.657)	615.155	--	(1.950.353)	(5.288.728)	(50.053)	444.682	42.918.648
Rendas de prestação de serviços	26.815.710	(477.095)	--	--	429.062	(4.870.204)	(632)	463.778	22.360.619
Rendas de cartões	5.446.323	1.007.515	--	--	--	(4.647.682)	--	--	1.806.156
Administração de fundos	4.367.505	303.984	--	--	(1.166.208)	--	--	8.121	3.513.402
Seguros, previdência e capitalização	1.012.076	286.729	--	--	1.616.644	--	--	--	2.915.449
Outras	15.989.806	(2.075.323)	--	--	(21.374)	(222.522)	(632)	455.657	14.125.612
Resultado de participações em coligadas e controladas	229.957	174.737	950.400	--	2.702.723	316.633	(6.884)	--	4.367.566
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	5.325.652	--	--	--	(5.067.317)	--	--	(258.335)	--
Demais receitas	17.933.283	(854.299)	(335.245)	--	(14.821)	(735.157)	(42.537)	239.239	16.190.463
Outras despesas	(61.446.429)	2.968.691	279.342	--	1.955.338	3.835.430	29.943	(300.689)	(52.678.374)
Despesas de pessoal	(22.261.589)	685.223	22.120	--	487.156	304.921	7	(9)	(20.762.171)
Outras despesas administrativas	(12.607.423)	563.306	22.566	--	546.877	637.390	3.355	(198.176)	(11.032.105)
Amortização	(3.491.837)	1.205	1.402	--	75.844	126.129	--	--	(3.277.257)
Depreciação	(1.167.758)	10.265	3.416	--	19.317	29.730	(2)	--	(1.105.032)
Despesas tributárias	(6.221.087)	199.194	10.431	--	431.447	498.008	384	--	(5.081.623)
Demais despesas	(15.696.735)	1.499.498	219.407	--	394.697	2.239.252	26.199	(102.504)	(11.420.186)
Lucro antes da Tributação e Participações	14.127.188	406.480	894.497	--	(1.736.997)	(1.337.119)	(68.583)	--	12.285.466
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	3.995.398	(467.876)	(2.926)	--	1.607.742	552.250	(526)	--	5.684.062
Participações no lucro	(1.981.043)	95.797	--	--	53.922	3.338	1	--	(1.827.985)
Participação dos não controladores	(1.741.984)	--	--	--	--	--	--	--	(1.741.984)
Lucro Líquido	14.399.559	34.401	891.571	--	(75.333)	(781.531)	(69.108)	--	14.399.559

j) Conciliação do Patrimônio Gerencial por Segmento com o Patrimônio Contábil

	31.12.2016								
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.595.744.125	(41.558.107)	(184.721)	--	(177.891.818)	(9.354.405)	(196.725)	1.690.881	1.368.249.230
Disponibilidades	13.149.785	(53.107)	(6)	--	(140.137)	(190.856)	(361)	40.453	12.805.771
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	411.719.538	(5.621.791)	(1.945)	--	(79.519)	(783.234)	(2)	478.625	405.711.672
Títulos e valores mobiliários	302.056.563	(14.231.364)	(60.997)	--	(165.768.841)	(2.948.635)	(57.568)	666.961	119.656.119
Títulos para negociação	15.333.590	(1.692.133)	(2.177)	--	(8.065.656)	--	(57.519)	558.115	6.074.220
Títulos Disponíveis para Venda	272.597.568	(11.369.862)	(58.820)	--	(150.342.760)	(2.948.635)	(49)	108.846	107.986.288
Títulos mantidos até o vencimento	14.125.405	(1.169.369)	--	--	(7.360.425)	--	--	--	5.595.611
Instrumentos financeiros derivativos	2.955.206	(1.342.643)	--	--	--	--	--	--	1.612.563
Relações Interfinanceiras e Interdependências	69.070.181	(170.321)	--	--	--	--	--	--	68.899.860
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, líquido de provisões	585.962.259	(20.506.284)	--	--	--	(13)	--	30.201	565.486.163
Empréstimos e direitos creditórios descontados	218.368.540	(4.295.509)	--	--	--	--	--	--	214.073.031
Financiamentos	402.951.998	(17.905.526)	--	--	--	--	--	30.201	385.076.673
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	612.087	--	--	--	--	--	--	--	612.087
Arrendamento mercantil	667.877	(63.668)	--	--	--	(13)	--	--	604.196
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.638.243)	1.758.419	--	--	--	--	--	--	(34.879.824)
Provisão para operações de crédito	(36.593.864)	1.755.413	--	--	--	--	--	--	(34.838.451)
Provisão para outros créditos e arrendamento mercantil	(44.379)	3.006	--	--	--	--	--	--	(41.373)
Outros créditos	206.027.970	610.609	(110.510)	--	(7.890.560)	(5.405.854)	(100.585)	474.641	193.605.711
Outros valores e bens	4.802.623	(243.206)	(11.263)	--	(4.012.761)	(25.813)	(38.209)	--	471.371
Permanente	20.687.098	3.835.441	(141.566)	--	5.937.888	283.713	(347.496)	2.872.666	33.127.744
Investimentos	3.241.867	3.984.875	(111.636)	--	6.557.762	656.956	(347.484)	2.872.666	16.855.006
Participações em coligadas e controladas	1.327.424	4.020.579	1.237.625	--	6.612.522	632.913	--	2.872.666	16.703.729
Outros investimentos	1.998.680	(61.978)	(1.349.261)	--	(68.525)	(1.034)	(347.484)	--	170.398
Imparidade acumulada	(84.237)	26.274	--	--	13.765	25.077	--	--	(19.121)
Imobilizado de Uso	7.968.068	(48.943)	(18.194)	--	(132.367)	(211.074)	(12)	--	7.557.478
Intangível	9.477.163	(100.491)	(11.736)	--	(487.507)	(162.169)	--	--	8.715.260
Diferido	--	--	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL DO ATIVO	1.616.431.223	(37.722.666)	(326.287)	--	(171.953.930)	(9.070.692)	(544.221)	4.563.547	1.401.376.974
Passivo Total	1.528.769.635	(37.554.963)	(326.287)	--	(171.836.688)	(6.465.090)	(18.491)	1.168.844	1.313.736.960
Depósitos	447.694.796	(1.894.137)	--	--	--	--	--	180.029	445.980.688
Captações no mercado aberto	389.465.614	(15.310.205)	--	--	--	--	--	478.623	374.634.032
Recursos de aceites e emissão de títulos	176.963.878	(10.892.691)	--	--	--	(904.834)	--	--	165.166.353
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.500.930	(49.843)	--	--	--	--	--	--	2.451.087
Obrigações por Empréstimos	22.583.932	(877.538)	(138.293)	--	--	(1.188.954)	--	30.201	20.409.348
Obrigações por Repasses	84.785.421	(1.702.251)	--	--	--	--	--	--	83.083.170
Instrumentos financeiros derivativos	3.224.246	(1.353.855)	--	--	--	--	--	--	1.870.391
Outras Obrigações	401.550.818	(5.474.443)	(187.994)	--	(171.836.688)	(4.371.302)	(18.491)	479.991	220.141.891
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	166.825.779	--	--	--	(166.831.163)	--	--	5.384	--
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	63.065.202	(2.438.317)	--	--	--	--	--	--	60.626.885
Demais	171.659.837	(3.036.126)	(187.994)	--	(5.005.525)	(4.371.302)	(18.491)	474.607	159.515.006
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	467.836	(17.882)	--	--	--	--	(3.692)	--	446.262
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87.193.752	(149.821)	--	--	(117.242)	(2.605.602)	(522.038)	3.394.703	87.193.752
TOTAL DO PASSIVO	1.616.431.223	(37.722.666)	(326.287)	--	(171.953.930)	(9.070.692)	(544.221)	4.563.547	1.401.376.974

	31.12.2015								
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.562.827.492	(43.677.717)	(225.085)	--	(142.601.627)	(8.735.033)	(247.690)	1.685.689	1.369.026.029
Disponibilidades	18.358.507	(89.687)	(70)	--	(180.149)	(173.271)	(50)	139.141	18.054.421
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	358.461.069	(5.531.652)	--	--	(118.438)	(128.729)	(377)	59.914	352.741.787
Títulos e valores mobiliários	258.175.674	(15.196.624)	(46.248)	--	(129.243.107)	(394.870)	(144.386)	772.579	113.923.018
Títulos para negociação	124.276.636	(2.607.333)	(27.137)	--	(113.707.509)	(325.744)	(9.200)	260.628	7.860.341
Títulos Disponíveis para Venda	115.328.513	(9.015.051)	(19.111)	--	(3.417.251)	(1.055.668)	(135.186)	511.865	102.198.111
Títulos mantidos até o vencimento	18.570.525	(3.574.240)	--	--	(12.118.347)	986.542	--	86	3.864.566
Instrumentos financeiros derivativos	4.698.070	(1.274.770)	--	--	--	(61.268)	--	--	3.362.032
Relações Interfinanceiras e Interdependências	66.042.169	(36.078)	--	--	--	--	--	--	66.006.091
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, líquido de provisões	650.613.976	(21.973.353)	--	--	--	--	--	62.953	628.703.576
Empréstimos e direitos creditórios descontados	255.475.797	(4.827.634)	--	--	--	--	--	--	250.648.163
Financiamentos	427.968.546	(18.645.225)	--	--	--	--	--	62.953	409.386.274
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	333.291	--	--	--	--	--	--	--	333.291
Arrendamento mercantil	971.490	(96.655)	--	--	--	--	--	--	874.835
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.135.148)	1.596.161	--	--	--	--	--	--	(32.538.987)
Provisão para operações de crédito	(34.072.735)	1.582.794	--	--	--	--	--	--	(32.489.941)
Provisão para outros créditos e arrendamento mercantil	(62.413)	13.367	--	--	--	--	--	--	(49.046)
Outros créditos	201.836.175	720.613	(159.135)	--	(9.277.521)	(7.961.901)	(70.856)	651.102	185.738.477
Outros valores e bens	4.641.852	(296.166)	(19.632)	--	(3.782.412)	(14.994)	(32.021)	--	496.627
Permanente	21.211.519	3.567.307	(23.444)	--	5.728.477	1.275.229	(296.334)	639.974	32.102.728
Investimentos	3.448.295	3.665.928	9.604	--	6.181.716	1.803.065	(296.334)	639.974	15.452.248
Participações em coligadas e controladas	1.596.700	3.700.168	1.262.618	--	6.236.018	1.845.739	--	639.974	15.281.217
Outros investimentos	1.939.059	(57.856)	(1.253.014)	--	(63.803)	(42.752)	(296.334)	--	225.300
Imparidade acumulada	(87.464)	23.616	--	--	9.501	78	--	--	(54.269)
Imobilizado de Uso	7.866.335	(48.539)	(21.710)	--	(114.137)	(358.915)	--	--	7.323.034
Intangível	9.872.908	(42.675)	(11.338)	--	(339.102)	(168.921)	--	--	9.310.872
Diferido	23.981	(7.407)	--	--	--	--	--	--	16.574
TOTAL DO ATIVO	1.584.039.011	(40.110.410)	(248.529)	--	(136.873.150)	(7.459.804)	(544.024)	2.325.663	1.401.128.757
Passivo Total	1.502.020.785	(40.087.565)	(246.235)	--	(136.764.430)	(6.929.341)	(46.537)	1.186.699	1.319.133.376
Depósitos	465.317.792	(1.350.136)	--	--	--	(462)	--	452.524	464.419.718
Captações no mercado aberto	347.476.444	(13.962.425)	--	--	--	--	--	7.629	333.521.648
Recursos de aceites e emissão de títulos	201.687.358	(12.645.794)	(788)	--	--	(479.284)	--	--	188.561.492
Relações Interfinanceiras e Interdependências	5.511.011	(41.604)	--	--	--	--	--	--	5.469.407
Obrigações por Empréstimos	34.005.928	(1.957.338)	(101.068)	--	--	(2.355.094)	--	62.932	29.655.360
Obrigações por Repasses	91.908.322	(1.832.616)	--	--	--	--	--	--	90.075.706
Instrumentos financeiros derivativos	4.746.366	(1.457.194)	--	--	--	--	--	--	3.289.172
Outras Obrigações	351.367.564	(6.840.458)	(144.379)	--	(136.764.430)	(4.094.501)	(46.537)	663.614	204.140.873
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	131.532.146	--	--	--	(131.546.178)	--	--	14.032	--
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	64.907.232	(3.022.968)	--	--	--	--	--	--	61.884.264
Demais	154.928.186	(3.817.490)	(144.379)	--	(5.218.252)	(4.094.501)	(46.537)	649.582	142.256.609
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	482.053	(22.845)	--	--	--	--	--	--	459.208
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81.536.173	--	(2.294)	--	(108.720)	(530.463)	(497.487)	1.138.964	81.536.173
TOTAL DO PASSIVO	1.584.039.011	(40.110.410)	(248.529)	--	(136.873.150)	(7.459.804)	(544.024)	2.325.663	1.401.128.757

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	11.836.019	16.502.703	12.805.771	18.054.422
Disponibilidades em moeda nacional	7.823.045	8.985.964	7.824.081	8.990.683
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.012.974	7.516.739	4.974.123	9.056.034
Aplicações em ouro	--	--	7.567	7.705
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	90.445.950	90.032.344	90.317.899	84.652.749
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	53.063.398	32.805.260	58.269.836	38.195.496
Aplicações em depósitos interfinanceiros	37.371.772	57.227.084	32.037.173	46.457.253
Aplicações em moeda estrangeira	10.780	--	10.890	--
Total	102.281.969	106.535.047	103.123.670	102.707.171

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações no Mercado Aberto	371.585.965	302.748.948	371.682.685	303.530.816
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	53.063.398	32.805.260	58.281.504	38.196.143
Letras Financeiras do Tesouro	53.063.398	--	58.180.683	--
Letras do Tesouro Nacional	--	22.074.169	--	22.232.207
Notas do Tesouro Nacional	--	10.731.091	--	15.139.814
Outros títulos	--	--	100.821	824.122
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	318.522.567	269.943.688	313.401.181	265.334.673
Letras Financeiras do Tesouro	224.409.573	399.992	219.292.289	399.992
Letras do Tesouro Nacional	45.437.404	118.045.512	45.437.404	117.887.474
Notas do Tesouro Nacional	48.526.197	151.281.059	48.526.197	146.872.982
Outros títulos	149.393	217.125	145.291	174.225
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	100.360.688	136.760.180	34.028.987	49.210.971
Total	471.946.653	439.509.128	405.711.672	352.741.787
Ativo circulante	414.656.085	367.796.225	404.769.645	351.419.935
Ativo não circulante	57.290.568	71.712.903	942.027	1.321.852

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre 2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	25.538.486	46.185.460	39.063.963	25.547.566	46.208.022	39.109.087
Posição bancada	2.038.468	3.476.072	3.034.919	2.047.547	3.498.633	3.080.043
Posição financiada	23.500.018	42.709.388	36.029.044	23.500.019	42.709.389	36.029.044
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.300.161	4.538.594	4.481.630	252.902	473.181	380.014
Total	27.838.647	50.724.054	43.545.593	25.800.468	46.681.203	39.489.101

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	--	12.842	15.510	46.020	1.707.944	1.772.495	1.782.316	9.821	2.301.207	2.296.270	(4.937)
Títulos Públicos	--	12.842	15.510	46.020	1.707.944	1.772.495	1.782.316	9.821	2.301.207	2.296.270	(4.937)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	328.093	328.866	328.093	(773)	1.027.441	1.027.498	57
Letras do Tesouro Nacional	--	8.859	15.510	46.020	835.024	898.123	905.413	7.290	1.188.736	1.183.989	(4.747)
Notas do Tesouro Nacional	--	3.983	--	--	544.827	545.506	548.810	3.304	85.030	84.783	(247)
2 - Títulos Disponíveis para Venda	693.171	2.126.354	1.557.510	4.028.872	95.556.356	106.145.030	103.962.263	(2.182.767)	105.230.866	101.508.707	(3.722.159)
Títulos Públicos	--	1.457.278	62.035	950.552	69.814.775	71.972.951	72.284.640	311.689	56.847.565	55.469.515	(1.378.050)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	312.557	49.535.338	49.913.679	49.847.895	(65.784)	36.475.017	36.474.678	(339)
Letras do Tesouro Nacional	--	1.167.814	--	566.200	6.771.426	8.201.990	8.505.440	303.450	5.456.744	5.216.331	(240.413)
Notas do Tesouro Nacional	--	142.709	104	--	7.694.666	7.591.708	7.837.479	245.771	5.182.210	4.661.076	(521.134)
Títulos da Dívida Agrária	--	--	530	634	2.839	4.031	4.003	(28)	5.157	4.713	(444)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	2.504.574	2.561.640	2.504.574	(57.066)	2.900.122	2.504.905	(395.217)
Títulos de governos estrangeiros	--	146.755	61.401	--	2.555.879	2.851.140	2.764.035	(87.105)	5.812.137	5.800.956	(11.181)
Outros	--	--	--	71.161	750.053	848.763	821.214	(27.549)	1.016.178	806.856	(209.322)
Títulos Privados	693.171	669.076	1.495.475	3.078.320	25.741.581	34.172.079	31.677.623	(2.494.456)	48.383.301	46.039.192	(2.344.109)
Debêntures	--	27.296	1.049.907	2.673.024	22.252.900	27.398.684	26.003.127	(1.395.557)	40.002.370	39.287.920	(714.450)
Notas promissórias	--	72.294	--	117.799	--	189.478	190.093	615	918.460	931.194	12.734
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	44.990	47.794	44.990	(2.804)	50.936	46.771	(4.165)
Cotas de fundos de investimentos	250	--	--	--	1.503.077	1.495.165	1.503.327	8.162	1.666.131	1.684.408	18.277
Ações	535	--	--	--	--	810	535	(275)	810	457	(353)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	81.699	365.158	238.079	2.016	685.081	686.952	1.871	1.066.970	1.068.167	1.197
Certificados de depósito bancário	--	309.520	--	--	--	309.653	309.520	(133)	97.623	97.608	(15)
Letras financeiras	--	--	--	--	--	--	--	--	20.542	20.500	(42)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	80.410	--	264.646	413.561	345.056	(68.505)	479.761	468.783	(10.978)
Outros	692.386	178.267	--	49.418	1.673.952	3.631.853	2.594.023	(1.037.830)	4.079.698	2.433.384	(1.646.314)

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	--	114.107	56.252.939	63.648.166	56.367.046	(7.281.120)	51.652.724	45.865.676	(5.787.048)
Títulos Privados	--	--	--	114.107	56.252.939	63.648.166	56.367.046	(7.281.120)	51.652.724	45.865.676	(5.787.048)
Debêntures	--	--	--	114.107	56.105.406	63.249.479	56.219.513	(7.029.966)	51.301.618	45.753.822	(5.547.796)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	147.533	398.687	147.533	(251.154)	351.106	111.854	(239.252)
Total	693.171	2.139.196	1.573.020	4.188.999	153.517.239	171.565.691	162.111.625	(9.454.066)	159.184.797	149.670.653	(9.514.144)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	693.171	2.139.196	1.573.020	4.188.999	153.517.239	171.565.691	162.111.625	(9.454.066)	159.184.797	149.670.653	(9.514.144)
Carteira própria	693.171	1.829.676	1.573.020	2.731.892	89.719.758	103.345.402	96.547.517	(6.797.885)	80.635.291	77.628.870	(3.006.421)
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	--	1.457.088	60.972.744	65.083.092	62.429.832	(2.653.260)	74.470.880	67.964.230	(6.506.650)
Vinculados à prestação de garantias	--	309.520	--	19	2.824.737	3.137.197	3.134.276	(2.921)	4.078.626	4.077.553	(1.073)

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	BB Banco Múltiplo									
	31.12.2016							31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total		Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Por Categoria	693.171	7.901.215	75.237.424	72.478.119	5.801.696	171.565.691	162.111.625	159.184.797	149.670.653	
1 - Títulos para Negociação	--	74.372	1.249.957	199.818	258.169	1.772.495	1.782.316	2.301.207	2.296.270	
2 - Títulos Disponíveis para Venda	693.171	7.712.736	71.742.013	19.155.757	4.658.586	106.145.030	103.962.263	105.230.866	101.508.707	
3 - Mantidos até o Vencimento	--	114.107	2.245.454	53.122.544	884.941	63.648.166	56.367.046	51.652.724	45.865.676	

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	10.302.330	159.090.415	169.392.745	17.307.564	138.150.137	155.457.701
Carteira própria	8.537.289	92.799.389	101.336.678	16.754.540	61.475.706	78.230.246
Vinculados a compromissos de recompra	1.455.502	63.466.289	64.921.791	439.617	72.710.285	73.149.902
Vinculados à prestação de garantias	309.539	2.824.737	3.134.276	113.407	3.964.146	4.077.553

a.5) Resumo da carteira por categoria

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2016		31.12.2015	
Por Categoria				
1 - Títulos para Negociação	1.782.316	1%	2.296.270	2%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	103.962.263	61%	101.508.707	65%
3 - Mantidos até o Vencimento	63.648.166	38%	51.652.724	33%
Valor Contábil da Carteira	169.392.745	100%	155.457.701	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(7.281.120)	--	(5.787.048)	--
Valor de Mercado da Carteira	162.111.625	--	149.670.653	--

a.6) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	1.075.500	1.123.994	1.639.408	200.170	2.035.148	5.520.274	6.074.220	553.946	7.525.861	7.860.341	334.480
Títulos Públicos	13	1.095.166	1.635.183	194.435	1.993.536	4.417.848	4.918.333	500.485	6.250.648	6.558.357	307.709
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	36.413	--	328.093	362.858	364.506	1.648	1.035.232	1.035.362	130
Letras do Tesouro Nacional	--	8.859	15.510	46.020	835.024	898.123	905.413	7.290	1.189.094	1.184.359	(4.735)
Notas do Tesouro Nacional	--	3.983	--	--	544.827	545.506	548.810	3.304	85.030	84.783	(247)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	6.260	14.505	--	35.040	57.873	55.805	(2.068)	72.333	65.760	(6.573)
Títulos de governos estrangeiros	11	1.076.064	1.479.622	143.624	226.853	2.445.109	2.926.174	481.065	3.754.840	4.084.718	329.878
Outros	2	--	89.133	4.791	23.699	108.379	117.625	9.246	114.119	103.375	(10.744)
Títulos Privados	1.075.487	28.828	4.225	5.735	41.612	1.102.426	1.155.887	53.461	1.275.213	1.301.984	26.771
Debêntures	--	17.559	--	--	19.440	37.100	36.999	(101)	59.310	57.924	(1.386)
Cotas de fundos de investimento	1.075.290	--	--	--	--	1.006.172	1.075.290	69.118	1.071.605	1.113.316	41.711
Ações	28	--	--	--	--	16	28	12	26	65	39
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	--	--	--	--	--	--	--	1	1	--
Certificados de depósito bancário	--	2	--	--	--	2	2	--	--	--	--
Eurobonds	--	9.113	2.447	1.218	21.007	44.308	33.785	(10.523)	114.568	91.349	(23.219)
Outros	169	2.154	1.778	4.517	1.165	14.828	9.783	(5.045)	29.703	39.329	9.626

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	922.587	2.126.353	1.557.510	4.525.993	98.853.845	109.958.998	107.986.288	(1.972.710)	107.308.851	102.198.111	(5.110.740)
Títulos Públicos	1.817	1.457.277	62.035	965.584	70.403.479	72.588.429	72.890.192	301.763	57.430.254	56.038.610	(1.391.644)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	312.557	49.535.338	49.913.679	49.847.895	(65.784)	36.475.017	36.474.678	(339)
Letras do Tesouro Nacional	--	1.167.814	--	566.200	6.771.426	8.201.990	8.505.440	303.450	5.456.744	5.216.331	(240.413)
Notas do Tesouro Nacional	--	142.709	104	--	7.694.666	7.591.708	7.837.479	245.771	5.182.210	4.661.076	(521.134)
Títulos da Dívida Agrária	--	--	530	634	2.839	4.031	4.003	(28)	5.157	4.713	(444)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	2.679.586	2.747.485	2.679.586	(67.899)	3.120.701	2.685.040	(435.661)
Títulos de governos estrangeiros	--	146.754	61.401	--	2.933.702	3.229.155	3.141.857	(87.298)	6.123.190	6.112.039	(11.151)
Outros	1.817	--	--	86.193	785.922	900.381	873.932	(26.449)	1.067.235	884.733	(182.502)
Títulos Privados	920.770	669.076	1.495.475	3.560.409	28.450.366	37.370.569	35.096.096	(2.274.473)	49.878.597	46.159.501	(3.719.096)
Debêntures	--	27.296	1.049.907	2.673.024	25.762.176	30.902.601	29.512.403	(1.390.198)	40.004.158	39.289.630	(714.528)
Notas promissórias	--	72.294	--	117.799	--	189.478	190.093	615	918.460	931.194	12.734
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	44.990	47.794	44.990	(2.804)	50.936	46.771	(4.165)
Cotas de fundos de investimento	18.389	--	--	482.089	467.307	840.127	967.785	127.658	3.012.747	1.656.953	(1.355.794)
Ações	198.167	--	--	--	--	103.273	198.167	94.894	810	457	(353)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	81.699	365.158	238.079	2.016	685.081	686.952	1.871	1.066.970	1.068.167	1.197
Certificados de depósito bancário	--	309.520	--	--	--	309.653	309.520	(133)	97.628	97.608	(20)
Letras financeiras	--	--	--	--	--	--	--	--	20.542	20.500	(42)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	80.410	--	264.646	413.561	345.056	(68.505)	479.761	468.783	(10.978)
Outros	704.214	178.267	--	49.418	1.909.231	3.879.001	2.841.130	(1.037.871)	4.226.585	2.579.438	(1.647.147)

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	430.008	--	--	109.310	4.405.532	5.595.611	4.944.850	(650.761)	3.864.566	3.625.314	(239.252)
Títulos Privados	430.008	--	--	109.310	4.405.532	5.595.611	4.944.850	(650.761)	3.864.566	3.625.314	(239.252)
Debêntures	--	--	--	109.310	4.251.342	4.760.259	4.360.652	(399.607)	3.506.434	3.506.434	--
Cotas de fundos de investimento	--	--	--	--	--	--	--	--	7.026	7.026	--
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	147.533	398.687	147.533	(251.154)	351.106	111.854	(239.252)
Letras Financeiras	430.008	--	--	--	--	430.008	430.008	--	--	--	--
Outros	--	--	--	--	6.657	6.657	6.657	--	--	--	--
Total	2.428.095	3.250.347	3.196.918	4.835.473	105.294.525	121.074.883	119.005.358	(2.069.525)	118.699.278	113.683.766	(5.015.512)

a.7) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	2.428.095	3.250.347	3.196.918	4.835.473	105.294.525	121.074.883	119.005.358	(2.069.525)	118.699.278	113.683.766	(5.015.512)
Carteira própria	2.428.095	2.907.473	3.186.726	3.378.366	66.540.036	80.504.897	78.440.696	(2.064.201)	90.500.313	89.084.740	(1.415.573)
Vinculados a compromissos de recompra	--	33.354	10.192	1.457.088	35.909.519	37.412.855	37.410.153	(2.702)	24.095.222	20.495.283	(3.599.939)
Vinculados à prestação de garantias	--	309.520	--	19	2.844.970	3.157.131	3.154.509	(2.622)	4.103.743	4.103.743	--

a.8) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	BB Consolidado								
	31.12.2016							31.12.2015	
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	2.428.095	11.282.738	74.762.227	24.463.841	6.068.457	121.074.883	119.005.358	118.699.278	113.683.766
1 - Títulos para Negociação	1.075.500	2.963.572	1.446.078	234.307	354.763	5.520.274	6.074.220	7.525.861	7.860.341
2 - Títulos Disponíveis para Venda	922.587	8.209.856	71.070.695	22.961.053	4.822.097	109.958.998	107.986.288	107.308.851	102.198.111
3 - Mantidos até o Vencimento	430.008	109.310	2.245.454	1.268.481	891.597	5.595.611	4.944.850	3.864.566	3.625.314

a.9) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

	BB Consolidado					
	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	15.745.981	103.910.138	119.656.119	21.905.761	92.017.257	113.923.018
Carteira própria	13.937.394	65.273.440	79.210.834	20.534.138	71.087.575	91.621.713
Vinculados a compromissos de recompra	1.499.048	35.791.728	37.290.776	1.257.846	16.939.716	18.197.562
Vinculados à prestação de garantias	309.539	2.844.970	3.154.509	113.777	3.989.966	4.103.743

a.10) Resumo da carteira consolidada por categoria

	BB Consolidado			
	31.12.2016		31.12.2015	
Por Categoria				
1 - Títulos para Negociação	6.074.220	5%	7.860.341	7%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	107.986.288	90%	102.198.111	90%
3 - Mantidos até o Vencimento	5.595.611	5%	3.864.566	3%
Valor Contábil da Carteira	119.656.119	100%	113.923.018	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(650.761)	--	(239.252)	--
Valor de Mercado da Carteira	119.005.358	--	113.683.766	--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	27.838.647	50.724.054	43.545.593	25.800.468	46.681.203	39.489.101
Títulos de renda fixa	10.987.351	21.635.762	18.210.591	7.771.029	15.646.995	13.317.752
Títulos de renda variável	352.209	(4.541.294)	8.301.238	527.811	(4.410.675)	8.354.182
Total	39.178.207	67.818.522	70.057.422	34.099.308	57.917.523	61.161.035

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No exercício/2016, houve a seguinte reclassificação:

Embora o Conglomerado tenha a intenção e a capacidade financeira de levar as debêntures de emissão da Cielo até o vencimento (dezembro/2023), em 27.04.2016, o Conselho de Administração da Cielo aprovou a aquisição de parte das debêntures, no valor de até R\$ 2.000.000 mil, tendo como efeito prático a antecipação do vencimento das debêntures. Em decorrência desse fato, em 30.06.2016, o Conglomerado reclassificou a totalidade desses títulos da categoria “Mantidos até o Vencimento” para a categoria “Disponíveis para Venda”, gerando impacto negativo de marcação a mercado no Patrimônio Líquido do Conglomerado no montante de R\$ 39.326 mil, líquido dos efeitos tributários.

	Movimentação
Valor de mercado	3.446.831
Valor contábil antes da reclassificação	3.506.416
Marcação a mercado	(59.585)
Efeitos tributários	20.259
Impacto no patrimônio líquido	(39.326)

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no exercício/2015.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 28.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 221.735 mil em 31.12.2016 (R\$ 464.076 mil em 31.12.2015).

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.12.2016			31.12.2015			31.12.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	12.675.733	--	--	1.600.302	--	--	12.675.733	--	--	1.600.302	--	--
DI	3.767.529	--	--	1.042.332	--	--	3.767.529	--	--	1.042.332	--	--
Moedas	8.899.499	--	--	530.810	--	--	8.899.499	--	--	530.810	--	--
Commodities	8.705	--	--	27.160	--	--	8.705	--	--	27.160	--	--
Compromissos de Venda	2.109.516	--	--	9.188.542	--	--	2.109.516	--	--	9.188.542	--	--
DI	1.103.821	--	--	6.205.028	--	--	1.103.821	--	--	6.205.028	--	--
Moedas	872.351	--	--	2.977.888	--	--	872.351	--	--	2.977.888	--	--
Libor	111.061	--	--	--	--	--	111.061	--	--	--	--	--
Commodities	22.283	--	--	5.626	--	--	22.283	--	--	5.626	--	--
Operações a Termo												
Posição Ativa	4.472.363	300.860	253.699	12.525.819	1.359.977	1.749.951	4.472.363	300.860	253.699	12.525.819	1.359.977	1.749.951
Termo de moeda	4.436.664	297.777	242.787	12.492.001	1.358.628	1.744.654	4.436.664	297.777	242.787	12.492.001	1.358.628	1.744.654
Termo de mercadoria	35.699	3.083	10.912	33.818	1.349	5.297	35.699	3.083	10.912	33.818	1.349	5.297
Posição Passiva	8.925.776	(966.252)	(579.753)	5.570.274	(512.416)	(312.073)	10.058.932	(968.637)	(582.138)	11.454.776	(783.298)	(582.955)
Termo de moeda	8.920.070	(965.238)	(579.485)	5.545.535	(507.125)	(304.417)	10.053.226	(967.623)	(581.870)	11.430.037	(778.007)	(575.299)
Termo de mercadoria	5.706	(1.014)	(268)	24.739	(5.291)	(7.656)	5.706	(1.014)	(268)	24.739	(5.291)	(7.656)
Contrato de Opções												
De Compra - Posição Comprada	244	15	--	--	--	--	244	15	--	--	--	--
Commodities	244	15	--	--	--	--	244	15	--	--	--	--
De Venda - Posição Comprada	706	35	81	--	--	--	194.039	285.472	193.414	--	--	--
Moeda estrangeira	573	25	67	--	--	--	573	25	67	--	--	--
Ações	--	--	--	--	--	--	193.333	285.437	193.333	--	--	--
Commodities	133	10	14	--	--	--	133	10	14	--	--	--
De Compra - Posição Vendida	58.467.854	(721.189)	(1.115.502)	52.465.236	(673.721)	(1.799.608)	228.388	(19.787)	(30.500)	391.447	(15.121)	(119.529)
Moeda estrangeira	67.646	(2.518)	(134)	11.381	(522)	(883)	67.646	(2.518)	(134)	11.381	(522)	(883)
Pré-fixados	58.239.466	(701.402)	(1.085.002)	52.421.804	(668.430)	(1.787.177)	--	--	--	348.015	(9.830)	(107.098)
Índice DI	160.486	(17.244)	(30.366)	32.051	(4.769)	(11.548)	160.486	(17.244)	(30.366)	32.051	(4.769)	(11.548)
Commodities	256	(25)	--	--	--	--	256	(25)	--	--	--	--
De Venda - Posição Vendida	58.256.444	(57.865.387)	(57.515.269)	52.500.158	(50.912.045)	(49.844.866)	16.979	(306)	(156)	426.369	(238.328)	(166.391)
Moeda estrangeira	7.285	(161)	(42)	--	--	--	7.285	(161)	(42)	--	--	--
Pré-fixados	58.239.465	(57.865.081)	(57.515.113)	52.421.805	(50.910.919)	(49.844.729)	--	--	--	348.016	(237.202)	(166.254)
Commodities	9.694	(145)	(114)	78.353	(1.126)	(137)	9.694	(145)	(114)	78.353	(1.126)	(137)
Contratos de Swaps												
Posição Ativa	67.089.911	1.133.781	1.128.601	6.688.034	1.362.277	1.562.291	8.501.031	1.131.352	1.128.122	6.649.135	1.362.026	1.562.039
DI	4.328.151	841.661	837.366	1.170.012	28.463	11.245	4.328.151	841.661	837.366	1.170.012	28.463	11.245
Moeda estrangeira	3.933.371	283.274	282.439	5.233.939	1.326.041	1.546.440	3.933.371	283.274	282.439	5.233.939	1.326.041	1.546.439
Pré-fixado	58.805.991	8.457	8.478	261.686	6.667	4.355	239.509	6.417	8.317	222.787	6.416	4.104
IPCA	22.398	389	318	22.397	1.106	251	--	--	--	22.397	1.106	251
Posição Passiva	10.775.502	(1.078.344)	(1.191.245)	67.310.637	(1.908.110)	(2.356.208)	10.748.833	(1.078.089)	(1.190.214)	15.978.320	(1.906.269)	(2.354.368)
DI	2.592.389	(158.106)	(153.690)	51.520.081	(8.479)	(6.418)	2.565.720	(157.851)	(152.659)	187.764	(6.638)	(4.577)
Moeda estrangeira	7.831.015	(915.496)	(1.026.088)	15.550.493	(1.897.600)	(2.347.503)	7.831.015	(915.496)	(1.026.088)	15.550.493	(1.897.600)	(2.347.504)
Pré-fixado	352.098	(4.742)	(11.467)	41.172	(2.513)	(1.190)	352.098	(4.742)	(11.467)	41.172	(2.513)	(1.190)
IPCA	--	--	--	198.891	482	(1.097)	--	--	--	198.891	482	(1.097)
Outros derivativos ⁽¹⁾												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	3.539.508	56.363	45.168	1.393.856	36.757	54.550	3.258.027	42.868	37.328	1.123.416	32.242	50.042
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	2.735.958	(83.191)	(67.383)	2.422.956	(46.492)	(65.729)	2.735.958	(83.191)	(67.383)	2.422.956	(46.492)	(65.929)

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward - NDF*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor de referência)

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2016	31.12.2015	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2016	31.12.2015
Contratos futuros	2.670.562	10.243.045	91.243	1.780.399	14.785.249	10.788.844	2.670.562	10.243.045	91.243	1.780.399	14.785.249	10.788.844
Contratos a termo	2.576.514	6.096.552	3.496.773	1.228.300	13.398.139	18.096.093	3.709.670	6.096.552	3.496.773	1.228.300	14.531.295	23.980.595
Contratos de opções	60.670.679	55.901.178	1.912	151.479	116.725.248	104.965.394	378	92.548	195.245	151.479	439.650	817.816
Contratos de swaps	33.825.477	34.196.618	3.414.646	6.428.672	77.865.413	73.998.671	3.350.701	6.082.512	3.391.115	6.425.536	19.249.864	22.627.455
Outros	3.120.404	2.846.944	237.180	70.938	6.275.466	3.816.812	3.120.404	2.565.463	237.180	70.938	5.993.985	3.546.372

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor de referência 31.12.2016)

	BB Banco Múltiplo					BB Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
BM&FBovespa	14.674.188	--	9.978	--	--	14.674.188	--	203.311	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	111.061	--	116.478.931	75.559.942	6.275.466	111.061	1.133.156	--	16.964.279	5.993.985
Cliente	--	13.398.139	236.339	2.305.471	--	--	13.398.139	236.339	2.285.585	--

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Letras Financeiras do Tesouro	1.587.775	2.637.630	1.587.775	2.637.630
Total	1.587.775	2.637.630	1.587.775	2.637.630

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Hedge de risco de mercado				
Instrumentos de Hedge				
Ativo	361.772	338.068	555.105	338.068
Swap	361.772	338.068	361.772	338.068
Opções	--	--	193.333	--
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	--	--	197.585	--
Títulos e valores mobiliários	--	--	197.585	--
Passivo	(361.623)	(338.300)	(361.623)	(338.300)
Outros Passivos	(361.623)	(338.300)	(361.623)	(338.300)

Para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros o Banco utiliza um swap (*Cross Currency Interest Rate Swap*) para hedge de uma captação externa, enquanto o BB Investimentos utiliza um contrato de opções para compensar os riscos decorrentes das variações de mercado de ações. As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%:

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Perdas dos itens objeto de hedge	(1.090)	(1.090)	(155.010)	(1.090)	(1.090)	(155.010)
Ganhos dos instrumentos de hedge	1.252	1.252	153.943	1.252	1.252	153.943
Efeito líquido	162	162	(1.067)	162	162	(1.067)
Ganhos dos itens objeto de hedge	--	77.179	--	176.150	279.165	--
Perda dos instrumentos de hedge	--	(77.001)	--	(174.453)	(277.290)	--
Efeito líquido	--	178	--	1.697	1.875	--

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2016		31.12.2015		31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Operações de termo	232.887	20.812	1.280.205	469.746	232.887	20.812	1.280.205	469.746
Mercado de opções	81	--	--	--	193.414	--	--	--
Contratos de swaps	754.474	374.127	1.057.178	505.113	753.996	374.126	1.056.926	505.113
Outros derivativos	40.761	4.407	35.541	19.009	32.921	4.407	31.033	19.009
Total	1.028.203	399.346	2.372.924	993.868	1.213.218	399.345	2.368.164	993.868
Passivo								
Operações de termo	(480.606)	(99.147)	(287.237)	(24.836)	(482.991)	(99.147)	(558.119)	(24.836)
Mercado de opções	(58.601.613)	(29.158)	(51.632.926)	(11.548)	(1.498)	(29.158)	(274.372)	(11.548)
Contratos de swaps	(540.852)	(650.393)	(1.088.656)	(1.267.552)	(540.564)	(649.650)	(1.086.815)	(1.267.553)
Outros derivativos	(64.291)	(3.092)	(48.056)	(17.673)	(64.291)	(3.092)	(48.256)	(17.673)
Total	(59.687.362)	(781.790)	(53.056.875)	(1.321.609)	(1.089.344)	(781.047)	(1.967.562)	(1.321.610)

e) Resultado com instrumentos Financeiros Derivativos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Swap	245.044	1.329.626	(627.807)	247.676	1.323.678	(642.453)
Termo	(212.279)	(1.923.259)	1.613.709	(201.176)	(1.884.810)	1.696.893
Opções	(3.765.891)	(7.249.031)	(6.147.120)	(145.671)	(163.322)	(104.511)
Futuro	(365.877)	(1.272.037)	440.513	(365.877)	(1.272.037)	440.527
Outros derivativos	(89.880)	(103.243)	(110.572)	(101.317)	(183.121)	(34.269)
Total	(4.188.883)	(9.217.944)	(4.831.277)	(566.365)	(2.179.612)	1.356.187

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**a) Créditos Vinculados**

	BB Banco Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	63.451.094	60.810.918
Exigibilidade adicional sobre depósitos	13.958.774	14.425.618
Depósitos de poupança	23.919.390	24.116.566
Depósitos à vista	11.443.864	8.018.230
Depósitos a prazo	11.974.996	12.238.303
Recursos de microfinanças	261.744	363.781
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	1.874.492	1.643.753
Outros	17.834	4.667
Sistema Financeiro da Habitação	2.557.791	2.496.198
Fundo de compensação de variações salariais	2.925.091	2.663.942
Provisão para perdas em créditos vinculados	(380.953)	(173.192)
Demais	13.653	5.448
Tesouro Nacional - Crédito Rural	56.868	54.304
Crédito rural - Proagro	247.558	210.965
Provisão para perdas em créditos vinculados	(190.690)	(156.661)
Total	66.065.753	63.361.420
Ativo circulante	66.063.844	63.361.321
Ativo não circulante	1.909	99

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Repasses (Nota 19.b).

b) Resultado das Aplicações Compulsórias

	BB Banco Múltiplo e Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	2.800.451	5.541.673	4.888.334
Exigibilidade adicional sobre depósitos	951.282	1.893.332	2.156.167
Depósitos de poupança	976.215	1.943.681	1.731.982
Exigibilidade sobre recursos a prazo	872.954	1.704.660	1.000.185
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	167.692	262.385	177.073
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	24.443	46.763	40.058
Desvalorização de Créditos Vinculados	(221.790)	(242.376)	(7.967)
Total	2.770.796	5.608.445	5.097.498

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO**a) Carteira por Modalidade**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Operações de Crédito	585.894.951	643.509.932	599.761.791	660.367.728
Empréstimos e direitos creditórios descontados	203.420.461	235.909.917	214.073.031	250.648.163
Financiamentos	143.661.721	179.536.987	145.770.876	180.849.464
Financiamentos rurais e agroindustriais	185.067.911	178.902.040	185.067.911	178.902.040
Financiamentos imobiliários	53.132.527	48.752.684	54.237.642	49.559.757
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	244	75.013	244	75.013
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽¹⁾	612.087	333.291	612.087	333.291
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	51.711.247	56.719.271	53.225.445	58.325.100
Operações com cartão de crédito	21.996.223	21.334.443	23.510.421	22.940.041
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	13.714.072	17.582.677	13.714.072	17.582.677
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽³⁾	14.983.588	16.985.182	14.983.588	16.985.182
Avais e fianças honrados	494.543	397.550	494.543	397.550
Diversos	522.821	419.419	522.821	419.650
Operações de Arrendamento Mercantil	--	--	604.196	874.835
Total da Carteira de Crédito	637.606.198	700.229.203	653.591.432	719.567.663
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(35.663.659)	(33.275.654)	(36.070.120)	(33.577.000)
(Provisão para operações de crédito)	(34.490.104)	(32.256.507)	(34.838.451)	(32.489.941)
(Provisão para outros créditos) ⁽⁴⁾	(1.173.555)	(1.019.147)	(1.190.296)	(1.038.013)
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(41.373)	(49.046)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	601.942.539	666.953.549	617.521.312	685.990.663

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação. Foram reclassificados, em 31.12.2015, em Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito, os prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, no montante de R\$ 1.718.461 mil.

(4) Inclui o valor de R\$ 10.153 mil em 31.12.2016 (R\$ 8.421 mil em 31.12.2015) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de Operações de Crédito	52.903.385	97.381.766	105.809.573	57.024.754	101.471.173	108.435.135
Empréstimos e direitos creditórios descontados	28.791.704	58.083.286	52.335.882	32.691.636	61.688.329	54.488.008
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.400.459	14.595.398	12.179.673	7.400.459	14.595.398	12.179.673
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	3.428.830	6.227.903	7.568.573	3.428.830	6.227.903	7.568.573
Financiamentos imobiliários	3.240.498	5.699.999	4.273.091	3.261.363	5.737.739	4.300.231
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	2.157.550	4.180.766	3.329.079	2.326.761	4.571.415	3.717.186
Financiamentos à exportação	2.145.783	4.468.558	4.239.360	2.145.783	4.468.558	4.239.360
Financiamentos	5.012.937	2.783.060	20.423.299	5.040.015	2.817.982	20.446.020
Financiamentos de moedas estrangeiras	659.733	1.165.492	1.349.160	655.669	1.160.868	1.357.157
Avais e fianças honrados	36.708	112.316	53.851	36.708	112.316	53.851
Demais	29.183	64.988	57.605	37.530	90.665	85.076
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	--	--	--	155.494	333.419	421.912
Total	52.903.385	97.381.766	105.809.573	57.180.248	101.804.592	108.857.047

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 84.186 mil no segundo semestre de 2016 (com impacto no resultado de R\$ 44.149 mil), R\$ 163.028 mil no exercício de 2016 (com impacto no resultado de R\$ 85.496 mil) e R\$ 66.418 mil no exercício de 2015 (com impacto no resultado de R\$ 37.499 mil). O valor contábil dessas operações eram de R\$ 59.895 mil, R\$ 130.970 mil e R\$ 102.410 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2016	%	31.12.2015	%	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Setor Público	74.069.377	11,6	78.743.831	11,2	74.322.898	11,4	79.036.961	11,0
Administração pública	38.170.001	6,0	41.481.717	5,9	38.405.221	5,9	41.774.780	5,8
Petroleiro	24.103.485	3,8	24.790.928	3,5	24.103.485	3,7	24.790.928	3,5
Energia elétrica	9.621.700	1,5	11.142.352	1,6	9.621.700	1,5	11.142.352	1,6
Serviços	1.018.587	0,2	325.448	0,1	1.018.844	0,2	325.448	--
Demais atividades	1.155.604	0,1	1.003.386	0,1	1.173.648	0,1	1.003.453	0,1
Setor Privado ⁽¹⁾	563.536.821	88,4	621.485.372	88,8	579.268.534	88,6	640.530.702	89,0
Pessoa Física	318.620.410	50,0	307.290.613	43,9	322.781.095	49,4	311.366.311	43,3
Pessoa Jurídica	244.916.411	38,4	314.194.759	44,9	256.487.439	39,2	329.164.391	45,7
Mineração e metalurgia	30.062.089	4,7	37.429.530	5,3	31.000.025	4,7	38.377.486	5,3
Agronegócio de origem vegetal	27.829.589	4,4	34.288.822	4,9	28.655.250	4,4	35.625.466	5,0
Transportes	19.072.942	3,0	23.301.895	3,3	19.229.779	2,9	23.552.525	3,3
Imobiliário	17.486.962	2,7	19.054.705	2,7	18.187.443	2,8	20.162.150	2,8
Serviços	15.881.264	2,5	20.872.542	3,0	16.610.111	2,5	21.583.846	3,0
Automotivo	15.465.959	2,4	23.735.404	3,4	16.596.819	2,5	25.412.588	3,5
Energia elétrica	15.737.710	2,5	17.894.726	2,6	15.781.797	2,4	17.950.892	2,5
Agronegócio de origem animal	14.921.253	2,3	13.801.822	2,0	15.365.491	2,4	14.306.536	2,0
Comércio varejista	12.274.490	1,9	17.177.248	2,5	12.853.623	2,0	17.872.597	2,5
Combustíveis	11.944.133	1,9	20.771.664	3,0	12.514.748	1,9	21.594.810	3,0
Atividades específicas da construção	9.022.660	1,4	11.905.022	1,7	9.178.884	1,4	12.223.985	1,7
Têxtil e confecções	7.515.992	1,2	10.020.604	1,4	7.699.639	1,2	10.250.211	1,4
Insumos agrícolas	7.465.224	1,2	10.357.513	1,5	7.499.071	1,1	10.410.596	1,4
Eletroeletrônico	6.351.508	1,0	8.211.560	1,2	6.587.528	1,0	8.429.919	1,2
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.198.896	0,8	6.293.685	0,9	5.899.556	0,9	7.112.589	1,0
Químico	5.035.487	0,8	7.154.416	1,0	5.805.797	0,9	8.038.385	1,1
Papel e celulose	5.341.918	0,8	8.732.162	1,2	5.674.382	0,9	9.009.701	1,3
Madeireiro e moveleiro	5.073.875	0,8	6.080.628	0,9	5.134.764	0,8	6.251.811	0,9
Instituições e serviços financeiros	2.805.069	0,4	4.134.965	0,6	4.690.779	0,7	5.775.570	0,8
Construção pesada	3.376.647	0,5	4.880.314	0,7	4.158.241	0,6	6.076.581	0,8
Telecomunicações	3.816.910	0,6	3.926.772	0,5	3.878.719	0,6	4.185.482	0,6
Demais atividades	3.235.834	0,6	4.168.760	0,6	3.484.993	0,6	4.960.665	0,6
Total	637.606.198	100,0	700.229.203	100,0	653.591.432	100,0	719.567.663	100,0

- (1) Os valores evidenciados no item Pessoa Física incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	BB Banco Múltiplo										31.12.2016	31.12.2015
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
	Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas												
01 a 30	10.687.576	6.490.641	11.703.610	7.702.557	678.237	637.437	52.593	97.815	101.818	38.152.284	48.926.640	
31 a 60	8.464.250	3.684.188	4.607.170	2.527.774	413.708	365.937	34.958	319.084	84.590	20.501.659	25.235.022	
61 a 90	7.133.598	3.083.940	3.311.225	1.839.196	250.357	132.573	83.839	174.168	72.360	16.081.256	21.366.162	
91 a 180	25.708.336	8.582.964	9.381.600	4.811.590	793.093	1.217.062	120.987	94.109	228.013	50.937.754	65.063.002	
181 a 360	42.537.314	10.121.689	24.102.519	8.536.242	1.536.525	765.019	315.270	195.736	404.003	88.514.317	96.145.361	
Acima de 360	203.420.582	66.387.838	59.054.400	38.238.369	8.105.389	8.336.767	1.716.888	1.261.965	4.021.901	390.544.099	417.193.975	
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	274.382	130.211	195.979	227.711	658.830	62.829	35.795	6.276	36.402	1.628.415	846.596	
Demais ⁽¹⁾	400.601	--	--	--	--	--	--	--	--	400.601	373.113	
Subtotal	298.626.639	98.481.471	112.356.503	63.883.439	12.436.139	11.517.624	2.360.330	2.149.153	4.949.087	606.760.385	675.149.871	
	Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas												
01 a 30	--	--	52.723	184.247	95.444	139.693	102.380	127.795	529.900	1.232.182	1.152.708	
31 a 60	--	--	33.495	97.978	72.238	83.605	59.428	61.190	273.702	681.636	742.273	
61 a 90	--	--	27.881	69.388	55.772	64.879	56.401	47.538	204.789	526.648	518.453	
91 a 180	--	--	77.418	205.110	167.254	208.740	160.256	149.207	629.801	1.597.786	1.610.035	
181 a 360	--	--	146.325	375.117	317.894	453.305	288.328	283.851	1.107.526	2.972.346	2.735.689	
Acima de 360	--	--	819.934	1.468.580	1.225.888	2.642.278	1.587.548	1.407.962	4.426.645	13.578.835	9.752.076	
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	10.004	41.704	57.439	46.239	28.399	23.881	91.857	299.523	254.111	
15 a 30	--	--	199.653	216.011	62.446	162.006	50.328	62.717	171.538	924.699	711.284	
31 a 60	--	--	23.635	405.928	113.648	156.240	245.227	149.423	325.384	1.419.485	1.156.797	
61 a 90	--	--	206	33.709	274.367	134.167	112.433	97.944	601.903	1.254.729	1.023.051	
91 a 180	--	--	227	15.742	57.684	374.290	598.811	541.060	1.305.717	2.893.531	2.812.512	
181 a 360	--	--	2	39.533	1.036	63.930	157.028	292.392	2.513.629	3.067.550	2.411.828	
Acima de 360	--	--	137	34	783	1.248	6.706	68.895	319.060	396.863	198.515	
Subtotal	--	--	1.391.640	3.153.081	2.501.893	4.530.620	3.453.273	3.313.855	12.501.451	30.845.813	25.079.332	
Total	298.626.639	98.481.471	113.748.143	67.036.520	14.938.032	16.048.244	5.813.603	5.463.008	17.450.538	637.606.198	700.229.203	

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procer, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 12.299 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

	BB Consolidado										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2016	31.12.2015
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas											
01 a 30	11.156.169	7.215.563	12.893.744	7.733.161	680.716	637.674	52.654	97.852	111.844	40.579.377	53.744.732
31 a 60	8.691.989	4.279.400	4.715.049	2.531.076	414.136	366.088	34.981	319.114	85.750	21.437.583	26.577.543
61 a 90	7.551.861	3.745.661	3.327.619	1.874.410	250.920	132.704	83.991	174.189	76.443	17.217.798	22.691.437
91 a 180	26.287.389	9.802.246	9.521.530	4.820.785	794.295	1.217.447	121.280	94.236	230.030	52.889.238	67.876.209
181 a 360	42.907.344	10.784.992	24.351.150	8.550.941	1.539.321	765.813	315.844	192.894	407.556	89.815.855	98.952.476
Acima de 360	205.402.129	67.892.694	61.940.674	38.317.250	8.126.413	8.340.208	1.719.073	1.266.888	4.068.476	397.073.805	422.930.993
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	308.912	1.117.495	495.045	229.193	661.335	63.085	35.831	6.292	36.990	2.954.178	1.130.563
Demais ⁽¹⁾	400.601	--	--	--	--	--	--	--	--	400.601	373.113
Subtotal	302.706.394	104.838.051	117.244.811	64.056.816	12.467.136	11.523.019	2.363.654	2.151.465	5.017.089	622.368.435	694.277.065
	Operações em Curso Anormal										
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	52.774	184.532	95.696	139.924	102.487	127.973	530.868	1.234.254	1.154.552
31 a 60	--	--	33.545	98.263	72.485	83.839	59.538	61.360	274.700	683.730	744.060
61 a 90	--	--	27.929	69.654	56.013	65.083	56.495	47.671	205.658	528.503	520.178
91 a 180	--	--	77.552	205.848	167.935	209.352	160.542	149.583	632.417	1.603.229	1.614.801
181 a 360	--	--	146.549	376.375	318.985	454.362	288.766	284.313	1.111.612	2.980.962	2.743.742
Acima de 360	--	--	820.366	1.470.668	1.227.906	2.644.302	1.588.313	1.408.644	4.431.971	13.592.170	9.768.847
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	10.014	41.766	57.538	46.303	28.458	23.940	92.279	300.298	261.878
15 a 30	--	--	234.204	270.185	63.595	162.511	50.400	62.858	172.679	1.016.432	798.591
31 a 60	--	--	23.643	421.653	114.858	156.883	245.469	149.645	326.979	1.439.130	1.185.605
61 a 90	--	--	206	33.709	279.609	134.661	112.808	98.203	693.296	1.352.492	1.031.905
91 a 180	--	--	227	15.742	57.739	378.958	601.936	544.226	1.310.456	2.909.284	2.827.156
181 a 360	--	--	2	39.533	1.036	63.958	157.028	295.503	2.601.771	3.158.831	2.429.502
Acima de 360	--	--	137	34	783	1.248	6.706	78.149	336.625	423.682	209.781
Subtotal	--	--	1.427.148	3.227.962	2.514.178	4.541.384	3.458.946	3.332.068	12.721.311	31.222.997	25.290.598
Total	302.706.394	104.838.051	118.671.959	67.284.778	14.981.314	16.064.403	5.822.600	5.483.533	17.738.400	653.591.432	719.567.663

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procerá, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 12.299 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Banco Múltiplo							
		31.12.2016				31.12.2015			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽²⁾	Total
AA	--	298.626.639	--	--	--	369.699.558	--	--	--
A	0,5	98.481.471	492.407	25.157	517.564	136.739.764	683.699	145.036	828.735
B	1	113.748.143	1.137.481	256.398	1.393.879	119.766.338	1.197.663	181.690	1.379.353
C	3	67.036.520	2.011.096	1.037.915	3.049.011	25.157.098	754.713	291.326	1.046.039
D	10	14.938.032	1.493.803	213.337	1.707.140	10.789.326	1.078.933	149.499	1.228.432
E	30	16.048.244	4.814.473	146	4.814.619	11.754.848	3.526.454	1.300.232	4.826.686
F	50	5.813.603	2.906.802	--	2.906.802	4.755.309	2.377.655	642.265	3.019.920
G	70	5.463.008	3.824.106	--	3.824.106	3.796.410	2.657.487	518.450	3.175.937
H	100	17.450.538	17.450.538	--	17.450.538	17.770.552	17.770.552	--	17.770.552
Total		637.606.198	34.130.706	1.532.953	35.663.659	700.229.203	30.047.156	3.228.498	33.275.654

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

(2) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Consolidado							
		31.12.2016				31.12.2015			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽²⁾	Total
AA	--	302.706.394	--	--	--	375.016.460	--	--	--
A	0,5	104.838.051	524.190	25.164	549.354	144.777.671	723.888	145.036	868.924
B	1	118.671.959	1.186.720	256.585	1.443.305	124.924.839	1.249.248	181.690	1.430.938
C	3	67.284.778	2.018.543	1.039.438	3.057.981	25.525.757	765.773	291.326	1.057.099
D	10	14.981.314	1.498.131	213.709	1.711.840	11.032.891	1.103.289	149.499	1.252.788
E	30	16.064.403	4.819.321	146	4.819.467	11.796.903	3.539.071	1.300.232	4.839.303
F	50	5.822.600	2.911.300	--	2.911.300	4.767.971	2.383.986	642.265	3.026.251
G	70	5.483.533	3.838.473	--	3.838.473	3.806.414	2.664.490	518.450	3.182.940
H	100	17.738.400	17.738.400	--	17.738.400	17.918.757	17.918.757	--	17.918.757
Total		653.591.432	34.535.078	1.535.042	36.070.120	719.567.663	30.348.502	3.228.498	33.577.000

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

(2) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo Inicial	36.539.015	33.275.654	25.060.164	36.967.684	33.577.000	25.294.947
Constituição/(reversão)	14.058.932	28.019.610	25.302.081	14.129.793	28.321.460	25.476.117
Provisão mínima requerida	12.525.979	29.715.155	23.479.081	12.594.751	30.014.916	23.653.117
Provisão adicional ⁽¹⁾	--	(3.228.498)	1.823.000	--	(3.228.498)	1.823.000
Provisão complementar ⁽²⁾	1.532.953	1.532.953	--	1.535.042	1.535.042	--
Variação cambial - provisões no exterior	136.326	7.530	159.594	116.099	(75.459)	200.583
Baixas para prejuízo	(15.070.614)	(25.639.135)	(17.246.185)	(15.143.456)	(25.752.881)	(17.394.647)
Saldo Final	35.663.659	35.663.659	33.275.654	36.070.120	36.070.120	33.577.000

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo Inicial	1.459.858	1.157.034	909.528	1.593.627	1.287.621	1.041.399
Constituição/(reversão)	327.971	316.259	287.338	332.525	328.295	299.518
Variação cambial - provisões no exterior	(24)	(114)	35	3.150	1.391	(16.211)
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(363.064)	(48.438)	(39.867)	(362.664)	(50.669)	(37.085)
Saldo Final	1.424.741	1.424.741	1.157.034	1.566.638	1.566.638	1.287.621

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Até 1 ano ⁽¹⁾	--	--	269.250	352.475
De 1 a 5 anos	--	--	334.612	519.337
Acima de 5 anos	--	--	334	3.023
Total a Valor Presente	--	--	604.196	874.835

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de Arrendamento Mercantil	--	--	--	155.494	333.419	421.912
Arrendamento financeiro	--	--	--	155.494	333.419	421.912
Despesas de Arrendamento Mercantil	--	--	--	(85.311)	(188.266)	(255.075)
Arrendamento financeiro	--	--	--	(85.225)	(188.055)	(254.685)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	--	--	--	(86)	(211)	(390)
Total	--	--	--	70.183	145.153	166.837

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2016	% da Carteira	31.12.2015	% da Carteira
Maior Devedor	24.759.930	3,8	25.120.839	3,5
10 Maiores devedores	82.224.321	12,6	92.471.599	12,9
20 Maiores devedores	109.099.432	16,7	122.894.723	17,1
50 Maiores devedores	146.075.455	22,3	168.071.302	23,4
100 Maiores devedores	170.529.116	26,1	197.567.210	27,5

k) Créditos Renegociados

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	19.145.331	40.878.005	47.024.651	19.146.516	40.882.458	47.028.040
Renegociados por atraso ⁽²⁾	6.631.073	15.268.685	15.125.821	6.631.073	15.268.685	15.125.821
Renovados ⁽³⁾	12.514.258	25.609.320	31.898.830	12.515.443	25.613.773	31.902.219
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso						
Saldo Inicial	25.049.740	19.652.990	9.030.112	25.049.740	19.652.990	9.030.112
Contratações ⁽²⁾	6.631.073	15.268.685	15.125.821	6.631.073	15.268.685	15.125.821
(Recebimento) e apropriação de juros	(1.856.769)	(3.283.983)	(1.994.263)	(1.856.769)	(3.283.983)	(1.994.263)
Baixas para prejuízo	(2.737.820)	(4.551.468)	(2.508.680)	(2.737.820)	(4.551.468)	(2.508.680)
Saldo Final ⁽⁴⁾	27.086.224	27.086.224	19.652.990	27.086.224	27.086.224	19.652.990
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		11.925.112	8.585.067		11.925.112	8.585.067
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso		44,0%	43,7%		44,0%	43,7%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		7.375.489	3.171.173		7.375.489	3.171.173
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		27,2%	16,1%		27,2%	16,1%

- (1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.
- (2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.
- (3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.
- (4) Inclui o valor de R\$ 90.278 mil (R\$ 116.986 mil em 31.12.2015) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 6.915.256 mil (R\$ 5.233.849 mil em 31.12.2015) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Créditos contratados a liberar	118.109.650	147.053.233	118.745.942	144.106.823
Garantias prestadas ⁽¹⁾	7.961.594	10.934.099	6.445.216	9.730.748
Créditos de exportação confirmados	218.223	3.486.795	218.348	3.498.059
Créditos abertos para importação contratados	153.550	1.129.602	229.143	1.239.989
Recursos vinculados	4.374.359	2.592.071	4.523.775	2.772.443
Valores garantidos por depósitos vinculados	4.321.712	2.578.250	4.439.602	2.723.589

- (1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 441.896 mil (R\$ 534.738 mil em 31.12.2015) e R\$ 442.300 mil no BB Consolidado (R\$ 541.312 mil em 31.12.2015), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

m) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		770.150	66.504
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005 e 01/2016	762.601	6
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	7.549	66.498
Financiamentos		2.800.917	3.167.671
Proger Urbano Investimento	18/2005	2.302.862	2.682.793
FAT Taxista	02/2009	352.767	306.224
FAT Turismo - Investimento	01/2012	100.930	138.424
Proger Exportação	27/2005	44.292	40.203
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	66	27
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		66.570	117.358
Pronaf Investimento	05/2005	55.267	95.907
Proger Rural Investimento	13/2005	8.490	13.865
Pronaf Custeio	04/2005	2.298	2.709
Proger Rural Custeio	02/2006	454	887
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	61	3.990
Total		3.637.637	3.351.533

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 - CARTEIRA DE CÂMBIO**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Outros Créditos				
Câmbio comprado a liquidar	16.896.594	20.778.036	16.896.594	20.789.338
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	40.232	48.204	40.232	48.204
Direitos sobre vendas de câmbio	20.428.130	11.722.183	20.428.130	11.730.483
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(20.178.005)	(11.378.722)	(20.178.005)	(11.378.722)
Valores em moedas estrangeiras a receber	887	1.805	887	1.805
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	283.707	229.015	283.707	229.014
Total	17.471.545	21.400.521	17.471.545	21.420.122
Ativo circulante	17.188.751	19.827.456	17.188.751	19.847.057
Ativo não circulante	282.794	1.573.065	282.794	1.573.065
Outras Obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	18.739.249	14.013.912	18.739.249	14.025.881
(Importação financiada)	(4.561)	(11.721)	(4.561)	(11.721)
Obrigações por compras de câmbio	17.513.179	18.491.690	17.513.179	18.491.690
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(13.115.132)	(16.993.015)	(13.115.132)	(16.993.015)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.196	2.925	54.017	72.204
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	14.537	14.901	14.537	14.901
Total	23.148.468	15.518.692	23.201.289	15.599.940
Passivo circulante	17.826.391	13.656.286	17.879.212	13.737.534
Passivo não circulante	5.322.077	1.862.406	5.322.077	1.862.406
Carteira de Câmbio Líquida	(5.676.923)	5.881.829	(5.729.744)	5.820.182
Contas de Compensação				
Créditos abertos para importação	194.513	1.183.595	270.106	1.293.982
Créditos de exportação confirmados	218.223	3.486.795	218.348	3.498.059

b) Resultado de Operações de Câmbio

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de câmbio	5.249.692	15.165.673	17.367.155	5.483.467	15.682.264	18.705.053
Despesas de câmbio	(4.947.735)	(13.484.841)	(14.676.164)	(5.125.107)	(13.777.002)	(15.974.180)
Resultado de Operações de Câmbio	301.957	1.680.832	2.690.991	358.360	1.905.262	2.730.873

12 - OUTROS CRÉDITOS**a) Créditos Específicos**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	377.698	333.908	377.698	333.908
Outros	--	--	541	696
Total	377.698	333.908	378.239	334.604

b) Diversos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 24.e)	41.755.597	38.607.582	42.883.504	39.995.482
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 27.g.1)	32.636.539	26.922.645	33.121.209	27.359.764
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	21.996.223	21.334.443	23.510.421	22.940.041
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 27.h.1)	17.431.080	16.399.235	17.431.080	16.399.235
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽¹⁾	14.983.588	16.985.182	14.983.588	16.985.182
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12.099.547	7.290.715	12.813.584	8.046.349
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 26.f)	9.562.010	9.079.921	9.562.010	9.079.921
Títulos e créditos a receber - outros	6.164.139	3.556.407	6.268.085	3.679.591
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.º 8.427/1992	3.418.200	3.384.982	3.418.200	3.384.982
Devedores diversos - país	2.655.848	2.277.507	2.779.446	2.313.728
Adiantamentos e antecipações salariais	1.729.452	282.829	1.732.680	286.804
Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras	--	--	1.482.045	1.511.529
Aquisição de recebíveis	958.678	3.862.570	958.678	3.862.570
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional ⁽²⁾	940.330	1.021.565	940.330	1.021.565
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal	854.546	1.498.881	854.546	1.498.881
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	661.559	996.876	661.559	996.876
Devedores diversos - exterior	94.037	79.838	238.213	191.166
Ativos atuariais (Nota 26.e)	151.828	169.474	151.828	169.474
Devedores por depósitos em garantia - outros	9.957	11.624	74.103	60.013
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	22.583	1.093.351	22.583	1.093.351
Devedores por compra de valores e bens	12.674	41.142	12.674	41.142
Outros	363.566	566.282	324.871	511.769
Total	168.501.981	155.463.051	174.225.237	161.429.415
Ativo circulante	103.330.671	95.551.755	107.887.734	100.389.034
Ativo não circulante	65.171.310	59.911.296	66.337.503	61.040.381

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FNDE, FDA e FDCO).

13 - OUTROS VALORES E BENS

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Bens Não de Uso Próprio	246.777	215.904	277.417	271.143
Bens em regime especial	172.030	166.643	172.116	166.729
Imóveis	31.552	32.611	41.849	50.104
Imóveis habitacionais	39.946	13.315	40.125	13.605
Máquinas e equipamentos	2.505	3.060	3.138	3.693
Veículos e afins	237	228	508	516
Outros	507	47	19.681	36.496
Material em Estoque	31.486	25.540	61.885	61.390
Subtotal	278.263	241.444	339.302	332.533
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(127.701)	(113.141)	(137.564)	(120.940)
Despesas Antecipadas	230.492	242.369	269.633	285.034
Despesas de pessoal - programa de alimentação	171.073	162.348	171.218	162.348
Dependências externas	37.596	45.363	74.787	84.229
Prêmios de seguros a apropriar	12.953	12.417	14.323	14.172
Aluguéis	5.718	5.810	5.718	5.810
Prêmios por créditos adquiridos ⁽²⁾	355	11.953	355	11.953
Despesas tributárias	31	27	31	27
Outros	2.766	4.451	3.201	6.495
Total	381.054	370.672	471.371	496.627
Ativo circulante	368.182	358.485	454.562	480.840
Ativo não circulante	12.872	12.187	16.809	15.787

(1) O Banco Múltiplo reconheceu, no exercício/2016, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 14.921 mil (reversão de provisão no valor de R\$ 3.927 mil no exercício/2015). Foi reconhecida no BB Consolidado, no exercício/2016, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 14.525 mil (reversão de provisão no valor de R\$ 7.209 mil no exercício/2015).

(2) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

14 - INVESTIMENTOS**a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas**

	BB Banco Múltiplo											
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido - Exercício/2016	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2015	Movimentações - Exercício/2016			Saldo contábil 31.12.2016	Resultado de equivalência Exercício/2015
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos	Outros eventos ^ω	Resultado de equivalência		
No País							20.139.721	(4.965.104)	256.573	6.382.151	21.813.341	9.847.358
BB Elo Cartões Participações S.A. ⁽²⁾	4.369.042	6.111.394	731.976	10.000	--	100%	4.383.793	(363.061)	2.559	777.740	4.801.031	4.185.065
BB Seguridade Participações S.A. ⁽³⁾⁽⁴⁾	5.646.767	7.107.397	4.126.452	1.325.000	--	66,36%	4.168.774	(2.192.750)	1.323	2.739.307	4.716.654	2.786.928
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.376.690	274.108	3.000	--	100%	4.167.683	(65.101)	--	274.108	4.376.690	359.984
Banco Votorantim S.A. ⁽⁵⁾	7.826.980	8.527.500	425.814	43.114.693	9.581.043	50,00%	3.828.153	(79.167)	242.271	221.713	4.212.970	280.493
BB Banco de Investimento S.A.	1.821.082	3.018.815	1.263.014	2.541	--	100%	2.884.547	(1.190.137)	71.116	1.253.289	3.018.815	1.222.671
BB Tecnologia e Serviços ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	176.471	243.631	22.356	248.458	248.586	99,99%	218.930	(5.325)	27	18.414	232.046	15.201
BB Administradora de Consórcios S.A.	98.539	197.078	267.317	14	--	100%	167.522	(237.761)	--	267.317	197.078	209.287
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	109.698	131.629	807.875	100.000	--	100%	131.629	(807.875)	--	807.875	131.629	773.835
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	18.977	23.626	398.158	--	100%	18.973	(23.626)	4	23.626	18.977	20.152
Outras Participações							48.120	(301)	(262)	(1.238)	46.319	(6.258)
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							121.597	--	(60.465)	--	61.132	
No Exterior							4.840.717	(222.631)	1.437.184	(2.217.378)	3.837.892	3.917.551
Banco Patagonia S.A.	147.784	2.003.968	699.558	424.102	--	58,97%	1.446.066	(222.631)	(454.184)	412.551	1.181.802	463.503
Brasilian American Merchant Bank	785.373	1.510.625	33.620	241.023	--	100%	1.717.477	--	(240.471)	33.620	1.510.626	(21.907)
Banco do Brasil AG	116.110	748.647	(144.970)	338	--	100%	1.099.669	--	(206.053)	(144.970)	748.646	(36.557)
BB Securities LLC	16.293	201.037	18.957	5	--	100%	217.967	--	(35.887)	18.957	201.037	6.835
Banco do Brasil Americas ⁽⁶⁾	200.398	148.072	2.418	11.086	--	100%	177.867	--	(57.863)	2.418	122.422	4.153
BB USA Holding Company	--	702	--	--	--	100%	841	--	(139)	--	702	(5)
BB Leasing Company Ltd. ⁽⁷⁾	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.217)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							180.830	--	(108.173)	--	72.657	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências							--	--	1.490.030	(1.490.030)	--	2.556.056
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e coligadas e controladas							--	--	1.034.529	(1.034.529)	--	916.921
Aumento/diminuição do PL decorrente de outras movimentações							--	--	15.395	(15.395)	--	29.769
Total das Participações em Coligadas e Controladas							24.980.438	(5.187.735)	1.693.757	4.164.773	25.651.233	13.764.909
(Provisão para perdas)							(4.267)	--	--	--	(4.267)	

(1) Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e à variação cambial sobre investimentos no exterior.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações da BB Elo Cartões Participações S.A. com a Cateno Gestão de Contas e Pagamentos S.A.

(3) Em 29.12.2016, o valor de mercado da ação da BB Seguridade S.A. foi de R\$ 28,30.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(6) Em 31.12.2016, foi reconhecida provisão para perda por imparidade sobre o investimento no Banco do Brasil Americas no valor de R\$ 25.651 mil.

(7) Empresa descontinuada em 28.01.2016.

	BB Consolidado											
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido - Exercício/2016	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil	Movimentações - Exercício/2016			Saldo contábil	Resultado de equivalência
				Ordinárias	Preferenciais			31.12.2015	Dividendos	Outros eventos ^ω		
No País							15.100.387	(2.684.167)	(80.849)	4.295.701	16.631.072	4.365.890
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	7.826.980	8.527.500	425.814	43.114.693	9.581.043	50,00%	3.828.153	(79.167)	242.271	221.713	4.212.970	280.493
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	12.182.681	567.124	2.397.200	1.198.600	30,00%	3.631.654	(143.782)	(3.205)	170.137	3.654.804	133.124
Cielo S.A. ⁽⁴⁾	3.500.000	9.078.088	3.887.036	648.600	--	28,70%	1.834.175	(215.676)	(141.124)	1.127.599	2.604.974	950.780
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	2.050.198	2.901.749	1.853.046	1.039.908	2.079.400	74,99%	1.978.221	(1.139.848)	24.522	1.275.741	2.138.636	1.260.362
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.968.380	3.508.567	480.184	369.163	384.231	50,00%	1.657.372	--	9.006	119.717	1.786.095	215.470
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.193.539	2.400.224	1.009.043	572	1.145	75,00%	1.790.343	(659.775)	(111.932)	756.732	1.775.368	867.683
Neoenergia S.A.	4.739.025	9.762.760	380.332	701.327	--	11,99%	1.168.345	(32.954)	--	19.508	1.154.899	71.057
Elo Participações S.A.	800.227	1.752.655	330.296	372	--	49,99%	747.076	(46.901)	10.862	165.115	876.152	233.989
IRB Brasil Resseguros S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.453.080	3.326.361	848.021	63.727	--	20,51%	659.379	(99.224)	(29.979)	148.118	678.294	119.480
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	231.264	451.092	439.195	107.989	107.989	66,66%	294.480	(266.268)	(20.282)	292.768	300.698	240.282
Outras Participações							181.360	(572)	(694)	(1.447)	178.647	(6.830)
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							707.512	--	(177.290)	--	530.222	--
Resultado não realizado ⁽⁶⁾							(3.377.683)	--	116.996	--	(3.260.687)	--
No Exterior							180.830	--	(108.020)	(153)	72.657	1.676
Outras participações no exterior							--	--	153	(153)	--	1.676
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							180.830	--	(108.173)	--	72.657	--
Total das Participações em Coligadas e Controladas							15.281.217	(2.684.167)	(188.869)	4.295.548	16.703.729	4.367.566
(Provisão para perdas)							(9.018)	--	--	(2.195)	(11.213)	

(1) Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e à variação cambial sobre investimentos no exterior.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,09%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Nota 2.b).

b) Informações Financeiras Resumidas das Coligadas e Controladas em Conjunto e não Ajustadas pelos Percentuais de Participação Detidos pelo Banco

Balanco Patrimonial	BB Consolidado								
	31.12.2016								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	201.198.875	103.011.830	12.721.902	14.222.113	13.246.982	12.049.304	24.039.386	31.649.490	412.139.882
Disponibilidades	12	183.569	818	24.700	154.151	238	30.303	245.136	638.927
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	17.116.281	1.142.792	--	--	--	603.916	640.809	19.503.798
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	199.144.914	31.165.043	--	7.111.850	4.528.605	265.076	8.684.767	17.420.032	268.320.287
Operações de Crédito	--	40.747.426	--	--	--	--	--	226.010	40.973.436
Outros créditos e outros valores e bens	1.841.757	13.005.442	712.383	6.666.868	8.150.479	489.832	4.240.064	10.398.541	45.505.366
Permanente	212.192	794.069	10.865.909	418.695	413.747	11.294.158	10.480.336	2.718.962	37.198.068
Passivo Total	198.798.651	94.484.330	539.221	11.320.364	9.738.415	2.286.544	14.961.298	23.929.192	356.058.015
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	70.069.511	--	--	--	981.528	9.478.071	191.369	80.720.479
Outras Obrigações	198.798.651	24.414.819	539.221	11.320.364	9.738.415	1.305.016	5.483.227	23.737.823	275.337.536
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	197.533.558	--	--	8.315.330	7.291.486	--	--	18.718.610	231.858.984
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	4.876.634	--	--	--	--	--	--	4.876.634
Demais	1.265.093	19.538.185	539.221	3.005.034	2.446.929	1.305.016	5.483.227	5.019.213	38.601.918
Patrimônio Líquido	2.400.224	8.527.500	12.182.681	2.901.749	3.508.567	9.762.760	9.078.088	7.720.298	56.081.867
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	11,99%	28,70%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	1.800.048	4.263.750	3.654.804	2.176.022	1.754.284	1.170.272	2.605.602	2.410.699	19.835.481
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	61.132	--	--	--	--	427.763	115.545	602.879
Outros valores ⁽¹⁾	(24.681)	(50.780)	--	(37.386)	31.811	(15.373)	(628)	(3.637.594)	(3.734.631)
Saldo do investimento	1.773.806	4.274.102	3.654.804	2.138.636	1.786.095	1.154.899	3.032.737	(1.111.350)	16.703.729

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e ajustes de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	BB Consolidado								
	Exercício/2016								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	508.568	2.516.966	--	781.222	851.444	--	--	1.612.795	6.270.995
Receitas de prestação de serviços	1.957.380	496.866	2.794.186	--	8.125	--	8.192.123	1.156.401	14.605.081
Outras despesas administrativas	(230.996)	(1.207.848)	(1.028.907)	(210.499)	(485.652)	(20.137)	(913.426)	(646.020)	(4.743.485)
Outras receitas/despesas operacionais	(524.446)	(981.001)	(905.981)	2.314.836	271.769	403.369	(1.712.794)	241.104	(893.144)
Resultado não operacional	(709)	1.626	--	4.063	7.107	4.135	(24.661)	36.239	27.800
Resultado antes da tributação	1.709.797	826.609	859.298	2.889.622	652.793	387.367	5.541.242	2.400.519	15.267.247
Tributação sobre o lucro e participações	(700.754)	(400.795)	(292.174)	(1.036.576)	(172.609)	(7.035)	(1.654.206)	(750.876)	(5.015.025)
Lucro Líquido	1.009.043	425.814	567.124	1.853.046	480.184	380.332	3.887.036	1.649.643	10.252.222
% de Participação	75%	50%	30,00%	74,99%	50,00%	11,99%	28,70%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	756.732	212.907	170.137	1.389.599	240.092	45.591	1.115.661	658.464	4.589.183
Outros valores ⁽¹⁾	--	8.806	--	(113.858)	(120.375)	(26.083)	11.938	(54.063)	(293.635)
Resultado de equivalência patrimonial	756.732	221.713	170.137	1.275.741	119.717	19.508	1.127.599	604.401	4.295.548

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e ajustes de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Balanco Patrimonial	BB Consolidado								
	31.12.2015								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Brasilcap Capitalização S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	IRB – Brasil Resseguros S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	151.373.655	110.379.915	13.818.200	14.144.637	15.124.957	14.441.038	24.251.378	15.328.868	358.862.648
Disponibilidades	14	179.915	817	122.338	169.502	13.894	34.519	3.653	524.652
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	17.186.642	--	--	--	577.447	9.467	--	17.773.556
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	149.739.705	32.974.008	12.907.255	6.492.107	4.385.502	5.620.654	279.579	377.515	212.776.325
Operações de Crédito	--	44.329.680	--	--	--	--	--	--	44.329.680
Outros créditos e outros valores e bens	1.436.501	14.947.330	902.287	7.195.294	10.114.638	7.933.277	13.272.436	1.657.438	57.459.201
Permanente	197.435	762.340	7.841	334.898	455.315	295.766	10.655.377	13.290.262	25.999.234
Passivo Total	148.950.418	102.768.172	13.376.436	11.506.835	11.809.306	11.227.797	17.872.593	2.997.946	320.509.503
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	--	37.005.799	--	--	--	--	--	3.407	37.009.206
Outras Obrigações	148.950.418	65.762.373	13.376.436	11.506.835	11.809.306	11.227.797	17.872.593	2.994.539	283.500.297
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	148.246.754	--	12.354.368	8.210.249	8.220.696	9.055.437	--	--	186.087.504
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	6.045.936	--	--	--	--	--	--	6.045.936
Demais	703.664	59.716.437	1.022.068	3.296.586	3.588.610	2.172.360	17.872.593	2.994.539	91.366.857
Patrimônio Líquido	2.423.237	7.611.743	441.764	2.637.802	3.315.651	3.213.241	6.378.785	12.330.922	38.353.145
% de Participação	75,00%	50,00%	66,66%	74,99%	50,00%	20,43%	28,72%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	1.817.428	3.805.872	294.480	1.978.088	1.657.826	656.308	1.831.987	8.140.618	20.182.607
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	121.597	34.187	--	--	17.856	535.433	180.830	888.342
Outros valores ⁽¹⁾	(27.085)	22.281	--	132	(453)	3.071	2.188	(5.789.866)	(5.789.732)
Saldo do investimento	1.788.782	3.949.750	328.667	1.978.220	1.657.373	677.235	2.369.608	2.531.582	15.281.217

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e ajustes de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	BB Consolidado								
	Exercício/2015								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Brasilcap Capitalização S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	IRB – Brasil Resseguros S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	538.510	3.003.572	453.896	766.529	850.542	840.916	--	--	6.453.965
Receitas de prestação de serviços	1.555.048	442.404	--	--	9.513	--	7.717.078	3.653.340	13.377.383
Outras despesas administrativas	(212.899)	(1.177.176)	(57.158)	(235.682)	(482.298)	(107.756)	(524.860)	(1.916.572)	(4.714.401)
Outras receitas/despesas operacionais	80.068	(2.502.485)	235.503	2.117.314	478.857	279.556	(2.503.203)	(113.922)	(1.928.312)
Resultado não operacional	21	(28.752)	415	296	459	43.916	(37.092)	(4.024)	(24.761)
Resultado antes da tributação	1.960.748	(262.437)	632.656	2.648.457	857.073	1.056.632	4.651.923	1.618.822	13.163.874
Tributação sobre o lucro e participações	(805.282)	744.156	(253.841)	(880.247)	(259.634)	(298.196)	(1.230.759)	(211.880)	(3.195.683)
Lucro Líquido	1.155.466	481.719	378.815	1.768.210	597.439	758.436	3.421.164	1.406.942	9.968.191
% de Participação	75,00%	50,00%	66,66%	74,99%	50,00%	20,43%	28,72%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	866.600	240.860	252.518	1.325.981	298.720	154.948	982.558	516.000	4.638.184
Outros valores ⁽¹⁾	1.083	39.633	(12.236)	(65.619)	(83.250)	(35.468)	(31.778)	(82.984)	(270.619)
Resultado de equivalência patrimonial	867.683	280.493	240.282	1.260.362	215.470	119.480	950.780	433.016	4.367.566

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e ajustes de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

c) Outros Investimentos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Investimentos por incentivos fiscais	10.821	10.834	38.462	35.189
Títulos patrimoniais	57	58	57	58
Ações e cotas	43.907	83.165	48.930	89.346
Outros investimentos	2.944	3.047	4.038	7.625
Outras participações no exterior	77.687	93.082	78.911	93.082
Total ⁽¹⁾	135.416	190.186	170.398	225.300
(Provisão para perdas)	(7.134)	(44.477)	(7.908)	(45.251)

(1) Inclui o montante de R\$ 5.536 mil em 31.12.2015 no Banco Múltiplo e os montantes de R\$ 4.797 mil em 31.12.2016 e R\$ 9.090 mil em 31.12.2015 no BB Consolidado, relativos à Imparidade Acumulada.

d) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo Inicial	212.009	302.427	385.514	741.072	889.903	1.077.869
Amortizações ⁽¹⁾	(43.181)	(88.516)	(99.173)	(101.593)	(205.341)	(204.052)
Variação cambial ⁽²⁾	(2.832)	(47.915)	16.086	(2.832)	(47.915)	16.086
Perda por Imparidade ⁽³⁾	(32.207)	(32.207)	--	(32.207)	(32.207)	--
Saldo Final	133.789	133.789	302.427	604.440	604.440	889.903

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre os ágios do Banco do Brasil Americas e do Banco Patagonia.

(3) Incidente sobre o ágio do Banco do Brasil Americas.

e) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2017	2018	2019	Após 2020	Total
Banco do Brasil	79.577	18.795	19.170	16.247	133.789
Banco Votorantim	61.132	--	--	--	61.132
Banco Patagonia	18.445	18.795	19.170	16.247	72.657
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(35.810)	(8.458)	(8.627)	(7.311)	(60.206)
Total Líquido	43.767	10.337	10.543	8.936	73.583
Outras Participações					
BB-BI	123.517	141.696	162.550	--	427.763
Cielo	123.517	141.696	162.550	--	427.763
BB Seguros	16.564	11.040	10.028	5.256	42.888
Brasilcap	8.593	8.780	7.659	--	25.032
IRB-Brasil Resseguros S.A.	7.971	2.260	2.369	5.256	17.856
BB Consolidado	219.658	171.531	191.748	21.503	604.440
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(97.024)	(75.975)	(85.184)	(9.098)	(267.281)
Total Líquido	122.634	95.556	106.564	12.405	337.159

(1) 25% de IRPJ e 20% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Votorantim	4,2%	14,2%
Banco do Brasil Americas	2,0%	8,6%
Banco Patagonia	19,0%	27,7%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

Com exceção do Banco do Brasil Americas, de acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo, bem como dos ágios reconhecidos na BB Seguros/BB Seguridade, foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na BM&FBovespa.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação ⁽¹⁾
BB Seguridade (BBSE3)	R\$ 29,88
Cielo (CIEL3)	R\$ 32,51

(1) Preço de fechamento das ações em 30.09.2016.

Em 2016, foi reconhecida provisão para perda por imparidade sobre o ágio pela aquisição do Banco do Brasil Americas (Nota 14.d), no valor de R\$ 32.207 mil, motivada principalmente pela revisão anual das projeções financeiras, as quais subsidiaram o cálculo do valor em uso da empresa.

Em 2015, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	BB Banco Múltiplo							
	31.12.2015	Exercício/2016			31.12.2016			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Provisão de perdas por imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	3.795.508	5.186	(350.885)	(7.804)	7.433.576	(3.974.236)	(17.335)	3.442.005
Móveis e equipamentos de uso	1.416.711	348.134	(241.654)	--	3.480.424	(1.957.233)	--	1.523.191
Sistemas de processamento de dados	1.179.545	350.912	(428.753)	--	3.880.496	(2.778.792)	--	1.101.704
Imobilizações em curso	74.051	551.841	--	--	625.892	--	--	625.892
Terrenos	182.908	(941)	--	--	181.967	--	--	181.967
Sistemas de segurança	160.656	30.752	(28.536)	--	412.776	(249.904)	--	162.872
Instalações	196.052	(1.487)	(32.803)	--	968.023	(806.261)	--	161.762
Sistemas de comunicação	96.120	28.306	(17.925)	--	275.731	(169.230)	--	106.501
Sistemas de transporte	4.825	1.387	(795)	--	9.843	(4.426)	--	5.417
Móveis e equipamentos em estoque	1.749	(31)	--	--	1.718	--	--	1.718
Total	7.108.125	1.314.059	(1.101.351)	(7.804)	17.270.446	(9.940.082)	(17.335)	7.313.029

	BB Consolidado							
	31.12.2015	Exercício/2016			31.12.2016			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Provisão de perdas por imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	3.867.155	11.215	(359.377)	(7.804)	7.540.885	(4.012.361)	(17.335)	3.511.189
Móveis e equipamentos de uso	1.488.760	405.951	(259.277)	(100)	3.692.632	(2.057.173)	(125)	1.635.334
Sistemas de processamento de dados	1.186.740	355.254	(433.570)	--	3.909.978	(2.801.554)	--	1.108.424
Imobilizações em curso	102.952	538.193	--	--	641.145	--	--	641.145
Terrenos	197.476	1.430	--	--	198.906	--	--	198.906
Instalações	207.947	573	(33.962)	--	986.452	(811.894)	--	174.558
Sistemas de segurança	162.518	32.165	(29.066)	--	418.522	(252.905)	--	165.617
Sistemas de comunicação	100.085	32.186	(19.076)	--	287.815	(174.620)	--	113.195
Sistemas de transporte	7.652	1.147	(1.407)	--	15.203	(7.811)	--	7.392
Móveis e equipamentos em estoque	1.749	(31)	--	--	1.718	--	--	1.718
Total	7.323.034	1.378.083	(1.135.735)	(7.904)	17.693.256	(10.118.318)	(17.460)	7.557.478

16 - INTANGÍVEL**a) Movimentação e Composição**

	BB Banco Múltiplo							
	31.12.2015	Exercício/2016				31.12.2016		
	Saldo contábil	Aquisições	Variação Cambial	Baixas	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	5.301.265	2.634.019	--	(505.833)	(1.833.012)	10.579.000	(4.932.821)	(49.740)
Softwares	1.523.630	416.319	(5.062)	(37.101)	(214.474)	3.343.769	(1.660.457)	--
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ⁽²⁾	1.907.615	--	--	--	(900.156)	4.961.028	(3.953.569)	--
Outros ativos intangíveis	392.840	23.664	--	--	(144.356)	560.044	(287.896)	--
Total	9.125.350	3.074.002	(5.062)	(542.934)	(3.091.998)	19.443.841	(10.834.743)	(49.740)

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro de 2009.

	BB Consolidado								
	31.12.2015	Exercício/2016				31.12.2016			
	Saldo contábil	Aquisições	Variação Cambial	Baixas	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	5.301.265	2.634.019	--	(505.833)	(1.833.012)	10.579.000	(4.932.821)	(49.740)	5.596.439
Softwares	1.709.152	435.079	(36.265)	(37.406)	(231.346)	3.551.865	(1.712.651)	--	1.839.214
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ⁽²⁾	1.907.615	--	--	--	(900.156)	4.961.028	(3.953.569)	--	1.007.459
Outros ativos intangíveis	392.840	23.664	--	--	(144.356)	560.044	(287.896)	--	272.148
Total	9.310.872	3.092.762	(36.265)	(543.239)	(3.108.870)	19.651.937	(10.886.937)	(49.740)	8.715.260

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro de 2009.

b) Estimativa de Amortização

	BB Banco Múltiplo					
	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Valores a amortizar	3.026.384	1.852.869	1.324.942	879.594	1.475.569	8.559.358

	BB Consolidado					
	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Valores a amortizar	3.041.974	1.868.459	1.340.533	895.184	1.569.110	8.715.260

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2016 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2017 e projeções internas de resultado de 2018 a 2021.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *CAPM* (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a.	Taxa de Desconto a.a.
Banco do Brasil - Estado de São Paulo - Ágio Banco Nossa Caixa ^{(1) (2)}	2,7%	14,6%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos exercícios de 2016 e 2015, não houve perda por imparidade sobre o ágio da sociedade incorporada.

17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO**a) Depósitos**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à Vista	65.809.429	63.125.959	69.349.186	66.549.760
Pessoas físicas	33.306.050	30.519.382	33.991.206	31.156.677
Pessoas jurídicas	19.962.711	20.366.618	22.205.568	23.101.575
Vinculados	6.907.794	5.576.821	7.546.026	5.648.623
Governos	2.622.497	1.808.898	2.622.497	1.808.898
Empresas ligadas	882.613	2.307.227	875.450	2.306.081
Moedas estrangeiras	691.111	774.883	691.111	774.883
Instituições do sistema financeiro	587.995	634.881	568.135	617.029
Especiais do Tesouro Nacional	349.606	268.841	349.606	268.841
Domiciliados no exterior	72.645	76.296	70.856	75.041
Outros	426.407	792.112	428.731	792.112
Depósitos de Poupança	151.763.344	151.845.281	151.763.344	151.845.281
Pessoas físicas	143.469.320	142.195.252	143.469.320	142.195.252
Pessoas jurídicas	7.964.554	9.302.317	7.964.554	9.302.317
Empresas ligadas	313.852	332.789	313.852	332.789
Instituições do sistema financeiro	15.618	14.923	15.618	14.923
Depósitos Interfinanceiros	21.846.597	48.322.523	20.664.801	41.482.547
Depósitos a Prazo	194.924.308	193.329.312	204.150.246	204.542.130
Judiciais	121.819.641	113.502.174	121.969.028	113.652.254
Moeda nacional	52.703.264	58.120.966	52.691.661	58.101.859
Moedas estrangeiras	13.387.773	16.174.640	22.475.927	27.256.485
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	5.187.817	4.102.449	5.187.817	4.102.449
Funproger (Nota 17.f)	324.120	263.488	324.120	263.488
Outros	1.501.693	1.165.595	1.501.693	1.165.595
Outros Depósitos	53.111	--	53.111	--
Total	434.396.789	456.623.075	445.980.688	464.419.718
Passivo circulante	383.813.276	399.739.647	394.668.312	406.119.891
Passivo não circulante	50.583.513	56.883.428	51.312.376	58.299.827

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	BB Banco Múltiplo						
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	129.088.437	10.976.212	6.706.558	20.426.676	27.726.425	194.924.308	193.329.312
Depósitos de poupança	151.763.344	--	--	--	--	151.763.344	151.845.281
Depósitos à vista	65.809.429	--	--	--	--	65.809.429	63.125.959
Depósitos interfinanceiros	--	8.361.239	11.054.946	1.926.437	503.975	21.846.597	48.322.523
Outros depósitos	53.111	--	--	--	--	53.111	--
Total	346.714.321	19.337.451	17.761.504	22.353.113	28.230.400	434.396.789	456.623.075

(1) Inclui o valor de R\$ 51.067.563 mil (R\$ 56.772.137 mil em 31.12.2015), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	BB Consolidado						
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	129.088.437	19.370.004	7.217.217	20.617.072	27.857.516	204.150.246	204.542.130
Depósitos de poupança	151.763.344	--	--	--	--	151.763.344	151.845.281
Depósitos à vista	69.349.186	--	--	--	--	69.349.186	66.549.760
Depósitos interfinanceiros	--	7.943.879	9.883.134	692.507	2.145.281	20.664.801	41.482.547
Outros depósitos	53.111	--	--	--	--	53.111	--
Total	350.254.078	27.313.883	17.100.351	21.309.579	30.002.797	445.980.688	464.419.718

(1) Inclui o valor de R\$ 51.067.563 mil (R\$ 56.772.137 mil em 31.12.2015), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Carteira Própria	64.213.975	72.535.050	59.207.850	68.880.140
Letras Financeiras do Tesouro	35.369.877	16.495.245	32.718.983	14.615.322
Títulos privados	26.000.273	52.485.563	25.591.345	52.141.995
Títulos no exterior	2.843.825	3.554.242	897.522	2.122.823
Carteira de Terceiros	320.547.568	269.250.523	315.426.182	264.641.508
Letras Financeiras do Tesouro	224.402.478	399.993	219.552.794	399.993
Notas do Tesouro Nacional	50.431.597	150.821.264	50.163.996	146.413.188
Letras do Tesouro Nacional	45.709.377	117.986.319	45.709.377	117.828.280
Títulos no exterior	4.116	42.947	15	47
Total	384.761.543	341.785.573	374.634.032	333.521.648
Passivo circulante	366.493.039	298.848.240	358.409.319	294.973.701
Passivo não circulante	18.268.504	42.937.333	16.224.713	38.547.947

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Despesas de Captações com Depósitos	(18.092.098)	(36.629.815)	(31.918.714)	(21.524.802)	(39.467.571)	(33.100.020)
Depósitos judiciais	(6.280.257)	(12.166.637)	(11.804.515)	(6.280.245)	(12.166.575)	(11.803.840)
Depósitos de poupança	(6.089.526)	(12.089.954)	(11.318.496)	(6.089.526)	(12.089.954)	(11.318.496)
Depósitos a prazo	(3.767.340)	(7.389.449)	(7.947.238)	(4.225.528)	(8.457.276)	(9.161.340)
Depósitos interfinanceiros	(1.954.975)	(4.983.775)	(848.465)	(4.929.503)	(6.753.766)	(816.344)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(26.885.023)	(49.521.501)	(42.397.903)	(26.465.245)	(48.729.462)	(41.656.690)
Carteira de terceiros	(23.447.696)	(42.709.991)	(35.945.718)	(23.063.286)	(41.986.978)	(35.480.009)
Carteira própria	(3.437.327)	(6.811.510)	(6.452.185)	(3.401.959)	(6.742.484)	(6.176.681)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	(10.716.697)	(21.961.972)	(20.434.751)	(10.801.778)	(22.125.232)	(20.564.044)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(7.673.387)	(15.487.657)	(14.151.742)	(7.673.387)	(15.487.657)	(14.151.742)
Letras financeiras	(1.974.160)	(3.947.003)	(3.493.491)	(1.974.160)	(3.946.905)	(3.493.054)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(883.937)	(1.835.259)	(1.809.911)	(883.937)	(1.835.259)	(1.809.911)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(185.213)	(692.053)	(979.607)	(270.294)	(855.411)	(1.109.337)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽²⁾	(278.619)	(552.964)	(598.974)	(278.619)	(552.964)	(598.974)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ⁽³⁾⁽⁴⁾	(976.177)	(1.995.709)	(2.501.122)	(946.852)	(1.920.157)	(2.245.245)
Outras	(363.097)	(731.890)	(733.176)	(370.146)	(747.271)	(740.408)
Total	(57.311.711)	(111.393.851)	(98.584.640)	(60.387.442)	(113.542.657)	(98.905.381)

(1) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 18.

(2) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(3) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

(4) Nas Demonstrações Contábeis Individuais estão incluídas as despesas com o Instrumento Elegível a Capital Principal no montante de R\$ 29.325 mil no 2º semestre/2016, R\$ 75.552 mil no exercício/2016 e R\$ 255.877 mil no exercício/2015 (Nota 23.h).

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		31.12.2016			31.12.2015		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				13.409	57.761	71.170	55.004	98.318	153.322
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	127	1.440	1.567	181	1.841	2.022
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	12.187	51.238	63.425	53.075	88.252	141.327
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	57	246	303	104	485	589
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	1.038	4.837	5.875	1.644	7.740	9.384
Proger Urbano				1.531.783	2.914.158	4.445.941	753.477	2.523.289	3.276.766
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	481.056	2.150.447	2.631.503	753.477	2.523.289	3.276.766
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	1.050.727	763.711	1.814.438	--	--	--
Outros				182.140	488.566	670.706	132.916	539.445	672.361
Exportação	27/2005	RA	11/2005	15.768	41.379	57.147	804	37.352	38.156
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	149.178	348.576	497.754	82.299	304.362	386.661
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	15.777	97.990	113.767	5.409	137.240	142.649
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	1.417	621	2.038	44.404	60.491	104.895
Total				1.727.332	3.460.485	5.187.817	941.397	3.161.052	4.102.449

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.ºs 439/2005 e 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.12.2016 é de R\$ 324.120 mil (R\$ 263.488 mil em 31.12.2015).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	BB Consolidado	
						31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil						162.208.660	184.927.920
Programa "Global Medium - Term Notes"						6.421.430	11.065.431
	R\$	350.000	9,75%	2007	2017	364.455	338.300
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.669.293	1.994.618
	EUR	750.000	4,50%	2011	2016	--	3.321.757
	EUR	1.000.000	3,75%	2013/2014	2018	3.496.582	4.321.203
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	891.100	1.089.553
"Senior Notes"						7.561.835	9.075.400
	USD	500.000	3,88%	2011	2017	1.656.809	1.981.340
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	5.905.026	7.094.060
Notas Estruturadas						63.632	168.518
	EUR	18.400	2,23% a 3,55%		2021	63.632	--
	USD	37.458	0,64% a 3,55%		2016	--	168.518
Certificados de Depósitos⁽²⁾						3.388.669	9.556.835
Curto prazo			0,55% a 4,60%			3.169.956	9.003.872
Longo prazo ⁽³⁾			2,76% a 4,60%		2020	218.713	552.963
Certificados de Operações Estruturadas						102.312	11.324
Longo prazo ⁽³⁾					2020	102.312	11.324
Letras de Crédito Imobiliário						17.073.622	18.121.444
Curto Prazo						39.344	3.050.382
Longo Prazo ⁽³⁾					2020	17.034.278	15.071.062
Letras de Crédito do Agronegócio						124.965.334	134.822.921
Curto prazo						62.584.051	28.076.833
Longo prazo ⁽³⁾					2020	62.381.283	106.746.088
Letras Financeiras						2.631.826	2.106.047
Longo prazo ⁽³⁾			102,00% a 104,00% DI		2018	2.631.826	2.106.047
Banco Patagonia⁽⁴⁾						325.553	329.399
Curto prazo	ARS					247.691	147.662
Longo prazo	ARS				2019	77.862	181.737
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior⁽⁵⁾						2.801.840	3.447.244
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽⁵⁾	USD	36.000 ⁽¹⁾	5,25%	2008	2018	117.580	234.799
Notas estruturadas ⁽⁵⁾							
	USD	500.000	Libor 6m+2,50%	2014/2015	2034	1.639.455	1.961.854
	USD	320.000	Libor 6m+3,25%	2015	2030	1.044.805	1.250.591
Valor Eliminado na Consolidação⁽⁶⁾						(169.700)	(143.071)
Total						165.166.353	188.561.492
Passivo circulante						68.052.214	43.600.506
Passivo não circulante						97.114.139	144.960.986

(1) Refere-se ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD, EUR, AUD, SGD, GBP e RMB.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 1.440 dias.

(4) Títulos emitidos com taxas de 23,95% a.a. a 26,40% a.a. e Badlar+300 ptos. a Badlar+425 ptos.

(5) As Entidades de Propósito Específico (EPEs) Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (DPR) e Loans Finance Company Limited (LFC) foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman e as obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos pelas mesmas são pagas com recursos acumulados em suas contas. As EPEs não possuem ativos ou passivos relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPEs. A DPR foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do Banco em Nova Iorque, denominadas em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

A LFC foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) contratação de operações compromissadas com o Banco; (c) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito, que é acionável somente em caso de *default* do Banco em alguma das obrigações assumidas nas operações compromissadas; e (d) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(6) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**a) Obrigações por Empréstimos**

	BB Banco Múltiplo					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2016	31.12.2015
No Exterior	6.473.932	13.220.328	31.937.698	377.396	52.009.354	71.710.446
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	--	2.089.900	30.021.506	--	32.111.406	42.263.666
Tomados junto a banqueiros no exterior	6.433.473	11.077.741	1.916.192	377.396	19.804.802	29.309.362
Importação	40.459	52.687	--	--	93.146	137.418
Total	6.473.932	13.220.328	31.937.698	377.396	52.009.354	71.710.446
Passivo circulante					19.694.260	27.328.763
Passivo não circulante					32.315.094	44.381.683

	BB Consolidado					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2016	31.12.2015
No País	--	--	--	--	--	38.494
Tomados pelas empresas não financeiras	--	--	--	--	--	38.494
No Exterior	6.699.119	11.297.975	1.921.880	490.374	20.409.348	29.616.866
Tomados junto a banqueiros no exterior	6.671.462	11.262.020	1.921.880	490.374	20.345.736	29.540.426
Importação	27.657	35.955	--	--	63.612	76.440
Total	6.699.119	11.297.975	1.921.880	490.374	20.409.348	29.655.360
Passivo circulante					17.997.094	22.214.249
Passivo não circulante					2.412.254	7.441.111

b) Obrigações por Repasses**Do País - Instituições Oficiais**

Programas	Taxas de Atualização	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Tesouro Nacional - Crédito Rural		149.248	178.145	149.248	178.145
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 5,50% a.a. (se aplicado)	30.766	59.603	30.766	59.603
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou 6,35% a.a.	98.243	93.175	98.243	93.175
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	16.096	23.136	16.096	23.136
Outros		4.143	2.231	4.143	2.231
BNDES	Pré 0,00% a.a. a 9,50% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 3,72% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	32.086.856	37.981.403	32.086.856	37.981.403
Caixa Econômica Federal	Pré 5,25% a.a. (média)	23.758.043	19.690.627	23.758.043	19.690.627
Finame	Pré 0,00% a.a. a 11,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,08% a.a.	24.765.150	29.980.354	24.765.860	29.981.346
Outras Instituições Oficiais		2.322.686	2.233.887	2.322.686	2.233.887
Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.a)		1.874.492	1.643.753	1.874.492	1.643.753
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 11,25% a.a. (se aplicado)	448.167	590.106	448.167	590.106
Outros		27	28	27	28
Total		83.081.983	90.064.416	83.082.693	90.065.408
Passivo circulante		39.463.212	39.015.202	39.463.427	39.015.494
Passivo não circulante		43.618.771	51.049.214	43.619.266	51.049.914

Do Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	28.016.523	32.212.178	--	9.821
Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais	477	477	477	477
Total	28.017.000	32.212.655	477	10.298
Passivo circulante	1.953.014	12.836.877	95	9.916
Passivo não circulante	26.063.986	19.375.778	382	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Despesas de Obrigações por Empréstimos ⁽¹⁾	(1.674.088)	3.619.656	(16.630.481)	(482.371)	6.122.612	(14.172.455)
Despesas de Obrigações por Repasses	(3.687.525)	(1.156.890)	(15.734.622)	(3.069.670)	(97.223)	(14.657.020)
Do exterior ⁽¹⁾	(1.211.895)	3.741.411	(10.638.305)	(594.033)	4.801.094	(9.560.675)
BNDES	(1.265.501)	(2.563.843)	(3.065.631)	(1.265.501)	(2.563.843)	(3.065.631)
Caixa Econômica Federal	(818.224)	(1.544.247)	(1.180.820)	(818.224)	(1.544.247)	(1.180.820)
Finame	(268.655)	(560.203)	(651.441)	(268.662)	(560.219)	(651.470)
Tesouro Nacional	(53.551)	(103.273)	(103.594)	(53.551)	(103.273)	(103.594)
Outras	(69.699)	(126.735)	(94.831)	(69.699)	(126.735)	(94.830)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior ⁽¹⁾	(173.139)	3.317.518	(6.277.318)	(172.908)	3.317.749	(6.273.188)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento ⁽¹⁾	(531.192)	275.171	(2.717.339)	(531.192)	275.171	(2.717.339)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior	--	--	--	274	(2.539.955)	3.502.745
Total	(6.065.944)	6.055.455	(41.359.760)	(4.255.867)	7.078.354	(34.317.257)

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e Previdenciárias**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações legais (Nota 27.h)	15.441.581	14.076.071	15.441.581	14.076.071
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	4.010.815	60.992	5.472.488	1.048.359
Passivo fiscal diferido (Nota 24.d)	1.680.355	1.690.027	2.088.502	2.298.292
Impostos e contribuições a recolher	1.165.414	1.143.347	1.412.098	1.392.468
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	38.545	9.649	481.286	556.313
Provisão para demandas fiscais (Nota 27.e1)	240.451	204.020	276.015	245.695
Outras	316.398	316.400	316.854	316.960
Total	22.893.559	17.500.506	25.488.824	19.934.158
Passivo circulante	22.500.574	17.230.712	24.755.372	19.149.334
Passivo não circulante	392.985	269.794	733.452	784.824

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Marinha Mercante	8.190.785	8.988.221	8.190.785	8.988.221
Pasep ⁽¹⁾	2.632.348	2.728.783	2.632.348	2.728.783
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	2.070.560	1.987.918	2.070.560	1.987.918
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	893.803	285.128	893.803	285.128
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	761.340	736.035	761.340	736.035
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	64.926	70.327	64.926	70.327
Outros	176.763	206.112	176.763	206.112
Total	14.790.525	15.002.524	14.790.525	15.002.524
Passivo circulante	9.055.620	10.021.062	9.055.620	10.021.062
Passivo não circulante	5.734.905	4.981.462	5.734.905	4.981.462

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						25.237.153	22.994.912
Recursos aplicados ⁽¹⁾						22.219.924	22.067.675
Recursos disponíveis ⁽²⁾						3.017.229	927.237
Dívidas Subordinadas no Exterior						9.668.175	11.568.774
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.197.183	2.630.575
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	4.977.616	5.953.739
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.493.376	2.984.460
Letras Financeiras Subordinadas						27.100.626	25.387.942
		1.000.000	108,50% do CDI	2010	2016	--	1.852.172
		2.055.100	111,00% do CDI	2011	2017	3.918.702	3.387.610
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	8.120.026	7.152.153
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	367.374	317.168
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	7.561.372	6.536.599
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	258.947	224.433
		377.100	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	526.593	453.485
		163.523	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	234.894	202.528
		1.594.580	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	2.208.470	1.899.302
		2.273.806	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	3.309.117	2.847.744
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	595.131	514.748
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						62.005.954	59.951.628
Valores eliminados na consolidação						(30.203)	(16.063)
Total das Dívidas Subordinadas ⁽³⁾⁽⁴⁾						61.975.751	59.935.565
Passivo circulante						4.158.742	1.845.639
Passivo não circulante						57.817.009	58.089.926

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) O montante de R\$ 40.181.808 mil (R\$ 39.839.840 mil em 31.12.2015) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

(4) Inclui o montante de R\$ 6.874.205 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações		Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2016	31.12.2015
Bônus Perpétuos						
	USD	1.498.500	8,50%	10/2009	4.954.884	5.939.561
	USD	1.398.727	9,25%	01 e 03/2012	4.731.512	6.632.211
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	6.539.293	7.878.240
	R\$	8.100.000	5,50% ⁽²⁾	09/2012	8.175.552	8.355.877
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	7.065.637	8.541.012
Total Banco do Brasil					31.466.878	37.346.901
Valores eliminados na consolidação					(1.252)	(4.898)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)
Total Consolidado					23.365.626	29.242.003
Passivo circulante					279.308	121.313
Passivo não circulante					23.086.318	29.120.690

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014 a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 22.565.112 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 27.036.585 mil em 31.12.2015), sendo o montante de R\$ 17.840.287 mil, registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 1.498.500 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil (*outstanding value* USD 650.000 mil) e USD 750.000 mil (*outstanding value* USD 748.727 mil), respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;

- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Operações com cartão de crédito/débito	21.471.614	20.727.736	21.471.614	20.727.736
Passivos atuariais (Nota 26.e)	12.527.486	9.513.475	12.527.486	9.513.475
Credores diversos no país	6.447.119	5.628.924	8.196.248	7.429.931
Provisões para demandas cíveis (Nota 27.e1)	6.784.318	7.051.033	6.897.180	7.150.581
Provisões para pagamentos a efetuar	5.899.778	4.964.005	6.181.130	5.251.114
Recursos vinculados a operações de crédito	4.374.359	2.592.071	4.523.775	2.772.443
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 27.e1)	2.451.413	2.116.942	2.508.268	2.169.106
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	1.812.655	1.276.864	1.815.374	1.276.864
Obrigações por convênios oficiais	1.217.719	1.072.568	1.217.719	1.072.568
Credores diversos no exterior	69.605	144.962	864.820	1.097.487
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	637.623	772.616	637.623	772.616
Obrigações por operações vinculadas a cessão	612.132	333.298	612.132	333.298
Obrigações por aquisição de bens e direitos	470.607	584.269	470.607	584.440
Provisões para garantias prestadas	441.896	534.738	442.300	541.312
Credores por recursos a liberar	434.927	623.633	434.927	623.633
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	159.601	288.542	159.601	288.542
Obrigações por cotas de fundos de investimento	--	--	97.049	60.734
Coobrigações em cessões de crédito	729	1.000	729	1.000
Outras	266.741	82.653	300.799	99.246
Total	66.080.322	58.309.329	69.359.381	61.766.126
Passivo circulante	61.153.722	45.372.900	64.232.499	48.561.791
Passivo não circulante	4.926.600	12.936.429	5.126.882	13.204.335

21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**a) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias**

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Conta corrente	3.258.779	6.227.029	5.222.169	3.259.619	6.228.719	5.224.460
Administração de fundos	1.223.603	2.393.075	2.184.012	1.979.702	3.859.863	3.513.402
Comissões de seguros, previdência e capitalização	234.826	458.460	439.656	1.590.582	3.122.857	2.915.449
Operações de crédito e garantias prestadas	880.796	1.684.169	1.716.331	880.066	1.684.333	1.717.916
Cobrança	822.884	1.649.305	1.662.982	838.567	1.678.767	1.698.521
Rendas de cartões	708.831	1.372.027	1.806.156	708.831	1.372.027	1.806.156
Arrecadações	533.909	1.054.858	1.055.974	528.893	1.046.273	1.045.148
Interbancária	420.505	845.788	775.387	420.505	845.788	775.387
Rendas do mercado de capitais	2.162	4.400	3.044	338.997	622.914	487.988
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	312.203	594.010	468.008	312.203	594.010	468.008
Taxas de administração de consórcios	--	--	--	305.723	543.725	427.034
Serviços fiduciários	185.569	361.927	330.896	275.575	538.027	490.659
Prestados a ligadas	4.142	8.929	13.756	111.095	220.808	218.316
De controladas não financeiras	--	--	--	11.584	24.705	38.225
Outros serviços	469.252	963.051	796.900	821.218	1.621.105	1.533.950
Total	9.057.461	17.617.028	16.475.271	12.383.160	24.003.921	22.360.619

b) Despesas de Pessoal

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Proventos	(5.171.534)	(9.642.369)	(8.735.352)	(5.617.128)	(10.554.857)	(9.666.030)
Provisões administrativas de pessoal	(2.548.351)	(3.985.886)	(3.103.802)	(2.548.351)	(3.985.886)	(3.103.802)
Encargos sociais	(1.633.721)	(3.110.325)	(3.116.657)	(1.754.768)	(3.352.817)	(3.358.161)
Benefícios	(1.409.189)	(2.694.636)	(2.485.065)	(1.457.532)	(2.789.175)	(2.574.157)
Demandas trabalhistas	(478.213)	(1.244.423)	(1.190.025)	(480.194)	(1.247.273)	(1.193.041)
Previdência complementar	(449.477)	(832.761)	(746.162)	(454.219)	(841.703)	(753.549)
Treinamento	(32.458)	(58.219)	(62.112)	(36.764)	(65.109)	(67.711)
Honorários de diretores e conselheiros	(16.121)	(32.340)	(30.027)	(24.811)	(49.177)	(45.720)
Total	(11.739.064)	(21.600.959)	(19.469.202)	(12.373.767)	(22.885.997)	(20.762.171)

c) Outras Despesas Administrativas

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Amortização	(1.574.987)	(3.187.391)	(3.158.613)	(1.646.731)	(3.323.477)	(3.277.255)
Serviços de terceiros	(717.289)	(1.482.228)	(1.625.299)	(718.612)	(1.469.457)	(1.579.014)
Aluguéis	(723.924)	(1.366.096)	(1.234.201)	(762.254)	(1.442.485)	(1.307.502)
Serviços de vigilância e segurança	(655.747)	(1.203.474)	(1.078.962)	(675.145)	(1.237.307)	(1.118.821)
Comunicações	(572.431)	(1.132.992)	(1.143.251)	(590.984)	(1.170.401)	(1.182.062)
Depreciação	(554.742)	(1.101.351)	(1.072.146)	(573.742)	(1.135.735)	(1.105.032)
Transporte	(553.304)	(1.069.025)	(1.118.538)	(586.025)	(1.133.525)	(1.184.132)
Processamento de dados	(587.741)	(1.104.574)	(934.409)	(450.835)	(844.887)	(738.378)
Serviços do sistema financeiro	(325.076)	(657.740)	(612.375)	(393.891)	(787.540)	(722.374)
Manutenção e conservação de bens	(560.460)	(1.050.782)	(1.090.123)	(357.575)	(685.982)	(712.645)
Água, energia e gás	(231.790)	(520.738)	(500.579)	(238.068)	(533.725)	(513.384)
Serviços técnicos especializados	(203.808)	(369.673)	(303.692)	(267.917)	(463.434)	(373.656)
Propaganda e publicidade	(173.067)	(285.612)	(333.275)	(193.137)	(319.110)	(379.666)
Promoções e relações públicas	(123.525)	(243.254)	(254.757)	(126.685)	(247.277)	(259.680)
Material	(52.617)	(107.782)	(115.307)	(59.163)	(118.161)	(125.049)
Viagem no país	(32.024)	(71.536)	(113.123)	(32.874)	(73.062)	(114.617)
Outras	(339.904)	(593.113)	(629.432)	(387.649)	(676.506)	(721.127)
Total	(7.982.436)	(15.547.361)	(15.318.082)	(8.061.287)	(15.662.071)	(15.414.394)

d) Outras Receitas Operacionais

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Atualização de depósitos em garantia	1.652.996	3.090.284	2.630.805	1.652.996	3.090.284	2.630.805
Recuperação de encargos e despesas	866.255	1.703.708	1.648.746	710.593	1.390.631	1.302.128
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 26.f)	368.156	1.057.658	1.355.063	368.156	1.057.658	1.355.063
Rendas de títulos e créditos a receber	580.865	1.030.888	898.446	580.865	1.030.888	898.446
Operações com cartões	143.317	367.987	516.142	364.848	794.678	1.006.157
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	165.551	323.064	258.164
Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal	168.876	247.918	195.202	168.876	247.918	195.202
Recompra de parcela dos títulos de dívida	--	196.523	431.964	--	196.523	431.964
Atualização de impostos a compensar	27.029	95.490	79.293	27.029	95.490	79.293
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	23.733	69.832	341.001	23.733	69.832	341.001
Royalties e participações especiais	7.767	46.869	169.394	7.767	46.869	169.394
Dividendos recebidos	52.233	121.434	110.852	3.224	20.499	6.325
Subvenção do Tesouro Nacional - MPO	4.932	8.165	122.229	4.932	8.165	122.229
Previ - Atualização de ativo atuarial	--	--	570.439	--	--	570.439
Outras	276.967	460.722	616.390	408.778	665.429	757.362
Total	4.173.126	8.497.478	9.685.966	4.487.348	9.037.928	10.123.972

e) Outras Despesas Operacionais

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Atualização das obrigações atuariais	(850.377)	(1.581.033)	(959.405)	(850.377)	(1.581.033)	(959.405)
Atualização da provisão para depósito judicial (Nota 27.h)	(807.639)	(1.365.510)	(934.671)	(807.639)	(1.365.510)	(934.671)
Operações com cartões	(532.009)	(1.205.096)	(2.224.939)	(589.782)	(1.322.569)	(2.363.783)
Descontos concedidos em renegociação	(672.771)	(1.313.918)	(895.646)	(672.783)	(1.314.000)	(895.677)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(568.490)	(1.175.949)	(1.169.547)	(568.490)	(1.175.949)	(1.169.547)
Demandas cíveis e fiscais	(885.729)	(1.062.808)	(2.696.199)	(887.726)	(1.067.116)	(2.705.930)
Bônus de relacionamento negocial	(437.919)	(698.372)	(87.245)	(437.919)	(698.372)	(87.245)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	(228.255)	(435.507)	(368.219)
Autoatendimento	(178.060)	(356.340)	(241.383)	(178.060)	(356.340)	(241.383)
Falhas/fraudes e outras perdas	(159.357)	(319.806)	(258.275)	(163.682)	(327.732)	(266.900)
Bônus de adimplência	(137.916)	(287.703)	(106.945)	(137.916)	(287.703)	(106.945)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(69.032)	(146.793)	(174.158)	(69.032)	(146.793)	(174.158)
Convênio INSS	(67.769)	(117.447)	(60.294)	(67.769)	(117.447)	(60.294)
Outras despesas de provisões operacionais	(68.741)	(69.551)	(6.811)	(75.054)	(75.863)	(9.334)
Despesas com Proagro	(20.816)	(38.921)	(30.600)	(20.816)	(38.921)	(30.600)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(10.835)	(21.990)	(25.592)	(10.835)	(21.990)	(25.592)
Outras despesas de provisões de controladas não financeiras	--	--	--	(9.881)	(18.646)	(24.100)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(8.581)	(14.476)	(353.891)	(8.785)	(18.515)	(391.645)
Atualização de JCP/Dividendos	(8.901)	(15.195)	(13.514)	(8.901)	(15.195)	(13.514)
Outras	(166.133)	(437.257)	(451.986)	(211.512)	(545.237)	(462.351)
Total	(5.651.075)	(10.228.165)	(10.691.101)	(6.005.214)	(10.930.438)	(11.291.293)

22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas Não Operacionais	130.057	172.656	103.342	240.834	393.644	6.066.491
Ganhos de capital ⁽¹⁾	8.101	16.574	23.164	104.691	210.934	5.960.415
Lucro na alienação de investimentos/participação societária	52.870	52.870	--	52.870	52.870	2.545
Reversão de provisão para perdas em ações e cotas	37.327	37.327	--	37.327	37.327	--
Lucro na alienação de valores e bens	15.841	25.293	28.520	20.196	33.504	36.786
Rendas de aluguéis	5.841	10.124	10.459	5.841	10.124	10.463
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.271	4.200	17.676	2.278	4.688	21.102
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	1.522	3.021	5.452	1.522	3.021	5.452
Outras rendas não operacionais	6.284	23.247	18.071	16.109	41.176	29.728
Despesas Não Operacionais	(117.445)	(161.013)	(122.574)	(121.983)	(166.513)	(128.893)
Perdas de capital	(56.430)	(90.011)	(95.049)	(57.806)	(92.239)	(98.602)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(49.808)	(50.595)	(12.226)	(52.163)	(52.983)	(12.415)
Desvalorização de outros valores e bens	(10.658)	(19.120)	(13.749)	(10.712)	(19.213)	(13.893)
Outras despesas não operacionais	(549)	(1.287)	(1.550)	(1.302)	(2.078)	(3.983)
Total	12.612	11.643	(19.232)	118.851	227.131	5.937.598

(1) Inclui, no exercício/2015, o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo Cartões Participações com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento no valor de R\$ 5.931.659 mil (Nota 2).

23- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	76.218.169	70.673.370
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	27,37	25,31
Valor de mercado por ação (R\$)	28,09	14,74
Patrimônio Líquido Consolidado ⁽²⁾	87.193.752	81.536.173

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

(2) Conciliado com o Banco do Brasil (Nota 23.h).

b) Capital Social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 67.000.000 mil (R\$ 60.000.000 mil, em 31.12.2015) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do capital social no período de 31.12.2015 a 31.12.2016, no valor de R\$ 7.000.000 mil, decorreu da utilização de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.04.2016 e autorizado pelo Banco Central do Brasil em 16.08.2016.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem, ressalvado o direito de titulares de bônus de subscrição emitidos pela companhia.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no art. 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013 (Nota 28.b).

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após a assinatura do termo aditivo ao do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.660 mil (R\$ 2.730 mil, no exercício de 2015), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No exercício de 2016, foram realizadas reservas no montante de R\$ 70 mil (R\$ 75 mil, no exercício de 2015) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2016	31.12.2015
Reservas de Capital	15.509	14.326
Reservas de Lucros ⁽¹⁾	27.646.569	29.031.090
Reserva legal	6.570.147	6.173.642
Reservas Estatutárias ⁽¹⁾	21.076.422	22.857.448
Margem operacional	17.567.395	19.608.076
Equalização de dividendos	3.509.027	3.249.372

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais do Banco do Brasil, em 31.12.2016, os valores das Reservas de lucros e das Reservas estatutárias são de R\$ 27.983.954 mil e R\$ 21.413.807 mil, respectivamente (R\$ 29.396.365 mil e R\$ 23.222.723 mil, em 31.12.2015) devido ao resultado não realizado de empresa controlada, no valor de R\$ 337.385 mil (R\$ 365.275 mil em 31.12.2015) (Nota 23.h).

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por Ação

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Lucro líquido	3.178.199	7.930.114	14.108.487
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.784.750.547	2.787.552.822	2.794.842.378
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,14	2,84	5,05

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2016	Exercício/2015
1) Lucro líquido – BB Banco Múltiplo	7.930.114	14.108.487
No País	8.452.960	13.561.470
No Exterior	(522.846)	547.017
2) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	75.552	255.877
3) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 2)	8.005.666	14.364.364
Dividendos - Payout	2.354.607	5.745.746
Dividendo mínimo obrigatório	1.886.423	3.352.676
Dividendo adicional	468.184	2.393.070
4) Destinações:		
Lucro líquido	7.930.114	14.108.487
Lucros acumulados	12.082	7.643
Lucro distribuído	7.942.196	14.116.130
Reserva legal (5% do item 1)	396.505	705.425
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.354.607	5.745.746
Reservas estatutárias	5.191.084	8.926.420
Utilização de reservas estatutárias para equalização de dividendos	--	(1.261.461)

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	274.466	0,098	11.03.2016	31.03.2016
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	372.273	0,133	23.05.2016	31.05.2016
2º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	383.614	0,138	13.06.2016	30.06.2016
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	380.865	0,138	22.08.2016	31.08.2016
3º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	352.694	0,126	12.09.2016	30.09.2016
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	305.963	0,110	21.11.2016	29.11.2016
4º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	214.235	0,077	12.12.2016	29.12.2016
Juros sobre o capital próprio complementares a pagar ⁽¹⁾	70.497	0,025	01.03.2017	10.03.2017
Total Destinado aos Acionistas	2.354.607	0,845		

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	1.054.134	0,377	23.03.2015	31.03.2015
Dividendos pagos	1.261.461	0,451	21.05.2015	29.05.2015
2º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	810.594	0,291	11.06.2015	30.06.2015
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	347.343	0,124	21.08.2015	01.09.2015
Dividendos pagos	39.046	0,014	21.08.2015	01.09.2015
3º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	743.037	0,266	11.09.2015	30.09.2015
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	476.981	0,171	23.11.2015	02.12.2015
4º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	766.530	0,274	11.12.2015	30.12.2015
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	246.620	0,088	02.03.2016	11.03.2016
Total Destinado aos Acionistas	5.745.746	2,056		

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no exercício de 2016, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.059.573 mil (R\$ 1.889.754 mil no exercício de 2015).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil	3.178.199	7.930.114	14.108.487	76.218.169	70.673.370
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	29.325	75.552	255.877	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	1.933	27.890	35.195	(337.385)	(365.275)
Participação dos não controladores	--	--	--	3.212.968	3.128.078
Consolidado	3.209.457	8.033.556	14.399.559	87.193.752	81.536.173

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações (Notas 3 e 23.c).

(2) Houve realização de resultados não realizados decorrente de cessão de crédito de períodos anteriores do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2º Semestre/2016				2º Semestre/2015			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(1.427.491)	(139.564)	113.477	(1.453.578)	(1.277.709)	(1.782.221)	299.547	(2.760.383)
Subsidiárias no Exterior	38.265	(10.095)	1.310	29.480	25.883	(38.567)	(95)	(12.779)
Coligadas e Controladas	(91.733)	145.068	(58.890)	(5.555)	(170.374)	(247.532)	66.584	(351.322)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e Controladas	(5.545)	(4.197)	1.442	(8.300)	--	--	--	--
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(16.832.181)	2.232.671	(891.742)	(15.491.252)	(11.144.832)	(4.602.372)	1.829.017	(13.918.187)
Total	(18.318.685)	2.223.883	(834.403)	(16.929.205)	(12.567.032)	(6.670.692)	2.195.053	(17.042.671)

	Exercício/2016				Exercício/2015			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(2.760.383)	1.556.950	(250.145)	(1.453.578)	(757.714)	(2.464.570)	461.901	(2.760.383)
Subsidiárias no Exterior	(12.779)	41.926	333	29.480	30.118	(43.043)	146	(12.779)
Coligadas e controladas	(351.322)	526.474	(180.707)	(5.555)	(191.869)	(247.796)	88.343	(351.322)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	--	(14.278)	5.978	(8.300)	1.716	(2.600)	884	--
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(13.918.187)	(2.623.835)	1.050.770	(15.491.252)	(8.680.091)	(8.486.481)	3.248.385	(13.918.187)
Total	(17.042.671)	(512.763)	626.229	(16.929.205)	(9.597.840)	(11.244.490)	3.799.659	(17.042.671)

j) Participação dos Não Controladores

	Patrimônio Líquido	
	31.12.2016	31.12.2015
Banco Patagonia S.A.	822.165	1.006.300
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	27	27
BB Tecnologia e Serviços	32	57
BB Seguridade S.A.	2.390.744	2.121.694
Participação dos não Controladores	3.212.968	3.128.078

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.12.2016		31.12.2015	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.558.511.715	54,4	1.653.379.882	57,7
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	105.024.600	3,7	105.024.600	3,7
Caixa F1 Garantia Construção Naval	--	--	87.368.167	3,0
Fundo Garantidor para Investimentos	--	--	7.500.000	0,3
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	281.209.714	9,8	297.403.914	10,4
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	80.666.497	2,8	72.864.196	2,5
Outros acionistas	945.029.094	33,0	841.769.028	29,4
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.275.634.163	79,4	2.259.949.653	78,9
Residentes no exterior	589.782.857	20,6	605.467.367	21,1

(1) Inclui, em 31.12.2016, 50.100 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (42.709 ações, em 31.12.2015).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2016	31.12.2015
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	144	1
Diretoria Executiva	166.334	135.351
Conselho Fiscal	--	1.176
Comitê de Auditoria	10.075	10.075

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

I) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.12.2016		31.12.2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	1.139.037.581	39,8	1.137.407.279	39,7
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	87.368.167		--	
Alienação de ações pelo FGO - Investimento em ações	7.500.000		--	
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	--		5.625.400	
Aquisição de ações - programas de recompra	--		(4.183.700)	
Adimplemento de operações afiançadas pelo FGCN – Fundo Garantidor da Construção Naval	(8.075.350)		--	
Outras movimentações ⁽¹⁾	241.923		188.602	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	1.226.072.321	42,8	1.139.037.581	39,8
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Referem-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBOvespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em Tesouraria

Em 13.07.2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08.01.2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 18.05.2015 onde foram adquiridas 6.021.900 ações, no montante de R\$ 155.481 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 22,66, R\$ 25,82 e R\$ 29,27, respectivamente.

Em 18.05.2015, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 16.05.2016 onde foram adquiridas 3.623.700 ações, no montante de R\$ 67.902 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 17,90, R\$ 18,74 e R\$ 21,10, respectivamente.

Em 31.12.2016, o Banco possuía 80.666.497 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.854.749 mil, das quais 71.884.869 ações decorrentes dos programas de recompra, 8.075.350 ações recebidas em dação de pagamento do FGCN – Fundo Garantidor a Construção Naval, 706.246 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em Ações – Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores. A BB DTVM em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações Adquiridas	Custo Médio de Aquisição	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2012					
Banco do Brasil	212.301	26,78	159.238	53.063	03/2017
Total de ações a distribuir				53.063	
BB DTVM	19.792	26,78	16.622	3.170	03/2017
Total de ações a distribuir				3.170	
Programa 2013					
Banco do Brasil	353.800	20,36	212.328	70.736	03/2017
				70.736	03/2018
Total de ações a distribuir				141.472	
BB DTVM	24.546	23,83	14.732	4.907	04/2017
				4.907	04/2018
Total de ações a distribuir				9.814	
Programa 2014					
Banco do Brasil	316.683	24,08	126.720	63.321	02/2017
				63.321	02/2018
				63.321	02/2019
Total de ações a distribuir				189.963	
BB DTVM	27.063	22,98	10.827	5.412	04/2017
				5.412	04/2018
				5.412	04/2019
Total de ações a distribuir				16.236	
Programa 2015					
Banco do Brasil	342.240	19,92	70.592	67.912	03/2017
				67.912	03/2018
				67.912	03/2019
				67.912	03/2020
Total de ações a distribuir				271.648	
BB DTVM	26.109	19,92	5.229	5.220	03/2017
				5.220	03/2018
				5.220	03/2019
				5.220	03/2020
Total de ações a distribuir				20.880	

24 - TRIBUTOS**a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL**

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Valores Correntes	14.221	(4.017.561)	(76.124)	(1.265.412)	(6.583.871)	(6.093.547)
IR e CSLL no país	19.351	(3.992.691)	(77.457)	(1.096.102)	(6.188.487)	(5.650.986)
Imposto de Renda no exterior	(5.130)	(24.870)	1.333	(169.310)	(395.384)	(442.561)
Valores Diferidos	207.528	2.998.549	9.941.661	122.451	2.936.404	11.777.609
Passivo Fiscal Diferido	23.735	(68.857)	(1.090.456)	76.904	139.328	(1.437.085)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	--	--	(3.836)	(4.133)
Marcação a mercado	174.355	440.488	(551.763)	227.524	652.509	(894.259)
Ganhos atuariais	(73.237)	36.618	(136.718)	(73.237)	36.618	(136.718)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(223.047)	(442.739)	(390.416)	(223.047)	(442.739)	(390.416)
Lucros do exterior	201.953	--	--	201.953	--	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	1.240	39.221	13.025	1.240	39.221	13.025
Créditos recuperados a prazo	(57.529)	(142.445)	(24.584)	(57.529)	(142.445)	(24.584)
Ativo Fiscal Diferido	183.793	3.067.406	11.032.117	45.547	2.797.076	13.214.694
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	623.861	2.645.118	10.518.719	461.814	2.499.299	12.371.029
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	(121.588)	148.442	--	(121.588)	148.340
Marcação a mercado	(446.057)	537.887	364.956	(422.256)	413.376	695.325
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	5.989	5.989	--	5.989	5.989	--
Total	221.749	(1.019.012)	9.865.537	(1.142.961)	(3.647.467)	5.684.062

(1) Inclui, no exercício/2015, o montante de R\$ 3.172.187 mil no BB Banco Múltiplo e R\$ 3.199.955 mil no BB Consolidado relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Resultado Antes dos Tributos e Participações	3.342.372	9.960.293	6.066.477	5.589.230	14.371.690	12.285.466
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) ⁽¹⁾	(1.504.067)	(4.482.131)	(2.361.216)	(2.515.154)	(6.467.261)	(4.918.221)
Encargos sobre JCP	424.525	1.059.573	1.889.754	424.525	1.059.573	1.889.754
Resultado de participações em coligadas/controladas	1.606.729	1.874.148	5.629.246	982.141	1.933.985	1.906.648
Participação de empregados no lucro	168.179	444.054	749.220	168.954	444.950	749.890
Outros valores ⁽²⁾	(473.617)	85.344	3.958.533	(203.427)	(618.714)	6.055.991
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	221.749	(1.019.012)	9.865.537	(1.142.961)	(3.647.467)	5.684.062

(1) A Medida Provisória nº 675, de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169, de 06.10.2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras e das empresas do ramo de seguros privados e de capitalização, de 15% para 20%, a partir de 1º de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

(2) Refere-se, basicamente: (i) a variação cambial de ativos e passivos incidentes sobre os investimentos no exterior; (ii) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social das entidades controladas não financeiras em relação à alíquota (45%) demonstrada. Inclui, no exercício/2015, o montante de R\$ 3.172.187 mil no BB Banco Múltiplo e R\$ 3.199.955 mil no BB Consolidado relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

c) Despesas Tributárias

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Cofins	(1.504.883)	(3.107.538)	(2.399.542)	(1.788.824)	(3.626.462)	(3.211.002)
ISSQN	(409.018)	(788.474)	(717.241)	(512.488)	(982.747)	(897.436)
PIS/Pasep	(244.584)	(505.000)	(389.933)	(300.949)	(606.794)	(552.261)
Outras	(72.440)	(145.913)	(124.555)	(216.740)	(425.521)	(420.924)
Total	(2.230.925)	(4.546.925)	(3.631.271)	(2.819.001)	(5.641.524)	(5.081.623)

d) Passivo Fiscal Diferido

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Decorrentes da marcação a mercado	736.732	876.315	998.782	1.314.159
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	546.393	498.412	546.393	498.412
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	350.838	208.394	350.838	208.394
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	--	--	79.430	83.032
Dependências no Exterior	2.214	118	67.052	87.507
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	42.146	61.284	42.146	61.284
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	--	43.472	--	43.472
Outros	2.032	2.032	3.861	2.032
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	1.680.355	1.690.027	2.088.502	2.298.292
Imposto de Renda	646.675	668.640	914.441	1.050.205
Contribuição Social	499.593	515.326	611.497	694.446
Cofins	459.430	435.321	483.926	476.250
PIS/Pasep	74.657	70.740	78.638	77.391

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2015	Exercício/2016		31.12.2016
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	37.203.139	21.071.772	(17.240.581)	41.034.330
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.501.423	13.331.902	(11.505.276)	24.328.049
Provisões passivas	8.685.826	3.214.213	(2.552.873)	9.347.166
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	2.953.170	2.333.584	(1.564.958)	3.721.796
Marcação a mercado	1.786.825	1.180.229	(1.518.713)	1.448.341
Outras provisões	1.275.895	1.011.844	(98.761)	2.188.978
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.255.978	--	(561.607)	694.371
Prejuízo fiscal/Base negativa	148.465	19	(121.588)	26.896
Total dos Créditos Tributários Ativados	38.607.582	21.071.791	(17.923.776)	41.755.597
Imposto de Renda	20.829.962	11.842.394	(9.048.987)	23.623.369
Contribuição Social	17.618.358	9.113.825	(8.730.447)	18.001.736
Cofins	137.000	99.417	(124.165)	112.252
PIS/Pasep	22.262	16.155	(20.177)	18.240

	BB Consolidado			
	31.12.2015	Exercício/2016		31.12.2016
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	38.432.357	21.581.774	(18.009.178)	42.004.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.608.880	13.402.920	(11.592.666)	24.419.134
Provisões passivas	8.994.864	3.261.479	(2.605.589)	9.650.754
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	2.953.170	2.333.584	(1.564.958)	3.721.796
Marcação a mercado	2.217.768	1.550.301	(2.124.465)	1.643.604
Outras provisões	1.657.675	1.033.490	(121.500)	2.569.665
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.255.978	--	(561.607)	694.371
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	155.100	--	(27.783)	127.317
Prejuízo fiscal/Base negativa	152.047	27.129	(122.313)	56.863
Total dos Créditos Tributários Ativados	39.995.482	21.608.903	(18.720.881)	42.883.504
Imposto de Renda	21.895.424	12.153.645	(9.519.207)	24.529.862
Contribuição Social	17.894.105	9.299.563	(8.991.393)	18.202.275
Cofins	177.165	133.931	(180.887)	130.209
PIS/Pasep	28.788	21.764	(29.394)	21.158

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Créditos tributários no exterior	1.067.634	1.168.990	1.067.634	1.168.990
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas	--	--	4.581	--
Diferenças temporárias	--	--	160	--
Total dos Créditos Tributários	1.067.634	1.168.990	1.072.375	1.168.990
Imposto de Renda	667.271	730.619	670.756	730.619
Contribuição Social	400.363	438.371	401.619	438.371

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2016, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2017	9.989.150	9.345.202	10.154.571	9.345.202
Em 2018	9.981.273	8.987.035	10.172.186	8.987.035
Em 2019	10.104.616	8.780.969	10.329.472	8.780.969
Em 2020	10.003.929	8.385.410	10.217.756	8.385.410
Em 2021	1.149.596	930.877	1.263.839	930.877
Em 2022	170.196	133.074	257.311	133.074
Em 2023	87.146	65.858	134.155	65.858
Em 2024	34.037	24.896	79.709	24.896
Em 2025	32.941	23.343	69.169	23.343
Em 2026	202.713	139.307	205.336	139.307
Total de Créditos Tributários em 31.12.2016	41.755.597	36.815.971	42.883.504	36.815.971

No exercício de 2016, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 17.923.776 mil, correspondente a 264,82% da respectiva projeção de utilização para o período de 2016, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2015.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 27.h), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2016, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2017	34%	24%	30%	24%
Em 2018	22%	24%	21%	24%
Em 2019	35%	24%	32%	24%
Em 2020	9%	24%	12%	24%
Em 2021	--	3%	3%	3%
A partir de 2022	--	1%	2%	1%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

25 - PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Benefícios de curto prazo	22.720	50.471	56.526
Honorários e encargos sociais	19.207	38.049	36.412
Diretoria Executiva	17.140	34.167	33.078
Comitê de Auditoria	1.611	2.956	2.440
Conselho de Administração	248	507	491
Conselho Fiscal	208	419	403
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	1.623	9.067	16.865
Outros ⁽¹⁾	1.890	3.355	3.249
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	690	1.180	97
Remuneração baseada em ações	--	7.260	5.966
Total	23.410	58.911	62.589

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira, estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

O Banco divulga as transações realizadas com o Tesouro Nacional dentre as quais se destacam as operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 8 e 19, respectivamente.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No exercício de 2016, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 48.343 mil (R\$ 47.572 mil no exercício de 2015).

O Banco outorgou à BB Elo Cartões Participações S.A., sua subsidiária integral, em caráter irrevogável e irretratável, e sem efeito contábil, os direitos contratuais referentes ao recebimento das taxas de intercâmbio inerentes às atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, em virtude da formação de parceria estratégica com a Cielo (Nota 2).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 26.

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2016	Exercício/2015
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	7.786.348	10.079.564
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	215	8.782

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2016					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽³⁾	Pessoa chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	68.535.014	819.732	--	--	69.354.746
Títulos e valores mobiliários	--	58.497.541	24.614	--	712.389	59.234.544
Operações de crédito ⁽⁶⁾	--	43.864	13.929.784	--	31.239.990	45.213.638
Valores a receber de ligadas	--	50.007	151.161	--	133	201.301
Outros ativos ⁽⁷⁾	5.162.844	21.476	--	--	53.066	5.237.386
Passivos						
Depósitos à vista	379.593	30.807	174.192	759	2.918.898	3.504.249
Depósitos em poupança	--	--	--	1.196	277.842	279.038
Depósitos a prazo remunerados	--	2.488.888	2.429	538	11.546.212	14.038.067
Captações mercado aberto	--	9.820.287	5.054.197	--	3.100.600	17.975.084
Obrigações por empréstimos e repasses	2.471.934	60.157.463	--	--	80.610.367	143.239.764
Outros passivos	8.215.348	59.587.815	446.203	--	662.042	68.911.408
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	4.565.535	6.814.807	--	837.984	12.218.326
2º Semestre/2016						
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	3.513.982	7.104.714	1.389.522	--	2.382.991	14.391.209
Despesas com captação	(53.551)	(7.555.654)	(277.204)	(125)	(2.934.254)	(10.820.788)
Exercício/2016						
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	6.393.676	14.523.060	3.164.683	--	4.710.052	28.791.471
Despesas com captação	(103.273)	(15.349.185)	(478.407)	(277)	(5.796.970)	(21.728.112)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3.a.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo e Cateno.

(4) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) As operações de crédito com outras partes relacionadas possuem R\$ 120.404 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2015					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽³⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	90.194.280	1.248.267	--	--	91.442.547
Títulos e valores mobiliários	--	51.308.455	20.926	--	597.289	51.926.670
Operações de crédito	--	527.906	16.468.457	--	31.984.466	48.980.829
Valores a receber de ligadas	--	49.828	21.220	--	240	71.288
Outros ativos ⁽⁶⁾	5.278.660	27.442	1.098.456	--	237.822	6.642.380
Passivos						
Depósitos à vista	341.643	31.365	330.289	1.182	3.972.183	4.676.662
Depósitos em poupança	--	--	--	3.332	296.581	299.913
Depósitos a prazo remunerados	--	8.173.893	322.107	787	21.475.651	29.972.438
Captações mercado aberto	--	9.130.430	4.893.122	--	3.322.111	17.345.663
Obrigações por empréstimos e repasses	2.412.031	74.527.001	--	--	87.655.291	164.594.323
Outros passivos	8.499.262	54.768.887	314.203	--	5.047.244	68.629.596
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁷⁾	--	3.393.890	6.800.000	--	662.526	10.856.416
2º Semestre/2015						
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	4.313.944	7.460.530	2.004.749	--	2.205.225	15.984.448
Despesas com captação	(59.855)	(7.776.286)	(86.519)	(130)	(3.112.606)	(11.035.396)
Exercício/2015						
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	8.183.695	12.781.659	3.889.069	--	3.806.376	28.660.799
Despesas com captação	(103.594)	(13.425.527)	(137.478)	(333)	(6.309.345)	(19.976.277)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3.a.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo e Cateno.

(4) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

	BB Consolidado				
	31.12.2016				
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	819.732	--	--	819.732
Títulos e valores mobiliários	--	3.526.917	--	897.187	4.424.104
Operações de crédito ⁽⁵⁾	--	14.091.895	--	31.239.992	45.331.887
Valores a receber de ligadas	--	165.711	--	133	165.844
Outros ativos ⁽⁶⁾	5.162.844	874.394	--	53.066	6.090.304
Passivos					
Depósitos à vista	379.593	174.192	759	2.923.658	3.478.202
Depósitos em poupança	--	--	1.196	277.842	279.038
Depósitos a prazo remunerados	--	2.429	538	11.643.110	11.646.077
Captações mercado aberto	--	5.699.646	--	3.100.600	8.800.246
Obrigações por empréstimos e repasses	2.471.934	--	--	80.610.367	83.082.301
Outros passivos	115.348	1.425.515	--	662.042	2.202.905
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁷⁾	--	6.814.807	--	837.984	7.652.791
2º Semestre/2016					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	3.513.982	3.810.062	--	2.391.446	9.715.490
Despesas com captação	(53.551)	(277.204)	(125)	(2.934.352)	(3.265.232)
Exercício/2016					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	6.393.676	7.787.233	--	4.718.993	18.899.902
Despesas com captação	(103.273)	(478.407)	(277)	(5.797.816)	(6.379.773)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo e Cateno.

(3) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito com outras partes relacionadas possuem R\$ 120.404 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

	BB Consolidado				
	31.12.2015				
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	1.248.267	--	--	1.248.267
Títulos e valores mobiliários	--	3.558.578	--	597.289	4.155.867
Operações de crédito	--	16.468.457	--	31.984.466	48.452.923
Valores a receber de ligadas	--	23.240	--	240	23.480
Outros ativos ⁽⁵⁾	5.278.660	2.022.227	--	237.822	7.538.709
Passivos					
Depósitos à vista	341.643	330.289	1.182	3.972.183	4.645.297
Depósitos em poupança	--	--	3.332	296.581	299.913
Depósitos a prazo remunerados	--	322.107	787	21.475.651	21.798.545
Captações mercado aberto	--	4.893.122	--	3.322.111	8.215.233
Obrigações por empréstimos e repasses	2.412.031	--	--	87.655.291	90.067.322
Outros passivos	399.262	1.287.629	--	5.047.244	6.734.135
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁶⁾	--	6.800.000	--	662.526	7.462.526
2º Semestre/2015					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	4.313.944	3.849.530	--	2.205.225	10.368.699
Despesas com captação	(59.855)	(86.519)	(130)	(3.112.606)	(3.259.110)
Exercício/2015					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	8.183.695	18.899.656	--	3.806.376	30.889.727
Despesas com captação	(103.594)	(137.478)	(333)	(6.309.345)	(6.550.750)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo e Cateno.

(3) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(6) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.12.2016			31.12.2015		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	106.110	116.432	222.542	112.847	110.020	222.867
Plano de Benefícios 1 - Previ	11.268	99.037	110.305	18.658	92.582	111.240
Plano Previ Futuro	78.886	1.084	79.970	78.340	942	79.282
Plano Informal	--	3.267	3.267	--	3.472	3.472
Outros Planos	15.956	13.044	29.000	15.849	13.024	28.873
Planos de Assistência Médica	105.364	106.429	211.793	113.952	99.783	213.735
Cassi	93.283	99.245	192.528	101.528	92.515	194.043
Outros Planos	12.081	7.184	19.265	12.424	7.268	19.692

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Planos de Aposentadoria e Pensão	793.862	1.470.795	1.367.680
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	307.828	575.569	549.275
Plano Previ Futuro	313.919	570.814	499.803
Plano Informal	95.406	184.003	180.547
Outros Planos	76.709	140.409	138.055
Planos de Assistência Médica	629.209	1.221.675	1.110.904
Cassi	540.231	1.061.596	976.675
Outros Planos	88.978	160.079	134.229
Total	1.423.071	2.692.470	2.478.584

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 26.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego), durante o 1º semestre de 2017, estão estimadas em R\$ 795.679 mil.

Valores Reconhecidos no Resultado

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Planos de Aposentadoria e Pensão	(864.588)	(1.496.120)	(439.930)
Plano de Benefícios 1 - Previ	(397.027)	(616.738)	358.000
Plano Previ Futuro	(313.919)	(570.814)	(499.803)
Plano Informal	(73.318)	(159.964)	(141.379)
Outros Planos	(80.324)	(148.604)	(156.748)
Planos de Assistência Médica	(810.783)	(1.610.839)	(1.362.534)
Cassi	(734.199)	(1.464.114)	(1.238.351)
Outros Planos	(76.584)	(146.725)	(124.183)
Total	(1.675.371)	(3.106.959)	(1.802.464)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional nº 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 26.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 26.f)

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2016 e 31.12.2015.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015
Saldo Inicial	(121.329.915)	(122.884.677)	(909.280)	(920.380)	(6.248.098)	(5.830.331)	(6.301.921)	(6.428.867)
Custo de juros	(17.069.298)	(15.217.436)	(121.736)	(111.770)	(941.398)	(731.014)	(860.756)	(768.894)
Custo do serviço corrente	(455.492)	(428.722)	--	--	(85.735)	(95.421)	(26.616)	(34.274)
Custo do serviço passado	--	--	(38.228)	(29.609)	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	10.350.474	9.432.737	184.002	180.547	624.614	564.759	585.425	514.118
Remensurações de ganhos/perdas atuariais	(19.845.343)	7.768.183	(80.228)	(28.068)	(1.297.805)	(156.091)	(1.006.081)	415.996
Ajuste de experiência	(1.749.063)	(198.997)	(8.380)	(35.065)	(293.184)	(616.729)	259.022	(183.233)
Alterações premissas biométricas	--	(2.626.460)	--	(44.338)	--	(125.433)	(78.102)	1.243
Alterações premissas financeiras	(18.096.280)	10.593.640	(71.848)	51.335	(1.004.621)	586.071	(1.187.001)	597.986
Saldo Final	(148.349.574)	(121.329.915)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(7.609.949)	(6.301.921)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(143.946.397)	(118.378.747)	--	--	--	--	(5.731.092)	(5.394.014)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	(4.403.177)	(2.951.168)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(1.878.857)	(907.907)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015
Saldo Inicial	118.378.747	135.145.646	--	--	--	--	5.394.014	5.115.870
Receita de juros	16.291.315	16.362.156	--	--	--	--	725.014	627.308
Contribuições recebidas	575.569	549.275	184.002	180.547	624.614	564.759	177.830	156.514
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(10.350.474)	(9.432.737)	(184.002)	(180.547)	(624.614)	(564.759)	(585.425)	(514.118)
Ganho/perda atuarial sobre os ativos do plano	19.051.240	(24.245.593)	--	--	--	--	19.659	8.440
Saldo Final	143.946.397	118.378.747	--	--	--	--	5.731.092	5.394.014

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmals (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
1) Valor justo dos ativos do plano	143.946.397	118.378.747	--	--	--	--	5.731.092	5.394.014
2) Valor presente das obrigações atuariais	(148.349.574)	(121.329.915)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(7.609.949)	(6.301.921)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	(4.403.177)	(2.951.168)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(1.878.857)	(907.907)
4) (Passivo)/Ativo Atuarial Líquido Registrado⁽¹⁾	(2.201.588)	(1.475.583)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(1.260.178)	(711.040)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,13	12.652.886	12.662.361	12.528.318	243.001.022	280.844.587
Plano Informal (Previ)	5,36	161.543	144.931	129.415	950.017	1.385.906
Plano de Associados (Cassi)	9,58	725.083	713.856	701.907	14.967.786	17.108.632
Regulamento Geral (Economus)	10,02	427.437	431.729	434.383	10.478.608	11.772.157
Regulamento Complementar 1 (Economus)	11,96	2.104	2.244	2.392	97.359	104.099
Plus I e II (Economus)	6,44	51.141	47.501	44.052	442.358	585.052
Grupo B' (Economus)	8,63	14.677	14.581	14.468	259.916	303.642
Prevmals (Economus)	11,94	18.768	18.906	18.902	657.428	714.004
Multifuturo I (Fusesc)	10,06	5.810	5.767	5.720	134.707	152.004
Plano I (Fusesc)	8,99	38.042	37.874	37.667	726.373	839.956
Plano BEP (Prevbep)	11,34	3.266	3.656	4.082	125.791	136.795

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Custo do serviço corrente	(115.381)	(227.746)	(214.361)	--	--	--	(46.210)	(85.734)	(95.421)	(6.082)	(13.324)	(17.170)
Custo dos juros	(3.986.855)	(8.534.649)	(7.608.718)	(55.158)	(121.736)	(111.770)	(449.570)	(941.398)	(731.014)	(212.619)	(466.551)	(415.349)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	3.705.209	8.145.657	8.181.079	--	--	--	--	--	--	159.616	361.817	313.068
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(18.160)	(38.228)	(29.609)	--	--	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(238.419)	(436.982)	(411.916)	(101.986)	(184.881)	(163.199)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.163	7.610	1.719
(Despesa)/Receita Reconhecida na DRE	(397.027)	(616.738)	358.000	(73.318)	(159.964)	(141.379)	(734.199)	(1.464.114)	(1.238.351)	(156.908)	(295.329)	(280.931)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Renda Fixa	58.053.582	49.198.207	4.831.482	4.827.283
Renda Variável ⁽¹⁾	70.648.892	55.353.902	294.651	131.884
Investimentos imobiliários	9.126.202	8.203.647	194.858	205.422
Empréstimos e financiamentos	5.254.043	4.770.664	100.183	104.914
Outros	863.678	852.327	309.918	124.511
Total	143.946.397	118.378.747	5.731.092	5.394.014
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	11.631.219	7.887.153	23.926	22.087
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	156.758	152.194	7.848	9.168

(1) No plano de benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 30.265.763 mil (R\$ 20.521.220 mil em 31.12.2015), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Taxa de inflação (a.a.)	5,41%	7,96%	5,29%	8,10%	5,43%	7,97%	5,40%	7,94%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,77%	7,35%	5,84%	7,37%	5,75%	7,28%	5,77%	7,35%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	11,49%	15,90%	--	--	--	--	11,48%	15,88%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	1,04%	1,01%	--	--	--	--	0,92%	0,88%
Tábua de sobrevivência	AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	5,77%	5,00%
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Valor apurado - Previ	130.196.465	119.301.485	(144.371.339)	(135.862.751)	(14.174.874)	(16.561.266)
Incorporação dos valores do contrato 97	14.251.784	14.314.157	(14.251.784)	(14.314.157)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.145.314	1.135.082	(1.145.314)	(1.135.082)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(1.647.166)	(16.371.977)	--	--	(1.647.166)	(16.371.977)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	11.418.863	29.982.075	11.418.863	29.982.075
Valor apurado - Banco	143.946.397	118.378.747	(148.349.574)	(121.329.915)	(4.403.177)	(2.951.168)

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

	31.12.2016		Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	148.349.574	145.096.490	151.562.043	148.423.539	148.275.607	145.103.456	151.730.697
	Superávit/(déficit) do plano	(4.403.177)	(1.150.093)	(7.615.646)	(4.477.142)	(4.329.210)	(1.157.059)	(7.784.300)
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	965.470	930.150	1.001.581	--	--	953.208	978.077
	Superávit/(déficit) do plano	(965.470)	(930.150)	(1.001.581)	--	--	(953.208)	(978.077)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	7.948.422	7.769.462	8.124.821	7.951.936	7.944.908	7.764.025	8.141.149
	Superávit/(déficit) do plano	(7.948.422)	(7.769.462)	(8.124.821)	(7.951.936)	(7.944.908)	(7.764.025)	(8.141.149)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	5.955.325	5.852.623	6.054.870	--	--	5.813.254	6.103.465
	Superávit/(déficit) do plano	(1.595.398)	(1.492.687)	(1.694.935)	--	--	(1.453.319)	(1.743.529)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	47.401	49.020	45.808	--	--	46.055	48.807
	Superávit/(déficit) do plano	(7.496)	(9.115)	(5.903)	--	--	(6.149)	(8.902)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	409.315	394.086	424.688	--	--	403.132	415.695
	Superávit/(déficit) do plano	(409.315)	(394.086)	(424.688)	--	--	(403.132)	(415.695)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	170.302	166.431	174.065	--	--	166.838	173.894
	Superávit/(déficit) do plano	(170.302)	(166.431)	(174.065)	--	--	(166.838)	(173.894)
Prevmias (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	282.885	281.925	283.887	285.046	280.799	274.873	291.326
	Superávit/(déficit) do plano	73.691	74.651	72.689	71.530	75.777	81.703	65.250
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	77.174	76.263	78.054	--	--	75.334	79.096
	Superávit/(déficit) do plano	115.027	115.938	114.148	--	--	116.868	113.105
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	606.479	597.107	615.654	--	--	595.995	617.371
	Superávit/(déficit) do plano	67.172	76.544	57.997	--	--	77.656	56.280
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	61.068	60.202	61.902	61.284	60.854	59.423	62.790
	Superávit/(déficit) do plano	47.764	48.630	46.930	47.549	47.978	49.409	46.042

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Plano 1 (Previ)	--	--	(2.201.588)	(1.475.583)
Plano Informal (Previ)	--	--	(965.470)	(909.280)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(7.948.422)	(6.248.098)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(829.730)	(406.498)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	753	(2.659)	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(409.315)	(349.859)
Grupo B' (Economus)	--	--	(170.302)	(124.157)
Prevmias (Economus)	36.846	59.638	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	57.514	50.615	--	--
Plano I (Fusesc)	33.586	35.046	--	--
Plano BEP (Prevbep)	23.882	23.422	--	--
Total	151.828	169.474	(12.527.486)	(9.513.475)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	124.998	120.378	118.889
Atualização	4.902	14.065	18.413
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	--	(4.543)	(11.829)
Contribuição amortizante antecipada - Grupo Especial ⁽¹⁾	--	--	(5.095)
Saldo Final	129.900	129.900	120.378
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	9.376.684	8.959.543	8.155.243
Contribuição ao Plano 1	(307.828)	(571.026)	(532.351)
Atualização	363.254	1.043.593	1.336.651
Saldo Final	9.432.110	9.432.110	8.959.543
Total dos fundos de destinação do superávit	9.562.010	9.562.010	9.079.921

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo vem sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

d) Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas, nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase recursal, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Demandas Trabalhistas						
Saldo Inicial	2.545.536	2.116.942	2.143.463	2.598.301	2.169.106	2.179.821
Constituição	1.130.172	1.971.965	1.192.457	1.135.171	1.979.961	1.220.599
Reversão da provisão	(840.909)	(863.144)	(211.579)	(845.381)	(869.084)	(212.550)
Baixa por pagamento	(595.889)	(1.109.083)	(1.247.874)	(596.948)	(1.112.098)	(1.256.075)
Atualização monetária e variação cambial	212.503	334.733	240.475	217.125	340.383	237.311
Saldo Final	2.451.413	2.451.413	2.116.942	2.508.268	2.508.268	2.169.106
Demandas Fiscais						
Saldo Inicial	231.566	204.020	174.611	267.932	245.695	206.515
Constituição	86.680	177.052	91.182	88.361	185.316	119.522
Reversão da provisão	(52.802)	(121.561)	(58.850)	(56.487)	(130.877)	(72.644)
Baixa por pagamento	(42.605)	(47.498)	(18.961)	(42.768)	(50.761)	(19.222)
Atualização monetária e variação cambial	17.612	28.438	16.038	18.977	26.642	11.524
Saldo Final	240.451	240.451	204.020	276.015	276.015	245.695
Demandas Cíveis						
Saldo Inicial	6.652.981	7.051.033	5.435.157	6.811.150	7.150.581	5.536.595
Constituição	4.027.967	5.710.838	4.815.486	4.059.429	5.817.446	4.854.727
Reversão da provisão	(3.199.383)	(4.707.325)	(2.566.617)	(3.230.461)	(4.745.939)	(2.588.483)
Baixa por pagamento	(845.545)	(1.611.572)	(1.153.404)	(892.887)	(1.667.060)	(1.169.978)
Atualização monetária e variação cambial	148.298	341.344	520.411	149.949	342.152	517.720
Saldo Final	6.784.318	6.784.318	7.051.033	6.897.180	6.897.180	7.150.581
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	9.476.182	9.476.182	9.371.995	9.681.463	9.681.463	9.565.382

e.2) Cronograma esperado de desembolsos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.387.656	129.099	5.524.852	2.444.396	147.098	5.622.324
De 5 a 10 anos	63.673	83.974	1.230.180	63.783	98.866	1.245.063
Acima de 10 anos	84	27.378	29.286	89	30.051	29.793
Total	2.451.413	240.451	6.784.318	2.508.268	276.015	6.897.180

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis, quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Demandas Trabalhistas	146.852	193.678	171.422	215.042
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	10.091.778	11.775.539	10.702.278	12.777.102
Demandas Cíveis	1.839.860	2.527.577	1.975.843	3.270.906
Total	12.078.490	14.496.794	12.849.543	16.263.050

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 3.289.574 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 284.701 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 863.056 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.646.562 mil.

g) Depósitos em Garantia de Recursos**g.1) Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Demandas Trabalhistas	5.102.428	4.512.512	5.126.635	4.532.105
Demandas Fiscais	7.309.913	6.467.752	7.720.456	6.836.107
Demandas Cíveis	20.224.198	15.942.381	20.274.118	15.991.552
Total	32.636.539	26.922.645	33.121.209	27.359.764

h) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 15.441.581 mil (R\$ 14.076.071 mil em 31.12.2015), relativo à seguinte ação:

Em 29.01.1998, o Banco impetrou o Mandado de Segurança nº 1998.34.00.002278-3, distribuído para a 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi improvido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE n.º 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 8.869.908 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.952.179 mil, em 31.12.2016, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 3.591.404 mil. Esses valores alcançariam o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

h.1) Valores relacionados à referida ação

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos Judiciais	17.431.080	16.399.235
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	9.614.069	8.582.224
Obrigações Legais - Provisão para Processo Judicial	15.441.581	14.076.071
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640
Provisão para atualização do depósito judicial	8.869.908	7.504.398

28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que comporão o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

Definido o inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é determinada a relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

- Risco de Crédito;
- Risco de Crédito da Contraparte;
- Risco de Concentração de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco de Mercado;
- Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Reputação;
- Risco Socioambiental;
- Risco Legal;
- Risco de Contágio;
- Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;
- Risco de Modelo; e
- Risco de Conformidade (Compliance).

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê Superior de Risco Global (CSRG), fórum composto por Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CSRG são conduzidas em comitês executivos específicos (de crédito, de mercado e liquidez, e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.12.2016		31.12.2015		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativos								
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	405.711.672	405.651.496	352.741.787	352.737.420	(60.176)	(4.367)	(60.176)	(4.367)
Títulos e valores mobiliários	119.656.119	119.005.358	113.923.018	113.683.766	(2.623.471)	(5.349.992)	(650.761)	(239.252)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	(1.972.710)	(5.110.740)	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	(650.761)	(239.252)	(650.761)	(239.252)
Instrumentos financeiros derivativos	1.612.563	1.612.563	3.362.032	3.362.032	--	--	--	--
Operações de crédito	564.923.340	550.716.970	627.877.787	614.463.025	(14.206.370)	(13.414.762)	(14.206.370)	(13.414.762)
Passivos								
Depósitos interfinanceiros	20.664.801	21.238.847	41.482.547	42.491.031	(574.046)	(1.008.484)	(574.046)	(1.008.484)
Depósitos a prazo	204.150.246	204.053.427	204.542.130	204.319.982	96.819	222.148	96.819	222.148
Obrigações por operações compromissadas	374.634.032	373.070.084	333.521.648	331.363.071	1.563.948	2.158.577	1.563.948	2.158.577
Obrigações por empréstimos e repasses	103.492.518	103.735.064	119.731.066	119.978.533	(242.546)	(247.467)	(242.546)	(247.467)
Instrumentos financeiros derivativos	1.870.391	1.870.391	3.289.172	3.289.172	--	--	--	--
Outras Obrigações	220.141.891	220.036.070	204.140.873	201.344.954	105.821	2.795.919	105.821	2.795.919
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					(15.940.021)	(14.848.428)	(13.967.311)	(9.737.688)

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações são equivalentes ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 31.12.2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	115.673.071	77.497.818	38.175.253	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	6.074.220	4.798.108	1.276.112	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.612.563	--	1.612.563	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	107.986.288	72.699.710	35.286.578	--
Passivos	(2.232.014)	--	(2.232.014)	--
Captação com hedge	(361.623)	--	(361.623)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(1.870.391)	--	(1.870.391)	--

	Saldo em 31.12.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	113.420.484	62.764.151	50.656.333	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	7.860.341	6.546.397	1.313.944	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.362.032	--	3.362.032	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	102.198.111	56.217.754	45.980.357	--
Passivos	(3.627.472)	--	(3.627.472)	--
Captação com hedge	(338.300)	--	(338.300)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(3.289.172)	--	(3.289.172)	--

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 3,31 e a redução da taxa Selic para 12,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2016.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(18.120)	Aumento	131
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	1	Aumento	(3)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	11.344	Aumento	678
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	5.883	Aumento	13.706

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(36.332)	Redução	(959)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	--	Redução	(1)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(8.876)	Aumento	(1.140)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(100.430)	Redução	(92.657)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(86.516)	Redução	(2.866)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	--	Redução	(2)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(16.402)	Aumento	(2.225)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(200.859)	Redução	(185.314)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos "disponíveis para venda", não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	6.022.914	Aumento	(3.478.743)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(4.647.926)	Aumento	1.361.365
Cupom de TBF		Redução	(13.544)	Redução	(42)
Cupom de TJLP		Redução	28.296	Aumento	(5.022)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	68.490	Aumento	32.171
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(151.412)	Aumento	(142.841)
Cupom de IGP-DI		Redução	203	Aumento	(144)
Cupom de INPC		Redução	207.437	Aumento	(111.745)
Cupom de IPCA		Redução	1.199.604	Aumento	(601.591)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	886.493	Redução	(1.113.147)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	42.445	Aumento	(60.592)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(10.146.913)	Aumento	(12.538.082)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(6.064.945)	Redução	(5.590.381)
Cupom de TBF		Redução	(2.522)	Redução	(3.991)
Cupom de TJLP		Aumento	(43.223)	Aumento	(23.159)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(5.060)	Aumento	(13.651)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(147.832)	Aumento	(230.618)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(231)	Aumento	(236)
Cupom de INPC		Aumento	(210.708)	Aumento	(177.195)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.024.907)	Aumento	(1.069.492)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.070.351)	Redução	(1.383.209)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(724.627)	Aumento	(409.627)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(19.332.178)	Aumento	(23.646.296)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(12.265.979)	Redução	(11.394.648)
Cupom de TBF		Redução	(5.066)	Redução	(8.035)
Cupom de TJLP		Aumento	(87.006)	Aumento	(47.175)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(10.119)	Aumento	(27.300)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(364.349)	Aumento	(439.872)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(461)	Aumento	(472)
Cupom de INPC		Aumento	(412.498)	Aumento	(346.949)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.926.332)	Aumento	(2.008.991)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(2.210.173)	Redução	(2.857.467)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.449.254)	Aumento	(819.254)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- Hedge de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.12.2016, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

b) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura as Diretorias de Gestão de Riscos, Contadoria, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2016, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 60%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2016	31.12.2015
PR - Patrimônio de Referência	130.453.208	135.551.196
Nível I	90.283.551	95.713.963
Capital Principal (CP)	67.718.439	68.677.378
Patrimônio Líquido	76.702.977	71.314.421
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(17.084.538)	(10.737.043)
Capital Complementar	22.565.112	27.036.585
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	17.840.287	21.375.495
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	4.724.825	5.661.090
Nível II	40.169.657	39.837.233
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	40.181.808	39.839.840
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	5.466.093	5.786.606
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	34.715.715	34.053.234
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	25.237.153	22.994.912
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	9.478.562	11.058.322
Dedução do Nível II	(12.151)	(2.607)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(12.151)	(2.607)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	705.851.280	840.508.940
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	643.214.021	785.773.084
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	18.844.349	18.346.766
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	43.792.910	36.389.090
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	69.702.814	92.455.983
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	60.750.394	43.095.213
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)	12,79%	11,39%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	9,59%	8,17%
Índice de Basileia: (PR/RWA)	18,48%	16,13%

(1) Em 31.12.2016, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Em 31.12.2016, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 60%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2016	31.12.2015
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(6.099.094)	(3.425.235)
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ^{(1) (2)}	(4.636.849)	(2.846.808)
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽¹⁾	(4.258.360)	(2.346.233)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ^{(1) (3)}	(954.281)	(1.075.845)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(500.439)	(561.777)
Participação de não controladores ⁽¹⁾	(493.315)	(402.531)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽¹⁾	(76.391)	(62.040)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ⁽¹⁾	(65.809)	--
Ativos diferidos ⁽⁴⁾	--	(16.574)
Total	(17.084.538)	(10.737.043)

(1) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em 31.12.2016, com relação ao investimento no Banco Votorantim, R\$ 1.662.293 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.550.676 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 581.162 mil no investimento e R\$ 1.009.306 mil no intangível. No intangível, refere-se principalmente ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

(4) Ajustes Prudenciais não sujeitos ao faseamento, sendo computados integralmente, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

c) Índice de Imobilização

Em 31.12.2016, o índice de imobilização para o Conglomerado Prudencial, totalizou 15,52% (16,70% em 31.12.2015), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	3.178.199	7.930.114	14.108.487	3.209.457	8.033.556	14.399.559
Outros Resultados Abrangentes						
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 23.i)	2.223.883	(512.763)	(11.244.490)	2.223.883	(512.763)	(11.244.490)
Banco do Brasil	2.093.107	(1.066.885)	(10.951.051)	2.093.107	(1.066.885)	(10.951.051)
Subsidiárias no exterior	(10.095)	41.926	(43.043)	(10.095)	41.926	(43.043)
Coligadas e controladas	140.871	512.196	(250.396)	140.871	512.196	(250.396)
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 23.i)	(834.403)	626.229	3.799.659	(834.403)	626.229	3.799.659
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	1.389.480	113.466	(7.444.831)	1.389.480	113.466	(7.444.831)
Lucro Abrangente	4.567.679	8.043.580	6.663.656	4.598.937	8.147.022	6.954.728
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	--	--	--	847.953	1.675.039	1.741.984

30 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23.02.2016, aprovou a fixação, para o exercício de 2016, do índice de distribuição do resultado (*payout*) equivalente ao percentual mínimo de 25% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio Administrado	655	611	730.923.136	603.232.935
Fundos de investimentos	644	603	715.704.598	587.725.096
Carteiras administradas	11	8	15.218.538	15.507.839

c) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo				
Grupo BB	77.155.108	102.916.155	72.334.393	90.325.257
Terceiros	66.178.937	103.275.822	89.816.739	133.050.500
TOTAL DO ATIVO	143.334.045	206.191.977	162.151.132	223.375.757
Passivo				
Grupo BB	21.285.582	33.829.486	18.929.408	25.795.399
Terceiros	115.219.474	165.477.315	131.980.721	185.321.366
Patrimônio Líquido	6.828.989	6.885.176	11.241.003	12.258.992
Atribuível à controladora	6.828.989	6.885.176	10.418.838	11.252.692
Participação dos não controladores	--	--	822.165	1.006.300
TOTAL DO PASSIVO	143.334.045	206.191.977	162.151.132	223.375.757

	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Lucro	7.040	(804.460)	138.879	371.195	(213.834)	869.432
Atribuível à controladora	7.040	(804.460)	138.879	224.155	(500.841)	546.848
Participações dos não controladores	--	--	--	147.040	287.007	322.584

d) Recursos de Consórcios

	31.12.2016	31.12.2015
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	227.953	202.928
Obrigações do grupo por contribuições	10.633.440	8.321.348
Consortiados - bens a contemplar	9.601.023	7.440.232
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	469	564
Quantidade de consorciados ativos	665.495	644.779
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	60.858	61.990

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	56.701	109.575	96.653

e) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	2º Semestre/2016		Exercício/2016		Exercício/2015	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	197	19.943	197	38.572	203	36.117
Outros órgãos/entidades	2	443	2	856	2	707
Entidades controladas e coligadas	2	736	2	1.396	2	1.371
Sem ônus para o Banco						
Governos Federal, Estadual e Municipal	223	--	223	--	276	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	586	--	586	--	592	--
Entidades dos funcionários	86	--	86	--	77	--
Entidades controladas e coligadas	532	--	532	--	586	--
Total	1.628	21.122	1.628	40.824	1.738	38.195

(1) Posição no último dia do período.

f) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.12.2016	31.12.2015
Menor salário	2.645,97	2.449,98
Maior salário	44.271,65	40.992,27
Salário Médio	7.056,03	6.869,98
Dirigentes		
Presidente	68.781,86	65.196,08
Vice-presidente	61.564,83	58.355,29
Diretor	52.177,45	49.457,30
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.948,54	5.638,43
Conselho de Administração	5.948,54	5.638,43
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	44.511,57

g) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2016

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.123.599	6.341
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	32.110	121
Demais	378.100	4.118
Total	1.533.809	10.580

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

h) Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI

Em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404/1976, o Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI foi lançado em junho de 2015 para os funcionários com as condições necessárias de aposentar-se pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS ou requerer aposentadoria antecipada à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ. O Plano encerrou no dia 14 de agosto de 2015 e teve 4.992 adesões. As despesas com pagamento de incentivos totalizaram R\$ 372.500 mil no exercício 2015.

i) Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI

Em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404/1976, o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI foi aprovado em novembro de 2016 para os funcionários que reuniam as condições para se aposentar. O Plano encerrou no dia 09 de dezembro de 2016 e teve 9.409 adesões. As despesas com pagamento de incentivos totalizaram R\$ 1.400.800 mil no exercício de 2016.

j) Venda de Participação Acionária

O BB Banco de Investimentos S.A.(BB-BI) e a AGCO do Brasil Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda. assinaram Acordo de Compra e Venda (Acordo) em que o BB-BI se compromete a vender toda sua participação de 17,45% no capital social da Kepler Weber S.A.

O valor firmado em contrato foi de R\$ 22,00 por ação e a concretização do Acordo não trará impacto relevante ao resultado do BB.

A efetivação do negócio está condicionada ao cumprimento de condições contratuais precedentes ao fechamento, bem como à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

Notas Explicativas

KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Notas Explicativas



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 4g e 10 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. O Banco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de classificação, aprovação, registro e atualização que suportam as metodologias internas de avaliação dos ratings das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas n.ºs 4g e 10, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



- **Valor de mercado de instrumentos financeiros**

O Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas n.ºs 4e, 4f e 8 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pelo Banco para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas decorrente de julgamento na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Ademais analisamos o processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores. Para uma amostra, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas n.ºs 4e, 4f e 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis individuais consolidadas tomadas em conjunto.

- **Provisões e passivos contingentes – trabalhistas, cíveis e fiscais**

Conforme descrito nas notas explicativas n.ºs 4n e 27 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, quando estas são decorrentes de eventos passados em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos e externos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração das Provisões e determinação das divulgações para Passivos Contingentes, consideramos essa área como um dos principais assuntos de nossa auditoria.

Notas Explicativas



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de cadastro, avaliação de risco processual, cálculo da provisão massificada, condução dos processos e etapas de encerramento. Nesta área, os nossos procedimentos incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pelo Banco, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas n.ºs 4n e 27, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- **Benefícios a empregados**

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 4l e 26 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de entidades fechadas de previdência complementar e de saúde suplementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como planos de benefício definido e os valores decorrentes do patrocínio do Banco nesses planos são reconhecidos de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido à complexidade e julgamento envolvidos no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos do Banco quanto à determinação das premissas utilizadas para fins de mensuração da obrigação atuarial, bem como a avaliação do Banco quanto à aderência dessas premissas. Com auxílio de nossos atuários, realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e base de dados utilizada nos cálculos efetuados pelos atuários externos. Analisamos a contabilização das transações envolvendo os planos de aposentadoria e avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas e demais regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



- **Projeção de resultados futuros para a realização de ativos**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas n.ºs 4h, 24e e 24f), e ágio na aquisição de sociedade incorporada (notas explicativas n.ºs 4k e 16c) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas poderiam gerar nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo do Banco quanto a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de projeção de lucros para realização de ativos. Analisamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a adequação das projeções de resultado, avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, avaliação do cálculo do valor presente dos resultados das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e das premissas de crescimento de rentabilidade. Foram avaliadas a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco e se essas estavam consistentes com as metodologias de avaliação comumente utilizadas no mercado. Avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos acima especificados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- **Participações Societárias**

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 3a, 5 e 14 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco possui participações societárias em diversas entidades e segmentos de negócios, com estruturas específicas de investimentos, as quais são controladas por meio de estruturas de Governança Corporativa. Considerando que essas investidas estão sujeitas a diferentes estruturas e requerimentos regulamentares próprios, a existência de transações com partes relacionadas, a necessidade de harmonização das diferentes práticas contábeis e as interpretações e julgamentos envolvidos em cada modelo de investimento, esse é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos definidos pelo Banco voltados principalmente a gestão de suas participações societárias, e harmonização das práticas contábeis na consolidação. Também incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções ao auditor das investidas relevantes, realização de reuniões com o auditor responsável pelas investidas relevantes e avaliação do trabalho realizado.

Notas Explicativas



Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos ao processo de consolidação, assim como efetuamos testes sobre o processo de identificação, divulgação, e eliminação das transações entre partes relacionadas, e apuração do resultado de equivalência patrimonial das investidas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o tratamento contábil sobre as participações societárias e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), e referente ao semestre e exercício, findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, datado de 15 de fevereiro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

Notas Explicativas



relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

Notas Explicativas



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Notas Explicativas



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 15 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente.

O universo de atuação do Comitê compreende o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB DTVM Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BB Banco de Investimento S.A., BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, BB Administradora de Consórcios S.A., BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação dos sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, com representantes da alta administração e com executivos das principais áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança, jurídica, governança, crédito, finanças, além de trabalhos internos.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, aspectos contábeis, carteira de crédito, provisões, perdas operacionais, processos de gestão de riscos e de capital, resultado atuarial, ouvidoria, dependências no exterior, entidades ligadas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que apreciou os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Revisou os relatórios das administrações, as demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seu relatório, datado de 15/02/2017, emitido sem ressalva.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a. o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de permanente atenção por parte das administrações;
- b. a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- c. a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- d. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2016 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 15 de fevereiro de 2017.

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia Elvio Lima Gaspar Luiz Serafim Spinola Santos

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2016.

Em 15 de fevereiro de 2017.

Eduardo Refinetti Guardia

Beny Parnes

Fabício da Soller

Daniel Sigelmann

Juliana Publio Donato de Oliveira

Luiz Serafim Spinola Santos

Paulo Rogério Caffarelli

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 15 de fevereiro 2017.

Felipe Palmeira Bardella
Conselheiro

Giorgio Bampi
Conselheiro

Mauricio Graccho de Severiano Cardoso
Conselheiro

Aldo César Martins Braido
Presidente

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2017.

Paulo Rogério Caffarelli
Presidente

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Antonio Mauricio Maurano
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura
e Operações

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-Presidência de Tecnologia

José Eduardo Pereira Filho
Vice-Presidência de Governo

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Márcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Tarcísio Hübner
Vice-Presidência de Agronegócios

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo e
Gestão de Pessoas

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 15.02.2017, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2017.

Paulo Rogério Caffarelli
Presidente

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Antonio Mauricio Maurano
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura
e Operações

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-Presidência de Tecnologia

José Eduardo Pereira Filho
Vice-Presidência de Governo

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Márcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Tarcísio Hübner
Vice-Presidência de Agronegócios

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo e
Gestão de Pessoas

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Paulo Rogério Caffarelli

VICE-PRESIDENTES

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Antonio Mauricio Maurano
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Geraldo Afonso Dezena da Silva
José Eduardo Pereira Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Márcio Hamilton Ferreira
Tarcísio Hübner
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adriano Meira Ricci
Alexandre Alves de Souza
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Renato Bonetti
Cícero Przendsiuk
Edmar José Casalatina
Edson Pascoal Cardozo
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Fabiano Macanhan Fontes
Fernando Florêncio Campos
Gustavo de Souza Fosse
João Pinto Rabelo Júnior
José Caetano de Andrade Minchillo
José Eduardo Moreira Bergo
Leonardo Silva de Loyola Reis
Márcio Luiz Moral
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marco Túlio Moraes da Costa
Márvio Melo Freitas
Nilson Martiniano Moreira
Reinaldo Kazufumi Yokoyama
Rogério Magno Panca
Simão Luiz Kovalski
Wilsa Figueiredo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Beny Parnes
Eduardo Refinetti Guardia
Fabrício da Soller
Daniel Sigelmann
Juliana Públio Donato de Oliveira
Luiz Serafim Spinola Santos
Paulo Rogério Caffarelli

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braidó
Felipe Palmeira Bardella
Giorgio Bampi
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egídio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar
Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

Notas Explicativas



Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comportamento das Projeções

Senhores Acionistas,

Guidance 2016

A seguir é apresentado o *Guidance* 2016 e a sua comparação com o desempenho no ano. A performance da carteira de crédito é medida pela comparação dos saldos em 12 meses. Os indicadores relacionados ao resultado são medidos pela comparação entre os montantes acumulados ao longo do exercício. As projeções são elaboradas para o exercício, de forma que variações ao longo dos trimestres podem refletir eventos específicos do período. As premissas utilizadas na elaboração dessas projeções foram apresentadas no Sumário do Resultado 4T15.

Os resultados dependem das condições de mercado, do desempenho econômico do país, e dos mercados internacionais, que podem impactar no desempenho efetivo daqueles previstos em nossas projeções.

Em 2016, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- a) Carteira de Crédito PJ: resultado impactado pelo efeito combinado da menor demanda e da amortização de operações de TVM privado;
- b) Carteira de Crédito Agro: resultado reflete amortizações na carteira agroindustrial;
- c) Despesas Administrativas: resultado influenciado pelo rígido controle de despesas.

Tabela 1. Guidance 2016 - %

	Guidance 2016	Realizado 2016
RSPL Ajustado ¹	7 a 8	7,5
Margem Financeira Bruta	11 a 15	13,0
Carteira de Crédito Ampliada - Interna ²	-9 a -6	-8,6
PF	1 a 4	1,5
PJ	-19 a -16	-19,2
Agronegócio	4 a 7	2,8
PCLD ³	4,5 a 4,6	4,6
Rendas de Tarifas	6 a 7	6,8
Despesas Administrativas	4 a 6	3,5

1 - O cálculo do RSPL Ajustado de 2016 considera o Patrimônio Líquido Ajustado, livre dos efeitos: (i) da atualização de ativos e passivos atuariais, decorrentes da Deliberação CVM/695; e (ii) das participações minoritárias nas controladas.

2 - Inclui Carteira de Crédito Classificada Interna, TVM privados e Garantias.

3 - Despesas de PCLD dos últimos 12 meses/Carteira de Crédito Classificada média do mesmo período.

O RSPL Ajustado, constante do *Guidance* 2016, é calculado a partir do patrimônio líquido ajustado indicado na tabela a seguir.

Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado para Cálculo de Guidance – R\$ Milhões

	Dez/15	Dez/16
Patrimônio Líquido Contábil (a)	81.536	87.194
Planos de Benefícios (b)	(13.918)	(15.492)
Participações Minoritárias nas Controladas (c)	3.128	3.213
Patrimônio Líquido Ajustado (a-b-c)	92.326	99.473
Patrimônio Líquido Ajustado - Média		95.900

Exercício 2017

Na tabela a seguir são apresentadas informações sobre o *Guidance* 2017. Os indicadores de itens patrimoniais são calculados pela comparação de saldos de final de período. As linhas de resultado são medidas comparando-se os montantes acumulados no ano. As projeções são elaboradas para o

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Comportamento das Projeções**

ano como um todo, de forma que o acompanhamento ao longo dos trimestres pode refletir eventos específicos do período.

Dois indicadores foram substituídos para o Guidance 2017, conforme explicado abaixo:

a) **RSPL Ajustado:** o indicador é apurado pela relação entre o Lucro Líquido Ajustado e o Patrimônio Líquido Ajustado Médio. Este compunha as Projeções até 2016 e foi substituído nas Projeções de 2017 pelo intervalo de valor do Lucro Líquido Ajustado. O novo indicador não é impactado por flutuações dos saldos que compõem o PL Ajustado.

b) **PCLD:** o indicador é apurado pela relação entre a Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa dos últimos 12 meses e a Carteira de Crédito Classificada média do mesmo período. Este compunha as Projeções até 2016 e foi substituído nas Projeções de 2017 pelo intervalo da despesa de PCLD líquida de recuperação de operações em perdas. O novo indicador não sofre a influência do cálculo da carteira média e leva em consideração o esforço da recuperação de créditos.

Cinco indicadores foram alterados para o Guidance 2017, conforme explicado abaixo:

a) **Margem Financeira Bruta:** o indicador foi apurado pela variação no período da soma da Receita Financeira com Operações de Crédito, da Recuperação de Crédito, do Resultado de Tesouraria e da Despesa Financeira de Captação e de Captação Institucional. Em 2017, as receitas de Recuperação de Operações em Perdas deixarão de ser somadas à MFB e passarão a integrar o indicador de despesa de PCLD.

b) **Carteira de Crédito Ampliada Interna:** o indicador foi apurado pela soma da carteira de crédito orgânica, das carteiras adquiridas e das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas. O novo indicador, Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna, deixará de considerar a carteira de crédito adquirida, pois esta possui uma dinâmica diferente das demais carteiras.

I. **Carteira de Crédito Ampliada PF:** o novo indicador deixará de considerar a carteira de crédito adquirida, composta por Crédito Consignado e Financiamento de Veículos.

II. **Carteira de Crédito Ampliada PJ:** o novo indicador passará a considerar a carteira de crédito agroindustrial, que antes fazia parte do indicador de Crédito Agronegócio.

III. **Carteira de Crédito Ampliada Agronegócio:** o novo indicador passará a considerar apenas o Crédito Rural.

Tabela 3. Guidance 2017

	Guidance 2017
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	9,5 a 12,5
Margem Financeira Bruta sem Recuperação de Operações em Perdas - %	0 a 4
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna - %	1 a 4
Pessoa Física - %	4 a 7
Pessoa Jurídica - %	-4 a -1
Rural - %	6 a 9
Despesa de PCLD líquida de Recuperação de Operações em Perdas - R\$ bilhões	-23,5 a -20,5
Rendas de Tarifas - %	6 a 9
Despesas Administrativas - %	1,5 a 4,5

As projeções para 2017 foram elaboradas considerando as seguintes premissas:

Premissas influenciadas pela Administração

a) Intensificação do modelo de atendimento Digital, com investimentos na racionalização da estrutura operacional;

b) Foco na excelência do atendimento, buscando a rentabilização da carteira de clientes como forma de potencializar receitas;

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Comportamento das Projeções**

- c) Não considera novas aquisições e/ou parcerias estratégicas que possam ser firmadas para exploração de segmentos específicos;
- d) Manutenção do atual modelo de negócios, sem considerar alienações de empresas ou negócios do Conglomerado, notadamente aqueles geradores de tarifas;
- e) Reajustes nos contratos com fornecedores e acordo coletivo de trabalho, alinhados à prática de mercado;
- f) Crescimento da carteira de crédito em macro setores estratégicos, observando as condições econômicas.

Premissas que escapam ao controle da Administração

- a) Mudanças regulatórias nacionais e internacionais no mercado financeiro;
- b) Crescimento mundial em ritmo moderado;
- c) Normalização das condições monetárias dos EUA;
- d) Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica: câmbio flutuante, metas para inflação e disciplina fiscal;
- e) Manutenção de elevado nível de ociosidade no mercado de trabalho doméstico;
- f) Perspectiva de retomada gradual da economia doméstica (PIB).

Novos Indicadores

O Guidance 2017 trouxe alteração de cinco e substituição de dois indicadores, conforme explicado na seção Exercício 2017. Para exemplificar a aplicação dos indicadores segue tabela com os seus respectivos valores nos dois últimos exercícios.

Tabela 4. Novos Indicadores

	Dez/15	Dez/16
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	11,6	7,2
Margem Financeira Bruta sem Recuperação de Operações em Perdas - %	15,2	12,2
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna - %	6,5	(8,5)
Pessoa Física - %	10,5	3,1
Pessoa Jurídica - %	6,2	(19,2)
Rural - %	2,9	8,6
Despesa de PCLD Líquida de Recuperação de Operações em Perdas - R\$ bilhões	20,0	27,0

As figuras abaixo comparam a nova visão dos segmentos da Carteira de Crédito (Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Rural) e da Margem Financeira Bruta, nos dois últimos exercícios, com os indicadores publicados até 2016.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Figura 1. Comparativo Carteira de Crédito – %

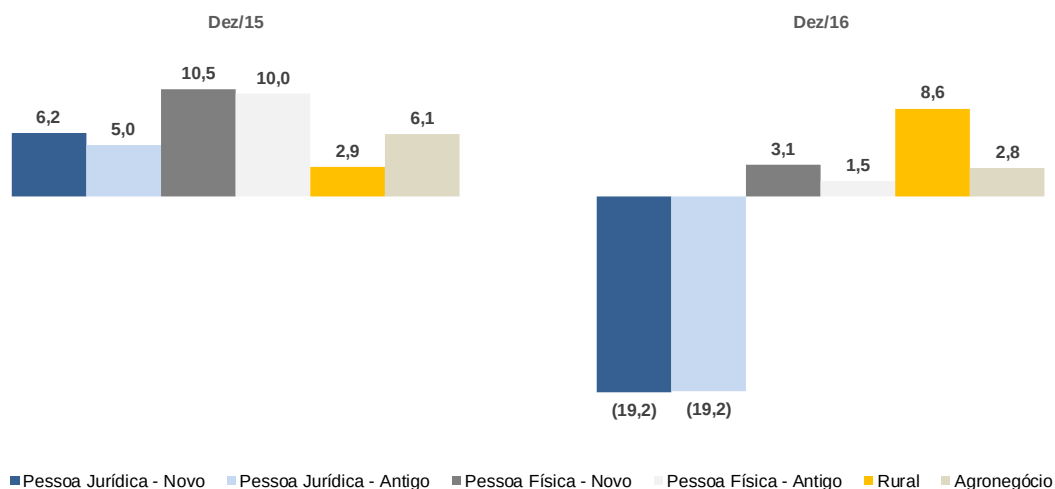
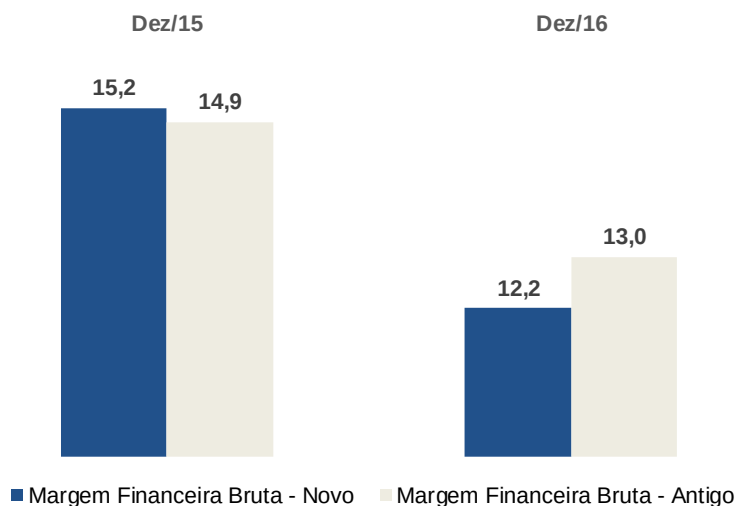


Figura 2. Comparativo Margem Financeira Bruta – %



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**NOVO MERCADO**

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que reúne um grupo de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: BANCO DO BRASIL S.A.					Posição em 31/12/2016 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	1.558.511.715	54,4	--	--	1.558.511.715	54,4
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	281.209.714	9,8	--	--	281.209.714	9,8
Ações em Tesouraria	80.666.497	2,8	--	--	80.666.497	2,8
Outros	945.029.094	33,0	--	--	945.029.094	33,0
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

NÃO SE APLICA AO BANCO DO BRASIL S.A

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2016]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.558.511.715	54,4	--	--	1.558.511.715	54,4
Administradores	166.478	--	--	--	166.478	--
Conselho de Administração	144		--	--	144	
Diretoria	166.334		--	--	166.334	
Previ	281.209.714	9,8	--	--	281.209.714	9,8
Conselho Fiscal	--	--	--	--	--	--
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	80.666.497	2,8	--	--	80.666.497	2,8
Outros	944.862.616	33,0	--	--	944.862.616	33,0
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação ⁽²⁾	1.226.072.321	42,8	--	--	1.226.072.321	42,8

(1) Inclui 50.100 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

(2) As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2015]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.653.379.882	57,7	--	--	1.653.379.882	57,7
Administradores	135.352	--	--	--	135.352	--
Conselho de Administração	1		--	--	1	
Diretoria	135.351		--	--	135.351	
Previ	297.403.914	10,4	--	--	297.403.914	10,4
Conselho Fiscal	1.176	--	--	--	1.176	--
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	72.864.196	2,5	--	--	72.864.196	2,5
Outros	841.632.500	29,4	--	--	841.632.500	29,4
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação ⁽²⁾	1.139.037.581	39,8	--	--	1.139.037.581	39,8

(1) Inclui 42.709 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

(2) As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Ao

Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes

Conforme mencionado nas notas explicativas 3i, 4b, 24 das demonstrações contábeis consolidadas, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco revisa periodicamente sua carteira de empréstimos a clientes avaliando a estimativa de perda por redução ao valor recuperável de suas operações (impairment). A determinação do impairment de empréstimos a clientes é documentada em políticas internas e exige, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do Banco, que incluem análises de fatores econômicos-financeiros do cliente, retenção de riscos, histórico de relacionamento com a contraparte e considerações sobre garantias. O Banco divide suas análises de impairment entre análises individualizadas, para clientes com exposições consideradas "individualmente significativas" e análises coletivas, para os demais clientes. Devido à relevância das operações de empréstimos a clientes e o grau de julgamento relacionado para a determinação do impairment, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de tecnologia da informação avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles automatizados chave relativos aos processos relacionados à aprovação e registro dos empréstimos e adiantamentos, à avaliação das metodologias, índices e premissas utilizados pelo Banco no cálculo do impairment coletivo e às avaliações da adequação do impairment para empréstimos a clientes analisados individualmente. Nós também avaliamos, com base em amostragem, o impairment de empréstimos a clientes considerados individualmente, inspecionamos as documentações e as premissas que suportam a decisão do Banco quanto ao valor recuperável das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias. Adicionalmente, testamos a suficiência das garantias e a suficiência dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banco para mensurar as perdas por impairment das carteiras de empréstimos a clientes avaliadas de forma coletiva. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados, em todos os aspectos relevantes, o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

• Valor justo de instrumentos financeiros

O Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor justo, conforme o IAS 39, e informações divulgadas nas notas explicativas n.os 3f, 4a, 20, 21 e 38 das demonstrações contábeis consolidadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor justo está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor justo significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas

avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pelo Banco para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis consolidadas decorrente de julgamento na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Ademais analisamos o processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores. Para uma amostra, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 3f, 4a, 20, 21 e 38, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores justos dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

• Provisões e passivos contingentes – trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme descrito nas notas explicativas n.os 3r, 4i, e 35 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, quando estas são decorrentes de eventos passados em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos e externos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas relevantes para a mensuração das Provisões e determinação das divulgações para Passivos Contingentes, consideramos essa área como um dos principais assuntos de nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de cadastro, avaliação de risco processual, cálculo da provisão massificada, condução dos processos e etapas de encerramento. Nesta área, os nossos procedimentos incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pelo Banco, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 3r, 4i e 35, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

• Benefícios a empregados

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 3q, 4h e 45 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é patrocinador de entidades fechadas de previdência complementar e de saúde suplementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como planos de benefício definido e os valores decorrentes do patrocínio do Banco nesses planos são reconhecidos de acordo com a IAS 39. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido ao julgamento envolvido no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis consolidadas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos do Banco quanto à determinação das premissas utilizadas para fins de mensuração da obrigação atuarial, bem como a avaliação do Banco quanto à aderência dessas premissas. Com auxílio de nossos atuários, realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e base de dados utilizada nos cálculos efetuados pelos atuários externos. Analisamos a contabilização das transações envolvendo os planos de aposentadoria e avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas, especificamente à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas e demais regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

• Projeção de resultados futuros para a realização de ativos

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas n.os 3s, 4g e 36) e ágio na aquisição de sociedade incorporada (notas explicativas n.os 3l e 29) cuja realizações estão suportadas por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo do Banco quanto a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de projeção de lucros para realização de ativos. Analisamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, à adequação das projeções de resultado, avaliações econômico-financeiras que

fundamentaram o preço de compra dos negócios, avaliação do cálculo do valor presente dos resultados das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e das premissas de crescimento de rentabilidade. Foram avaliadas a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco e se essas estavam consistentes com as metodologias de avaliação comumente utilizadas no mercado. Avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos acima especificados no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

• Participações Societárias

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 3a, 5 e 26 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco possui participações societárias em diversas entidades e segmentos de negócios, com estruturas específicas de investimentos, as quais são controladas por meio de estruturas de Governança Corporativa. Considerando que essas investidas estão sujeitas a diferentes estruturas e requerimentos regulamentares próprios, a existência de transações com partes relacionadas, a necessidade de harmonização das diferentes práticas contábeis e as interpretações e julgamentos envolvidos em cada modelo de investimento, esse é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos definidos pelo Banco voltados principalmente a gestão de suas participações societárias, e harmonização das práticas contábeis na consolidação. Também incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções ao auditor das investidas relevantes, realização de reuniões com o auditor responsável pelas investidas relevantes e avaliação do trabalho realizado.

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos ao processo de consolidação, assim como efetuamos testes sobre o processo de identificação, divulgação, e eliminação das transações entre partes relacionadas, e apuração do resultado de equivalência patrimonial das investidas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o tratamento contábil sobre as participações societárias e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 21 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual

e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 4g e 10 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de classificação, aprovação, registro e atualização que suportam as metodologias internas de avaliação dos ratings das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4g e 10, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Valor de mercado de instrumentos financeiros

O Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas n.os 4e, 4f e 8 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pelo Banco para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas decorrente de julgamento na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Ademais analisamos o processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores. Para uma amostra, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4e, 4f e 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis individuais consolidadas tomadas em conjunto.

• Provisões e passivos contingentes – trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme descrito nas notas explicativas n.os 4n e 27 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, quando estas são decorrentes de eventos passados em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos e externos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração das Provisões e determinação das divulgações para Passivos Contingentes, consideramos essa área como um dos principais assuntos de nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de cadastro, avaliação de risco processual, cálculo da provisão massificada, condução dos processos e etapas de encerramento. Nesta área, os nossos procedimentos incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pelo Banco, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4n e 27, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Benefícios a empregados

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 4l e 26 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de entidades fechadas de previdência complementar e de saúde suplementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como planos de benefício definido e os valores decorrentes do patrocínio do Banco nesses planos são reconhecidos de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido à complexidade e julgamento envolvidos no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos do Banco quanto à determinação das premissas utilizadas para fins de mensuração da obrigação atuarial, bem como a avaliação do Banco quanto à aderência dessas premissas. Com auxílio de nossos atuários, realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e base de dados utilizada nos cálculos efetuados pelos atuários externos. Analisamos a contabilização das transações envolvendo os planos de aposentadoria e avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas e demais regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Projeção de resultados futuros para a realização de ativos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas n.os 4h, 24e e 24f), e ágio na aquisição de sociedade incorporada (notas explicativas n.os 4k e 16c) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas poderiam gerar nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo do Banco quanto a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de projeção de lucros para realização de ativos. Analisamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a adequação das projeções de resultado, avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, avaliação do cálculo do valor presente dos resultados das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e das premissas de crescimento de rentabilidade. Foram avaliadas a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco e se essas estavam consistentes com as metodologias de avaliação comumente utilizadas no mercado. Avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos acima especificados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Participações Societárias

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 3a, 5 e 14 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco possui participações societárias em diversas entidades e segmentos de negócios, com estruturas específicas de investimentos, as quais são controladas por meio de estruturas de Governança Corporativa. Considerando que essas investidas estão sujeitas a diferentes estruturas e requerimentos regulamentares próprios, a existência de transações com partes relacionadas, a necessidade de harmonização das diferentes práticas contábeis e as interpretações e julgamentos envolvidos em cada modelo de investimento, esse é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos definidos pelo Banco voltados principalmente a gestão de suas participações societárias, e harmonização das práticas contábeis na consolidação. Também incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções ao auditor das investidas relevantes, realização de reuniões com o auditor responsável pelas investidas relevantes e avaliação do trabalho realizado.

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos ao processo de consolidação, assim como efetuamos testes sobre o processo de identificação, divulgação, e eliminação das transações entre partes relacionadas, e apuração do resultado de equivalência patrimonial das investidas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o tratamento contábil sobre as participações societárias e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), e referente ao semestre e exercício, findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, datado de 15 de fevereiro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 15 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 15 de fevereiro 2017.

Felipe Palmeira Bardella
Conselheiro

Giorgio Bampi
Conselheiro

Mauricio Graccho de Severiano Cardoso
Conselheiro

Aldo César Martins Braidó
Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2017.

Paulo Rogério Caffarelli
Presidente

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

Antonio Mauricio Maurano
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura e Operações

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-Presidência de Tecnologia

José Eduardo Pereira Filho
Vice-Presidência de Governo

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Márcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Tarcísio Hübner
Vice-Presidência de Agronegócios

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo e Gestão de Pessoas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 15.02.2017, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2017.

Paulo Rogério Caffarelli
Presidente

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

Antonio Mauricio Maurano
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura e Operações

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-Presidência de Tecnologia

José Eduardo Pereira Filho
Vice-Presidência de Governo

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Márcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Tarcísio Hübner
Vice-Presidência de Agronegócios

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo e Gestão de Pessoas